



## Dossiê

*Instituições, poderes e magistrados  
no mundo luso-brasileiro. Séculos XVIII e XIX*

*V. 6 - N. 1 - jan/abril 2014*

### Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –  
v. 6, n. 1 (jan./abr. 2014) – Belo Horizonte: Departamento de História,  
FAFICH/UFMG, 2014.

Quadrimestral  
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista>  
1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade  
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Departamento de História.

CDD 901

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG  
Av. Antonio Carlos, 6627 - Campus Pampulha  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.  
31270-910 – Belo Horizonte/MG  
e-mail: [temporalidades@gmail.com](mailto:temporalidades@gmail.com) / [temporalidades@fafich.ufmg.br](mailto:temporalidades@fafich.ufmg.br)  
home page: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista>

## Expediente

### Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

### Conselho Editorial

Bruno Vinícius Leite de Moraes  
Kellen Cristina Silva (Suplente)  
Mateus Rezende de Andrade  
Polyana Valente Vareto  
Regina Mendes de Araújo  
Rute Guimarães Torres  
Virgílio Coelho de Oliveira Júnior

### Conselho Consultivo

Adriana Romeiro (UFMG)  
Adriana Vidotte (UFG)  
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)  
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)  
Bruno Tadeu Salles (UEG)  
Carlos Alvarez Maia (UERJ)  
Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)  
Diego Omar da Silveira (UEA)  
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)  
Eduardo França Paiva (UFMG)  
Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)  
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)  
Fernanda Olival (UEvora-CIDEHUS)  
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidad Complutense de Madrid- UCM)  
Francismary Alves da Silva (UNIR)  
George F. Cabral de Souza (UFPE)  
Hal Langfur (University of Buffalo)  
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)  
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)  
Igor Salomão Teixeira (UFRGS)  
Iranilson Buriti de Oliveira (UFMG)  
João Pinto Furtado (UFMG)  
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)  
Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)  
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)  
José Carlos Reis (UFMG)  
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)  
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)  
Leandro Duarte Rust (UFMT)  
Mafalda Soares da Cunha (UEvora)  
Márcia Sueli Amantino (Universo)  
Marco Morel (UERJ)  
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)  
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)  
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)  
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)  
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)  
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)  
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)  
Raquel Costa Santos (UESB)  
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)  
Renato Pinto Venâncio (UFMG)  
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)  
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)  
Samantha Viz Quadrat (UFF)  
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)  
Seth W. Garfield (University of Texas)  
Soleni Biscouto Fressato (UFBA)  
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)  
Tiago Luís Gil (UnB)  
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

### Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Jaime Arturo Ramírez  
Vice-reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

### Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras  
Vice-diretor: Carlo Gabriel Kszan Pancera

### Departamento de História

Chefe *pro tempore*: Kátia Gerab Baggio

### Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: José Newton Coelho Meneses  
Secretária: Edilene Oliveira

### Colegiado de Graduação

Coordenadora: Adriane Aparecida Vidal Costa

Vice-Coordenador: André Luis Pereira Miatello  
Secretários: Marinho Nepomuceno e Gláucia  
Valverde Caetano

**Revisão**

Mateus Rezende de Andrade  
Rute Guimarães Torres

**Design e Diagramação**

Mateus Rezende de Andrade  
Rute Guimarães Torres

**Contato:**

Temporalidades Revista Discente do Programa  
de Pós-Graduação em História da UFMG  
Av. Antônio Carlos, 6627 – Campus  
Pampulha. Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas (FAFICH), 4º andar. 31270-910.  
Belo Horizonte/MG  
temporalidades@gmail.com  
<http://fafich.ufmg.br/temporalidades/revista>

## Agradecimento ao Conselho Editorial (mar-13/mar-14)

Abrimos um agradecimento especial para os membros do Conselho Editorial (mar-2013 a mar-2014). Agradecemos o tempo dispensado para nos ensinar todas as funções e tarefas por meio das reuniões e da disponibilidade para resolver as questões que foram enviadas *online*. Obrigado pela paciência, compreensão das nossas dificuldades, pelos tutoriais, pela força e pela amizade. Em tempos de grande competitividade acadêmica, não é fácil encontrar pessoas disponíveis para “aturar” as ansiedades e lamurias de “iniciados”. Essa solidariedade e parceria fazem toda a diferença. Vida longa para a *Temporalidades*!

Danilo Araújo Marques  
Débora Cazelato de Souza  
Deise Simões Rodrigues  
Geovano Moreira Chaves  
Igor Tadeu Camilo Rocha  
Raul Amaro de Oliveira Lanari

## Agradecimento aos pareceristas *ad hoc*

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo, e seus conhecimentos, para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, os membros do Conselho Consultivo, que estão sempre a nossa disposição.

Em especial, à memória do Professor Dr. João Azevedo Fernandes, da UFPB.

Adriano Toledo Paiva (Doutor - UFMG)	Lauriani Porto Albertini (UNIVERSO)
Altemar da Costa Muniz (UECE)	Luara Galvão de França (UNIRIO)
Ana Carolina Vimieiro Gomes (UFMG)	Luiz Fernando Saraiva (UFF)
Anderson Oliva (UNB)	Márcio de Paiva Delgado (IFET-MG)
Andre da Silva Bueno (FAFIUV)	Maria Cristina Cortez Wissenbach (USP)
Andréa Lisly Gonçalves (UFOP)	Maria do Carmo Pires (UFOP)
Ângela Moreira Domingues da Silva (CPDOC - FGV)	Maro Lara Martins (UFV)
Antônio José Romera Valverde (PUC-SP)	Michelle Reis de Macedo (UFAL)
Ariel Feldman (UFPA)	Newton Darwin de Andrade Cabral (UNICAP)
Arlson Silva de Oliveira (UFCEG)	Nívia Pombo Cirne dos Santos (UFF)
Carla Luciana Silva	Pablo Antonio Iglesias Magalhães (UFOB)
Dernival Venâncio Ramos Júnior (UFT)	Patrícia Marcondes de Barros (ITECNE)
Deusa Maria de Sousa (UFSC)	Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Diego Omar da Silveira (UEA)	Patrícia Sposito Mechi (PUC/SP)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)	Priscila Ribeiro Dorella (UFV)
Fabiana Francisca Macena (doutoranda UnB)	Rangel Cerceau Netto (UNI-BH)
Fabício Antônio Antunes Soares (Doutorando PUC-RS)	Renato Luís do Couto Neto e Lemos (UFRJ)
Felipe Charbel Teixeira (PUC-RJ)	Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Fernanda Aparecida Domingos Pinheiro (UNICAMP)	Sandro Ramon Ferreira da Silva (UFF)
Fernanda Olival (UÉvora)	Selma Pantoja (UNB)
Fernando Cury de Tacca (Unicamp)	Tarcísio Souza Gaspar (IFET-MG)
Francismary Alves da Silva (Doutoranda UFMG)	
Gabriel da Costa Ávila (Doutorando UFMG)	
Grayce Mayre Bonfim Souza (UFBA)	
Isnara Pereira Ivo (UESB)	
Jessie Jane Vieira de Sousa (UFRJ)	
João Azevedo Fernandes (UFPB)	
José Luiz Ames (UNIOESTE)	
Juliana Alves Martins (IFET-MG)	
Júlio Cesar de Oliveira (UNIUBE)	

## Sumário

Editorial .....	3
-----------------	---

### Dossiê

<b>Apresentação</b> .....	10
---------------------------	----

Adriana Romeiro

<b>Entrevista com o Professor Dr. Nuno Miguel de Moraes Pestana Tarouca Camarinhas</b> ..	13
---	----

Débora Cazelato de Souza; Kellen Cristina Silva; Mateus Rezende de Andrade; Regina Mendes de Araújo

<b>Nos bastidores da administração colonial: o papel dos secretários de governo na capitania de minas gerais (1735-1763)</b> .....	26
--	----

Fernando Junio Santos Silva

<b>Beatismo, devoção e fanatismo em Portugal no final do século XVIII</b> .....	43
---	----

Rossana Agostinho Nunes

<b>Juízes de paz no Império do Brasil: análise da experiência da magistratura leiga e eletiva na Província da Paraíba (1824-1840)</b> .....	57
---	----

Jerlyane Dayse Monteiro dos Santos

<b>Inácio Correia Pamplona: um “herói” para o sertão mineiro setecentista</b> .....	67
---	----

Maria Emília Aparecida de Assis

### Sessão Livre

<b><i>Encuentro de la Cultura Cubana: exílio intelectual, identidade cubana e dissidência política</i></b> .....	84
--	----

Thiago Henrique Oliveira Prates

<b>O Conflito e a História na teoria republicana: contraponto entre Guicciardini e Maquiavel</b> .....	100
--	-----

Ricardo Manoel de Oliveira Moraes

<b>Nzinga Mbandi contra a colonização portuguesa de Angola</b> .....	113
--	-----

Mariana Bracks Fonseca

<b>A Igreja Católica e o golpe civil militar de 1964: novas abordagens</b> .....	125
--	-----

Renato Torres Anacleto Rosa

<b>A mazorca comunista no banco dos réus: os processos de Eloar Guazzelli na Justiça Militar nos primeiros anos da ditadura civil-militar (1964-1968)</b> .....	134
---	-----

Dante Guimaraens Guazzelli

<b>O inimigo interno e a ordem política da nação: representações da ditadura civil militar na Revista Veja (1968-1969)</b> .....	158
--	-----

Tamiris Carvalho; Fernanda de Santos Nascimento

<b>A invenção dos trópicos: clima e dominação à luz do Orientalismo de Edward Said</b> .....	175
--	-----

Luis Fernando Tosta Barbato



## Resenhas

- História comparada e alforrias em Minas Gerais**..... 187  
Douglas Lima de Jesus
- A excepcionalidade do tráfico: uma perspectiva da circulação de cativos no Império português**..... 191  
Nicole de Oliveira Alves Damasceno
- VALENTIN, Andreas. A fotografia amazônica de George Huebner. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2012.**..... 194  
Íris Morais Araújo
- EUGÊNIO, Alisson. *Arautos do progresso: o ideário médico sobre a saúde pública no Brasil na época do Império*. Bauru: Edusc, 2012.**..... 198  
Lucas Samuel Quadros

## Transcrição Comentada

- Brevíssima biografia do governador José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque**  
..... 202  
Breno Gontijo Andrade

## Editorial

Consolidando a nova periodicidade da revista *Temporalidades*, lançamos a sua décima segunda edição com um imenso contentamento, justamente porque os percalços foram imensos, da mesma forma que superá-los foi sublime. As dificuldades se pautaram na questão do tempo. Pouco tempo para um corpo editorial aprender a lidar com o cotidiano da revista, visto que, no início de março, os novos editores foram eleitos para coordenar os lançamentos por um ano, sendo este o primeiro. Portanto, a *Temporalidades* número doze é a primogênita desse novo grupo editorial. Assumimos tal responsabilidade, sabendo a importância da Revista para trazer novos estudos históricos e demonstrar a interdisciplinaridade presente, não só nos temas do dossiê, mas, sobretudo, nos artigos de sessões livres produzidos por pesquisadores de várias instituições.

Como a Revista já possui o cariz da inovação, o novo corpo editorial, visando uma melhor fluidez, passou a fazer uso mais frequente dos serviços de um membro pouco ou nunca convocado, o suplente. O suplente, na nova gestão editorial, não espera a ausência do outro para estar presente no cotidiano laboral. Ele foi convocado desde o primeiro momento a assumir determinadas funções dentro da Revista. Aliado a essa nova função dada ao suplente, não podemos nos esquecer dos membros de transição da revista, que se tornaram praticamente nossos conselheiros e, de conselheiros, amigos. Os membros de transição, que com paciência e carinho, nos transmitiram as regras e as formas de se lidar com a editoração da *Temporalidades*, também fazem parte da concretização desse número.

Após tais considerações, apresentamos nosso dossiê temático, "Instituições, poderes e magistrados no mundo luso-brasileiro, Séculos XVIII e XIX". O dossiê traz a entrevista com o Professor Dr. Nuno Miguel de Moraes Pestana Tarouca Camarinhas, ou como é mais conhecido, Dr. Nuno Camarinhas, investigador em pós-doutoramento do CEDIS da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Em sua entrevista, o professor Nuno apresenta sua trajetória na temática sobre justiça e magistrados, que perpassa pela questão da norma e prática dentro do contexto do aparelho judicial ultramarino português, destacando a importância de se pensar a história de forma conectada e não de forma isolada. A entrevista é um convite aos temas que compõem nosso Dossiê.

Para iniciarmos nosso curto percurso pelos artigos que o compõem, temos o mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Fernando Junio Santos Silva. O autor nos brinda com uma discussão sobre a atuação dos secretários de governo na capitania de Minas

Gerais durante o governo de Gomes Freire de Andrade, no século XVIII. Seu artigo *Nos bastidores da administração colonial: o papel dos secretários de governo na capitania de Minas Gerais (1735-1763)* contribui para a discussão sobre o papel de agentes e processos administrativos que durante muito tempo foram relegados ao limbo pela historiografia sobre a América Portuguesa. Nesse sentido, o trabalho insere-se numa tendência historiográfica que procura problematizar a administração colonial, para além das análises que privilegiaram os cargos e sujeitos de “primeiro” escalão no exercício do poder nas colônias. Assim, evidencia complexidade da realidade mineira setecentista, bem como das relações entre centro e periferia na época colonial.

Extrapolando as fronteiras de Minas Gerais, temos o trabalho da doutoranda pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rossana Agostinho Nunes, que publica em nosso dossiê o artigo *Beatismo, devoção e fanatismo em Portugal no final do século XVIII*. A interessante proposta é apresentar e problematizar as diferentes motivações e disputas de poder atuantes por trás do desejo de reforma da igreja portuguesa ao final do século XVIII, através da análise de uma trama jacobea-jesuítica na qual foram inseridas as beatas. Desse modo, ressalta-se a dimensão política assumida por um grupo comumente visto como um modelo de perfeição cristã, embora também como um risco à hierarquia eclesiástica ao longo da época moderna. A apresentação desses aspectos é proposta a partir da análise de uma devassa aberta em Bragança no ano de 1775.

Saindo do século XVIII e indo para o XIX, temos o artigo *Juízes de Paz no Império do Brasil: Análise da experiência da magistratura leiga e eletiva na Província da Paraíba (1824-1840)*, assinado pela mestrandia do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, Jerlyane Dayse Monteiro dos Santos. O artigo disserta acerca do estabelecimento do Juizado de Paz no Brasil Imperial. A autora traz informações formidáveis sobre a disposição dos juízes de paz na província da Paraíba e da crítica feita a estes magistrados leigos durante a década de 1830, dando assim voz a diferentes atores sociais que, à exaustão, reiteram a crítica ao caráter abusivo do poder outorgado ao Juiz de Paz.

Retornado ao tema do período colonial brasileiro, temos o artigo *Inácio Correia Pamplona um herói para o sertão setecentista mineiro*, escrito por Maria Emília Aparecida de Assis, mestre pela Universidade Federal de São João Del Rei. A análise da pesquisadora parte dos poemas produzidos por integrantes da expedição do sertão mineiro de 1769, para ponderar a imagem heroica construída em torno da figura de Pamplona e para lançar luz sobre o cotidiano do grupo em missão itinerante pelo sertão mineiro. De forma instigante, a autora argumenta que Inácio Correia Pamplona, português de origem e mestre de campo, era visto pelos homens de sua

expedição como um grande líder, guerreiro e desbravador. Na perspectiva da autora, os poemas representam, em certa medida, o cotidiano da missão, suas atividades desbravadoras, os medos enfrentados pelos membros do grupo e, sobretudo, o discurso civilizador e controlador que os portugueses buscavam imprimir nos novos povoados.

Os artigos que estão publicados nesse dossiê demonstram um apanhado geral desde o século XVIII, em Portugal, até o século XIX, no Brasil imperial, das ações das instituições e do exercício do poder. Com os artigos do dossiê, percebemos que essa dominação não se dava apenas por mecanismos disponíveis aos magistrados, mas também através da religiosidade e da disposição do medo.

Para além do Dossiê, a revista continua com os artigos da Seção Livre. O fluxo contínuo da *Temporalidades* sempre proporciona aos leitores a oportunidade de abranger o conhecimento, uma vez que os textos trazem uma variedade de temáticas e embasamentos teóricos. Essa diversidade de temas contribui para que todos nós possamos estar atentos aos novos estudos e discussões de áreas muitas vezes alheias à especialização das nossas pesquisas. Sendo assim, a edição doze conta com sete ótimos artigos que versam sobre assuntos mais diversos.

Do programa de Pós-Graduação da mesma casa da Revista, temos Thiago Henrique Oliveira Prates como autor do artigo *Encuentro de la Cultura Cubana: exílio intelectual, identidade cubana e dissidência política*. O “*Encuentro de la Cultura Cubana*” foi uma revista fundada em 1996 na capital espanhola pelo exilado cubano Jesús Díaz. Como um de seus objetivos, a revista buscava proporcionar um diferente espaço de reflexão sobre a cultura cubana, constituindo-se num periódico de intelectuais exilados na Espanha, que publicaram artigos sobre política, economia, arte e cultura. As reflexões de seus autores demonstravam suas preocupações com o presente, o passado e o futuro de Cuba. Percebendo como a revista se tornou um espaço de ligação entre intelectuais cubanos de fora e dentro da ilha, Thiago Prates destaca o compromisso firmado pelos autores na luta por uma sociedade democrática e livre, mostrando que os mesmos se posicionaram como intelectuais em oposição ao legado autoritário criado pela revolução de 1959. Assim, a leitura desse artigo contribuir para se conhecer melhor a discussão sobre a formulação de um espaço de sociabilidade intelectual constituído por cubanos em oposição ao regime socialista.

Da História contemporânea de Cuba vamos à filosofia. Mestrando em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Ricardo Manoel de Oliveira Morais, no artigo *O conflito e a história na teoria republicana: contraponto entre Guicciardini e Maquiavel*, propõe uma articulação entre o problema do conflito e o papel da história no âmbito da política através de um contraponto entre

os autores citados no título. Seguindo o autor, Maquiavel defendia que o conflito político é uma categoria própria à vida em sociedade, que marca a oposição dos desejos dos patrícios e da plebe. O que poderia, inclusive, ocasionar a liberdade, atribuindo ao conhecimento histórico um papel crucial na formação do estadista. Guicciardini, por outro lado, examinaria a existência do conflito político como algo negativo e que deveria ser evitado, sendo a experiência política de maior importância que o conhecimento histórico. Abordando temas como a noção de conflito, liberdade e o papel destes na história, o texto possibilita o levantamento de interessantes questões no âmbito da história e filosofia políticas, inclusive pela percepção de que a discussão de tais temas permanece aquecendo intensos debates acadêmicos.

O terceiro artigo da Seção Livre traz a temática da História da África. Durante os últimos anos, a produção historiográfica brasileira sobre as diferentes sociedades africanas tem passado por um consciente e precioso crescimento. Muito ainda precisa ser pesquisado, mas trabalhos como os de Mariana Bracks Fonseca, mestre em História pela Universidade de São Paulo, apresentam questões importantes para esse debate em construção. A pesquisadora, em seu artigo *Nzinga Mbandi contra a colonização portuguesa de Angola*, discute a questão do tráfico transatlântico no século XVII, por meio da análise da trajetória de uma importante protagonista desse processo: Nzinga Mbandi. Ao realizar essa análise, Mariana Fonseca relativiza as interpretações que subestimaram o papel de algumas das personalidades políticas africanas em relação à constituição do império colonial português. Mas, por outro lado, demonstra que a simples responsabilização dessas personalidades pelo tráfico negreiro não é uma resposta satisfatória para a discussão. Em suma, o artigo apresenta-se como uma contribuição relevante para a árdua tarefa de compreender as relações de poder, os conflitos e os interesses que estão em jogo quando se discute as interações entre África, Europa e a América no período seiscentista.

Saindo do período seiscentista e voltando ao Brasil contemporâneo, temos o artigo *A Igreja Católica e o golpe civil militar de 1964: novas abordagens*, produzido por Renato Torres Anacleto Rosa, mestrando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. A efeméride do golpe de estado de março de 1964 teve como resultado positivo um maior interesse para se discutir o tema e um espaço mais amplo nas produções acadêmicas para estudos sobre o período da ditadura militar brasileira e assuntos correlatos a ela. O Dossiê da última edição de nossa revista constitui um bom exemplo. No presente artigo de Renato Rosa, o objeto de estudos está nos posicionamentos da Igreja Católica diante do golpe civil-militar e nos primeiros momentos da ditadura militar dele consequente. Para isso, o autor retoma a premissa de Antonio Gramsci de que toda instituição religiosa é multicelular e que traz dentro de si inúmeras tendências culturais e políticas. Assim, aborda principalmente as posições da hierarquia da Igreja,

representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e principal líder da ala “progressista”.

No artigo *A mazorca comunista no banco dos réus: os processos de Eloar Guazzelli na Justiça Militar nos primeiros anos da ditadura civil-militar (1964-1968)*, o doutorando Dante Guimaraens Guazzelli debruça sobre os processos de cunho político que tiveram a atuação do advogado Eloar Guazzelli e que tramitaram na Justiça Militar entre 1964 e 1968. A partir da análise dos processos que contaram com atuação do advogado gaúcho, especialista em tratar de processos de presos políticos, o que lhe conferiu notoriedade entre os opositores do Regime Militar, o autor faz uma reflexão sobre a repressão judicial no início da ditadura civil-militar. Com foco nos casos oriundos do Rio Grande do Sul, o interessante artigo aqui publicado vai trançando, inclusive, o perfil daqueles que recorriam aos serviços de Eloar Guazzelli.

Ainda atrelado ao tema, temos o artigo *O inimigo interno e a ordem política da nação: representações da ditadura civil militar na revista Veja (1968-1969)*, realizado em coautoria pelas pesquisadoras Tamiris Carvalho e Fernanda de Santos Nascimento, mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria e Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, respectivamente. As autoras, partindo do conceito de ditadura civil militar, analisam como a Revista Veja construiu a imagem do inimigo da nação brasileira, qual era subversivo, terrorista e, possivelmente, brasileiro. Segundo as autoras, a Revista Veja imputava assim em seus leitores a ideia de que qualquer cidadão poderia ser um inimigo interno em potencial. O artigo constitui, assim, um importante ponto de reflexão sobre o papel da mídia no contexto em discussão.

Deixando os textos sobre a ditadura no Brasil, temos o artigo *A invenção dos trópicos: clima e dominação à luz do Orientalismo de Edward Said*, do doutorando pela Unicamp, Luiz Fernando Tosta Barbato. O texto em questão traz a ponderação do autor sobre o “Orientalismo” de Edward W. Said para os trópicos. O autor faz, primeiramente, uma introdução sobre a obra de Said intitulada *Orientalismo*, que aborda a invenção do Oriente como a antítese Ocidental. Barbato demonstra como a Europa forjou uma imagem do Oriente para dominá-lo e como transporta a teoria para as Américas. A Europa via os Trópicos como um ambiente inferior que precisava de interferências, assim como fizeram com Oriente, com medidas imperialistas. Para corroborar suas assertivas, Barbato mostra também como o clima era um fator importante para essa dicotomia entre atraso e civilização.

Quanto à seção reservada às resenhas, a Revista recebeu importantes avaliações críticas sobre algumas obras lançadas nos dois últimos anos e que merecem ser destacadas nesse espaço

de apresentação. A primeira delas traz uma análise sobre o livro *As margens da liberdade: Estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*, de Andréa Lisly Gonçalves. Com o título de *História comparada e alforrias em Minas Gerais*, a resenha do mestrando em História, Douglas Lima, apresenta como as práticas de alforrias em Minas Gerais foram estudadas pela autora, que buscou compreender as dinâmicas envolvidas na obtenção de liberdade por parte dos escravos. Em seguida, a resenha de Nicole de Oliveira Alves Damasceno, com o título *A excepcionalidade do tráfico: uma perspectiva da circulação de cativos no Império português*, nos permite vislumbrar diversas formas de tráfico de escravos na Idade Moderna. A doutoranda em História Social, também nos mostra como a pesquisa feita por Renato Venâncio, no livro aqui resenhado, *Cativos do Reino: A circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19*, é importante para compreendermos o trânsito de ideias, costumes, valores e crenças envolvidos na complexidade do sistema de tráfico. Já a doutoranda em antropologia social, Ísis Morais Araújo, analisa o livro *A fotografia amazônica de George Huebner*, no qual o autor Andreas Vaetim explora o universo de imagens produzidas por um fotógrafo alemão sobre a exploração da borracha nos últimos anos do século XIX. Por sua vez, a última resenha desta edição foi escrita por Lucas Samuel Quadros, mestrando em História, sobre o livro *Arautos do progresso: o ideário médico sobre a saúde pública no Brasil na época do Império*, de Alisson Eugênio. A resenha discute através do livro como a saúde passou a fazer parte do interesse público no período imperial e aborda as discussões e temáticas ligadas à História da Medicina no Brasil.

Para finalizarmos essa edição com chave de ouro, temos a transcrição comentada sobre a *Brevíssima biografia do governador José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque*. A história da administração das capitanias do Império Português ainda é pouco conhecida e explorada pela historiografia. Buscando lançar luz sobre o tema, Breno Gontijo de Andrade, mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, transcreve e analisa a ode escrita em homenagem a José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Membro de família prestigiosa e atuante em Pernambuco no final do século VIII e durante o século XIX, Cavalcanti foi governador da capitania do Rio Grande do Norte. Sua trajetória administrativa chama atenção, pois não possuía os requisitos exigidos pelos Braganças para ocupar o cargo de governador, não era membro da nobreza tradicional, tampouco nascido em Portugal. A documentação transcrita pertence ao acervo da Biblioteca Nacional de Portugal e também pode ser acessada virtualmente por meio de serviço prestado pela biblioteca.

Ao apresentarmos os artigos que compõe tanto o dossiê quanto as seções de artigos livres, de resenhas e a transcrição documental, sentimo-nos extremamente orgulhosos por todo o processo editorial realizado para que, finalmente, essa edição fosse publicada. Das adversidades,

da corrida contra o tempo e do preenchimento de inúmeros elementos protocolares temos agora o gozo de ver finalizada a beleza que a *Temporalidades* é para nossos olhos. Acreditamos que a Revista cumpriu com aquilo que mais preza: compartilhar trabalhos sobre diversas temáticas da história, sempre atenta à qualidade dos mesmos, produzida pelos discentes e docentes das mais diversas instituições brasileiras de ensino.

Sendo assim, após refletimos um pouco sobre cada artigo que compõe o corpo da revista, agradecemos novamente aqueles que colaboraram conosco, direta ou indiretamente, e convidamos a todos para uma prazerosa leitura. Dedicamos a edição número doze a você, leitor, que busca, que pesquisa e deseja ousar sempre em suas temáticas de trabalho. Aqui deixamos o nosso convite: estamos esperando a sua colaboração para os próximos números, independente da temática do dossiê. Venha dar corpo à alma da revista *Temporalidades*. Afinal, ela só existe por você e para você.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2014.

O Conselho Editorial



## Apresentação

**Adriana Romeiro**

Professora Associada do Departamento de História  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais

Iniciativa dos alunos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, a revista *Temporalidades* chega ao seu 12º número, consolidando mais um espaço de debate acadêmico. Afinado com as mais novas tendências teórico-metodológicas, este número traz o dossiê "Instituições, poderes e magistrados no mundo luso-brasileiro. Séculos XVIII e XIX". Depois de um longo ostracismo, relegado a um lugar secundário nos estudos históricos, o tema da administração conquistou definitivamente o centro das atenções dos estudiosos. Já não se trata mais de privilegiar a administração como mera descrição do funcionamento das instituições, consideradas de uma perspectiva funcionalista, mas, ao contrário, de problematizá-las como instâncias de reprodução do poder, fundamentais para o entendimento das relações políticas no âmbito do Império português. Se durante muito tempo, elas foram vistas como vetores-chave para a execução das políticas emanadas de Lisboa, curvando-se passivamente a elas, hoje, as instituições apresentam outra feição: a exemplo das câmaras municipais, tiveram um papel ativo no diálogo entre centro e periferia, expressando os interesses dos grupos locais, posicionando-se ativamente em favor desses interesses.

Os novos enfoques renovaram o estudo das instituições e abriram um novo campo de reflexão histórica, superando a velha dicotomia entre sociedade e administração, o que possibilitou trazer à luz o exame das trajetórias individuais, a atuação dos grupos sociais na disputa pelos cargos administrativos e a constituição de redes que se estendiam desde as mais distantes regiões até os centros políticos. Os novos métodos da prosopografia permitiram, por exemplo, estabelecer o perfil dos agentes da administração, as suas origens sociais, as trajetórias administrativas, as solidariedades de grupo, as suas relações com a sociedade local. Estudos como o de Antônio M. Hespanha colocaram em xeque a noção de que os textos legais e jurídicos constituíam entidades cristalizadas e impermeáveis, apontando, em sentido contrário, para o seu caráter dinâmico e polissêmico, sujeito às mais diferentes formas de apropriação pelos grupos locais. É esta característica que explica, em grande parte, o fosso entre a norma e a prática, entre a letra morta da lei e a *práxis* cotidiana dos agentes da administração, particularmente no contexto da América Portuguesa, onde a distância, entre outros fatores, conferiu-lhes uma grande autonomia. Imersa na sociedade em que atuava, a grande maioria sucumbiu ao processo de

cooptação pelas elites locais, participando ativamente de seus conflitos e disputas, valendo-se, para isso, do prestígio e da autoridade dos cargos que ocupavam. Alguns estudos vêm chamando a atenção para a força dos códigos extra-oficiais, que, exteriores à ordem jurídica vigente, pautavam-se em noções e valores específicos, partilhados por algumas minorias, e que por vezes legitimavam a prática dos funcionários da administração. A constatação da existência de sistemas de valores distintos e concorrentes, estabelecendo normas de conduta diferentes, abre caminho para se pensar como os diferentes padrões podiam ser manejados de forma alternativa, de acordo com os interesses de determinados grupos, reportando-se assim, ao sistema de valores mais adequado em determinadas circunstâncias. De uma perspectiva muito semelhante, é possível problematizar até que ponto a solidariedade de grupo, a força das redes de clientela e o peso das alianças influenciaram decisivamente na *práxis* dos funcionários e agentes administrativos, legitimando aos seus olhos, o distanciamento deliberado das normas.

Todas essas reflexões relativizam as velhas teses que postulavam a identidade entre institucionalização e estruturas de poder a serviço do Estado. Bem mais complexa e fluida, a realidade que os historiadores têm desvelado em suas fontes nos obriga a refinar os nossos conceitos, ensaiar novos métodos de análise, testar novas abordagens. É este o espírito que anima os estudos de Nuno Camarinhas, professor da Universidade Nova de Lisboa e autor de uma série de trabalhos sobre a justiça e os magistrados no mundo luso-brasileiro, durante a Época Moderna. Na entrevista que deu à *Temporalidades*, ele fala de seu percurso intelectual, das suas preocupações como pesquisador e da sua contribuição aos estudos sobre a administração.

Compõe o dossiê o artigo “Nos bastidores da administração colonial - o papel dos secretários de governo na capitania de Minas Gerais (1735-1763)”, de autoria de Fernando Júnior dos Santos Silva, cujo objetivo é discutir o problema da administração a partir da atuação dos secretários de governo de Minas Gerais. Braço direito dos governadores, os secretários de governo tiveram um papel importante na produção da documentação oficial, participando ativamente dos diferentes aspectos da administração da capitania. Apesar disso, ainda não mereceram, por parte dos historiadores, um estudo mais sistemático – e é esta lacuna que o artigo visa preencher.

Outro artigo, sob o título “Juizes de paz no Império do Brasil - análise da experiência da magistratura leiga e eletiva na Província da Paraíba (1824-1840)”, focaliza a instituição do juiz de paz, numa conjuntura muito particular, entre os anos de 1820 a 1840, quando houve uma reconfiguração dos poderes locais, que se valeram daquele magistrado para fortalecer o seu papel na política nacional.

No artigo “Beatismo, devoção e fanatismo em Portugal no final do século XVIII,” Rossana Agostinho Nunes discute como o fenômeno do beatismo adquiriu, em Portugal do século XVIII, uma forte conotação política, aos olhos da Coroa, que identificou as beatas aos jacobinos e aos jesuítas. Para as autoridades, a ação dessas mulheres tendia a limitar a soberania régia, ao mesmo tempo que expressava a superstição e o fanatismo, cada vez mais execrados nos novos tempos de racionalismo.

Aproveito o ensejo para registrar aqui a satisfação em ter participado na organização desse número da *Temporalidades*, e parabenizar os alunos do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG pela competência e seriedade com que abraçaram este projeto. Ao leitor, resta a experiência sempre fascinante de acompanhar a construção do conhecimento histórico a partir das mais diferentes perspectivas.



## Entrevista com o Professor Dr. Nuno Miguel de Morais Pestana Tarouca Camarinhas<sup>1</sup>

Débora Cazelato de Souza; Kellen Cristina Silva;  
Mateus Rezende de Andrade; Regina Mendes de Araújo.

### Prof. Dr. Nuno Camarinhas

Investigador pós-doutoramento do CEDIS da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Doutor em História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (2007). Membro de vários projectos de investigação em curso, nacionais e internacionais. Os seus temas de interesse têm sido a história da administração da justiça, a história da administração colonial e a magistratura portuguesa na época moderna, desenvolvendo investigação na área da história social, história institucional, prosopografia, análise de redes e informática aplicada às ciências humanas.<sup>2</sup>

**Revista Temporalidades:** Este número da Revista Temporalidades, conta com o dossiê *Instituições, poderes e magistrados no mundo luso-brasileiro, séculos XVIII e XIX*. Esse tema está em franco desenvolvimento nas últimas décadas. Dessa maneira, gostaríamos que o senhor falasse sobre a sua trajetória intelectual e, sobretudo relatasse os projetos de pesquisa do qual fez/faz parte (passando pelo SILA) e a forma como o tema do nosso dossiê tem sido objeto dos estudiosos portugueses.

**Prof. Dr. Nuno Camarinhas:** O tema deste dossiê é particularmente caro para mim porque foi nele que fiz a maior parte do meu percurso científico. Quando decidi cursar História na universidade, estava indeciso, enquanto opção de futuro, entre a arqueologia do período romano e o estudo dos descobrimentos portugueses. Até que, no terceiro ano, que na minha faculdade era dedicado à época moderna, tive a sorte de ser aluno do Prof. António Manuel Hespanha. As suas aulas e a leitura do seu trabalho abriram-me uma perspectiva totalmente nova. Tive outro momento de sorte quando, no final do ano, ele me incluiu nos alunos que convidou para integrar o grupo de investigação que ele dirigia no ICS. Na altura, apenas sabia que queria trabalhar sobre a época moderna. Acabei por fazer parte da equipe do mítico projeto SILA (*Storia iurisprudencia*

<sup>1</sup> Entrevista concedida à Revista Temporalidades em 20 de maio de 2014.

<sup>2</sup> Estas informações constam no site [http://spares.cidehus.uevora.pt/?page\\_id=152](http://spares.cidehus.uevora.pt/?page_id=152), acessado no dia 21/05/2014.

*lusitaniae antiqua*) que fazia uma gigantesca base de dados prosopográfica de autores jurídicos portugueses do Antigo Regime. Estávamos no Verão de 1992, o que quer dizer que a base de dados era feita em programas que já só correm na nossa memória e em computadores mais lentos que qualquer celular. Com o Prof. Hespanha aprendi, também, a utilidade do uso da informática na investigação histórica. A minha passagem pelo projecto SILA abriu-me duas grandes portas: uma delas dando para a história da administração do direito, a outra, dando para o que hoje se chama de «humanidades digitais». A partir das recolhas de arquivo que fui fazendo para o projeto SILA, fui interessando-me por um sub-campo do grupo que ali estudávamos: o dos juristas que serviram a coroa enquanto magistrados. Não apenas os que ingressaram nos tribunais de relação como desembargadores, mas também pelos outros, pelos que fizeram todo o *cursus honorum*, de juiz de fora à Casa da Suplicação. Escolhi-os para tese de mestrado, numa pequena amostra exploratória e, depois, acabei por lançar-me à totalidade do grupo na tese de doutoramento, feita na EHESS, em França.

A passagem pelo ICS, pelas suas características pluridisciplinares, e o contexto em que ela ocorreu (de um maior investimento do Estado português na pesquisa) possibilitaram o meu contato com uma série de historiadores e outros cientistas sociais que ali se juntavam, não apenas portugueses como estrangeiros. Inicialmente eram, sobretudo, europeus (espanhóis, italianos, franceses, dinamarqueses), depois também brasileiros. Com muita simplicidade e de formas muitas vezes informais, era possível ir almoçar pizza ou tomar café com autores que só conhecíamos dos livros e dos artigos.

O período que passei em França foi outro momento marcante no meu percurso. Não foi bem um corte do cordão umbilical, mas foi uma exposição a outras maneiras de olhar os objectos de estudo, aprofundar metodologias, observar trabalhos de pesquisa quase em directo, em virtude do modelo de seminários que a EHESS pratica. Foi ali que comecei a experimentar a aplicação de métodos de análise de redes, por exemplo, para as quais Hespanha já me tinha chamado a atenção...

Atualmente tenho produzido um movimento duplo: por um lado, aprofundar, por outros questionamentos, os meus temas de eleição (que correspondem ao dossiê aqui apresentado), por outro, dialogar com colegas com abordagens próximas às minhas mas que trabalham sobre outros objectos. Colaboro, atualmente, em diferentes projetos, de que destacaria três: um projeto que estuda os grupos intermédios através da análise dos familiares do Santo Ofício (coordenado por Fernanda Olival); um outro, que é uma espécie de pré-história dos magistrados que estudei, uma vez que trata dos juízes de fora no período medieval (coordenada por Adelaide Millán

Costa); o terceiro procura fazer um estudo comparativo dos diferentes tipos de administração nas experiências imperiais portuguesa e espanhola, na época moderna (coordenado por Ângela Barreto Xavier, Federico Palomo e Roberta Stumpf). Alargar áreas de estudo, aprofundando a minha própria área de estudo, tem sido esse o norte.

**Revista Temporalidade:** Em seu livro *Juízes e Administração da Justiça no Antigo Regime – Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*<sup>3</sup>, o senhor diz que a “nova” história política reafirma a ideia de coexistência de diferentes ordens jurídicas nas sociedades. Os magistrados nomeados pela Coroa eram regidos por diversas normas previstas nas Ordenações, no entanto, sabe-se que muitos desses homens a serviço do rei estavam inseridos em contextos diversos, sob formas de poder que não decorriam do poder oficial nas diferentes relações com a realidade social. Dessa maneira, gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre essa questão da norma e prática, pois com o crescimento de estudos que se dedicam a cargos como ouvidores, governadores, juízes observa-se uma grande gama de problemas relacionados ao ultramar que não estavam previstas nas Ordenações e por isso, nem sempre a prática – principalmente no além-mar – era seguida da aplicação da norma. Em outras palavras, o que queremos saber é: A prática é acompanhada da norma? É legítimo aos olhos reais se afastar das normas para manutenção da ordem? Ou ainda, era legítimo a coexistência do direito letrado e o que o senhor chamou de infra-letrado?

**Prof. Dr. Nuno Camarinhas:** A ideia da pluralidade jurídica das sociedades de Antigo Regime não é minha e tem uma grande tradição de análise que me é anterior. De forma mais direta, foi pelas leituras de Hespanha e de Bartolomé Clavero que a descortinei. E, trabalhando os aspectos institucionais em que os magistrados se moviam, ela é clara. Era assim que as coisas funcionavam. Não colocaria a questão em termos de legitimidade dessa pluralidade porque ela era tida por natural, decorria da ordem natural das coisas. Basta ler o preâmbulo das Ordenações. A pluralidade jurídica não se manifesta apenas na coexistência, no reino e depois nos territórios ultramarinos, de territórios sob jurisdição letrada com territórios sob jurisdição ordinária, não letrada, infra-letrada. Ela está também presente no fato de existirem jurisdições privadas, delegadas, que se materializavam em áreas específicas no aparelho judicial letrado (o fato de haver juízes específicos para comunidades estrangeiras, ou para os membros da Universidade, ou para os membros das ordens militares, são alguns exemplos). É verdade que, sobretudo ao nível municipal, quer dizer, ao nível das primeiras instâncias e das pequenas alçadas, os territórios, mesmo no reino, sob jurisdição letrada eram minoritários. A justiça letrada era cara e dependia de um corpo de oficiais muito especializado. Por isso estava essencialmente centrada em territórios

---

<sup>3</sup> Camarinhas, N. *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime. Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / FCT, 2010.

estratégicos para a coroa, em territórios mais dinâmicos ou em territórios mais problemáticos. Isso é ainda mais evidente nos territórios ultramarinos, como se deduz facilmente da cronologia e da geografia de expansão do aparelho judicial no Brasil, por exemplo. Mas mesmo os territórios sob jurisdições ordinárias não escapavam à jurisdição letrada para os assuntos de maior gravidade. Nesses casos, a segunda instância, representada pelos corregedores e ouvidores no reino e pelos ouvidores nos territórios ultramarinos, podia atuar. Claro que entre a possibilidade e a realidade prática ia uma grande distância e por isso, sabemos também, a ação destes magistrados, sobretudo nos territórios periféricos do império, sofria uma dupla distorção: por um lado tinha dificuldade em impôr formas de administração trazidas do reino; por outro, tinha mais autonomia para atuar de acordo com critérios pessoais de cada magistrado.

Aos olhos do poder do centro, esses desvios às normas não eram, por princípio, bem visto, claro. As fiscalizações que eram feitas no final de cada serviço (as chamadas residências) tinham um postulado comum em que um dos pontos fundamentais era, justamente, o cumprimento das normas. Mas alguma sensibilidade para a dificuldade das missões ultramarinas, sobretudo aquelas de criação de lugares, e, com maior impacto ainda, as lógicas corporativas que presidiam à gestão do corpo burocrático dos juizes letrados tratavam, por forma geral, de despenalizar todo o comportamento desviante que não fosse lesivo, em excesso, dos interesses da coroa e da justiça.

**Revista Temporalidades:** Ainda sobre a questão de norma e prática em seu artigo O aparelho judicial ultramarino português, o senhor demonstra que o Brasil, a partir da segunda metade do século XVIII, passou a fornecer magistrados para as carreiras na estrutura administrativa metropolitana, salientando que a distância da colônia brasileira e a falta de uma universidade eram elementos que podiam atrapalhar, de alguma forma, a indicação desses magistrados. Contudo, afirma também que as famílias se esforçavam para encaminhar os filhos às universidades da metrópole, sobretudo Coimbra, para que adquirissem conhecimento. O Brasil se forjou em um ambiente mestiço, de trocas e de enriquecimento de não-brancos que eram acostumados a usar do poder econômico para arrecadar títulos e comprar determinados cargos. Como esse processo vai se configurar no caso brasileiro? Vão existir no caso do Brasil magistrados que conseguiram serem admitidos na carreira mediante dispensa da Coroa? Sabe-se que muitos oficiais régios não zelavam pelo primor estabelecido pelas Ordenações. Acúmulos de riquezas, ligações com poderosos locais, desvios de condutas são exemplos mais comuns dos magistrados que atuavam em nome do rei. Como explicar a progressão desses membros na carreira burocrática? A Coroa fechava os olhos para certos desvios? O senhor encontrou muitos autos de residências em que os magistrados saíam culpados?

**Prof. Dr. Nuno Camarinhas:** É uma pergunta complexa porque mistura duas questões que eu não vejo obrigatoriamente interligadas: por um lado a origem brasileira, por outro a falta de zelo pelo que era prescrito nas Ordenações. Não acho que uma coisa decorra da outra, por isso vou por partes. Primeiro, a questão do aumento de magistrados de origem brasileira na segunda metade do século XVIII. Foi um dos aspectos mais estimulantes da minha pesquisa sobre os juízes no Antigo Regime, porque nunca tinha a visto referida antes. Os números, de fato, não deixam sombra para dúvidas. No final do século XVIII, o Brasil, enquanto região do império, é o segundo maior forecedor de magistrados para o aparelho a seguir a Lisboa, a capital macrocéfala. E o crescimento que conduziu a esse resultado começa, visivelmente, entre as décadas de 1740 e 1790, com os contributos a virem, sobretudo da Bahia, do Rio de Janeiro e das Minas. Apenas tenho referência a quatro dispensas (num total de 184 ministros letrados naturais do Brasil), todas elas por mecânica de um familiar, três das quais anteriores ao período de crescimento a que me refiro. Os casos de “impureza de sangue” nem sequer eram considerados para dispensa, sendo que esta era reservada para ascendência mecânica ou para insuficiência nas classificações da universidade. Todos os outros entram ao serviço pela via normal dos seus congéneres do reino ou de outros territórios ultramarinos, com idades e classificações no exame que em nada divergem do conjunto. Acho que a questão dos magistrados de origem brasileira não deve ser vista como pertencendo apenas ao âmbito geográfico do Brasil, mas antes observá-la como parte de um todo pluri-continental. Destes juízes de origem brasileira, a maioria vai servir lugares fora da colônia. Se fizermos uma repartição por passos na carreira, a primeira nomeação será, para 80% deles, fora do Brasil, o segundo e terceiro passo na carreira vêem crescer o peso das nomeações para o Brasil (38% e 42%, respectivamente), sendo que os passos seguintes, para os que conseguiram avançar, volta a descer para os 20% de nomeações no Brasil. Dito de outra forma, estes magistrados circulam pelo império como os outros. Foi, aliás, este um dos motivos que me suscitou curiosidade em relação ao tema: encontrar magistrados oriundos do ultramar a servir no reino, mesmo em lugares de pequena jurisdição. A leitura que faço é a de que, à semelhança do que acontecia no reino, as famílias no Brasil, que vão conseguindo acumular algum capital, nomeadamente proveniente da exploração agrícola ou do grande comércio, investem na formação académica de alguns dos seus filhos no sentido de garantirem alguma ascensão social por via do serviço das letras e do capital simbólico a ele associado. Essa prática em nada difere da das elites locais da Beira ou do Minho.

Outra questão prende-se com o fato de o ultramar e a sua ultra-periferia, ser um palco mais favorável aos desmandos e às fugas às normas, não só pela distância dos centros de controlo mas, também pelas riquezas a que se estava exposto. Mas é errado tomar essas práticas desviantes



pela norma e acreditar que em cada magistrado que servia no ultramar estava alguém sedento de corrupção. Ela existia e era muitas vezes punida, por vezes de forma exemplar. Mas é também verdade que, na grande maioria dos casos em que as residências subiram à Relação, elas redundaram na absolvição total ou parcial do magistrado suspeito de práticas ilícitas. Aqui não se deve ver «a coroa a fechar os olhos a certos desvios», mas antes um aparelho burocrático auto-regulado e altamente corporativo em acção.

**Revista Temporalidades:** No livro da professora Ana Cristina Nogueira da Silva *O modelo espacial do Estado Moderno. Reorganização Territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*<sup>4</sup> existe um tópico em que ela fala sobre o fato de alguns distritos em Portugal se sentirem ameaçados com a criação de juízes de fora, por exemplo, pois poderiam significar a perda de jurisdição sob seu território. Em livro recente da professora Cláudia Damasceno *Arraiais e vilas d'El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentista*<sup>5</sup>, ela também destaca a ideia de que a existência de magistrados poderia servir como justificativa para anexação de territórios. Dessa maneira, que tipo de privilégios gozavam essas vilas ou cidades que detinham magistrados nomeados pelo Rei? Ter um magistrado era mesmo sinônimo de privilégio para uma vila ou cidade?

**Prof. Dr. Nuno Camarinhas:** Ter um magistrado letrado, nomeado pela coroa, significava, sobretudo, aderir à forma régia de administrar o direito. Por muitos concelhos, no reino, isso podia ser visto como uma imposição de fora, uma ingerência nas formas tradicionais de resolver os conflitos. Mas convém recordar que na própria origem dos juízes de fora estavam pedidos dos concelhos no sentido de o rei lhes enviar juízes capazes de estar acima das partes e garantir a justiça. A criação dos juízes de fora, no séc. XIV, poderá ter estado relacionada com a necessidade de um acompanhamento técnico e independente dos testamentos das vítimas da peste. De início, estes juízes letrados poderiam ser vistos como garantes da aplicação do direito, mas cedo começaram os conflitos com os interesses locais, a imposição excessiva de normas cuja origem era distante, muitas vezes mal conhecida. A própria prática do direito, com todos os seus rituais e conhecimento cifrado, era distante e complexa, difícil e muitas vezes incompreensível. A extensão da malha judicial letrada ao nível municipal foi sendo alargada ao longo do Antigo Regime, com alguns períodos de aceleração na criação de novos lugares, muitas vezes à custa de reversões para a coroa de jurisdições que andavam delegadas em donatários da nobreza titulada (os casos do Duque de Aveiro ou dos Marqueses de Távora serão os mais notáveis). Claro que a sua nomeação implicava alguma perda na jurisdição desses concelhos que, antes, elegeriam eles

<sup>4</sup> SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *O modelo espacial do Estado moderno: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa; Estampa, 1998.

<sup>5</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentista*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

próprios os seus juízes. Mas não é impossível, antes pelo contrário, encontrar também correspondência de municípios a pedir à coroa a recondução de magistrados pela elevada qualidade dos serviços prestados localmente. São realidades complexas. Aos nossos olhos curiosos e ao nosso apreço por uma boa história, é sempre mais apelativa a existência de conflitos, cisões, e antagonismos. Mas tenho muitas dúvidas que esses fossem a norma. Claro que, no momento da residência, quando se sabe que o magistrado não voltará a servir o lugar (esse facto era, de resto, apregoado pelo concelho), surge uma oportunidade de denegrir a acção do magistrado cessante. E nem sempre é fácil distinguir o conflito instalado do desagrado circunstancial.

**Revista Temporalidades:** Levando em consideração o provimento dos ofícios principais da monarquia portuguesa, pode-se afirmar que havia um modelo aplicável de concessão aos ofícios maiores que poderiam ser aplicados aos ofícios menores? Ou na realidade esses universos se apresentam de forma completamente diferente?

**Prof. Dr. Nuno Camarinhas:** Nos ofícios de justiça, que são os que conheço melhor, há uma clara diferença entre os modelos de concessão. Os ofícios maiores, que correspondem aos dos magistrados, nos diferentes níveis de jurisdição, são concedidos a título pessoal e temporário (pelo menos abaixo da categoria de desembargador), não podendo ser transaccionados, vendidos ou arrendados. Findo o serviço, cuja nomeação especificava logo, à partida, ser por um determinado número de anos (regra geral três) ou enquanto fosse mercê do rei, ele voltava para a coroa, que designaria novo nomeado. Devido a essa natureza de verdadeiro serviço, mas também pelo fato de haver uma seleção pela especialização (formação universitária, exame de acesso no Desembargo do paço) e de o controlo desse serviço ser cada vez mais desempenhado por pares, tenho proposto a ideia da existência de uma burocratização precoce da administração da justiça na coroa portuguesa. Essa burocratização promove a circulação uma vez que o percurso dos agentes no interior do aparelho que vai sendo criado se faz sempre no sentido do aumento da jurisdição atribuída a cada nomeação. Existe, de fato, uma “carreira das letras”, tal como ela já era designada pela documentação da época, mas ela está reservada para os ofícios maiores. Se pensarmos nos ofícios menores da justiça – os diferentes oficiais que auxiliavam o juiz na sua acção, nomeadamente escrivães, tabeliães, notários e outros – a sua natureza é totalmente destinta. Desde logo, há uma patrimonialização dos ofícios, que chegam a passar de geração para geração numa mesma família. Embora as Ordenações proibissem a venda, ela ocorria, disfarçada de renúncias ou de nomeação de substitutos no lugar do proprietário do ofício, serviço que, muitas vezes correspondia ao pagamento de rendas ao proprietário. O arrendamento acabou por ser tolerado e mesmo regulamentado por dois decretos em 1648 e 1666. Embora fossem duas esferas

que trabalhavam em conjunto e cuja acção se sobrepunha, no caso da justiça, o mundo dos ofícios maiores e o dos ofícios menores obedecem a lógicas inteiramente distintas, tanto de selecção como de serviço.

**Revista Temporalidades:** Atualmente se tem notado que muitos estudiosos utilizam o termo “institucionalização”. Geralmente ele é acompanhado da ideia de implementação de aparatos jurídicos, administrativos ou mesmo para se referir a existência de instituições. De que maneira o senhor define tal conceito? A institucionalização pode ser vista como a existência e permanência de instituições, magistrados e outras estruturas de poder real nas colónias?

**Prof. Dr. Nuno Camarinhas:** Não sou adepto do uso do termo “institucionalização” com esse sentido, talvez porque a minha formação tenha sido marcada pelas leituras de Michel Foucault onde o conceito de “institucionalização” tem contornos totalmente diversos. A implementação de aparelhos jurídico-administrativos tal como a que observamos na experiência imperial portuguesa, e, de resto, nas experiências coloniais europeias da época moderna em geral, não tem essa dimensão que Foucault descreve. Há uma clara vontade de levar o direito régio e as práticas administrativas da coroa aos territórios ultramarinos mais dinâmicos, sem dúvida, mas há, ao mesmo tempo, uma plena consciência das limitações que rodeavam esse esforço. Essa transposição de práticas e normas do território europeu para os territórios ultramarinos não é uniforme nem no espaço, nem no tempo. Tem ritmos de expansão muito específicos e amplitudes de aplicação também muito diferenciadas conforme as regiões. O Brasil talvez tenha sido o território ultramarino português onde o aparelho judicial foi mais complexo. Não reproduz a realidade do reino, mas aproxima-se bastante na medida em que, no final do período moderno, as suas regiões mais dinâmicas estão dotadas de três instâncias, como acontecia em Portugal (judicatura, ouvidoria e tribunal de relação). Mas se pensarmos na cobertura territorial, as diferenças são abissais. A lógica pode ser a mesma, mas a adaptação ao território altera grandemente a natureza desse aparelho transposto. No Brasil, ele está essencialmente dirigido para a defesa dos interesses da coroa (no que diz respeito à cobrança das rendas provenientes da actividade mineira e comercial, à aplicação do direito régio às populações dos principais assentamentos humanos de origem europeia, à sobreposição ao peso excessivo que a Igreja pudesse ter).

Em suma, considero fundamental estudar o aparelho judicial como exercício de administração e como fenómeno de alargamento a territórios ultramarinos de formas e práticas europeias, sujeitas a adaptações às circunstâncias locais, como parte de um todo que ultrapassa a região a que é aplicado, para se estender a uma escala pluricontinental, mas isso tem que ser feito

com todas as ressalvas relativas às limitações da acção desse mesmo aparelho, à extensão reduzida da sua área de intervenção e, inclusivamente, à coexistência com outras formas de regulação não letrada ou mesmo não jurídica (como a igreja, por exemplo).

**Revista Temporalidades:** A historiografia brasileira atualmente tem buscado realizar estudos pautados no conceito de “Histórias conectadas”. O império lusitano alcançou proporções que fizeram a coroa pensar em diferentes estratégias para manter seu poder incólume. Sendo assim, o senhor compartilha do conceito de Sanjay Subrahmanyam quando pensa nas diferentes realidades que o aparelho judicial ultramarino português enfrentou?

**Prof. Dr. Nuno Camarinhas:** Agrada-me mais o conceito de “Histórias conectadas” do que o de “globalização”, de que, de resto, o trabalho de Subrahmanyam se distancia. Essa forma de pensar adapta-se com facilidade à análise do aparelho judicial ultramarino português (e até a grande parte da administração dos seus territórios ultramarinos, entendida de forma mais alargada) na medida em que ela acenta numa interligação grande das partes. Compreender isto é essencial para analisar a experiência imperial portuguesa. Não se compreende a presença no Índico sem entender a presença no Atlântico, não se compreende África sem pensar o Brasil, não se compreende o Brasil sem o integrar na realidade pluricontinental que é o Portugal da época moderna. É muito nestes termos que eu tenho trabalhado o fenómeno do aparelho judicial como uma rede burocrática de circulação de agentes a uma escala pluricontinental. Porque é isso que se verifica quando analisamos os percursos dos magistrados da época moderna. Um juiz natural do Alentejo pode começar a servir nem Angola, passar para a Bahia, subir à Relação do Rio de Janeiro, ser promovido para a Relação do Porto e chegar à Casa da Suplicação em Lisboa. Ou um outro natural das Minas, pode ser nomeado para um pequeno lugar no reino e ser promovido a seguir a uma ouvidoria em Pernambuco. As possibilidades de circulação eram imensas. Mas não eram infinitas. Havia canais de circulação por onde se passava, nuns com mais frequência, noutros com menos frequência, mas depois também havia pontos que praticamente não comunicavam. A relação entre os arquipélagos atlânticos ou Angola e o Brasil são exemplos de canais de circulação frequente, enquanto que a inexistência de circulação entre Índia e Brasil ilustra bem que existem lógicas de circulação e que esta não se faz por todo o lado.

**Revista Temporalidades:** O conceito de Redes Sociais está bastante presente nos estudos historiográficos nos últimos tempos, conquanto, o historiador Fábio Faria Mendes<sup>6</sup> chama

---

<sup>6</sup> MENDES, Fábio Faria. Desigualdades categóricas e relacionais: network Analysis na pesquisa histórica. (Paper) 2ND INTERNATIONAL CONGRESS HISTORICAL PERSPECTIVES ON SOCIAL MOBILITY IN LATIN AMERICA. Belo Horizonte, UFMG, 2011. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/his/site/index.php/coloquio/socialmobility/home-page/abstracts/papers>). Acesso em: 30/04/2012.

atenção para o fato que no caso do Brasil o uso recorrente da noção de rede social pela historiografia nos mais diversos contextos tem se dado muito mais como uma metáfora do que como um conceito analítico. O que percebemos, portanto, é que historiografia empregar o conceito de “redes”, mas utilizar-se muito pouco de ferramentas específicas que possam demonstrar, por meio de imagens, tabelas e organogramas, o que realmente são essas redes. Como o conceito de redes sociais, bem como sua análise tem estado presente nos estudos dos historiadores portugueses?

**Prof. Dr. Nuno Camarinhas:** Por enquanto isso ainda é problema geral, ou, pelo menos, igualmente extensivo a Portugal. Compreendo o reparo de Fábio Faria Mendes e acompanho-o. É muito frequente falar-se de redes, mas é bastante mais raro vê-las analisadas com as ferramentas adequadas. Assim, no discurso historiográfico, o conceito de redes ainda é, em grande medida, uma metáfora. A metáfora da interligação intrincada, dos laços que unem indivíduos. O passo seguinte, que envolve análise dessas realidades de acordo com metodologias que têm sido desenvolvidas num ambiente interdisciplinar de saudável diálogo entre ciências sociais e ciências exatas, é mais difícil de dar. Desde logo porque, quando lemos a literatura, a profusão de fórmulas e matrizes funciona como mecanismo de dissuasão dos menos afoitos. Eu tenho tentado aplicar o método a muita da minha análise embora deva confessar que nem sempre o faça da forma mais completa. Em Portugal, felizmente vamos tendo um conjunto de equipas que desenvolvem este tipo de trabalho de forma muito mais consequente do que a que tenho experimentado. Estou a pensar, sobretudo no trabalho do Joaquim Carvalho da Universidade de Coimbra, da equipe de Amélia Polónia, da Universidade do Porto, ou da equipe de Fernanda Olival, da Universidade de Évora.

**Revista Temporalidades:** O senhor a propósito recorre a Análise de redes sociais em seu doutoramento. Como esta metodologia e os seus suportes teóricos foram combinados nas pesquisas que você já realizou e está realizando atualmente? Quais os avanços ao ofício do historiador a Análise de Redes Sociais pode proporcionar?

**Prof. Dr. Nuno Camarinhas:** A primeira vez que ouvi falar em “análise de redes sociais” foi num texto de António Hespanha, penso que um relatório intercalar do projeto SILA, em que ele a apontava como um dos caminhos para levar mais além o método prosopográfico. À época, a questão do clientelismo, chegava à historiografia por via de leituras de antropólogos e sociólogos. Na altura via nisso, tal como grande parte dos meus colegas, um método, uma ferramenta de análise. Em Paris, na EHESS, frequentei todos os seminários que trabalhavam com análise de redes. Tinham a vantagem, para mim, de serem todos organizados por historiadores de formação,

o que facilitava a abordagem do tema ou, pelo menos, adaptava-o à forma de trabalhar em história. Todos conseguiam equilibrar de forma bastante aliciante a componente teórica com a componente prática. São dois lados interdependentes, qualquer um deles é indispensável para compreender aquele tipo de abordagem. Pensar a rede, mas também saber como analisá-la. Quando comecei a ser capaz de pensar as redes não apenas tendo os indivíduos como actores, achei que tinha atingido o grau de abstracção ideal. Foi mais ou menos na mesma altura em que, numa lista de discussão na internet que assinara, se desenvolveu uma discussão bastante exaltada em que, de forma muito resumida, um dos intervenientes explicava que a análise de redes não era uma metodologia, mas antes um paradigma. A partir daí, deixei cair o “sociais” da expressão “análise de redes” porque percebi que as redes que são passíveis de ser analisadas são muito mais do que sociais; podem ser institucionais, burocráticas, intelectuais, só para ficarmos no que pode interessar à história. Tenho tentado propôr utilizações do paradigma das redes aos objectos históricos como pequenos ensaios que ficam a aguardar mais desenvolvimentos. Tenho trabalhado, sobretudo com uma metodologia relativamente simples designada de “2-mode affiliation”. Este método é usado para analisar a afiliação de diferentes actores num dado conjunto de “eventos”, nomeadamente a pertença a diferentes macro-estruturas como clubes ou instituições e para reproduzir e estudar a rede que é estabelecida por essas afiliações. Nos meus trabalhos usei-o com dois objetos distintos: um pequeno ensaio de estudo de bibliotecas de magistrados, em que os livros eram os actores e as bibliotecas de cada magistrados eram esses “eventos”; o trabalho que vou desenvolvendo sobre a rede burocrática que é o aparelho judicial português, em que cada ponto na rede é um ofício e os laços que os ligam representam a circulação de magistrados de um ponto para o outro.

Quando comecei a interessar-me pelas redes, essa busca era olhada um pouco de lado, uma coisa de geek. Curiosamente, mesmo o nosso quotidiano evolui muito rapidamente num sentido tal que hoje em dia falar de redes sociais é uma coisa que entrou completamente no mainstream. Fenómenos como o MySpace, o Academia, o Twitter ou o Facebook colocaram as “redes sociais” no discurso. Ao mesmo tempo, eu achava engraçado de repente toda a gente falava das redes sociais, do seu poder, da sua estrutura, como se antes elas não existissem. A diferença é que as redes sociais de que hoje falamos são mediadas pela internet. Rapidamente se faz um gráfico descrevendo o tráfego de um determinado site de referência. Para as redes que os historiadores trabalham, todo esse trabalho tem que ser feito indo primeiro às fontes.

Por outro lado, outro momento que acho interessante é quando a contaminação se faz ao contrário, isto é, quando nos apercebemos que a história também influencia a análise de redes quando questões como a da evolução da rede no tempo – como analisar e como representar essa

dimensão temporal? Como compreendê-la? – passam a ocupar também as mentes e as preocupações dos teóricos das redes.

**Revista Temporalidades:** Professor, você tem acompanhado a produção recente da historiografia brasileira sobre os temas relativos às instituições, poderes e magistrados? Caso afirmativo, qual a importância desta bibliografia na compreensão do chamado Império Português? Você acredita que teria alguma nova pauta de pesquisa que poderia ser seguida pelos historiadores brasileiros? Algum tema que não foi ainda muito bem explorado?

**Prof. Dr. Nuno Camarinhas:** Tenho tido uma grande exposição à vitalidade da historiografia brasileira recente, quer nos meus tempos no ICS, quer na EHESS, quer agora no CEDIS ou no CHAM. Acompanho o que se vai fazendo nesta área com muito interesse, admiração e respeito. E considero especialmente estimulante o fato de tantos jovens pesquisadores trabalharem em história institucional e política e sobre magistrados. Tenho conhecido muitos deles pessoalmente ou, pelo menos, por outros meios que hoje estão à nossa disposição – a internet faz maravilhas. Considero que o diálogo entre a historiografia brasileira e a portuguesa, que se tem intensificado nos últimos anos, é em grande parte responsável por esse surgimento de tantos jovens historiadores a trabalhar em torno dos temas da administração colonial. Na área que trabalho, infelizmente, tenho a percepção de que as coisas estão meio desequilibradas em desfavor dos investigadores portugueses. A área da história institucional e política da época moderna não tem captado o mesmo interesse que se verifica no Brasil e isso é lamentável. A facilidade com que hoje se viaja tem possibilitado bastante intercâmbio de experiências, em encontros organizados quer em Portugal, quer no Brasil. E é aí que eu vejo o dinamismo da pesquisa brasileira, que acaba por ser muito estimulante.

Uma das coisas que mais me impressiona nos meus colegas brasileiros é a quantidade de leituras que trazem na bagagem. Aquela coisa do fosso grande que existia entre as duas historiografias já não existe, com uma partilha muito grande de leituras e de debates.

A historiografia brasileira tem avançado imenso na percepção da complexidade da sociedade colonial, introduzindo problemáticas como a da escravidão, a da relação da administração colonial com as sociedades locais, a da complexidade da sociedade colonial e a da inserção das diferentes regiões do Brasil no contexto atlântico e pluricontinental.

Acho que o momento atual vivido pela historiografia brasileira é muito promissor. Está perfeitamente integrada em grandes redes internacionais e tem bons meios para se desenvolver. Penso que os caminhos próximos, para o estudo da época moderna, passarão por um maior cruzamento do que se sabe sobre as diferentes regiões do Brasil, isto é, promover uma maior

integração dos estudos muitas vezes locais, que têm sido desenvolvidos, numa visão mais alargada e comparativa do que se passava na “colônia”. Outro aspecto, que tem sido muito promovido pela historiografia brasileira mais recente, mas que nunca é demais reforçar, é a integração da realidade brasileira no conjunto do império português, não só do ponto de vista comparativo mas também do ponto de vista da compreensão de como a parte se inseria no todo e como as diferentes partes interagiam. Finalmente, acho que seria frutuoso um maior diálogo e uma perspectiva comparada com outras experiências imperiais europeias – desde logo, a espanhola, por ser a mais próxima geográfica e cronologicamente, mas também a holandesa, a francesa ou a inglesa, no sentido de se compreender melhor o que se passa no Brasil e no império português.



## Nos bastidores da administração colonial: o papel dos secretários de governo na capitania de Minas Gerais (1735-1763)

**Fernando Junio Santos Silva**

Mestre em História pela UFOP

[fernandojuniosantossilva@yahoo.com.br](mailto:fernandojuniosantossilva@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O presente artigo trata da atuação dos secretários de governo na capitania de Minas Gerais no século XVIII, durante a administração do governador Gomes Freire de Andrada. Neste período, o ofício de secretário de governo assumiu uma grande importância no cotidiano da administração colonial. Pretendemos colaborar para discutir aspectos da atuação deste importante agente régio, embora haja poucas pesquisas destinadas a compreender a dimensão da atuação deste funcionário da administração colonial que trabalhou ao lado dos governadores de capitania da América portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Secretários, Governo Colonial, Minas Gerais.

**ABSTRACT:** This paper deals with the acting of the government's secretary in the captainship of Minas Gerais in the century, during Gomes Freire de Andrada's administration. In that period, the craft of the government's secretary has a great importance in the daily colonial administration. We mean to contribute to discuss aspects of the secretary's actings, although there's a few researches about this subject. The government's secretary is very important for working side by side the captainship's governor in the Portuguese America.

**KEYWORDS:** Secretaries, Colonial Government, Minas Gerais.

Apesar da grande importância que os secretários de governo tiveram no cotidiano da administração, ainda são raras as contribuições acerca do seu importante papel na dinâmica administrativa das diversas capitanias da América portuguesa. Um dos fatores que dificultam a percepção das suas atividades governativas encontra-se justamente no fato de que os secretários exerceram suas funções nos “bastidores” da administração, uma vez que tais personagens se concentravam na própria produção de documentos relativos à secretaria de governo.

É possível que registros diretos da atividade dos secretários de governo que atuaram nas diversas capitanias possam ser encontrados com certa dificuldade, especialmente quando se trata de fontes que revelem seus anseios pessoais. No entanto, são abundantes os testemunhos de sua atuação nas transcrições de assinaturas, termos de abertura e fechamentos, constituindo exemplos de marcas vivas da atuação dos secretários na administração cotidiana da capitania.

Quando analisamos as correspondências da secretaria de governo na capitania de Minas Gerais, considerando o período de 1735 a 1763, quando o governador Gomes Freire de Andrada

era a autoridade responsável pelo comando das Minas Gerais, percebemos uma baixa presença de fontes relativas aos anseios pessoais dos secretários de governo. Por outro lado, neste contexto é notável a contribuição significativa do ofício de secretário de governo no suporte à prática administrativa da capitania, assim como notamos um número bastante expressivo de pessoas que exerceram o ofício, incluindo aqueles que secretariaram o governo da capitania substituindo o ocupante do cargo oficial por um curto período de tempo.

Para a compreensão da realidade do governo e da administração nas Minas setecentistas, bem como a atuação de seus agentes, reconhecemos que tais facetas da realidade histórica se inserem no debate maior sobre as estruturas governativas e administrativas no contexto do processo de institucionalização do poder metropolitano na América Portuguesa. Torna-se, assim, necessário reportarmos aos trabalhos que procuram dar conta desta complexa realidade.

Neste sentido, os trabalhos clássicos de Caio Prado Júnior (1942) e Raimundo Faoro (1958), tornaram-se referências fundamentais na historiografia especialmente interessada no entendimento das complexas dimensões da realidade colonial, incluindo a administração na América portuguesa, trazendo contribuições de alta relevância para o debate de tais questões. Caio Prado Júnior, no capítulo “A Administração”, de sua obra clássica, *Formação do Brasil Contemporâneo*, tratou da administração colonial em suas múltiplas dimensões, por meio de uma técnica descritiva e analítica, buscando entrever suas estruturas de organização, seus órgãos, setores e agentes. Sua análise de caráter generalizante se caracterizou por enxergar na administração colonial um formato caótico constituído pela frágil definição de atribuições, funções e competências. Para ele, a transposição do ordenamento jurídico e administrativo português para a Colônia se assentou em um modelo hierárquico e confuso, sendo que, nesta visão, pouco foi feito pelo sistema administrativo metropolitano para se adaptar aos extensos domínios ultramarinos<sup>7</sup>.

Raimundo Faoro, em *Os donos do poder*, por sua vez, apostou no fato de que a empresa colonizadora foi bem sucedida graças à sólida formação do Estado patrimonial português e à sua capacidade de reproduzir a ordem dominante mediante o estamento burocrático. A sua análise percebeu o sucesso da transposição das estruturas administrativas metropolitanas e ressaltou a precoce centralização do poder no Estado português e a sua capacidade de cooptação das elites

---

<sup>7</sup> PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

no seu corpo burocrático. Ao exagerar o papel do Estado metropolitano, o autor minimiza o papel de outros pólos de poder concorrentes, e suas inter-relações com o governo<sup>8</sup>.

Conjugando as posições aparentemente divergentes de Caio Prado Júnior e Raimundo Faoro, Laura de Melo e Souza apostou em uma análise capaz de misturar as projeções centralistas com as propensões à autonomia. Em *Os desclassificados do ouro*, a autora procurou estudar a camada social dos desclassificados que compunham uma margem bastante significativa da sociedade mineradora. Segundo a autora, o peso do Estado recaiu fortemente sobre os homens pobres da sociedade mineira, com uma justiça marcada pela violência e arbitrariedade, configurando uma política contemporalizadora em que se misturava o “agro e o doce”. Neste sentido, o ônus da vadiagem poderia se transformar em seu oposto, com a utilização dos “vadios” para a promoção de agentes da ordem social, participando de tal maneira de uma política mais ampla da Coroa para a sociedade mineradora<sup>9</sup>.

O historiador Stuart Schwartz foi um dos pioneiros nos estudos específicos da justiça no Brasil colonial. Schwartz elaborou um estudo cuidadoso, analisando a instalação da justiça no tribunal da Relação na Bahia e seus magistrados. Em seu livro, *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*<sup>10</sup>, o autor percebeu na realidade colonial a existência de relações interpessoais como as de parentesco, de amizade, de apadrinhamento e suborno, que faziam parte da dinâmica que constituía a administração do Império português. Para este autor, a natureza patriarcal da sociedade ibérica teria promovido o “abrasileiramento” da burocracia em que se percebia a existência de relações de solidariedade, sociabilidade e de laços matrimoniais dos magistrados com as elites locais, que poderiam ameaçar o desempenho descomprometido destes oficiais<sup>11</sup>.

Os trabalhos de António Manuel Hespanha trouxeram importantes orientações para o debate historiográfico sobre a administração portuguesa, sendo tais empreendimentos constituintes do ambiente de renovação decorrente da historiografia europeia na década de 1980, responsáveis por questionar os modelos clássicos de explicação dos Estados modernos marcados

---

<sup>8</sup> FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10 ed. Rio de Janeiro: Globo, V. 1, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

<sup>9</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Ed. Graal Ltda., 1982.

<sup>10</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. Trad. Maria Helena P. Martins. São Paulo: Perspectiva, 1979.

<sup>11</sup> SCHWARTZ, Stuart B. O abrasileiramento da burocracia. In: \_\_\_\_\_. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*, p. 253-286.

por uma “centralização” e de um “poder absoluto” empregados nos estudos sobre os equilíbrios de poder nas sociedades de Antigo Regime<sup>12</sup>.

Um marco deste processo na historiografia portuguesa encontra-se com a publicação de seu trabalho *As vésperas do Leviathan*<sup>13</sup>, em meados dos anos 1980. Neste trabalho, Hespanha demonstrou a existência de poderes concorrentes ao poder central, que se aproveitando de amplos espaços de autonomia do poder institucional, caracterizou uma “monarquia corporativa”, cujo poder era partilhado por diversas outras instituições sociais, sendo os direitos do rei limitados pelos usos jurídicos locais, pelos deveres políticos e morais, pela atuação das redes de amigos e clientelas em disputa de ofícios régios cuja autonomia ajudava a fragmentar o poder real. Constituíam-se, assim, as características marcantes desta monarquia corporativa do Antigo Regime português até a primeira metade do século XVIII.<sup>14</sup>

A dimensão do pensamento corporativo e sua presença nas sociedades europeias, enquanto fruto de uma diversidade de *tradições políticas* fortemente presentes no período moderno nas sociedades ibéricas, é tratado por António Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier.<sup>15</sup> Deste modelo decorre “a posição central da justiça” e dos poderes partilhados pelas diversas dimensões do corpo social, cada qual detentor de ampla autonomia e de direitos, compondo a imagem de um poder central “limitado por poderes locais”, constituindo, deste modo, o “modelo jurisdicionalista de administração”, fundamental no equilíbrio social dos diversos poderes<sup>16</sup>.

As críticas de Laura de Mello e Souza buscaram ao seu modo medir os possíveis ganhos ou exageros destas novas perspectivas que em grande medida vem influenciando decisivamente a historiografia brasileira. O seu livro, *O sol e a sombra: política e administração a América Portuguesa do século XVIII*,<sup>17</sup> se insere neste debate, a partir de uma perspectiva crítica em relação aos novos modelos explicativos advindos, particularmente, da obra de António Manuel Hespanha, bem como também sugere uma revisita aos clássicos da historiografia brasileira sob o signo de uma realidade da América portuguesa em que esteja presente a sua complexa especificidade no interior

---

<sup>12</sup> Sobre a influência da historiografia europeia na obra de Hespanha. Ver: HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português: Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: BICALHO, Maria Fernanda, FRAGOSO, João Luís e GOUVEA, Maria de Fátima.(orgs.) In: *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.163.

<sup>13</sup> HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político, Portugal, século XVII. Lisboa: [s. n.], 1986. 2v.

<sup>14</sup> Neste sentido, o próprio Hespanha revela em seus estudos as profundas alterações trazidas pelo pombalismo na segunda metade do século XVIII e outras alterações político-administrativas que começaram a modificar mais significativamente este modelo corporativo.

<sup>15</sup> Ver: HESPANHA, António Manuel & XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José. (orgs.) *História de Portugal*. O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1998, p.113-140.

<sup>16</sup> HESPANHA & XAVIER. *A representação da sociedade e do poder*, p. 114-115.

<sup>17</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

do Império português. Para a autora, as análises sugeridas por Hespanha são mais adequadas ao século XVII, e pouco eficientes para o complexo colonial brasileiro do século XVIII<sup>18</sup>.

Desta influente e rica historiografia cabe referência a José Subtil, que realizou importante estudo tratando dos poderes pertinentes à administração central. Subtil percebeu na dimensão jurisdicionalista do poder o papel central da justiça enquanto uma área que domina os órgãos ordinários de governo, havendo, assim, um amplo espaço para o “governo informal”, como os atos de graça régios, ou mesmo a administração de assuntos econômicos calcados numa “gestão informal” em que se misturava às concepções de poderes privados de um rei. Os atos régios de tal maneira se consubstanciavam na imagem de um rei que é um “pai de família” ou “chefe da casa”, ainda que as concepções políticas que exigiam do príncipe um governo político começassem a dar sinais de vida.<sup>19</sup>

O ponto de viragem encontra-se na segunda metade do século XVIII, quando significativos melhoramentos, com um modelo de “administração interventora e ativa”, aponta a progressiva substituição ao modelo jurisdicionalista de “administração passiva”, coincidindo com o momento em que a justiça começou a perder espaço para outras áreas de governo<sup>20</sup>.

Além destas mudanças substanciais que vão atingindo um verdadeiro reordenamento administrativo das relações entre o centro e a periferia, o autor reconheceu uma evolução gradual do sistema político-administrativo, composto por um conjunto de altos funcionários, verdadeiros burocratas profissionais, que constituíam a monarquia absoluta e sua “espinha dorsal” administrativa, conformando um processo de formação de novas elites a exercer na magistratura tradicional papéis estratégicos para a centralização da monarquia<sup>21</sup>.

Não menos importantes foram as reflexões de Russel Wood para a compreensão da atuação dos agentes do poder metropolitano em terras coloniais em seu importante ensaio *Governantes e agentes*. Neste texto, o autor debruçou-se sobre o papel dos “rostos humanos” da administração metropolitana na América Portuguesa, buscando entrever as lógicas do sistema administrativo mediante a ação dos agentes e sua capacidade de flexibilização deste mesmo sistema.<sup>22</sup>

---

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. *O sol e a sombra*, p. 57.

<sup>19</sup> SUBTIL, José. Os poderes do centro. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*, p.142-167.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *Os poderes do centro*, p.143.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *Os poderes do centro*, p. 167.

<sup>22</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDRI, Kirti. *História da expansão portuguesa*. O Brasil na balança do Império (1697-1808). Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, Vol. III, p. 169-192.

A despeito de todo o objetivo centralizador metropolitano, Russel Wood demonstra uma verdadeira descentralização na ordem prática responsável por perdas e fraudes. Os fatores combinados das longas distâncias em relação ao Império, a falta de pessoal e a descentralização sistêmica marcada pela existência de autoridades com poderes desproporcionais, áreas de jurisdição mal definidas, conformavam fatores que competiam para a redução da eficiência administrativa e apontavam as incertezas quanto aos parâmetros de autoridade, tendo em vista os conflitos de jurisdição. Outros fatores ajudaram a flexibilizar o sistema em favor dos seus agentes como as pressões familiares e as relações de parentescos que se combinavam para a permanência de determinados grupos em certos cargos públicos, somados ao peso das relações pessoais com o próprio monarca e das práticas clientelares<sup>23</sup>.

Aprofundando as discussões sobre a importância das redes sociais no processo de governação no interior do Império português, Maria de Fátima Gouvêa inovou ao trazer para o âmbito da vida administrativa do Antigo Regime português o conceito de “redes governativas”. Reconhecendo o fato fundamental da participação das redes na estruturação do Estado Moderno e percebendo o papel central do Rei, que fazia com que dele dependessem todas as redes que conformavam a governabilidade e a administração do Império, Gouvêa percebeu a adequação do conceito de redes governativas para avaliar as relações que se estabeleciam entre os próprios agentes administrativos<sup>24</sup>.

Chamando a atenção para a dinâmica governativa, Maria de Fátima de Gouvêa destacou os secretários de governo em sua notável atuação na organização da memória da administração e na produção de documentos que eram utilizados diariamente nas secretarias de governo ou encaminhados regularmente ao Conselho Ultramarino. Conhecedores privilegiados de vários atores que compunham a administração na capitania, os secretários dispunham de um vasto conhecimento que poderia ser utilizado de forma estratégica:

Essa centralidade administrativa que passava a ser exercida pelo secretário de governo colocava-o numa posição privilegiada para atuar em favor de determinados interesses e em detrimento de outros. Negócios e governabilidade estavam tão intrinsecamente imiscuídos que era praticamente impossível saber o que engendrava o que àquela altura.<sup>25</sup>

No entanto, a despeito de tantas contribuições historiográficas para a dinâmica administrativa do Império português, coube ao historiador Caio Boschi realizar os mais

<sup>23</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Governantes e agentes*, p. 192.

<sup>24</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, 1680-1730. In: FRAGOSO, João Luís; GOUVÊA, Maria de Fátima (org). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.155-202.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. *Redes governativas portuguesas*, p. 177.

importantes estudos que contribuíram para o entendimento da atuação dos secretários de governo na América portuguesa, tendo como foco a capitania de Minas Gerais.

Boschi ressaltou a atuação decisiva dos secretários na organização das informações e da documentação política - administrativa da capitania que compõe, atualmente, os diversos códices da seção colonial. Este historiador pontuou a diligência dos secretários no árduo trabalho de evitar a dispersão e desarticulação das peças documentais que incluía uma série de práticas como a produção de inventários da documentação a ser consultada no cotidiano administrativo setecentista<sup>26</sup>.

Não se limitando a reconhecer a importância dos secretários na constituição dos acervos documentais, Boschi foi muito além, realizando um estudo exaustivo dos diversos secretários que atuaram na capitania das Minas Gerais durante o período colonial. Nomeados regularmente por provisões régias, os secretários de governo estiveram atuantes nas Minas antes mesmo da criação da capitania, quando ainda esta repartição do território pertencia à capitania de São Paulo e das Minas de Ouro, efetivando-se enquanto capitania régia a partir da década de 1720.

A escolha dos secretários de governo das Minas Gerais passava por processos criteriosos de seleção régia. Essa seleção poderia incluir a apresentação de candidatos ao cargo devidamente apresentados ao Conselho Ultramarino, que não raro considerava não apenas o histórico dos candidatos envolvidos, mas costumava valorizar a experiência e a diligência dos concorrentes no trato das atividades burocráticas e administrativas no Império português<sup>27</sup>.

A despeito dos raros trabalhos pertinentes ao assunto, o historiador Josemar Henrique Melo chegou a empreender estudos sobre o ofício de secretário de governo na capitania de Pernambuco. O autor pontuou a Restauração Portuguesa de 1640 enquanto momento importante para o surgimento do cargo nas capitanias da América Portuguesa. O referido autor destacou que já ao final do século XVII, o Rei português havia especificado um regimento datado de 13 de fevereiro de 1689 em que o cargo de secretário era instituído por provisão régia para a capitania de Pernambuco, não se diferenciando tanto dos demais secretários nomeados para outras partes do Império português, no que diz respeito ao conjunto de suas atribuições. Deste modo, os secretários de governo da América portuguesa colaboravam para tornar as secretarias das

---

<sup>26</sup> BOSCHI, Caio C. Nas origens da seção colonial. *Exercícios de pesquisa histórica*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 201, 1, p. 35-58.

<sup>27</sup> \_\_\_\_\_. Os secretários do governo na capitania de Minas Gerais. *Exercícios de pesquisa histórica*, p. 59-100.

capitanias um centro de grande importância na difusão de informações jurídicas, políticas e administrativas.<sup>28</sup>

Neste sentido, os secretários teciam importantes relações políticas e administrativas em um locus fundamental do poder administrativo na capitania. Estritamente ligada às decisões que abrangiam todo o universo das capitanias, a secretaria de governo era um espaço central da governação, na qual os seus diversos secretários assumiam variadas funções, entre as quais se destacavam a gestão dos documentos produzidos pela secretaria. Era neste importante espaço que se fazia presente uma vasta relação de leis, regimentos, ordens, bandos, provisões, termos, instruções, portarias, editais, requerimentos e despachos, constituindo uma infinidade de informações que davam vida às relações que ligavam os colonos aos interesses metropolitanos.

Durante a administração do governador Gomes Freire de Andrada nas Minas Gerais é possível perceber a existência de uma preocupação com a organização da documentação da secretaria do governo que remonta ao governo interino de Martinho de Mendonça, sob a estrita obediência às ordens do governador conforme relatado em carta ao monarca D. João V:

Falecendo-se em vinte de Março o secretario deste governo, Mathias de Amaral e Veiga me ordena o governador e Capitão General que tivesse a meu cuidado dirigir a arrecadação e a boa ordem dos papéis da secretaria para Se entregar a Antônio de Souza Machado, que nomiou para Servir aquella oCupação enquanto V. Mag. a não provir.

Guardavãoosse os Libros e papéis da Secretaria amontoados a hum Canto da Caza do Secretario sem Inventario nem clareza alguma destinouosse para a Secretaria hum quarto desta Casa com Estantes e Almários em que se puzerão os Livros, e papéis devididos em maços, enumerados de que formou hum inventario, que contem distintamente a substancia de todas as ordens e documentos para com facilidade se poderem achar e por este mui facilmente se podem informar os Governadores de todas as ordens que há sobre qualquer matéria conferindo as ordens com algumas Listas que cazualmente se acharão entre os papéis do Secretário se vê que faltão os da memória inclusa que faço presente a V. Magestade para que não sendo servido mandar que se reforme<sup>29</sup>.

A preocupação com a gestão documental parece revelar uma racionalidade importante na construção da governabilidade presente no governo de Gomes Freire de Andrada e nos demais que lhe sucederam. Ademais, acrescenta-se o fato de que não necessariamente um secretário de governo era um gestor de arquivos e de bibliotecas antes de assumir o cargo, como havia sido o caso de Martinho de Mendonça e Proença em Portugal, e que, por isso, prestou um serviço de

<sup>28</sup> MELO, Josemar Henrique. *A ideia de arquivo: a secretaria de governo da capitania de Pernambuco (1687-1809)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2006; \_\_\_\_\_. Os secretários de governo de Pernambuco como parte do aparelho burocrático colonial. ACTAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2005, Lisboa, *Anais*. Disponível: FSCH\UNL.

<sup>29</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). – Minas Gerais – Cx. 32, doc. 31.



grande valia para a secretaria de governo daquela época. Nas palavras do desembargador Teixeira Coelho: “este emprego de secretário é de uma grande consideração e deverá sempre ser exercitado por pessoas de talentos conhecidos, instruídas e honradas por seus nascimentos”<sup>30</sup>.

Assim, percebemos que a nomeação para secretário de governo obedecia a critérios específicos, uma vez que pessoas que não tivessem um bom nascimento, não gozassem de boa reputação e não fossem suficientemente instruídas não poderiam ocupar este cargo, o que, só por esses fatores reunidos, comprova ser um ofício de grande dignidade e de importância estratégica.

Para o espaço das Minas Gerais não houve um regimento específico que definisse as atividades dos secretários de governo, atendendo às especificidades da localidade. No entanto, percebemos que os regulamentos utilizados para normatizar o ofício estavam presentes em um dos códices da secretaria de governo no qual havia um regimento para os secretários, que fora adotado no Rio de Janeiro, como se esclarece no preâmbulo da transcrição:

Cópia do Regimento do Secretário do governo do Rio de Janeiro pello qual se há de governar o das Minas em ordem ao que deve levar na forma da provizam de Sua Magestade a traz escrita, e o dito Regimento se acha Registrado no Livro delles que serve na Secretaria do Conselho Ultramarino a folha 214 donde se me deo hum treslado authêntico e o theor seguinte: Eu El Rei faço saber aos que este meu Regimento virem que tendo consideração ao muito que convém haver nas conquistas deste Reino Secretários providos por mim por estes haverem differentemente na expediçam dos negócios e terem em boa forma os papeis, e ordens que forem tocantes a meu serviço melhoras, e conservação das ditas conquistas<sup>31</sup>.

Um dos pontos centrais do regimento diz respeito às atividades existentes na secretaria de governo que, ao mesmo tempo, serviam de renda para o governo e para o próprio secretário. Nesse sentido, os onze primeiros artigos do regimento definem as tarefas atribuídas, o valor da cobrança a ser efetuado por cada registro e a quantia que ficaria respectiva ao secretário de governo. Desse modo, para os registros de patentes de coronel, capitão-mor e sargento-mor da ordenança, definia o primeiro artigo que ficaria no valor de sete mil trezentos e sessenta réis o pagamento pela patente na secretaria de governo, recebendo o oficial secretário o valor de seiscentos e quarenta réis deste total.

Outros valores eram impostos aos capitães de ordenança e aos serventuários dos ofícios de justiça. O secretário de governo também recebia certa quantia fixada pelos registros de sesmarias, provisões para ofícios de justiça, pelo registro de qualquer provisão determinada pelo

<sup>30</sup> COELHO, J. J. Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais* (1780). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, p.101.

<sup>31</sup> APM, SC-02, 1605-1753, fl.7-9v, 27/07/1712. Regimento dos secretários de governo do Rio de Janeiro.

governador, pelos despachos de navios emitidos para Portugal, pelas homenagens, pelos pedidos dos livros de registros, pelas patentes de ajudante de infantaria ou de ordenança<sup>32</sup>.

O regimento, que fora escrito de maneira bastante sucinta, não permitia saber como sobre esses registros incidiam os modos de cobrança, mas chama a atenção, logo de início, pelo fato de se poder notar que as rendas do secretário de governo estavam intimamente ligadas às práticas de registros nos diversos livros existentes na secretaria.

Curiosamente, não existem, no referido regimento, valores estipulados a serem pagos aos secretários de governo para a produção de correspondências, bandos, editais, instruções, regulamentos, requerimentos, representações e ordens emitidas pelo governador.

Os últimos seis artigos do regimento definem ordens a serem cumpridas e funções específicas a serem exercidas pelo secretário. Ficava determinado aos secretários de governo que no período de três anos deveriam se afastar do ofício em razão do período de residência, assim com os demais oficiais no período de sindicância. Explícito no regimento, certamente era desejável que o secretário de governo residisse nas proximidades da casa do governador e da secretaria, a fim de facilitar os trabalhos e os contatos necessários para as atividades desempenhadas na administração e outras tarefas requisitadas pelo governador de capitania<sup>33</sup>.

Entre as funções específicas para o secretário de governo estava determinada a organização dos registros da secretaria. O regimento definia que haveria necessidade de se produzir livros de registros com as ordens, separando-se estes registros em livros para as ordens advindas de Portugal e para as ordens produzidas pelo governador da capitania do Rio de Janeiro. Todas as ordens que chegassem e necessitassem sair da secretaria deveriam ser registradas. A cada governo se abriam novos livros para efetivação de novos registros. Nos casos dos livros em que se registrassem as ordens e cartas de Portugal, deveriam conter também as respostas dos governadores.

Por fim, os secretários assumiam a importante tarefa de elaborar listas de todos os oficiais e soldos. Essa tarefa deveria ser realizada todos os anos, sendo as referidas listas enviadas para o Conselho Ultramarino, a fim de informar aos ministros daquele Conselho sobre os funcionários que vinham exercendo suas funções na capitania<sup>34</sup>.

A tarefa de registrar a lista de oficiais de ordenança na ocasião da mostra faz referência a uma atividade periódica dos governadores de avaliar as condições dos corpos militares da capitania, quando havia grande possibilidade do secretário de governo acompanhar tal atividade.

---

<sup>32</sup> APM, SC-02, 1605-1753, fl.7-8v, 27/07/1712.

<sup>33</sup> APM, SC-02, 1605-1753, fl.7-8v., 27/07/1712.

<sup>34</sup> APM, SC-02, 1605-1753, fl. 8v-9, 27/07/1712.

Por último, ficava a obrigação do secretário de informar aos novos governadores todas as ordens que existissem na capitania, registrando esse feito em uma certidão, declarando que cumpriu essa atividade<sup>35</sup>.

Para o período do governo de Gomes Freire de Andrada e de seus governadores interinos, foram secretários de governo os seguintes personagens na capitania das Minas Gerais:

1732-1735- Matias do Amaral e Veiga (José Leitão, substituto nos impedimentos)

1736- Antônio de Souza Machado (substituto nos impedimentos por André Teixeira da Costa, e em 1742, por Luis Antônio de Silva Bravo)

1749 - José Cardoso Peleja (substituído, interinamente, por Bento Luís de Almeida, em 1752, por Manuel Francisco da Costa Barros, em 1756)

1759 - Manuel da Silva Neves

1762 - Claudio Manoel da Costa (a partir de 27\07)36.

Considerando os referidos secretários de governo e o período em que estiveram em atuação no governo das Minas, percebemos um fato um tanto importante: com exceção apenas de um deles, Manuel da Silva, nenhum dos referidos secretários obedeciam à norma estrita de permanência no cargo por apenas três anos. O dado é significativo na medida em que revela uma relação de proximidade com os governantes, que, muito além da obrigatoriedade de fixar residência próxima aos governadores, os secretários deveriam construir uma relação de confiança com os governantes de capitania, fato que a permanência nos cargos da secretaria, além de indicar uma baixa rotatividade de secretários, sugere.

O relato do desembargador José Teixeira Coelho fez interessantes reflexões a respeito do governo das Minas, comprovando mudanças significativas na função de secretário de governo, que alteravam, em grande medida, as determinações que estavam dispostas na maior parte do regimento original, elaborado no Rio de Janeiro, em 1712. Sendo assim, uma ordem de quatro de julho de 1718 determinava que o secretário de governo passaria a ter uma renda fixa de 400\$000 réis, pagos pela contribuição dos quintos, excluindo qualquer outro rendimento próprio. Além disso, receberia uma renda adicional de 40\$000 para alugar casas e mais 40\$000 para aquisição de papel e tinta, pela ordem de 21 de janeiro de 1735<sup>37</sup>.

As vantagens de um ordenado fixo se faziam acompanhar de certos privilégios no exercício de sua função. Assim, quando os secretários estivessem em viagem com o governador da capitania, tinham o direito de receber, à custa da Real Fazenda, um cavalo e assento garantido nos atos que se fizessem na presença do governador, o que nos leva a supor que os secretários

<sup>35</sup> APM, SC-02, 1605-1753, fl.9v., 27/07/1712.

<sup>36</sup> Arquivo da Casa dos Contos – Vila Rica, *apud* MELGAÇO, Marta Eloísa Neves. *Em busca da organicidade: um estudo da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais*. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997, p. 180-181.

<sup>37</sup> COELHO, J. J. T. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 100.

também faziam uso deste direito de assento quando se encontravam empenhados na produção de cartas, despachos, petições e respostas de avisos nas secretarias. Tais privilégios se complementavam ao direito de assento ao lado do tenente de mestre-de-campo general, precedendo ajudantes e quaisquer outros oficiais de milícia<sup>38</sup>.

Os secretários tinham à sua disposição um oficial que escreveria todos os papéis em que se pagavam emolumentos. A escolha dos ajudantes dos secretários obedecia a uma estrita relação de confiança, que se tecia entre ele e o agraciado. Isto não impediu que os governadores procurassem controlar de perto as atividades dos secretários. Refletindo um maior protagonismo dos governadores no exercício de sua autoridade, tal ocupação passou a ser provida diretamente pelos governadores de capitania, a partir do governo de Gomes Freire de Andrada, o que revela uma crescente ampliação da sua governança no espaço da secretaria, deixando aos secretários o receio de impugnar as suas ordens e aumentando o controle sobre as suas tarefas.

A atividade cotidiana dos secretários revela a sua importância nas diferentes requisições que poderiam receber de autoridades das Minas e até de Lisboa. Assim, podemos perceber, em uma correspondência dos representantes do Conselho Ultramarino, nas pessoas dos conselheiros Tomé Gomes Pereira e Martinho de Mendonça de Pina e Proença, que se dirigiam ao secretário de governo das Minas, em nome do monarca D. João V:

Dom João V. Faço saber a vós secretr<sup>o</sup> de governo das Minas, q por ser conveniente ao meo serviço me pareceo ordenar-vos e remetaes todos os anos ao meo Conselho Ultramarino listas das ordens que fazem para esse governo remetidas pello dito Conselho, e recibos das cartas de meo serviço q se mandarem dentro das vias que não forem dirigidas a esse mesmo governo. s e quaisquer outros oficiais de milícia<sup>39</sup>.

A elaboração de listas com as ordens do Rei e do próprio governo, como vimos, eram atividades a serem exercidas pelos secretários de governo, que estavam definidas em seu próprio regimento, com o dever de encaminhar as referidas listas para Lisboa periodicamente. O pedido do Conselho Ultramarino, referenciado no documento acima, apenas reforça a importância desse funcionário, dono de um conhecimento bastante particular sobre o funcionamento da administração nas Minas. Sabendo disso, o próprio governador interino José Antônio Freire de Andrada também fez uso do auxílio do secretário José Cardoso Peleja, quando o referido governador estava cumprindo diligências em paragens mais distantes:

Com esta remeto a Vm. duas folhas de papel em b<sup>co</sup> assinadas por mim p<sup>a</sup> que nellas se lavrem duas Provizões dos off<sup>os</sup> que rematey para a V. S. José, a saber

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 101.

<sup>39</sup> COELHO, J. J. T. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 101.

a Francisco Corr<sup>a</sup> da Silv<sup>a</sup> de escrivão da vara do alcaide, e do Meirinho do campo a Antônio Roiz Guim<sup>es</sup><sup>40</sup>

Chama a atenção, nesse caso, o fato de o governador ter enviado “duas folhas” para que o secretário José Cardoso Peleja pudesse cumprir a diligência de registrar duas provisões de ofícios arrematados na Vila de São José, com a presença do governador. Pelo regimento dos secretários de governo utilizado na capitania percebemos que o referido secretário recebia certa quantia para administrar o papel e a tinta necessários a seu ofício, o que nos confirma que o material para a execução do seu ofício ficava sob sua responsabilidade. Percebemos neste caso um acontecimento bastante diferenciador da realidade na capitania das Minas Gerais, em que o próprio governador demandava os registros em um local distante da secretaria de governo.

Em alguns casos, aos secretários era solicitado que elaborassem listas para o auxílio das atividades de suporte à governação. Foi assim que José Antônio Freire de Andrada, mais uma vez, solicitava o serviço do secretário de governo José Cardoso Peleja:

Do livro de Registo de Provizoens Reaes que p<sup>lo</sup> Conselho Ultram.<sup>o</sup> se tem passado das serventias dos off<sup>os</sup> desta Capitania tirará V. m<sup>ce</sup> huma rellação que declare o Donativo por que ultimamente forão rematados, a qual me remeterá quanto antes p<sup>a</sup> me (sic) saber determinar nas rematações que fizer das serventias dos ditos off<sup>os</sup>, na forma de huma nova ordem de S. Mage<sup>e</sup>.: E advirto a V. m<sup>ce</sup> que deve vir com separação das villas, e que lhe não escape officio algum delas, pois de todos tem havido Provizoens Régias.<sup>41</sup>

A tarefa de elaborar listas de ofícios sem dúvida tinha elevada importância, tendo em vista que nelas estavam registradas informações a respeito da carreira dos oficiais que prestavam os seus serviços na administração colonial. A preocupação do governador em alertar o secretário José Cardoso Peleja para que “não escape ofício algum” acentua o poder dos secretários de governo de se “esquecerem” de forma proposital de pessoas com quem não tivessem boas relações.

O interessante expediente que permitia aos secretários de governo controlarem uma gama variada de informações acerca de diferentes agentes da administração acentua a ação estratégica dos secretários que não por acaso poderiam ganhar grande destaque no suporte das práticas administrativas cotidianas.

Neste sentido, interessado na atuação dos secretários na capitania de Minas Gerais, Caio Boschi destacou que o secretário Antônio de Sousa Machado foi favorecido por entusiasmados elogios de Gomes Freire de Andrada, que ressaltava a habilidade daquele agente no cuidado com

<sup>40</sup> APM, SC-116, 1755-1758, fl. 23, 07/01/1753.

<sup>41</sup> APM, SC-116, 1755-1758, fl.58v, 25/08/1756.

“as mais importantes cartas e papéis que se remeteram nas últimas embarcações a Sua Majestade.”<sup>42</sup>

Exercendo o cargo de secretário durante 17 meses até 23 de setembro de 1737, a aquisição de uma moléstia impediu o referido secretário de continuar o seu diligente ofício. Manuel da Silva Neves, que esteve como oficial substituindo Sousa Machado por motivos de saúde em meados da década de 1740 chegou a ganhar notavelmente a confiança de Gomes Freire, a ponto de secretariá-lo nas expedições para a Divisão da América Meridional no sul da Colônia. Esse fato aumentou ainda mais a estima do governador por este personagem, uma vez que via nele um homem de confiança, inteligência e reconhecida perícia no serviço da Sua Majestade.<sup>43</sup>

Nem sempre, no entanto, o exercício do ofício de secretário era feito de maneira tão admirável. O historiador Caio Boschi demonstrou em seu estudo que o próprio Gomes Freire reconhecia casos como o do secretário André Teixeira da Costa, que, além de ter idade avançada para o ofício, era tido por ele como débil no deslocamento para as distantes comarcas, pretendendo, com tais críticas, afastá-lo do cargo. Em caso semelhante, o referido historiador apontou o afastamento de José Cardoso Peleja, no final da década de 1740, por motivos de saúde; o que ensejou a atuação do oficial Manuel Francisco da Costa Barros que, além de fazer todo o serviço melhor que o secretário titular, possuía este último, segundo o próprio governador da capitania, pouca compreensão, baixa expedição e letra imprópria para a produção de cartas e ofícios da Secretaria<sup>44</sup>.

O último secretário nomeado para o governo das Minas Gerais durante a administração de Gomes Freire de Andrada foi o ilustre poeta Cláudio Manuel da Costa. Boschi destacou o fato da nomeação deste candidato ter ocorrido de modo incomum, tendo em vista que tal ato foi realizado diretamente pelo governador da capitania sem a devida aprovação régia, demonstrando, não apenas a importância das redes sociais, mas da fama pública de homens destacados da elite nas Minas Gerais, para a composição de cargos estratégicos da governação<sup>45</sup>.

O ofício de secretário, no entanto, não foi o único a exercer papel importante na gestão do acervo documental da administração. O intendente José João Teixeira Coelho escrevera uma importante instrução de governo publicada na década de 1780, que mais do que demonstrar o seu profundo conhecimento sobre as matérias do governo nas Minas Gerais, evidenciava o seu

<sup>42</sup> BOSCHI, C. C. *Os secretários do governo na capitania de Minas Gerais*, p. 6.

<sup>43</sup> BOSCHI, C. C. *Os secretários do governo na capitania de Minas Gerais*, p.72-73.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. *Os secretários do governo na capitania de Minas Gerais*, p. 74-75.

<sup>45</sup> \_\_\_\_\_. *Os secretários do governo na capitania de Minas Gerais*, p 79.

conhecimento sobre a análise da documentação e das condições de gestão do acervo que se encontrava na secretaria de governo da capitania. Nem mesmo a presença regular de secretários criteriosamente nomeados pelo Conselho Ultramarino era condição suficiente para que a documentação existente na capitania encontra-se em bom estado de organização, uma vez que o referido intendente destacava a sua percepção de “um amontoado de ordens sem separação de matérias”. Segundo Caio Boschi, o seu desejo de recuperar com eficácia as informações existentes na secretaria teria lhe incentivado, de acordo com alguns historiadores, a elaboração da importante *Coleção Sumaria das próprias leis, Cartas Régias, Avisos e ordens que se acham nos livros da Secretaria do Governo desta Capitania de Minas Gerais por ordem a títulos separados*<sup>46</sup>.

No entanto, ainda assim, a importância das relações interpessoais dos secretários de governo com outros agentes da administração não podem ser negligenciadas, uma vez que a amizade privilegiada deste intendente com os secretários de governo, particularmente o secretário José Luís Saião, com o qual estabeleceu importante relação de amizade e de compadrio, permitiu ao referido intendente um acesso bastante amplo da documentação da secretaria de governo, inclusive facilitando a produção de suas reflexões sobre a vida administrativa da capitania, como bem demonstrado por Caio Boschi<sup>47</sup>.

A atividade cotidiana dos secretários de governo ainda impunha uma constante atuação no controle dos documentos existentes nas secretarias. Percebemos sinais dessa constante atividade nos termos de abertura e de fechamento dos livros, que mencionavam uma variedade imensa de documentos administrativos. Assim percebemos, em um termo de encerramento de 1759, com a presença do então secretário de governo Manoel Francisco da Costa:

Em dois de abril de mil setecentos e cinquenta e nove tomei conta de todas as ordens e livros conhecidos neste Inventário, que por minha mão conferi e examinei como também recebi todos os papéis avulsos e em maçados que se acham na Secretaria deste Governo, e assim mais duas Cartas de Il<sup>mo</sup> Ex<sup>mo</sup> Secretário de Estado Thomé Joaquim da Costa Corte Real, uma sobre arrematação do contrato das entradas, por conta da Fazenda Real e outra sobre a formalidade de se passarem certidões as partes dos ouros que se metem nas Reais Casas de Fundação com a cópia de um alvará inclusa como também tomei conta de uma ordem a requerimento de Domingos Galvão em que pretende licença para poder moer cana em um engenho com data de vinte de janeiro de mil setecentos cinquenta e sete, e da mesma forma de uma que mais acresceu de Registro de Cartas de Sesmarias em o livro noventa e três que ainda corre. E por que de tudo tomei conta e passa na verdade fiz este termo que assinei para

---

<sup>46</sup> BOSCHI, Caio C. Estudo introdutório. In: COELHO, J. J. Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*; \_\_\_\_\_. (Organização, transcrição documental e textos introdutórios de Caio C. Boschi; preparação do texto e notas de Melânia da Silva Aguiar). *Coleção Sumaria das próprias leis, Cartas Régias, Avisos e ordens que se acham nos livros da Secretaria do Governo desta Capitania de Minas Gerais por ordem a títulos separados*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, Arquivo Público Mineiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007, p. 21-150.

<sup>47</sup> \_\_\_\_\_. *Estudo introdutório*, p. 123-125.

todo o tempo constar dia e era ut. Supra. José Pereira da Cunha. Manoel Francisco da Costa.

Declaro que todas as referidas ordens, livros e papéis me entregou o Capitão Manoel Francisco da Costa Barros, Secretário que foi deste Governo o qual comigo o assina este termo<sup>48</sup>.

Um ritual importante, que contava com a presença fundamental dos secretários de governo, ocorria por ocasião da nomeação dos governadores que exerceriam o seu tempo de governação na capitania das Minas Gerais. Devia, assim, os governadores, tão logo chegassem ao local de exercício de suas atribuições, apresentarem aos representantes dos poderes locais as ordens com as quais havia sido nomeado para o exercício da governação na capitania. A presença dos secretários era de demasiada importância em tal ritual, não só pelo cargo que exercia atrelado às funções dos governadores, mas certamente pela responsabilidade de registrar o documento comprovando os atos de posse.

Aos quinze dias do mês de mil e setecentos e trinta e seis anos em Vila Rica nas casas de residência do governo. Eu Antônio de Souza Machado, Secretário deste por mandado do Exmo. Sr. Gomes Freire de Andrada Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro e Minas, estando presente as pessoas abaixo declaradas e assinadas. Li em voz alta e inteligivelmente uma carta de S. Majestade, que o dito Senhor me entregou para Ler<sup>49</sup>.

O contato constante com importantes autoridades da capitania mineira fazia dos secretários personagens centrais nas redes governativas prestando fundamental assistência aos atos administrativos. A influência dos secretários sobre os atos do governador pode ser percebida em razão do seu contato constante com essa autoridade, estabelecendo uma relação de confiança necessária, especialmente por se tratar de um cargo que exigia do seu ocupante um vasto poder de organização e de acúmulo de conhecimento sobre a administração colonial, tendo em vista os contatos, que também deviam ligá-los às autoridades do Conselho Ultramarino.

Demonstramos deste modo que a atuação dos secretários de governo não se privou aos mais diversos registros necessários às práticas administrativas da secretaria. O vasto conhecimento que possuía sobre uma gama variada de informações administrativas e políticas permitiu aos secretários influenciar decisões dos governadores e ainda havia a real possibilidade de omitir ou revelar informações privilegiadas.

Inseridos nas redes sociais que compunham também as relações de clientela, os secretários eram figuras destacadas, trabalhando lado a lado com os governadores de capitania. Entretanto, há muito ainda a ser pesquisado sobre a importância dos secretários, suas trajetórias e

---

<sup>48</sup> APM, SC-405, fl.155-156, 02/04/1759.

<sup>49</sup> Posse de Martinho de Mendonça no governo interino das Minas. In: *Revista do Arquivo Público*. Belo Horizonte, 1911, p. 309-311.



a presença deles nas redes sociais que construíam a política da administração metropolitana em terras coloniais.

Durante o período que analisamos neste artigo em que a capitania das Minas Gerais esteve sob o comando do capitão general Gomes Freire de Andrada, percebemos a estreita relação que se estabeleceu entre este governador e seus secretários, permitindo a produção e o controle de uma grande variedade de informações administrativas. Tais evidências ganham ainda mais importância quando consideramos o fato de que o referido governador esteve na administração da capitania por mais de duas décadas e se deslocou constantemente para outras porções de território ao sul da América Portuguesa, cumprindo uma infinidade de missões políticas e militares em razão de uma progressiva ampliação da sua jurisdição.

Neste sentido, a vigilância e o acompanhamento do trabalho dos secretários de governo pelos governadores se faziam bastante necessárias, tendo em vista que a construção de uma relação de confiança entre os governadores e estes agentes dependia em grande medida do resultado desta relação de governança. Ainda assim, a própria carreira dos secretários na administração portuguesa poderia sofrer prejuízos sérios em função de uma relação desgastada com os seus chefes imediatos, os governadores.

A atuação dos secretários nos bastidores da administração colonial não impediu que estes agentes assumissem uma importância destacada na concretização de atos administrativos e no apoio constante à implementação de uma variedade de políticas da administração que contou com a sua colaboração, ainda que muitos aspectos da influência destes secretários na vida política, social e administrativa da capitania seja um campo aberto a ser explorado.

Recebido em: 14/12/2013

Aceito em: 08/04/2014

## Beatismo, devoção e fanatismo em Portugal no final do século XVIII

Rossana Agostinho Nunes

Doutoranda em História pela UERJ, bolsista Capes

[rossananunes@uol.com.br](mailto:rossananunes@uol.com.br)

**RESUMO:** Ao longo da época moderna as beatas gozaram de uma posição ambígua junto à igreja. Representavam, ao mesmo tempo, um modelo de perfeição cristã e um risco à hierarquia eclesiástica. Em Portugal, ao final do século XVIII, não foi diferente. Exceto por um fator: a dimensão política assumida pelo termo. Em meio ao regalismo e ao reformismo ilustrado régio, as beatas foram inseridas em uma verdadeira trama jacobea-jesuítica. Assim, tendo como objeto de análise uma devassa aberta em Bragança no ano de 1775, este artigo pretende apresentar as diferentes motivações e disputas de poder que atuaram por trás do desejo de reforma da Igreja lusa ao final do século XVIII.

**PALAVRAS-CHAVE:** Beatas, Jacobea, Reformismo Ilustrado.

**ABSTRACT:** During the modern era the *beatas* had an ambiguous position at the church. They represented, at the same time, a model of Christian perfection and a risk to the ecclesiastical hierarchy. In Portugal, at the end of eighteenth century, wasn't different. Except by one fact: the political dimension assumed by the term. According with the regalism and the regius illustrated reformism, the *beatas* were inserted into a plot jacobean-jesuitical. Thus, having as object of analysis an inquest opened in Bragança in 1775, this work intends present the different motivations and power struggles that had acted behind the desire to reform the Portuguese church at the period.

**KEYWORDS:** Beatas, Jacobean, Illustrated Reformism.

“[...] o hipócrita comum deseja passar nos olhos de todos por mais virtuoso do que na verdade é. [...] Se reveste de um exterior devoto e esconde uma quantidade de vícios debaixo das excelentes aparências da virtude.”

(Nº 13, Da hipocrisia e os meios para se conhecer cada um a si mesmo, O Anónimo, 1752, p. 288)

No número seguinte do periódico, o tema da hipocrisia continuava em discussão. O enfoque, porém, era outro. Da definição conceitual, expressa no número 13, passara à construção de seu retrato, o qual, por sua vez, remetia à figura da beata.

Segundo o autor, anos atrás uma beata havia conseguido estimação por sua fingida virtude: afetava moléstias e fraquezas causadas por falsos jejuns. Muitas pessoas a procuravam. Um dia, porém, a sua farsa foi descoberta; foi julgada e condenada pelo Tribunal do Santo Ofício. A mulher, cujo nome não foi citado, abjurou publicamente as suas culpas e foi recolhida em cárcere perpétuo até a morte. “Este foi o fim que teve esta sequeza da hipocrisia, e bom fora que

todos os que a professam, ainda que não tivessem mais culpas do que esta, experimentassem o mesmo.”<sup>50</sup>

A virtude fingida, alertava, era um grande mal. Mas como detectá-la? Primeiramente não se deveriam dar créditos a pescoços tortos. Da mesma forma deveriam fugir dos que andavam com os vestidos remendados e com os rostos pálidos e tristes. Nada disto, dizia, era sinal de verdadeira virtude e devoção:

É muito para rir ver como estes hipócritas, segundo o seu estilo, andam sempre rotos e desprezíveis, introduzindo-nos de fácil crença que a perfeição da virtude mística consiste nesta pobreza e desprezo exterior do corpo. E de tal sorte persuadem esta máxima como verdadeira que muitos mais a haviam de acreditar, se não soubessem que aqueles que possuem a verdadeira flor e colhem o delicioso fruto de uma virtude sincera mostram que somente consiste na pobreza e diligência do espírito, e não do corpo, isto é, na humilhação sincera do ânimo, na exacção da observância legal, que aperta o coração com o laço dos divinos preceitos, e no generoso desprezo das comodidades e bens da terra.<sup>51</sup>

Escritos em 1752, os dois números destacados acima fazem parte do jornal *O Anônimo* (1752-1754). Dirigido e financiado por Bento Morganti, foi inspirado no periódico *The Spectator*, publicado em Londres no ano de 1711. O periódico inglês contou com inúmeras traduções francesas e circulou em toda a Europa. Morganti baseou-se em uma tradução francesa impressa na Holanda. Sendo uma obra proibida em Portugal, fez questão de ocultar a fonte.<sup>52</sup>

Muitos números, portanto, eram uma adaptação da versão francesa para o português. O treze, por exemplo, era uma adaptação. Não foi o caso do catorze: este era original.<sup>53</sup> E, neste caso, não é irrelevante notar que, embora ambos mirassem os falsos devotos, não há no número adaptado qualquer referência às beatas. O original, por sua vez, fez das beatas o grande retrato do hipócrita e, por conseguinte, do falso devoto. Levando em consideração que o objetivo do periódico era instruir o leitor, mais do que informá-lo, o seu conteúdo adquire contornos ainda mais expressivos, sobretudo, quando inserido na realidade portuguesa de então.

Na esteira dos movimentos reformadores e promulgadores da oração mental entre os cristãos, fossem eles leigos ou religiosos, multiplicaram-se as beatas em Portugal ao final do século XVII e início do XVIII.<sup>54</sup> Termo mais tradicionalmente utilizado para referir-se a mulheres

<sup>50</sup> *O Anônimo*. Journal portugais du XVIII<sup>e</sup> siècle (1752-1754). Lecture, introduction e notes de Marie-Helene Piwnik. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 294.

<sup>51</sup> *O Anônimo*, p. 296.

<sup>52</sup> ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das Luzes em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 69-70. Para uma discussão sobre o periódico *The Spectator* ver BURKE, Maria Lúcia Garcia Palhares. *The Spectator: O teatro das Luzes*. Diálogo e Imprensa no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1995.

<sup>53</sup> *O Anônimo*, p. 291, nota 1.

<sup>54</sup> TAVARES, Pedro Vilas Boas. *Beatas, inquisidores e teólogos*. Reacção portuguesa a Miguel de Molinos. Tese (Doutorado em cultura portuguesa) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2002, p. 147-217.

leigas dedicadas à oração, à vida espiritual e devocional, em geral, tidas como santas pelo povo.<sup>55</sup> Nem todas estavam ligadas a uma ordem terceira ou a um recolhimento, não obstante as pressões institucionais neste sentido. Arrebatamentos, êxtases, mortificações, visões e revelações integraram ativamente o processo por meio da qual as beatas não só conseguiram fama pública, como, em muitos casos, foram perseguidas pela Inquisição portuguesa sob a acusação de falsa santidade e embustes.<sup>56</sup> O problema de modo algum era novo e restrito ao mundo luso.

Ao longo da época moderna, na esteira da contrarreforma, as beatas gozaram de uma posição ambígua dentro do catolicismo. Representavam, ao mesmo tempo, um modelo de perfeição cristã e um risco à Igreja. Modelo por conta de sua devoção. Risco em função do caráter ameaçador que suas visões, profecias e supostas relações diretas com Deus representavam para a autoridade e hierarquia da Igreja. Daí, por exemplo, a perseguição empreendida contra os alumbrados na Espanha, ainda no século XVI, e contra os iluminados em Portugal: movimentos místicos em que os seus seguidores consideravam-se iluminados por Deus.<sup>57</sup> Nem mesmo Ignácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, escapou desta situação: foi acusado/suspeito de alumbradismo pela Inquisição espanhola.<sup>58</sup>

Neste cenário de desconfiança e de devoção, as beatas oscilaram entre a santidade e a hipocrisia: enquanto algumas foram acolhidas e reputadas santas, outras foram denunciadas e perseguidas pelo Santo Ofício sob a acusação de heresia, fingimento místico e falsa santidade.<sup>59</sup> Nas origens das denúncias e das punições estavam ora a culpa de simulação, ora as ilusões do demônio. Acreditava-se que a natureza feminina, frágil e imperfeita, tornava as mulheres mais suscetíveis aos enganos da ilusão e, deste modo, presa fácil do demônio.<sup>60</sup> Nesse quadro, a

<sup>55</sup> RUBIAL GARCIA, Antonio. *Profetisas y Solitarios: espacios y mensajes de una religión dirigida por ermitaños y beatas laicas en las ciudades de Nueva España*. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM, Fondo de Cultura Económica, 2006, p. 30-31.

<sup>56</sup> TAVARES, Pedro Vilas Boas. *Beatas, inquisidores e teólogos*, p. 147-217. Para uma visão das pressões institucionais no contexto espanhol, ver RUBIAL GARCIA, Antonio. *Profetisas y Solitarios*.

<sup>57</sup> Para os alumbrados e uma discussão sobre a origem do fenômeno das beatas, ver MUJICA PINILLA, Ramón. *Rosas Limensis: mística, política e iconografia en torno a la patrona de América*. México: IFEA: CEMCA: FCE, 2005, p. 79-85. Para o iluminismo e as visionárias no cenário português, ver DIAS, José Sebastião da Silva. *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.

<sup>58</sup> MUJICA PINILLA, Ramón. *Rosas Limensis*, p. 84. Ver, no mesmo texto, o conceito de heresia fantasma atribuída pelo autor ao alumbradismo, p.82.

<sup>59</sup> Para uma discussão sobre a conotação negativa assumida pelo termo beata no decorrer da época moderna ver RUBIAL GARCIA, Antonio. *Profetisas y Solitarios*, p.18; ROWE, Erin Kathleen. *Saint and Nation: Santiago, Teresa of Avila, and Plural identities in Early Modern Spain*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2011. p. 58-59; TAVARES, Pedro Vilas Boas. *Beatas, inquisidores e teólogos*, p. 213; MUJICA PINILLA, Ramón. *Rosas Limensis*, p. 80-85.

<sup>60</sup> Para uma discussão acerca do estatuto da mulher e das representações sobre a natureza feminina ao longo da época moderna, ver WIESNER, Merry E.. *Women and Gender in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 13-47. Para uma discussão mais restrita ao campo da medicina antiga e moderna, ver LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p.151-188.

humildade e a obediência ao diretor, o qual, em muitos casos, atuava como tradutor de suas visões, eram qualidades fundamentais para amenizar as suspeitas e as desconfianças.<sup>61</sup>

Em Portugal não foi diferente. No início do século XVIII as beatas continuavam ocupando uma posição dúbia dentro da Igreja. O problema não restringia se aos juízos eclesiásticos. A obra *O anônimo* e, mais precisamente, o relato que construiu sobre as beatas demonstra que a discussão em torno da devoção dessas mulheres era mais ampla. Neste ponto podemos ir mais longe. Anos depois, já em 1789, Moraes Silva definiria beatice como “mostras de devoção e religião afectada.”<sup>62</sup> Em 1814, Antônio Gonçalves Gomide, médico formado na reformada Universidade de Coimbra, julgou doente de catalepsia convulsiva uma beata que os fiéis reputavam santa.<sup>63</sup>

Nestes casos, o problema em torno das beatas não residia tanto na ameaça que suas visões e revelações representavam para hierarquia da Igreja, mas na preocupação de combater a superstição e o fanatismo, tarefa empreendida, inclusive, pela Coroa portuguesa como parte de seu programa reformista. Sob o estandarte deste combate, inúmeros elementos foram alvo de discussão: a ignorância, a feitiçaria, o misticismo, o desregramento dos clérigos e o excesso de santos. E embora estes questionamentos nem sempre fossem plenamente aceitos e compartilhados,<sup>64</sup> todos eles, em geral, expressavam um desejo de reforma da Igreja lusa.

---

<sup>61</sup> O caso de Lucrecia de León é bastante ilustrativo. Os seus sonhos eram transcritos e traduzidos pelos religiosos. Lucrecia, nesse sentido, era apenas a porta-voz, um instrumento por meio do qual Deus revelava determinadas questões. Cabiam aos religiosos transcrever e traduzir a mensagem. O seu caso, porém, está envolto por outras tensões: o profetismo político e as disputas cortesãs num cenário de turbulências para a Coroa espanhola, daí, inclusive, a prisão de Lucrecia. ARROYO, María V. Jordán. *Sonbar a história: risco, criatividade e religião nas profecias de Lucrecia de León*. Bauru (SP): Edusc, 2011, p. 19-48. Para uma discussão sobre a politização das visões e profecias de religiosas e beatas, ver também MARTINS, William de Souza. Práticas do corpo e conhecimentos do além da beata fluminense Jacinta de São José (c.1744-1754). In: ANDRADE, Marta Mega de; SEDREZ, Lisa Fernanda e MARTINS, William de Souza (orgs.). *Corpo: Sujeito e objeto*. Rio de Janeiro: PPGHIS, Ponteiro, 2012, p. 155-180.

<sup>62</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. v. 1. p. 271.

<sup>63</sup> GOMIDE, Antônio Gonçalves. Impugnação analítica ao exame feito pelos clínicos, Antônio Pedro de Souza e Manuel Quintão da Silva, em uma rapariga que julgaram santa na capela da Senhora da Piedade da Serra (1814). *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 14, n. 2, p. 346-361, jun. 2011. Obra escrita para demonstrar que os êxtases vividos pela beata Germana, no alto da Serra da Piedade, próxima a Sabará em Minas Gerais, não passava de doenças corporais, refutando o parecer de dois médicos que haviam considerado sobrenatural os êxtases vivenciados. A impugnação foi publicada anonimamente. Parece, porém, que após a Impugnação os êxtases continuaram ocorrendo e o local onde estava a beata continuou sendo visitado pelos locais. Em 1818, Saint-Hilaire, de passagem pela região, visitou a beata e testemunhou os seus êxtases. Em seu relato, destacou que já tinha ouvido falar da beata em Sabará e em Vila Rica. SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e pelo litoral do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p.117-123. Para uma análise do caso, ver SILVA, Simone Santos de Almeida. *Iluminismo e Ciência luso-brasileira: uma semiologia das doenças nervosas no período joanino*. Tese (Doutorado em História) - FioCruz, Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>64</sup>O caso do Padre Antônio Pereira de Figueiredo é paradigmático nesse sentido. Em 1771 ele tentou publicar a obra *Dissertação crítica sobre o antigo e moderno calendário bracarense*. Por meio dela defendia uma reforma no breviário e missal de Braga. Segundo ele, alguns santos haviam sido adotados sem o serem e, por isso, eliminou cerca de quarenta santos do breviário. O seu objetivo: livrar as coisas santas das superstições. A obra, porém, nunca foi impressa. Para

As beatas, quando não a própria noção de beato, fornecem importantes indícios sobre este combate e as diferentes motivações e disputas de poder que atuaram por trás do desejo de reforma da Igreja portuguesa ao final do século XVIII. Neste sentido, um caso foi selecionado: o da devassa aberta em Bragança no ano de 1775. Como se verá, mais do que uma história religiosa propriamente dita, o caso insere-nos em uma complicada rede de conflitos, nos quais se mesclam história política e história religiosa.

### **A devassa do Fanatismo**

Este foi o nome dado pelos locais à devassa aberta na cidade de Bragança em janeiro de 1775. Sob a direção de Pedro Carneiro de Figueiroa, deputado e promotor da Inquisição, a devassa foi aberta com o objetivo de apurar alguns excessos que estariam ocorrendo na cidade e, mais precisamente, nos conventos de Santa Clara e de São Bento.

Nesses, segundo denúncia remetida ao Santo Ofício, haveria um grande corpo de beatas e de diretores espirituais que seguiam as doutrinas dos Jesuítas e as máximas do Frei Francisco da Anunciação. Algumas freiras, prosseguia, exageravam as suas virtudes e a de seus diretores, afetavam êxtases e revelações, fingiam-se espirituais e endemoninhadas, promovendo divisões nos conventos, uma vez que intitulavam se beatas em oposição às outras religiosas a que chamavam de distraídas. A divisão era tal que apresentava se no dia a dia das instituições: durante a Missa e o Coro e mesmo na organização de conventículos em suas selas. Os diretores, por sua vez, promoviam exorcismos nas religiosas-beatas e incitavam-nas a ter-lhes cega obediência: deveriam confessar sempre com os mesmos confessores. Em alguns casos, as beatas comungavam sem confessar. Alguns diretores, por sua vez, eram suspeitos de terem comunicação ilícita com suas confessadas. Por fim, constava na denúncia a existência de sigilismo – quebra do sigilo sacramental – envolvendo os diretores das beatas, os quais chegaram ao ponto de manipular o prelado, dizendo que somente eles se aplicavam com desvelo “na vinha do Senhor”.

Junto aos excessos a serem averiguados, seguiam-se os nomes de seus praticantes, devidamente qualificados como *cabeças do fanatismo*.

Que são as cabeças deste fanatismo Angélica Maria, Abb<sup>a</sup> Joana Rita, Catherina Sebastiana, Guiomar Rosa, Lour<sup>a</sup> Luiza, Ana M<sup>a</sup> do Carmo, Ana Marcelina Rosa Vicencia, além de outras, e os seus diretores o P<sup>e</sup> Bento Roiz, o P<sup>e</sup> M<sup>el</sup> Souttelo, o P<sup>e</sup> Sebastião de Babe, o P<sup>e</sup> An<sup>to</sup> da Rocha, o Rd<sup>o</sup> Conego M<sup>el</sup> Bernd<sup>o</sup>

---

uma discussão em torno do caso, ver SANTOS, Cândido dos. *Jansenismo e antijansenismo nos finais do Antigo Regime*. Porto: Edições Afrontamento, 2011, p.83-85.

Lopes, os Rd<sup>os</sup> comissários do S<sup>o</sup> Off<sup>o</sup> Manoel Velho Quintela e Simão dos Santos Garces Coelho.<sup>65</sup>

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 1775, quarenta e três testemunhas foram ouvidas. E, logo no primeiro artigo, as testemunhas eram confrontadas com duas questões: primeiro, se sabiam da existência de pessoas, eclesiásticas e seculares, que desprezassem as leis promulgadas pelo rei naquela cidade. Segundo, se tinham conhecimento de que alguém seguisse ou praticasse as doutrinas dos Jesuítas e observasse as máximas de Frei Francisco da Anunciação; ambas proibidas no reino.

Frei Francisco da Anunciação (1669-1720), frade agostinho, é considerado o fundador de um movimento de reforma espiritual, abraçado por religiosos seculares e regulares, denominado Jacobeia.<sup>66</sup> Tendo como foco os leigos e os religiosos, o movimento voltava-se contra a corrupção dos costumes e a decadência das ordens religiosas em Portugal. Cabral de Moncada definiu-o da seguinte forma:

um movimento essencialmente religioso, gerado nos começos do século XVIII, na Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, do Colégio da Graça de Coimbra, que visava impor não só aos religiosos, mas também aos seculares, como indispensável meio de salvação um ideal superior de vida espiritual, ascético e místico, chamado a “vida beata” ou de “perfeição e super-rogação”.<sup>67</sup>

Dentre as principais características da espiritualidade Jacobeia destacavam-se: perfeição na vida religiosa em seu afastamento do mundo, divisão dos homens e da sociedade em duas classes antagônicas – perfeitos *versus* mundanos –, percepção de um demônio presente e atuante na vida cotidiana contra o que indicavam exorcismos, defesa da oração mental diária, da confissão diária, da frequência aos sacramentos e da obediência ao diretor de consciência.<sup>68</sup> Segundo Moncada, foi a versão portuguesa de outros movimentos místicos europeus como o Pietismo alemão, o Metodismo inglês e o Jansenismo francês.

De volta à devassa, as perguntas prosseguiram. No segundo artigo, as testemunhas eram inquiridas tanto sobre a existência de divisões nos sobreditos conventos, de modo a diferenciar as

---

<sup>65</sup> Divisão Geral de Arquivos/Torre do Tombo (DGA/TT). *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, processo n.º 13359. Devassa tirada na cidade de Bragança de Ordem do Conselho Geral do Santo Ofício da Inquisição, 28/01/1775, f. 3. Captado em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2313574>. Acesso em: 25 out. 2013.

<sup>66</sup> A palavra Jacobeia é uma alusão à “escada de Jacob” presente no Gênesis. É utilizado para significar “a aspiração e o movimento da alma para Deus.” MONCADA, Luís Cabral de. *Mística e Racionalismo em Portugal no século XVIII: Uma página de história religiosa e política*. Coimbra: Casa do Castelo, 1952, p. 8.

<sup>67</sup> MONCADA, Luís Cabral de. *Mística e Racionalismo em Portugal no século XVIII*, p. 7.

<sup>68</sup> QUEIRÓS, Maria Helena. Jacobeia e redes clientelares. Fr. Luís de Santa Teresa e Fr. João da Cruz: (Auto) retrato de dois irmãos em Braga (1730-1735). *História Revista da FLUP*, Porto, IV Série, v. 2, 201, p. 79-96, 2012. COSTA, Elisa Maria Lopes da. A Jacobeia: achegas para a história de um movimento de reforma espiritual no Portugal setecentista. *Arquipélago – História*, 2ª série, XIV-XV, p. 31-48, 2010-2011. Para uma visão mais geral do misticismo em Portugal no início do século XVIII e dos problemas em torno da oração mental ver TAVARES, Pedro Vilas Boas. *Beatas, inquisidores e teólogos*, p. 169-183.

mulheres santas e virtuosas – qualificadas de beatas – das demais, quanto sobre o fingimento de revelações, de êxtases, de possessão demoníaca ou de favores divinos por parte das mesmas beatas. O terceiro artigo complementava o segundo. Neste, as testemunhas eram perguntadas se sabiam quem eram as “cabeças do Beatismo, ou Fanatismo dos dois conventos desta cidade e seus diretores.”<sup>69</sup>

Estes artigos iniciais, sobretudo o primeiro, não só indicam as linhas gerais que guiaram as investigações, como conduzem a problemas políticos que transcendem a esfera local. Neste sentido, pode-se dizer que a devassa aberta em Bragança no ano de 1775 representa um episódio dentro do regalismo pombalino. Impossível compreendê-la isoladamente. Vejamos por quê.

O reinado de D. José I (1750-1777) foi marcado por profundos conflitos jurisdicionais entre o poder régio e o poder de Roma. O processo de fortalecimento do poder secular do rei, mais conhecido como regalismo, foi acompanhado por uma série de medidas que visavam limitar e enfraquecer o poder da Santa Sé no reino.<sup>70</sup> Neste sentido, em 1759 os jesuítas foram expulsos de Portugal, acusados, entre outros, de contribuírem para o seu atraso e maquinarem contra o poder régio. Um ano depois, as relações com Roma foram cortadas. Em 1768, foi criada a Real Mesa Censória, um tribunal régio com jurisdição própria sobre a censura.<sup>71</sup> Em 1774, a Inquisição foi reformulada, transformando-se em um tribunal régio.<sup>72</sup> Ao soberano, e somente a ele, caberia a tarefa de garantir a conservação da Igreja e da fé católica em seus domínios.<sup>73</sup>

O regalismo gerou oposições e inúmeros episódios de confrontos entre os defensores do poder temporal régio e os ditos defensores de Roma, estes qualificados de ultramontanos. Um deles foi o que envolveu o bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação no final da década de 1760.

Pouco tempo depois da criação da Real Mesa Censória, no dia 8 de Novembro de 1768, D. Miguel da Anunciação fez circular, em sua diocese, uma pastoral manuscrita por meio da qual proibia a leitura de alguns livros considerados libertinos. Em meio a estes autores, inseriu o bispo

<sup>69</sup> DGA/TT. *Tribunal do Santo Ofício. Inquisição de Lisboa*, processo n.º. 13359.

<sup>70</sup> Em 1768, foi publicada a peça *Tartuffo* ou o *Hipócrita*, uma comédia de Molière, traduzida para o português pelo capitão Manoel de Sousa para se representar no Teatro do Bairro Alto. É significativo que, na versão portuguesa, *Tartuffo*, o personagem principal da peça, seja um jesuíta. Descrito como hipócrita e ridicularizado ao longo do texto, o quadro que se pinta dele é o de um falso devoto: pratica penitências constantes, tudo reputa pecado ou invenção do diabo, ao mesmo tempo em que se revela ambicioso e ávido por riquezas. Em várias passagens a sua prática religiosa exagerada e dissimulada é descrita como beatices. *Tartuffo ou o Hipócrita*, comédia do senhor Molière, traduzida em vulgar pelo capitão Manoel de Sousa. Lisboa: na oficina de Joseph da Silva Nazareth, 1768.

<sup>71</sup> MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra, 1963.

<sup>72</sup> TAVARES, Pedro Vilas Boas. Da Reforma à extinção: a Inquisição perante as Luzes. Dados e reflexões. *Revista da Faculdade de Letras*. “Línguas e Literatura”. Porto, XIX, 2002, p. 171-208.

<sup>73</sup> Alvará de 18 de Maio de 1768. Com o Regimento para a Real Mesa Censória. Captado em: [www.iuslusitanae.fcsh.unl.pt](http://www.iuslusitanae.fcsh.unl.pt). Acesso em: 14 ago. 2013.



os nomes de Du Pin e Febrônio, autores não só aprovados pelas determinações régias, como referências importantes na legitimação do regalismo. A afronta era grande. Primeiro porque passava por cima da jurisdição régia via Real Mesa Censória, única instituição autorizada a censurar os livros que circulavam no reino. E, por conseguinte, afrontava a autoridade régia de legislar. Segundo porque, ao desqualificar as obras de Du Pin e Febrônio, desqualificava também todo o esforço régio de fortalecer o seu poder frente ao de Roma.

Estes foram os juízos feitos pelos examinadores da dita Pastoral. Para eles, o bispo estava imbuído das máximas ultramontanas, demonstrando desprezo pelas leis do rei. A pastoral, concluíram, só poderia ter nascido em Roma. Pior. Não só viera de Roma, como continha a influência dos jesuítas, também eles ultramontanos. “Não podemos deixar de entender que a dita Pastoral, assim na substância como no modo dela, é obra dos jesuítas”, afirmavam.<sup>74</sup>

A *Sentença da Real Mesa Censória*, na qual se inserem os juízos expressos acima, concluiu pelo caráter rebelde e sedicioso da atitude do bispo. Ao publicar e fazer circular a pastoral manuscrita, ele colocou em risco a própria ideia de soberania régia. Daí a sentença: a pastoral não só deveria ser queimada em praça pública, o que se fez, como não poderia ser lida ou espalhada nem ela, nem outras obras, manuscritas ou impressas, que contivessem, ensinassem ou defendessem as doutrinas contidas na dita pastoral.<sup>75</sup>

Enquanto a *Sentença* inseriu a pastoral em uma verdadeira trama ultramontana e jesuítica contra a legitimidade do poder temporal régio, coube ao *Juízo Decisivo*, emitido pela mesma Real Mesa Censória, a tarefa de desqualificar o movimento Jacobeu – ao qual vinculava se o bispo de Coimbra, autor da dita pastoral – tomado como uma seita errônea, absurda, cismática e rebelde.<sup>76</sup> Por meio deste documento, a Jacobeia foi comparada a vários movimentos heréticos, dentre eles, o dos Fariseus. Assim, da mesma forma que os últimos, os Jacobeus eram soberbos, vaidosos e hipócritas. Só a si reputavam observadores da lei evangélica; todos os outros, por sua vez, qualificavam de mundanos, o que gerava divisões entre os cristãos. Não reconheciam superior temporal ou espiritual, exceto os seus diretores, a quem tinham sujeição. A cabeça do movimento,

---

<sup>74</sup> “Sentença da Real Mesa Censória sobre a Pastoral manuscrita, que publicou o Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação, e espalhou clandestinamente pelos Parocos da sua Diocese na data de 8 de Novembro de 1769, proferida no dia 23 de Dezembro do mesmo anno.” In: *Collecção das leys promulgadas e sentenças proferidas nos casos da infame pastoral do bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação: das seitas dos Jacobeos, e sigillitas, que por ocasião della se descobriram neste reino de Portugal*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1769, p.8.

<sup>75</sup> Sentença da Real Mesa Censória sobre a Pastoral manuscrita, p. 23.

<sup>76</sup> “Juízo decisivo que a Real Mesa Censória com pleno concurso de todos os seus deputados e assistência do procurador da Coroa estabeleceu de uniforme acordo nas repetidas sessões, que nella tiveram em execução do Decreto de 18 de Janeiro de 1769 em que Sua Magestade mandou ve, e consultar o livro intitulado Theses, Máximas, Exercícios, e Observancias Espirituaes da Jacobea.” In: *Collecção das leys*, p. 3.

ou antes, o seu inventor e dogmatizador havia sido o Fr. Francisco da Anunciação, o qual, sem autoridade para tal, erigiu-se reformador de toda a Igreja.

Reprovado o movimento e as suas máximas expressas nas *Theses, máximas e exercícios e observâncias espirituais da Jacobeia*, os documentos seguintes deram lugar a outro problema: o do sigilismo. Importava agora mostrar a relação entre sigilismo e Jacobeia. Neste caso, os Jacobeus foram acusados de quebrar o sigilo da confissão, perguntando aos “penitentes pelas pessoas e domicílios dos cúmplices dos seus pecados, para os delatarem com outro pernicioso abuso.”<sup>77</sup> A querela sigilismo-jacobeia, cumpre destacar, era antiga e remetia ao combate contra os freiráticos empreendido pelos jacobeus ainda durante o reinado de d. João V, ocasião em que alguns religiosos ligados ao movimento reformista foram acusados de utilizar a confissão para descobrir os praticantes de relações ilícitas. Os ditos religiosos, por sua vez, negaram a existência da prática. Negações à parte, o fato é que, em 1745, o sigilismo foi condenado oficialmente por um edital inquisitorial e por um breve papal.<sup>78</sup>

Toda esta trama construída contra os Jacobeus em 1769 encontra-se presente na devassa tirada na cidade de Bragança em 1775. A começar pela relação entre Jacobeia e beatice; o *Compêndio Histórico*, um dos documentos que compunham a *Coleção das leis* de 1769, sem maiores explicações, juntou ao nome de Jacobeus, o de beatos (“Jacobeos e Beatos”). Parece, porém, que, ao fazê-lo, apropriava-se de associações criadas pelos próprios Jacobeus. Frei Francisco da Anunciação, considerado fundador do movimento, já havia estabelecido a equivalência entre os vocábulos “beata” e “vida devota” em seu modelo de espiritualidade e devoção.<sup>79</sup> Nesse caso, o epíteto “beata” se aplicaria não só aos leigos, mas a todos aqueles que vivessem virtuosamente e praticassem o seu modelo de piedade, fossem eles leigos ou religiosos. Equivalência, cumpre destacar, devidamente apropriada por alguns contemporâneos, embora nem sempre de forma positiva. Assim, antes mesmo da sentença contra o bispo de Coimbra, a imagem do jacobeu-beato já era forte e permeada por concepções negativas entre a população lusa.<sup>80</sup> Pombal, portanto, não a inventara.

É possível ir um pouco mais longe. Na verdade, os artigos lidos às testemunhas remetem aos pontos discutidos no documento de 1769; a noção de afronta às leis do rei e a relação

<sup>77</sup> “Compendio historico dos factos do Sigillismo neste Reino de Portugal.” In: *Colleção das leys*, p.3.

<sup>78</sup> O conflito estourou no início da década de 1740 e, segundo os trabalhos já citados de L. Cabral de Moncada, p.46-47; p.52 e Elisa Maria Lopes da Costa, p. 38-40, culminou em uma oposição entre a Inquisição e o movimento reformador da Jacobeia e na publicação de vários escritos anônimos contra os Jacobeus.

<sup>79</sup> MONCADA, L. Cabral de. *Mística e Racionalismo em Portugal no século XVIII*, p. 11. TAVARES, Pedro Vilas Boas. *Beatas, inquisidores e teólogos*, p. 187.

<sup>80</sup> Segundo Moncada, o rigorismo do modelo de espiritualidade, sobretudo a divisão entre espirituais e mundanos defendido pelos Jacobeus assustava a população e gerava conflitos. MONCADA, L. Cabral de. *Mística e Racionalismo em Portugal no século XVIII*, p. 23.

estabelecida entre o jesuitismo e a jacobea, ambas inseridas logo no primeiro artigo das perguntas, são um claro indício disso.<sup>81</sup> A própria qualificação de beatas – utilizada para referir-se às religiosas que supostamente seguiriam as máximas de Fr. Francisco da Anunciação, obedeciam cegamente aos seus diretores, afetavam virtudes, revelações, possessões e êxtases e se afastavam das demais religiosas – vincula-se ao sobredito documento, não obstante as alusões anteriores. No caso da devassa, beatismo e fanatismo eram apresentados às testemunhas como pares diretamente relacionados, indicando atitudes negativas e não desejáveis. Atitudes que, no limite, iam contra as Escrituras. Nem todas as testemunhas, porém, concordaram com esta relação negativa estabelecida pelas perguntas.

Assim, João Antônio de Carvalho Ferreira Sarmento, juiz da alfândega da cidade, quando questionado sobre quem eram as cabeças do beatismo não tardou em responder que “não tinha por Beatas na forma porque as ouve tratar neste artigo a umas freiras que servem com amor a sua profissão, e se estas são as Beatas não conhece alguma.”<sup>82</sup> Outros testemunhos adotaram o mesmo tom: negaram os exorcismos, as revelações, a cega obediência aos diretores, a recusa em tomar os sacramentos das mãos de outros religiosos, o fingimento de virtudes, o sigilismo e a manipulação do prelado. Para Francisco Antônio Leite não havia fanatismo, beatismo e hipocrisia na cidade. O problema, segundo a testemunha, estava na figura do padre Martinho Correa de Castro. Este sim, o causador da perturbação e do desassossego que a devassa estaria causando na cidade.<sup>83</sup>

O caso, portanto, era um pouco mais complicado. Conforme os testemunhos avançavam, uma nova questão surgiu: a atuação do padre Martinho Correa de Castro, fidalgo e capelão do regimento de cavalaria de Miranda. Segundo o depoimento do próprio padre, ele havia entregado um requerimento ao presidente da Real Mesa Censória, no qual declarava os vários abusos que imperavam entre alguns eclesiásticos de sua cidade. Junto ao requerimento, entregou ainda uma lista de testemunhas. Não sabemos a data do requerimento. O fato é que, em janeiro de 1775, a devassa foi aberta sob a responsabilidade da Inquisição. De fato, segundo o Regimento do Santo

---

<sup>81</sup> Sobre a relação estabelecida entre Jesuitismo e Jacobea convém mencionar dois pontos. Primeiro, segundo Pedro Vilas Boas Tavares, a defesa da oração mental entre os religiosos defensores da reforma espiritual implicou na adoção do livro jesuítico *Exercícios Espirituais*, considerado essencial à consolidação da “reforma da vida”. O livro foi recomendado tanto pelo bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, quanto pelo arcebispo D. José de Bragança em Braga. Segundo, relacionado ao ponto anterior, em carta régia de dezembro de 1768, não só foi destacado os perigos do movimento Jacobeu, como destacado a forte inserção do movimento em Coimbra e em Braga. TAVARES, Pedro Vilas Boas. *Beatas, inquisidores e teólogos*, p. 174-176; Carta régia de 14 de Dezembro de 1768. Contra os chamados Jacobeos, Beatos e Reformados. Captado em: [www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt](http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt). Acesso em: 14 ago. 2013.

<sup>82</sup> DGA/TT. *Tribunal do Santo Ofício. Inquisição de Lisboa*, processo n.º. 13359, f. 112v.

<sup>83</sup> DGA/TT. *Tribunal do Santo Ofício. Inquisição de Lisboa*, processo n.º. 13359, f. 136v.

Ofício de 1774, era responsabilidade da instituição receber e averiguar as denúncias contra as pessoas que seguissem o Jacobismo e/ou fossem sigilistas.<sup>84</sup>

Entretanto, os relatos de várias testemunhas, embora confirmassem a atuação do padre junto à execução da devassa, acrescentavam um fato novo: todos os artigos inquiridos repousavam em mentiras veiculadas pelo sobredito padre, o qual havia sido o grande iniciador de toda a querela para se vingar de alguns religiosos e seculares que, anos antes, o haviam implicado em algumas devassas tiradas na cidade, coibindo-lhe os seus erros e libertinagens, visto viver, o dito padre, publicamente amancebado. Dados que foram reforçados pelos ratificantes. Estes não só não deram crédito ao testemunho do padre, como destacaram o seu caráter inquieto, perturbador do sossego público, sua má vida e amancebamento, fato denunciado em visitas e devassas. Razão pela qual, ficara o dito padre inimigo de vários religiosos, os quais delatou ao presidente da Real Mesa Censória por vingança.<sup>85</sup> Por isso mesmo, o padre não conseguiu o seu intento. Muito pelo contrário. Ao final da devassa, nada comprovou se contra os religiosos denunciados. Antes, a grande maioria das testemunhas atestou o bom comportamento dos ditos religiosos, negando as acusações. Ao padre, porém, foi dada ordem de prisão.

O caso da devassa de 1775 está envolto em uma atmosfera de tensões locais e gerais. Neste sentido pode-se dizer que ela expressa pelo menos três ordens de conflito. Primeiro, uma contenda local por meio dos ressentimentos oriundos de uma suposta devassa anterior tirada contra os freiráticos. Segundo, uma disputa política vinculada ao regalismo. E por fim, relacionado ao tópico anterior, os conflitos relacionados ao desejo de reforma religiosa do reino e de combate ao fanatismo. A falta de informações sobre a devassa contra os freiráticos não nos permite ir muito longe na análise das tensões locais. O mesmo não ocorre com as disputas políticas mais gerais. Nesse caso, a Jacobeia, movimento místico e rigorista de reforma espiritual, iniciado em Coimbra entre o final do século XVII e início do XVIII, e que pretendia atingir religiosos e leigos, inserindo-os no caminho da perfeição, viu-se implicada em uma trama conspiratória, por meio da qual não só foi qualificada de fanática, supersticiosa e sediciosa, sendo publicamente condenada no ano de 1769, como foi diretamente associada ao jesuitismo.<sup>86</sup>

Neste sentido, por mais que, do ponto de vista da veracidade das denúncias, tenha sido comprovada a sua falsidade: todas as culpas foram inventadas e armadas pelo padre Martinho

<sup>84</sup> REGIMENTO do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal – 1774. *RIHGB*. 157, 392, Rio de Janeiro, jul./set. 1996, p.946-948 e p.959.

<sup>85</sup> DGA/TT. *Tribunal do Santo Ofício. Inquisição de Lisboa*, processo nº. 13359, f. 160v-161.

<sup>86</sup> Importante perceber igualmente que as linhas gerais traçadas sobre o movimento da Jacobeia – os exorcismos, as revelações e as possessões – as quais deveriam ser combatidas, aproximam-se das diretrizes adotadas no combate de outro delito: o visionarismo. Para a última dimensão, TAVARES, Pedro Vilas Boas. Da Reforma à extinção: a Inquisição perante as “Luzes”. *Revista de Letras. “Linguas e literaturas.”* XIX, Porto, 2002. p. 192-194.

Correa de Castro para se vingar de alguns eclesiásticos que teriam sido opostos a sua libertinagem. Por outro lado, é inegável que o Padre Martinho soube manipular as principais preocupações políticas da época – leia-se o projeto reformador pombalino – em seu favor. Os artigos que supostamente entregou ao presidente da Real Mesa Censória versam sobre pontos caros à política pombalina: o jesuitismo, a jacobea e o fanatismo. Dimensões que se queriam reprimir e extinguir. Se, ao final, não obteve o fim pretendido, ao menos conseguiu dar início a uma devassa que causou certo tumulto na cidade de Bragança entre os meses de janeiro e março de 1775.

### **Conclusão**

A relação da Igreja Católica com os beatos, profetas e visionários foi dúbia ao longo da época moderna. Ao mesmo tempo em que podiam encarnar o modelo de perfeição espiritual e de união mística com Deus, podiam representar o rompimento com a autoridade e a hierarquia oficial.

Por trás de toda a ambiguidade, portanto, situa-se um problema ainda maior: a concorrência entre os diversos agentes religiosos na gestão do sagrado.<sup>87</sup> O esforço regulador da Igreja pós Trento encontra aqui sua expressão: as tentativas de institucionalização das beatas – nesse caso mulheres leigas – através de sua inserção em uma ordem terceira ou recolhimento faz parte deste processo de afirmação/consolidação da autoridade da Igreja.

O caso da devassa de Bragança de 1775 e da perseguição ao movimento da Jacobea pelo ministério pombalino não se afasta muito desse processo regulador, exceto por uma mudança importante. Caberia ao rei, e não ao papa, a tarefa de zelar pela conservação da Igreja Católica em seus domínios, e executar as diretrizes defendidas pelo Concílio de Trento.<sup>88</sup> Ao problema da prática devocional legítima e autorizada pela Igreja sobrepôs-se o problema da soberania régia. Uma nova relação política desenhava-se dentro do campo religioso.

Por outro lado, não parece inútil questionar se não haveria, no caso da Jacobea, um embate entre a mística promulgada pelo movimento reformista e as diretrizes assumidas pelo iluminismo católico régio. Ou se, pelo contrário, teria sido mera questão política a condenação do movimento, cujas práticas rigoristas, retiradas o suposto desejo de afronta às leis do rei e ao seu direito de soberania, continuaram a serem defendidas? Para Evergton Souza, o caso encaminha-se

---

<sup>87</sup> Para uma discussão em torno do campo religioso, ver BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 27-78.

<sup>88</sup> Carta régia de 9 de Dezembro de 1768. Ao Cabido de Coimbra para proceder à eleição de Vigário Capitular, por ocasião do Bispo se ter tornado criminoso de Estado. Captado em: [www.iuslusitaniae.fesh.unl.pt](http://www.iuslusitaniae.fesh.unl.pt). Acesso em: 15 ago. 2013.

mais para a segunda questão. O problema, afirma, situava-se não no campo teológico-moral, mas nas tendências ultramontanas do bispo de Coimbra e de seu grupo.<sup>89</sup> Pedro Vilas Boas Tavares, por sua vez, embora não negue a última questão, aposta igualmente na primeira. Para ele, “o racionalismo e utilitarismo das luzes josefinas” não eram propícios ao contemplativismo místico.”<sup>90</sup>

Debates à parte, por trás de toda a confusão gerada pela devassa de 1775 e, mais precisamente, pela condenação da Jacobeia em 1769, encontra-se o desejo de afirmação da autoridade temporal régia perante a Igreja. Porém, ao condená-la, foi construído um determinado modelo de movimento Jacobeu, mais homogêneo e diretamente relacionado aos Jesuítas e à quebra do sigilo sacramental; um movimento essencialmente ultramontano. Foi justamente sobre este modelo que o padre Martinho Correa de Castro elaborou a sua denúncia, tentando valer-se das principais disputas políticas da época em seu favor.

Na primeira etapa do processo o padre saiu vencedor. A devassa foi aberta. As testemunhas foram convocadas. Perguntas foram feitas. Miravam as “Beatas” e os seus diretores. As beatas nesse caso não eram mulheres seculares que viviam reclusas como freiras, mas as próprias freiras dos conventos de Santa Clara e São Bento. O termo tampouco indicava um modelo de vida e de devoção baseado na busca da perfeição tal qual havia sido destacado pelo Fr. Francisco da Anunciação, mas a hipocrisia e o fanatismo. À medida que lemos as perguntas feitas pelo inquisidor, percebe-se que as beatas, ou melhor, a sua existência assumia um aspecto político e social perturbador, dado a trama conspiratória que, como vimos, foi construída no âmbito do regalismo. O caso, tal qual destacou Michel de Certeau ao estudar a possessão em Loudon, não pode ser reduzido nem ao campo da história religiosa nem ao campo da história política.<sup>91</sup> São as duas coisas ao mesmo tempo. Afinal, por trás da trama conspiratória que foi construída encontra-se um modelo de vivência religiosa, o qual, segundo o ministério pombalino, estaria assentado na hipocrisia, na simulação de virtude e na divisão entre os cristãos.<sup>92</sup> Como consta na epígrafe do *Juízo Decisivo*: “A superstição mortífera ocultada com secretos arcanos.”<sup>93</sup>

Da forma como foi expresso pela Inquisição nos autos da devassa de 1775, o termo “Beata” deixou de indicar vida devota, tal qual pretendia o suposto autor do movimento Jacobeu, para transformar-se em um agente do Jacobismo e, enquanto tal, aliada dos Jesuítas e de Roma

<sup>89</sup> SOUZA, Evergton Sales. *Jansenismo e reforma da Igreja na América Portuguesa*, p. 4. Captado em: [cvc.instituto-camoes.pt/eaar/colóquio/comunicacoes/evergton\\_sales\\_sousa.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/colóquio/comunicacoes/evergton_sales_sousa.pdf). Acesso em: 15 ago. 2013.

<sup>90</sup> Pedro Vilas Boas Tavares. *Da Reforma à extinção*, p.183-184. Para a citação, ver p. 184.

<sup>91</sup> CERTEAU, Michel de. *The Possession at Loudun*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 2000.

<sup>92</sup> *Tartuffo ou o Hypocrita*, comédia do senhor Moliere, traduzida em vulgar pelo capitão Manoel de Sousa. Lisboa: Na officina de Joseph da Silva Nazareth, 1768.

<sup>93</sup> *Juízo Decisivo*, s.p.

contra os direitos temporais régios. Adquiriu, por conseguinte, uma forte conotação política. Não foi, porém, a única acepção assumida pelo termo à época. O caso da beata Germana e a refutação de sua santidade pelo médico Antônio Gonçalves Gomide, citado no início desse trabalho, levariam a outras acepções e confrontos. Os protagonistas, nesse caso, não seriam o Regalismo e o Jacobismo, mas a mística da devoção popular ainda imbuída de valores barrocos e o racionalismo setecentista. E, não obstante as diferenças existentes entre os dois casos, em ambos luta-se contra um mote comum: *a superstição e o fanatismo*; um dos principais estandartes levantados pelos diferentes projetos de reforma existentes à época.

Recebido em: 24/03/2014

Aceito em: 12/05/2014

## Juízes de paz no Império do Brasil: análise da experiência da magistratura leiga e eletiva na Província da Paraíba (1824-1840)

Jerlyane Dayse Monteiro dos Santos  
Mestranda em História pela UFPB  
[jerlyanedayse@yahoo.com.br](mailto:jerlyanedayse@yahoo.com.br)

**RESUMO:** Este texto aborda a instituição do Juizado de Paz no Brasil Imperial, entre 1820 e 1830. O Juiz de Paz foi uma tentativa do Parlamento brasileiro em regular a influência do poder central sobre as elites locais. Assim, o liberalismo retirou do Estado, o controle das forças municipais e entregou aos cidadãos ativos através de eleições diretas. Cientes da importância do juizado de paz para a política nacional, o presente texto tem por objetivo analisar as tensões que envolveram juízes de paz na província da Paraíba durante primeiro reinado e o período regencial. Essa instituição mudou o cenário político administrativo provincial e foi utilizado como peça estratégica pela elite regional. Este artigo é parte integrante da pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História/UFPB.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juiz de Paz, Período Regencial, Paraíba Imperial.

**ABSTRACT:** This text discusses the institution of the Justice of the Peace in Brazilian Empire, between 1820 and 1830. The Justice of the Peace was an attempt by the Brazilian Parliament to regulate the influence of the central government of local elites. Thus, liberalism withdrew from the state, the control of local forces and handed over to active citizens through direct elections. Realizing the importance of the peace court for national policy, this text aims to analyze the tensions involving magistrates in the province of Paraíba during first reign and Regency period between 1824-1840. Analyzing how this has changed the provincial political important post administrative setting and was used as a strategic of regional elite. This article is part of the research carried out at the Master's Program Graduate in History/UFPB.

**KEYWORDS:** Justice of the Peace, Regencial Period, Imperial Paraíba.

### Introdução

Os direitos políticos instituídos pela Carta Constitucional de 1824 herdaram diversos aspectos do liberalismo europeu. “Nem todo brasileiro possuía o atributo da cidadania ativa, demarcando a nítida diferenciação entre direitos políticos e direitos sociais legados pelas Constituições de 1791 da França e de 1812 de Cádiz”.<sup>94</sup> Adotava-se, desse modo, a distinção entre cidadãos ativos e passivos. Naquele momento, o critério de renda pareceu atender a esse fim.<sup>95</sup>

<sup>94</sup> CAMPOS, Adriana P.; VELLASCO, Ivan. Juízes de Paz, mobilização e interiorização da política. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (Org.). *Perspectiva da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 379.

<sup>95</sup> Importante destacar que a Carta Constitucional de 1824 herdou características do liberalismo europeu, inclusive o princípio de cidadania ativa e passiva, no entanto, as funções judiciárias e policiais já existiam desde o período



“A Constituição de 1824 adotou o princípio político de separação dos poderes”.<sup>96</sup> Porém, isso que não significava paridade entre os diferentes poderes, porquanto cabia ao imperador indicar os magistrados letrados e fiscalizar a jurisdição, que em teoria pertencia aos magistrados. Apesar das restrições, “asseguraram-se as garantias básicas da magistratura e forneceram-se os princípios para a participação leiga nos tribunais por meio da instituição do juiz de paz e dos jurados”.<sup>97</sup>

A eleição para magistrados leigos resultou do esforço do Parlamento brasileiro por dotar o país de instituições liberais capazes de regular a influência do poder central. No entanto, as magistraturas leigas converteram-se em mandatos populares, cujo fim consistia, a princípio, em afirmar as forças locais diante do Estado. Durante o período regencial o cargo de juiz de paz representou o pensamento liberal predominante no início da década de 1830. Esse cargo, sobretudo político, foi utilizado como peça estratégica para as relações de poder na política local.

Cientes da importância do juizado de paz para a política nacional, o presente artigo tem por objetivo analisar as tensões que envolveram juízes de paz na província da Paraíba durante o fim do primeiro reinado e o período regencial, entre 1824 a 1840. Assim, pretendemos analisar como esse cargo mudou o cenário administrativo provincial e foi utilizado como peça estratégica para a política paraibana. Também buscamos compreender o esvaziamento desse cargo em oposição ao cargo de Delegado criado pela Assembleia Provincial da Paraíba, em 1837, que ficou encarregado das funções antes exercidas pelo juizado de paz.

A Constituição introduziu o poder político dos juízes de paz por meio dos artigos 160 e 162,

Art. 160. Nas cíveis, e nas penais civilmente intentadas, poderão as Partes nomear Juízes Árbitros. Suas Sentenças serão executadas sem recurso, se assim o convencionaram as mesmas Partes. Art. 162. Para esse fim haverá Juízes de Paz, os quais serão eletivos pelo mesmo tempo, e maneira, por que se elegendem os Vereadores das Câmaras. Suas atribuições, e Distritos serão regulados por Lei<sup>98</sup>.

O artigo 161 estabeleceu, por sua vez, a obrigatoriedade da conciliação para o início de qualquer processo judicial no Brasil. De modo que tal tarefa cabia exclusivamente aos juízes de paz. A Carta Magna dispôs que, “sem se fazer constar, que se tem intentado o meio da

---

colonial, regidas pelas Ordenações Filipinas. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 181.

<sup>96</sup> CAMPOS, Adriana P.; VELLASCO, Ivan. *Juízes de Paz, mobilização e interiorização da política*, p. 380.

<sup>97</sup> \_\_\_\_\_. *Juízes de Paz, mobilização e interiorização da política*, p. 381.

<sup>98</sup> CONSTITUIÇÃO Política do Império do Brasil. Captado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acessado em: 21/03/2014.

reconciliação, não se começará Processo algum”.<sup>99</sup> A Lei que regulamentava as funções do juiz de paz só foi aprovada em 1827, e atribuiu a esses juizes a função de conciliar as partes, julgar pequenas demandas, destruir quilombos, fazer auto de corpo de delito, entre outras funções estabelecidas pelo artigo 5º dessa lei. Um ano depois, a lei de 1º de outubro de 1828, estabeleceu o processo eleitoral do Juizado de Paz, e deu nova forma às atribuições das Câmaras Municipais e reduziu as funções dessa instituição. A partir de então, o poder coercitivo das câmaras foi transferido para os Juizados de Paz, órgãos cuja eleição se realizava da mesma maneira como se elegiam os vereadores das câmaras, diretamente pelos cidadãos da paróquia ou de distrito.<sup>100</sup>

Os embates entre liberais exaltados inflamaram a “opinião pública”<sup>101</sup> contra o imperador. As ruas da Corte tornaram-se o espaço para protestos e manifestações contra d. Pedro. Após inúmeros embates com a oposição – liberais exaltados – d. Pedro decidiu por abdicar ao trono do Brasil em favor de seu filho, Pedro II. A chamada “Revolução de 7 de abril” – como ficou conhecida a abdicação – não pôs fim ao descontentamento de “Povo e Tropa” que invadira as ruas, desse modo, o período das regências teve início em 1831 e se estendeu até 1840. Durante a regência o Parlamento deu continuidade à formação da estrutura da administração imperial, tanto a nível nacional como provincial. A formação da burocracia nacional resultou na criação de instituições administrativas importantes para a construção do estado nacional como a Guarda Nacional (1832) e as Assembleias provinciais (1835).

Durante muito tempo a historiografia dita “tradicional” tratou o período regencial como um momento anárquico, anômalo, que pôs em risco a unidade nacional, devido às insurreições populares que ocorreram durante o período, entre elas, a Balaiada, a Cabanada, a Sabinada e a Revolução Farroupilha. A produção historiográfica recente acerca do Período Regencial (1831-1840) vem promovendo novas interpretações e revisões de temas antes consagrados pela historiografia, principalmente sobre os acontecimentos que tinham como foco a Corte do Império. Entre os trabalhos mais recentes destacamos as pesquisas de Marco Morel<sup>102</sup> (2002), Miriam Dolhnikoff (2005)<sup>103</sup> e Marcello Basile (2007),<sup>104</sup> pois contribuem de forma considerável para o surgimento de novos estudos sobre o período.

---

<sup>99</sup> CONSTITUIÇÃO Política do Império do Brasil. Captado em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acessado em: 21/03/2014.

<sup>100</sup> CAMPOS, Adriana P., e VELLASCO, Ivan. *Juízes de Paz, mobilização e interiorização da política*, p. 377 – 408.

<sup>101</sup> A opinião pública no Brasil está diretamente vinculada ao surgimento de uma imprensa periódica de opinião, e não vinculada diretamente a administração pública. MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 40, 2002, p. 39-58. Disponível em: [http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/Topoi04/04\\_artigo02.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi04/04_artigo02.pdf). Acesso em: 24 mar. 2014.

<sup>102</sup> MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

<sup>103</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, p. 83.

### A proposta do partido liberal

O temor dos conservadores era que a federação representasse apenas os interesses das oligarquias, em detrimento do Estado Nacional. Entretanto, Dolhnikoff (2005) busca demonstrar que o projeto federativo propunha uma distribuição equilibrada do aparelho de Estado pelo território imperial, e que o projeto nacional proposto pelos liberais era capaz de articular as diversas elites provinciais. A autora afirma que “esse projeto não era apenas dos liberais, mas também dos conservadores, pois o que os dividia eram divergências pontuais em torno das dificuldades para sua implementação”.<sup>105</sup>

Na instância provincial, os grupos regionais buscavam nas brechas da Constituição instrumentos para barganhar alguma autonomia para os governos locais. Na tentativa de minimizar a força política dos potentados locais foi criada a lei de 1828, que restringiu o poder coercitivo das câmaras e pôs sobre a jurisdição dos juízes de paz. O liberalismo inverteu as regras do jogo político, pois entregou aos eleitores, e não ao Estado, o controle dos conselhos municipais. No entanto, o juizado de paz que, em tese, deveria regular a influência do poder central nas localidades converteu-se em mandatos populares que estabeleceram uma relação de força entre o poder local diante do Estado.

Nesse período “a centralização no Brasil seria um fato meramente oficial, sem base nas supostas relações da vastíssima circunferência do Estado com o centro improvisado pela lei”,<sup>106</sup> como descreveu Tavares Bastos, assim, a tentativa de uniformizar a administração em todas as províncias foi à condição máxima para que “naufugassem” algumas das tentativas de reforma propostas pelos liberais, entre elas a criação do cargo de juiz de paz.

A lei garantia um juiz de paz para cada freguesia, definindo assim suas atribuições:

[...] as funções e ações iniciais do processo criminal: realizar o auto de corpo de delito, interrogar os suspeitos do crime, prendê-los e remetê-los ao juiz criminal. Além disso, tornava-o responsável por tentar a conciliação entre as partes em litígio não criminais, julgar pequenas demandas, fiscalizar a execução das posturas policiais das Câmaras, resolver as contendas entre moradores do seu distrito acerca de caminhos, pastos e danos contra a propriedade alheia, fazer destruir quilombos, comandar a força armada para desfazer ajuntamentos que ameaçassem a ordem estabelecida, etc.<sup>107</sup>

---

<sup>104</sup> BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: Projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. 2004. 490 p. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>105</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial*, p. 83.

<sup>106</sup> BASTOS, Aureliano Cândido de Tavares. *A Província*. Ed. Fac-símile, 1870. Brasília: Senado Federal, 1997, p. 24.

<sup>107</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial*, p. 83.

Além das atribuições definidas podemos mencionar o artigo 12º da lei de 6 de junho de 1831<sup>108</sup>, que atribuiu ao Presidente de Província ou Conselho Provincial a prerrogativa de suspender os juízes de paz de suas atribuições, quando estes excedessem ou fossem negligentes no cumprimento de suas funções.

O código de Processo Criminal aprovado em 1832 redefiniu a estrutura política e administrativa do judiciário. Assim o cargo de Juiz de paz emergiu como o símbolo das propostas do grupo liberal moderado. No entanto, a revisão do Ato Adicional aprovada pelo Partido Conservador, em 1840, limitou as atribuições desse cargo, com a justificativa de que esses representantes eletivos cometiam abusos na aplicação de suas atribuições. As denúncias dos excessos cometidos por esses juízes leigos tiveram início logo após a ampliação dos seus poderes em 1832, e em 1839 foi apresentado a proposta de reforma do Código de Processo Criminal, que só foi aprovado após a ascensão do regresso em 1841. Contudo, destacamos que esses argumentos muito divulgados nos espaços públicos, fazem parte do discurso produzido pela oposição para deslegitimar os poderes atribuídos a esse “magistrado leigo”.

A figura do juiz de paz estimulou a prática do clientelismo na instância local, pois o fato de o “cargo ser eletivo acabou por deixar nas mãos dos fazendeiros, que manipulavam o resultado de sua eleição, a designação daquele que ocuparia o posto, utilizando-o para a defesa de seus interesses pessoais”.<sup>109</sup> Segundo Tavares Bastos,<sup>110</sup> a figura do juiz de paz supunha certa “civilização”, que até então existia em diferentes níveis de acordo com o grau de desenvolvimento social de cada província.<sup>111</sup>

O código de Processo Criminal segundo os artigos 2º e 4º determinou a criação de novos distritos, com base no número de habitantes, e para cada distrito deveria ser eleito um juiz de paz.<sup>112</sup> Segundo o Mapa provincial apresentado pelo presidente de província da Paraíba, Basílio Quaresma Torreão, na sessão de abertura da Assembleia Provincial, em janeiro de 1837, a província era dividida em três Comarcas, dezesseis Municípios e, setenta e quatro distritos para a Administração da Justiça Criminal e Civil de primeira instância. A partir da Vila de Caissara podemos perceber como se deu o processo de divisão das Vilas.

Participamos a V. Ex<sup>a</sup>. Que a requisição de um número de habitantes de Caissara contendo o número de cento e quatro casas habitadas, esta câmara de conformidade com o artigo do Código de Processo, fez em Sessão de 24 de

<sup>108</sup> Código de Leis do império de 1831, pertencente ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

<sup>109</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial*, p. 85.

<sup>110</sup> Vale ressaltar que o Tavares Bastos é um homem do século XIX, e sua obra *A Província* (1870) foi produzida três décadas após o fim do Período Regencial.

<sup>111</sup> BASTOS, Aureliano Cândido de Tavares. *A Província*.

<sup>112</sup> Os cargos de Juízes de Órfãos e de Juízes Civis eram nomeados pelo Poder Central.

Outubro partir um novo distrito de Juiz de Paz denominado de São Joaquim, e passando-se a Eleição dos respectivos Juizes Eleitos João Viera da Silva, João Evangelista dos Santos, Antônio Fernandes d'Almeida, e Vicente Ferreira Barbosa, que entrarão em exercício, o que participamos a V. Ex.<sup>a</sup>.<sup>113</sup>

Como está dito no referido ofício, o distrito de São Joaquim surgiu após a divisão da Vila de Caiçara, e logo após o surgimento do novo distrito foi realizada a eleição dos quatro juizes de paz, que deveriam assumir um a cada ano respectivamente. Em relação à Vila de Santo Antônio podemos perceber como se dava o processo de eleição para o cargo de juiz de paz vale destacar que esta povoação surgiu após a divisão da vila de Bananeiras.

Esta Camara leva a conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> para lhe esclarecer o seguinte. O artigo 8º da Lei de 29 de Novembro de 1832, manda, que os quatro cidadãos mais votados serão os Juizes de Paz, e que cada um servirá um ano. O artigo 6º das instruções diz que haja sempre quatro juramentos.<sup>114</sup>

Através do ofício podemos observar que, segundo a lei de novembro de 1832 os quatro cidadãos mais votados seriam eleitos juizes de paz, e cada um serviria pelo prazo de um ano. Para isso, deveria haver sempre os quatro juramentos. Após a implantação do juizado de paz outras dificuldades surgiram, pois em todos os distritos e vilas recém-criados existiam acusações da oposição de que não haviam pessoas consideradas qualificadas para o exercício dessas funções, pois para exercer esta “autoridade popular”, não era necessário ser bacharel em direito, mas era preciso ser uma pessoa idônea,<sup>115</sup> o que representava uma brecha para as queixas da oposição. Importa destacar que este era um cargo eletivo e para o exercício dessa função eram utilizados os mesmos critérios eleitorais, ser homem livre, eleitor, maior de 25 anos, e ter renda mínima de 100\$000 reis. Esta foi uma preocupação da Câmara Municipal da vila de São Miguel.

Em Sessão de hoje tomando em consideração o total desamparo em que se acham alguém destes Distritos a falta de homens que tenham requisitos necessários para o emprego de juizes de Paz, levamos ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> que não pode este Distrito ser dividido, sem ficar em seu antigo pé, e fica este conselho reunido a espera da sabia deliberação de V. Ex.<sup>a</sup> que mandará o que for servido.<sup>116</sup>

Como podemos perceber, através da queixa da Câmara Municipal da Vila de São Miguel, algumas vilas e distritos, que apesar do número suficiente de habitantes para que se efetivasse a criação de um novo distrito, sofriam pela falta de cidadãos “qualificados” para o exercício do cargo, diante da rivalidade entre os grupos políticos locais que buscavam desqualificar os eleitores da oposição. Não sabemos ao certo a que se refere o documento ao afirmar que no “distrito há falta de homens que tenham requisitos necessários para o emprego de juiz de paz”, pois a

<sup>113</sup> Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, caixa 11, ano 1834.

<sup>114</sup> Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, caixa 11, ano 1834.

<sup>115</sup> BASTOS, Aureliano Cândido de Tavares. *A Província*.

<sup>116</sup> Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, caixa 11, ano 1834.

referência tanto pode ser tanto em relação à idoneidade dos homens quanto as suas condições econômicas, apesar de José Murilo de Carvalho analisar que há muito exagero na avaliação da renda como obstáculo para a participação eleitoral.<sup>117</sup>

Miriam Dolhnikoff afirma que as atribuições dadas aos juízes de paz estimularam a prática excessiva e arbitrária do poder. Era comum o fato de os que detinham esse cargo excederem suas atribuições e realizarem “mandos e desmandos” nas vilas e distritos sob a sua jurisdição.<sup>118</sup>

Esse cargo eminentemente político foi utilizado como peça estratégica para as relações de poder influenciando diretamente a cultura política local.<sup>119</sup> Percebemos através de um ofício enviado pela vila de Bananeiras ao Secretário da Província da Paraíba as acusações contra os excessos cometidos pelo juiz de paz, que tinha a intenção de dividir a vila de Pilões para criar a vila de Santo Antônio.

[...] Sobre a posse que V. S.<sup>a</sup> falou estar da Povoação de S. Antônio está muito enganado, por ter V. S.<sup>a</sup> *mandado criminosamente* uma patrulha aquela Povoação inquieta a par dos habitantes dela, *ofendendo assim a Lei, tornando-se assim Juiz de Guerra, e não de paz*, para que foi eleito.<sup>120</sup>

A vila de Bananeiras e povoação de Santo Antônio foram alvos dos excessos do juiz de paz da povoação de Pelões. Destacamos que as duas povoações eram divisões da vila de Bananeiras. Segundo a documentação o dito Juiz de Paz dirigiu-se a povoação de Santo Antônio com mais de cinquenta homens armados e invadiu a casa do cidadão João Cardoso Moreno, encarregado da polícia do mesmo distrito de onde levaram seis granadeiras que haviam sido confiadas ao juiz de paz do Distrito Santo Antônio pelo Governo da Província, a documentação descreve que,

Esta Câmara tendo sido participada pelo Juiz de Paz da Povoação de Santo Antônio deste Município, que o Juiz de Paz da Povoação dos Pelões do Município do Brejo d'Areia no dia 8 do corrente se apresentara na povoação de Santo Antônio com cinquenta e tantos homens armados, e atacarão a Casa do Cidadão João Cardoso Moreno, pessoa encarregada da polícia d'aquela Distrito, conduzindo seis granadeiras da Casa do mesmo Cardoso, cujas granadeiras tinham sido confiadas pelo Exmo. Governo ao Juiz de Paz da dita Povoação, a vista do que esta Câmara reconhecendo a criminalidade um tal atentado, leva ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> para com tempo providenciar como for justo. Em virtude, do Art. 289 do Código Criminal esta Câmara ordenou ao Juiz de Paz de Santo Antônio, que pusesse em execução o que lhe determina dito Art. Esta

<sup>117</sup> CARVALHO, José Murilo. A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930. In: CARVALHO, José Murilo & CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*, 2011.

<sup>118</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial*, p. 85.

<sup>119</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte (MG): Argvmentvm, 2009.

<sup>120</sup> Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, Cx. 11, ano 1834. Documento Avulso. Nossos Grifos.

Câmara ansiosa espera resposta de V. Ex.<sup>a</sup> para providenciar quanto antes ato tão criminoso.<sup>121</sup>

Enviados pelas Câmaras Municipais os ofícios eram destinados a Presidência da Província e ao Conselho Geral de Província. Sobre isso Fátima Gouvêa (2008) argumenta que, a Legislação central aprovada durante as décadas de 1820 e 1830 produziu um sistema administrativo em que os municípios reforçavam, no nível local, as decisões que eram impostas pelo governo provincial. Sobre isso, Dolhnikoff constata que “ao mesmo tempo em que criaram uma poderosa autoridade – o juiz de paz –, os liberais limitaram significativamente os poderes das Câmaras”.<sup>122</sup> Como dissemos antes, a partir de 1828, ficou assegurado que as Câmaras Municipais, ao administrar as cidades ou vilas, prestariam contas ao presidente de Província reunido ao Conselho privativo que tinha a função de auxiliar a ação executiva dos presidentes.<sup>123</sup>

“A organização do Estado brasileiro independente aprofundou essas reformas e transferiu o poder coercitivo das câmaras aos juzados de paz, órgãos cuja eleição se realizava diretamente pelos cidadãos da paróquia ou de distrito”, como analisa Campos e Vellasco.<sup>124</sup> Não afirmamos que houve oposição sistemática entre vereadores e juizes de paz, observamos apenas que cidadãos passaram a compor o jogo político e a Câmara viu-se forçada a renovar seu dialogo com as demais forças locais, pois “não podia mais agir como uma corporação que distribuía entre seus membros os papéis de poder sobre a população”<sup>125</sup>

Em 1837, uma terceira instância de poder local foi criada, o cargo de Prefeito. Esse cargo foi criado pela Assembleia Provincial, a partir de uma interpretação do Ato Adicional, na qual os liberais entendiam que as Assembleias tinham a faculdade de criar empregos, e partir dessa interpretação criaram o emprego de prefeito e subprefeito. O prefeito seria nomeado pelo presidente de província, sendo este último nomeado pelo poder central. As atribuições a que ficaram incumbidos os prefeitos pode ser considerado o primeiro sinal do enfraquecimento do cargo de juiz de paz. Fica claro que os liberais não almejavam a simples autonomia municipal, mas buscavam um arranjo que combinasse autonomia com um forte vínculo com o Estado Nacional. Aos prefeitos cabia executar e fazer executar as ordens do presidente de província,

<sup>121</sup> Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, Cx. 11, ano 1834. Documento Avulso. Grifos nossos.

<sup>122</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial*, p. 86.

<sup>123</sup> O conselho privativo também era chamado de Conselho da presidência. Este conselho não permanente foi estabelecido pela lei de 20 de outubro de 1823. “A função desses conselheiros era auxiliar a ação executiva dos presidentes e, por mais que o clima de instabilidade política em algumas capitais inviabilizasse seu pleno funcionamento, foram implementados”. SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. 338 f. tese (Doutorado em história) - Universidade São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo 2006, p. 145-6.

<sup>124</sup> CAMPOS, Adriana P., e VELLASCO, Ivan. *Juízes de Paz, mobilização e interiorização da política*, p 387.

<sup>125</sup> \_\_\_\_\_. *Juízes de Paz, mobilização e interiorização da política*, p 387.

como também comandar a força municipal, fiscalizar os empregados públicos, prender os criminosos e velar pelos bens e rendas provinciais e nacionais.<sup>126</sup>

Segundo Tavares Bastos,<sup>127</sup> a primeira província a aprovar a *Lei dos prefeitos* foi Pernambuco, em 1836. A partir de então outras províncias adotaram o mesmo modelo, entre elas a Paraíba. Para a aprovação desta Lei os Deputados provinciais fizeram uso da autonomia que lhes foi atribuída com a criação da Poder Legislativo provincial. Aderindo ao projeto de Lei criado em Pernambuco a Assembleia Província da Paraíba criou em 1837, a *Lei dos prefeitos*.

Segundo a *lei dos prefeitos* aprovada pela Assembleia da Paraíba parte das funções dos juizes de paz foi remanejada aos prefeitos e subprefeitos. No entanto, era de responsabilidade dos presidentes de província nomear e demiti-los, se considerassem este conveniente ao bom funcionalismo público. A criação da *Lei de Prefeitos* na Paraíba está diretamente relacionada ao crescente descontentamento das autoridades para com as funções desempenhadas pelos juizes de paz. No ano de 1837, o então presidente de província, Basílio Quaresma Torreão, defendia a redução das funções desses magistrados. Segundo Torreão, “estes Magistrados quase todos leigos, alguns ignorantes, que mal sabem assinar seus nomes, e outros desconceituados, e sem respeito publico, muito mal poderão desempenhar tantas, e tão complicadas atribuições anexas ao seu cargo”.<sup>128</sup>

Ao analisar o discurso do então presidente de província devemos perceber que esse era nomeado pelo poder central e, como tal, criticava a atuação dos juizes de paz – carro-chefe das reformas propostas pelo grupo liberal durante a década de 1820 e 1830 e que tinha como finalidade, a princípio, regular a influência do poder central nas Províncias. Diante do descontentamento frente a atuação dos juizes de paz, o presidente de província, Basílio Quaresma Torreão, propôs em 1837, a separação das funções desses magistrados, repartindo-as com outras autoridades mais aptas, reduzindo suas funções a julgar pequenas causas civis.<sup>129</sup>

### **A Título de Epílogo**

A ascensão do regresso, por volta de 1838, impulsionou a interpretação do Ato Adicional e a revisão do Código de Processo Criminal, sancionados em maio de 1840 e outubro de 1841, respectivamente. A revisão do Código de Processo criou o cargo de delegado, responsável pelo inquérito policial. Foi essa polícia judiciária que interpretou a legislação provincial e esvaziou, de

<sup>126</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial*.

<sup>127</sup> BASTOS, Aureliano Cândido de Tavares. *A Província*.

<sup>128</sup> TORREÃO, Basílio Quaresma. Relatórios dos Presidentes de Província (RPP). Captado em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em: Maio de 2012.

<sup>129</sup> TORREÃO, Basílio Quaresma. Relatórios dos Presidentes de Província.



vez, as atribuições do Juizado de paz. Assim, retiraram desse cargo as funções que haviam sido acrescentadas com o Código de Processo Criminal, em 1832. Destacamos que, em algumas províncias, como a Paraíba e Pernambuco, as atribuições dos juízes de paz já haviam sido em grande parte redirecionada aos prefeitos e subprefeitos, a partir da iniciativa das Assembleias Provinciais. Com a revisão do Código de Processo Criminal os juízes de paz permaneceram independentes do poder central, mas nem por isso foram esquecidos. Suas atribuições foram reduzidas, sendo em grande parte transferida para os chefes de polícia, juízes de direito, e para os delegados, subdelegados e juízes municipais. “Restaram aos juízes de paz apenas as funções que tinham antes do Código de Processo”.<sup>130</sup>

Recebido em: 25/03/2014

Aceito em: 02/05/2014

---

<sup>130</sup> BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In. GRINBERG, Keila, e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial* (1831-1870). Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 90.

## Inácio Correia Pamplona: um “herói” para o sertão mineiro setecentista

**Maria Emília Aparecida de Assis**

Mestre em História

Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)

[mariaemilia\\_assis@yahoo.com.br](mailto:mariaemilia_assis@yahoo.com.br)

**RESUMO:** O presente artigo busca elucidar a constituição “épica” de uma das figuras mais emblemáticas e paradoxais da história colonial mineira, o mestre de campo Inácio Correia Pamplona. A construção alegórica do personagem foi edificada pelos homens que integravam a entrada de 1769, rumo à conquista do sertão mineiro, a partir de poemas que foram compostos durante a expedição. Os poemas exaltam a imagem de Pamplona como um “herói” para o sertão, figura extraordinária por seus feitos guerreiros, seu valor e sua magnanimidade. No entanto, em contrapartida, o que se pretende é colocar a figura mítica no seu devido lugar: o sertão oeste das Minas Gerais na segunda metade do setecentos, demonstrando que esta visão romantizada foi fruto de motivações políticas específicas que acabaram por tornar o sertanista uma figura transcendental aos olhos de seus homens.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sertão, Entradas, Minas Gerais setecentista.

**ABSTRACT:** This article aims to elucidate the "epic" constitution of the most emblematic and paradoxical figures of mining colonial history, the field master Inacio Correia Pamplona. The allegorical character of the building was built by men who were part of the entry 1769, toward the conquest of the mining backlands, from poems which were composed during the expedition. The poems exalt the image of Pamplona as a "hero" for the backlands, by extraordinary figure made its warriors, its value and magnanimity. However, on the other hand, the aim is to put the mythical figure in its place: west backlands of Minas Gerais in the second half of the seven, demonstrating that this romanticized vision was the result of specific political motivations that eventually make one sertanista transcendental figure in the eyes of his men.

**KEYWORDS:** Backlands, Entries, Eighteenth-century Minas Gerais.

Na medida em que se consolidavam as Minas do ouro, intensificou-se, a partir dos focos de povoamento, a exploração do sertão oeste e a expansão das fronteiras das terras agropastoris. Da terra sertaneja das Minas Gerais setecentista, emergiam do chão mais que ouro e diamantes. A terra abrigava uma rede de muitas teias a entrelaçar interesses de potentados, sesmeiros, posseiros e mineradores. No período que compreende as décadas 1740 e 1750, com os novos projetos de conquista de territórios na capitania de Minas Gerais, sobretudo a oeste, e a instituição da rota de Goiás, os focos de conflitos se proliferaram naquele sertão.

Alguns aspectos da ação política desencadeada na segunda metade do século XVIII teve por objetivo geral assegurar, para a Coroa portuguesa, a posse de seus domínios na América. Em larga medida, visava-se a formação de vassalos úteis à desejada grandeza do império colonial

português. Entende-se que Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi o principal formulador da fundamentação teórica e das práticas políticas adotadas no projeto “civilizador” em terras coloniais. Nesse sentido é possível perceber que, aos poucos, foi definido um “sistema político, civil e militar” para ser aplicado às capitanias do Estado do Brasil, o qual estava estabelecido sob um princípio geral: a Coroa portuguesa, para assegurar a posse de seus domínios americanos, precisava adotar ações que garantissem o aumento do “número dos fiéis alumados da Luz do Evangelho, pelo próprio meio de multiplicação das povoações civis e decorosas”<sup>131</sup>.

Nesse período, os domínios portugueses na América, passaram a receber, efetivamente, maiores atenções, especialmente quanto à delimitação de suas fronteiras com as terras espanholas e a consequente ocupação das terras do sertão, com o intuito de, povoando-as, garantir, sua posse. As autoridades coloniais e metropolitanas entendiam que o sertão mineiro precisava ser controlado e “civilizado” – com base em suas próprias ideias do que viria a ser “civilizado” – devido às suas riquezas e possibilidades econômicas - para isso era imprescindível sua conquista.<sup>132</sup>

Assim com o objetivo de controlar essa região e sua população, várias expedições foram enviadas aos sertões. O objetivo era destruir qualquer elemento que estivesse prejudicando o povoamento e desenvolvimento da região. Após ter solucionado este problema, sesmarias deveriam ser distribuídas a fim de que pessoas passassem a arcar com a responsabilidade de manter a área livre dos quilombolas e dos índios. Durante a expedição era preciso também criar Igrejas, símbolo do poder espiritual sobre os homens, cuidar das pendências judiciais que fossem encontradas, casar as pessoas que viviam em concubinato e iniciar plantações que facilitassem novas expedições.<sup>133</sup>

---

<sup>131</sup> INSTRUÇÃO de Governo de Mendonça Furtado. In MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985, pp. 42-47.

<sup>132</sup> Durante o século XVIII, o conceito de civilização desempenhou um papel importante no discurso da colonização nas terras portuguesas. Carregado de uma dimensão metropolitana, o conceito alcançou uma ampla extensão, penetrando também em áreas que praticamente não tinham ainda sido influenciadas pelos poderes coloniais. A função política, social e cultural do uso do conceito variou bastante de acordo com o contexto histórico. No caso, do território colonial, o termo passou a designar de acordo com os interesses portugueses uma oposição entre o progresso – metropolitano - e a “barbárie” – sertões. BOER, Pim den. *Civilização: comparando conceitos e identidades*. In: FERES JÚNIOR, João e JASMIN, Marcelo. *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Loyola-IUPERJ, 2007. pp. 121-128. Um dos elementos constituidores da ação política desencadeada na segunda metade do século XVIII e que teve por objetivo geral assegurar para a Coroa portuguesa na América foi a delimitação das fronteiras e a ocupação das terras no sertão, com o intuito de, povoando-as, garantir, a sua posse. E para isso, o governo não hesitou em adentrar as “áreas proibidas” e dominar todo tipo de resistência frente ao processo de ocupação da terra.

<sup>133</sup> NOTÍCIA diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o senhor mestre de campo, regente e guarda-mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do capote à conquista do sertão (1769). In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 108, Rio de Janeiro, 1988, p. 266-267.

Inácio Correia Pamplona, português de origem, cumpriu bem esse papel, tendo sua vida marcada pelas atividades desbravadoras nos sertões da capitania mineira, exterminando índios e quilombolas que se localizavam no oeste de Minas Gerais e pelo controle quase que absoluto que detinha da região em função de possuir muitas terras e poderes conferidos pelos próprios Governadores.<sup>134</sup> Foi aclamado por seu séquito em todas as entradas que rompiam a esmo pelos sertões. Enaltecido por seus companheiros de jornada como um semideus, foi por várias vezes igualado aos grandes personagens mitológicos e heróis da antiguidade, remetendo sempre a atos de honra e valentia. Assim chegavam a compará-lo a *Hércules*, a *Moisés* e ao rei *Xerxes*, da *Pérsia*.<sup>135</sup>

Assim, apontando de forma breve os argumentos utilizados pelas autoridades coloniais e metropolitanas para a ocupação do sertão oeste mineiro, é possível estabelecer a relação entre os poemas declamados por alguns integrantes da expedição de 1769 ao sertão oeste da capitania de Minas Gerais, a seu líder, Inácio Correia Pamplona e a construção de uma imagem gloriosa de um guia guerreiro derivado de uma caracterização ostentosa do “herói” como ser extraordinário. Ser este, capaz de domar a natureza agreste, índios e quilombolas ferozes.

No entanto, para se estabelecer este elo faz-se necessária a associação com o Arcadismo luso-brasileiro explorado aqui na influência do Marquês de Pombal, o poderoso primeiro-ministro português, no conteúdo da poesia da sua época.<sup>136</sup> De acordo com Márcia Amantino,

A principal escola literária que se formou com base nas ideias filosóficas defendidas por pensadores iluministas foi o Arcadismo. Seus autores contestavam os dogmas e os valores do Barroco, visto então como exagerado. Os Arcades propunham uma literatura mais simples, menos rebuscada e baseada na espontaneidade. Propunham ainda, a volta aos padrões clássicos, recuperando não apenas o estilo, mas também seus heróis e mitos. Entretanto, os problemas expressados nestas obras deveriam ter ligação direta com a época em que viviam, pois a ciência dava mostras de que o progresso era uma

---

<sup>134</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1970.

<sup>135</sup> Cf. os poemas recitados em homenagem a Pamplona durante a expedição de 1769. Notícia diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o senhor mestre de campo regente e guarda mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do Capote às conquistas do sertão, até de retornar a sua dita fazenda, In: *Anais da Biblioteca Nacional*, p. 62-67-70.

<sup>136</sup> Cf. TEIXEIRA, Ivan. *O Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*. 1ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. Com uma prosa límpida, o autor demonstra como Pombal usou a arte como veículo de autopromoção. Depois de subir ao poder, em 1750, Pombal patrocinou portentosas obras arquitetônicas, deixando sua marca em Lisboa quando reconstruiu a cidade após o terremoto de 1755. Além disso, o governante lusitano apoiava escritores financeira e politicamente. Déspota esclarecido condicionava o apoio, claro, à exaltação de sua política. Também queria promover um tipo de arte que defendesse ideias iluministas contra o que julgava ser as trevas da religião. Ou seja, que servisse de justificativa para um dos grandes feitos de seu governo, que foi a diminuição da influência dos jesuítas na vida política do país. A novidade do livro de Ivan Teixeira é demonstrar como, no além-mar, jovens escritores brasileiros afinaram-se com essa ideologia.

realidade e que os homens já não precisavam explicar todos os acontecimentos através da fé.<sup>137</sup>

Segundo Ivan Teixeira<sup>138</sup>, Pombal no reinado de D. João V, tinha exercido a função de diplomata português em Londres (1738-1744) e em Viena (1745-1749). Na época, a governamentalidade portuguesa emanava de três secretarias, a mais importante das quais era a dos Negócios de Reino. Depois, vinham a da Marinha e Ultramar e a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Com a ascensão de D. José I [1750], Sebastião José foi nomeado secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Após o terremoto de Lisboa de 1755, ascendeu à secretaria dos Negócios do Reino e colocou gente de sua confiança nas demais. Desde então, governou com plenos poderes até a morte de D. José, em 1777. Sua importância e seu poder expressam-se nos títulos recebidos: em 1759, ele tornou-se Conde de Oeiras e, em 1769, Marquês de Pombal.

Como *Conde de Oeiras*, Pombal preocupou-se com sua imagem, tornando-se um mecenas. Seu período de mecenato foi marcado pela ideia de progresso, arrojo, trabalho, austeridade e estudo. Podemos perceber, segundo Teixeira que, no reinado de D. João V, já se vinha:

promovendo a renovação do pensamento em Portugal, manifesta no surgimento de academias, laboratórios, traduções e edições importantes. Nas ciências, tal renovação corresponde à adoção do método cartesiano e da física de Newton; em filosofia, equivale à superação da Neo-Escolástica em favor do Experimentalismo inglês; nas letras, manifesta-se na assimilação da poética de Boileau e na censura generalizada à poesia seiscentista, sobretudo em sua vertente gongórica.<sup>139</sup>

Pombal chegou a presidir a fundação da Arcádia Lusitana em 1756, protegendo os poetas e artistas, certamente isso fazia parte da estratégia de divulgar e criar entre os intelectuais um ambiente favorável às suas reformas. Apoiado pela filosofia moral e pelo conceito de poesia setecentista, o mecenato pombalino empenhar-se-ia em imortalizar os homens dignos de imitação.

Três importantes personagens do século XVIII se destacaram no estilo árcade luso-brasileiro: o estadista Sebastião José de Carvalho e Melo, o poeta José Basílio da Gama e o reitor Francisco José Freire. Ao interpretar *O Uruguai*, poema de Basílio da Gama, como “epopéia brasílica”, o Romantismo se apropriou dele para criar um dos alicerces da suposta fundação da literatura brasileira.<sup>140</sup>

<sup>137</sup> AMANTINO, Márcia Sueli. *O Mundo das Feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. 426 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2001, p. 291.

<sup>138</sup> TEIXEIRA, Ivan. *O Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*, p. 45.

<sup>139</sup> TEIXEIRA, Ivan. *O Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*, p. 23.

<sup>140</sup> GAMA, Basílio da. *O Uruguai*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1964.

As características básicas do Arcadismo vistas no poema de Basílio da Gama podem ser encontradas sem muitas alterações no Arcadismo mineiro, com exceções do ideal do “Bom Selvagem” e da busca pela natureza. Pelo contrário, o que se percebe é que, de uma maneira ou de outra, o indígena era um empecilho à vida no campo e este – ainda que refúgio ideal e paraíso perdido – ficava abalado com sua existência. A natureza que se buscava nestes poemas não era a bravia e a natural. A que se desejava era a natureza domesticada e produtiva, quer seja com o ouro ou com os produtos agrícolas.

Por meio de poemas<sup>141</sup> dedicados ao mestre de campo no decorrer da expedição de 1769, marcados por expressões e pensamentos que associavam um dos maiores antagonismos do sertão – “barbárie x civilização” –, é edificada uma imagem para o sertanista, chefe da expedição – a de um líder esplêndido. Toda essa construção da glorificação em torno da figura do sertanista ocasionou a escrita e a declamação de numerosos versos que se manifestaram pelo encômio – um verdadeiro louvor a Pamplona, o líder triunfante. Apelavam indefectivelmente para alegorias mitológicas de cuja comparação o homenageado saía sempre vitorioso. Todos eram unânimes em exaltar sua magnanimidade, afamado por seus feitos guerreiros, sendo somente ele capaz de levar a “civilidade” e apaziguar o sertão.

Partindo da observação dos conceitos usados por Roger *Chartier*, é possível perceber a investigação de como as práticas e as representações são construídas, propondo uma nova forma de abordagem e buscando perceber as representações como construções que os grupos fazem sobre suas práticas.<sup>142</sup>

Considera-se aqui que os poemas não retratam fielmente a realidade em que está inserida, mas a representa através de diferentes olhares. Os poemas não se constituem em verdades inquestionáveis, ainda que ofereçam contribuições importantes, pois pertencem a um grupo com determinada visão de mundo. A proposta de *Chartier* desmorona a noção de história como

---

<sup>141</sup> Cinco poemas foram de autoria de religiosos, sete de fazendeiros que o acompanhavam e dois não possuíam indicações de seus autores. Márcia Amantino, em sua obra, *O Mundo das Feras*, faz uma análise sobre o lado literário da expedição de 1769 sob o prisma do Arcadismo. No entanto, a autora enfoca muito mais as bases da escola literária do que propriamente uma análise mais reflexiva sobre o processo de heroificação de Pamplona pelos homens que o acompanhavam em suas comitivas pelos sertões mineiros. A autora, ao analisar os poemas, faz uma análise bastante pontual. O objetivo do presente artigo é retomar essa discussão, observando como esses poemas construíram uma imagem grandiosa de um líder intrépido e impávido para o sertão colocando a figura mítica no seu devido lugar: o sertão oeste das Minas Gerais na segunda metade do setecentos. Para seu séquito, Pamplona foi um verdadeiro herói. Na pena dos poetas que engrossavam suas tropas, o entrante seria edificado como mártir para o sertão. Se inicialmente debatemos de frente com o mito, passamos a narrar os acontecimentos que marcaram o surgimento dele. Inácio Correia Pamplona estava inserido entre os principais potentados de Minas Gerais setecentista, região com contornos e ânimos instáveis. AMANTINO, Márcia. *O Mundo das Feras*, p. 291-302.

<sup>142</sup> Mais detalhes poderão ser obtidos no texto: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 1ª ed., São Paulo: Difel, 1990, p. 13-28.

tradução da realidade, pois afirma que nenhum texto traduz a realidade, nenhum texto apreende a realidade em sua totalidade.<sup>143</sup>

A categoria representação, segundo *Chartier*, permite uma análise sobre as maneiras pelas quais os homens dão inteligibilidade ao mundo social do qual fazem parte, uma vez que ela é um estatuto de organização desse mundo social. Nesse viés, o social passa a ser abordado por meio dos lugares de produção de discursos, que apreendem e estruturam o real, no caso, as representações. Trata-se de símbolos que, por meio das práticas culturais [produtoras de símbolos], imprimem determinada leitura de mundo, em um dado lugar. Diz o autor que é a partir desses esquemas intelectuais incorporados que se criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro se tornar inteligível e o espaço, decifrável. É então postulada entre signo visível e o que ele significa. As práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” [instâncias coletivas ou indivíduos singulares] marcam de modo visível a existência do grupo.<sup>144</sup>

Desta forma analisando o relato da expedição de Pamplona pode-se perceber como era o cotidiano de um grupo em missão itinerante de conquista e “civilização”, que elementos compunham suas vidas e universo. Ao mesmo tempo é possível resgatar a visão que aqueles homens tinham do desconhecido, seus medos e seu imaginário. O outro, o diferente era criado antes mesmo de existir e sempre associado ao perigo. O que criava a fé nos perigos e colocava o desconhecido como ameaça era a ideia de que deveria haver uma grande ameaça.

O êxito da empreitada estava sempre na dependência do domínio do desconhecido. Subjugá-lo equivalia a destruir quilombos, prender quilombolas, distribuir terras, batizar pagãos, criar igrejas e vilarejos, construir pontes e abrir caminhos, enfim, incorporar a região ao império colonial português e ser integrado de forma espontânea e inconsciente ao espaço que se tentava dominar.

Desde o período colonial, o sertão era uma expressão que designava “espaços” internos, longe do litoral. Também indicava “aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam

---

<sup>143</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, p. 15.

<sup>144</sup> \_\_\_\_\_. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. 1ª ed., Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 73.

chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura”.<sup>145</sup> Russel-Wood ressalta que a autoridade régia, os conselheiros e os administradores que viviam na colônia, e ainda grande parte dos colonos sempre imaginavam um “sertão dos sertões” aliado à noção de “desordem, ao desvirtuamento e à instabilidade”. Essa região era habitada por pessoas que estavam aquém “dos limites impostos pelos padrões metropolitanos em termos de ortodoxia religiosa, costumes, moralidade, cultura e relações pessoais”. Tanto que os “sertões poderiam se localizar para aquém do alcance do governo ou, na verdade, tão distantes como se estivessem efetivamente fora do Império”, o que, é claro, poderia lhe conferir certo “grau de autonomia”.<sup>146</sup>

Esse é o cenário rude do sertanejo que os poemas procuram purificar por intermédio da personagem. Inácio Correia Pamplona é a figura escolhida, pelas autoridades coloniais, como representante de um projeto do sertão a “civilizar”. Os poemas, ao se dedicarem à construção da imagem de Pamplona, reagem à persistência de uma visão “bárbara” e negativa do sertão. Esse homem vem para limpar aquele cenário inculto e de façanhas “barbarescas” e santificar aquele meio “selvagem” em que alvorou o sertão oeste de Minas Gerais setecentista. Assim, Inácio Correia Pamplona seria o homem, por excelência, que promoveria o combate à “barbárie” e desafiaria o isolamento daquela região. O “cavaleiro do sertão” traria a “civilização” para o povo do oeste de Minas.

Para os autores dos poemas e de considerável parte dos homens que integravam a expedição de 1769, Pamplona era um verdadeiro herói. Como bem ressaltou José Murilo de Carvalho, os heróis servem como “símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identidade coletiva”. A “criação de símbolos” não é aleatória, “não se faz no vazio social”. Ele tem que “responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado”.<sup>147</sup>

Mas como se explica o fato de Pamplona ser promovido recorrentemente como um herói absoluto nos poemas declamados? Primeiramente é preciso atentar para as construções épicas dos relatos sobre o sertão. Na prática, o discurso laudatório dos companheiros de jornada de Pamplona lhe proporcionou uma excelente oportunidade de autopromoção perante as

---

<sup>145</sup> AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos históricos: história e região*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, pp. 145-151, jun.1995. p. 149.

<sup>146</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centro e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, v. 38, n. 36, pp. 187-249, 1998.

<sup>147</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. 15ª Reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 55.



autoridades coloniais. A criação de uma imagem inóspita do sertão auferiu para o sertanista inúmeras mercês que requeria sempre em nome da conquista e da “pacificação” do sertão.

A esperança de um guia providencial ganha conotações diferentes dependendo das necessidades e anseios em que a sociedade está vivendo em um determinado período. Em torno da figura de Pamplona, forma-se uma constelação de imagens: a do soberano, a do chefe, a do guia, a do herói. Em torno desse personagem-símbolo, cristalizaram-se poderosos impulsos de emoção, de espera e de esperança. Constelação movente, sem dúvida ampla, cuja permanência e identidade não podem escapar à observação e à definição de suas estruturas.

Os recitais de poemas vangloriando Pamplona marcaram toda a expedição rumo ao oeste mineiro em 1769. Nas paragens, após as refeições, ao entardecer ou mesmo no romper da aurora, poemas eram declamados e imagens grandiosas eram construídas para Pamplona. O chefe da expedição é ele mesmo uma prática do governo: descreve, investiga e representa o espaço, desvela e apreende os habitantes e assegura seu séquito dos perigos sertanejos. Podemos perceber, logo no início da referida expedição, que Pamplona seria aquele que traria controle oficial para o sertão onde as pessoas que ali viviam estavam sem assistência e padecendo por falta de administração. Em um dos poemas declamados por um religioso, essas imagens são claramente definidas:

1  
Desde que o mundo foi criado  
Pela divina onipotência  
Aos filhos de Adão se tem negado  
Em nossos palácios a assistência  
Agora parece que é chegado  
O tempo da melhor correspondência  
Porque se até aqui sertão silvestre  
Hoje corte, os campos que tem Mestre.

2  
Chegai sublime varão à nossa vista  
Alegrar o sertão do Bambuí  
Vinde ser senhor desta conquista  
Nossos amenos campos possuem  
Sempre vossa grandeza nos assista  
Que eu com estes bosques concluí  
Empenhos de mais fertilidade  
Para que o país mais vos agrade.

3  
Temos até agora padecido  
Um desprezo total da gente humana  
Experimentando das feras o bramido  
Em uma soledade tão tirana  
Mudem nossas mágoas de sentido  
Que uma posse real nos desengana  
Que vem o filho do sol como regente

Ser guarda mor deste continente.

4

Estavam esses tesouros escondidos  
Agora se verá o seu valor  
Não foram até agora merecidos  
Agora é que acharam seu senhor  
A vosso poder estamos rendidos [...].

5

Trazei convosco bastante companhia,  
Que a todos que quiserdes serviremos  
Para mais lustrar vossa bizzaria  
Que para vossos criados ligar temos  
Tereis vós sempre a primazia  
E nós povoados nos veremos  
Só para desengano destas feras  
Que deixam de ser gentes, são quimeras.

6

Alvíssimas Bambuí que vêm chegando  
A fazer um jardim deste sertão  
A tão luzidas tropas comboiando  
Um senhor que a um tempo em sua mão  
Dois bastões dourados maneando  
Ao mundo em tudo dá lição  
Ensinando e regendo sem segundo  
E capaz de reger a todo o mundo.<sup>148</sup>

Pela análise desse poema, podemos verificar que se destina ao louvor do líder, entendido como escolhido por Deus. Sob a ação coordenadora do mestre de campo Inácio Correia Pamplona, líder intrépido, impávido e forte, o sertão florescia como os jardins na primavera. Ao mesmo tempo é possível extrair importantes elementos que associam Pamplona à imagem épica que chega a ser identificado como o “filho do sol”.

Os homens proclamavam a chegada do entrante nos sertões, visto a falta de assistência em que se encontravam, e Pamplona chegava justamente para trazer a esperança e tempos de “melhor correspondência”. Para os homens que o acompanhava, assim que Pamplona adentrava no tão temível sertão, este entrava em processo de transformação. Essa mesma região tornava-se com sua presença uma “corte” porque recebia nela um “mestre”. A natureza, antes bravia, passava a ser um “jardim”. Os habitantes tidos como *selvagens* deixavam de ser e se transformavam em quimeras, ou seja, havia, nesse caso, um incentivo ao povoamento dos que seguiam a comitiva. A afirmação de que não havia mais perigos no sertão era um recado aos novos povoadores.

---

<sup>148</sup> POEMA de um religioso (anônimo) ao mestre de campo Inácio Correia Pamplona. NOTÍCIA diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o senhor mestre de campo, regente e guarda-mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do capote à conquista do sertão (1769). In: *Anais da Biblioteca Nacional*, pp. 54-55.

Não se pode esquecer que, a partir do momento em que o mito ganha certa amplitude coletiva, ele tende a combinar vários sistemas de imagens ou de representações, a constituir-se, em outras palavras, como uma espécie de encruzilhada do imaginário aonde vem embaralhar-se em aspirações e exigências mais diversas. Conforme os momentos e os meios, Pamplona encarnou ao mesmo tempo a ordem e a aventura. Foi exaltado por alguns como o símbolo da epopeia guerreira e por outros como a garantia de um futuro pacificamente assegurado. Pamplona é glorificado em outro poema como um herói. O semideus dos combates, mais precisamente como *Hércules*,

Que intrépido, que ardente, que pasmoso  
Vencendo vai o monte desmedido  
Um novo herói buscando o cume erguido,  
Onde a fama erigiu seu templo honroso,

Lá aparece um congresso portentoso  
De célebres varões lá conduzidos,  
É por eles ao templo esclarecido  
Lá se assenta em um sólido majestoso.

Hércules lhe dá a clava e diz a fama  
Respeitem as idades o meu brado;  
Aqui um Alcides novo hoje se aclama

Já que foi como Hércules esforçado  
Cinja o grande Pamplona, a verde rama  
Que o faça semieterno e decantado.<sup>149</sup>

Os mitos são compostos por um conjunto de narrativas que tem a função de explicar o mundo, de gerar sentido para as pessoas e as comunidades. Não interessa, para o ponto de vista que vislumbramos, se o mito existiu ou não, se há factualidade em determinada narrativa. O que importa é que em certo contexto cultural o mesmo foi compreendido como um passado. Logo, o mito, em sua função, pode ser analisado como uma memória social. Neste sentido, o mito do herói *Hércules* quando comparado a Pamplona chama a atenção, uma vez que ele serve de mito fronteira, ao mesmo tempo em que une, separa.

*Hércules* foi um dos heróis mais populares do mundo antigo. Cultuado entre gregos e romanos. Seu mito delimita as fronteiras entre o mundo “civilizado” e o “selvagem”, a mortalidade e a imortalidade, o conhecido e o desconhecido. Trata-se de um mito maleável, que teve as mais distintas apropriações. Diferentes construções de *Hércules* são realçadas. Cada uma se apropria, a seu modo, de uma de suas várias facetas, mas sempre falando do mesmo herói. O

---

<sup>149</sup> POEMA de autoria desconhecida dedicado a Inácio Correia Pamplona. NOTÍCIA diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o senhor mestre de campo, regente e guarda-mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do capote à conquista do sertão (1769). In: *Anais da Biblioteca Nacional*, p. 56.

poeta ao recriar em Pamplona o mito, de forma consciente ou não, aumenta os obstáculos a serem vencidos pela comitiva guiada por seu líder e o engrandece a cada ato praticado na “pacificação” a e cada tarefa cumprida no sertão.

A exaltação de seus momentos heróicos e corajosos produz um estereótipo que o aproxima do guerreiro dominado pelo ofício, com ares de mártir. Isso se torna providencial para Pamplona, pois no momento em que se apropria dos relatos mais possibilidades surgem de auferir benesses junto às autoridades desencadeadas pela campanha a favor de sua imagem e de suas ideias. Por outro lado, não se pode entender o encômio setecentista como totalmente verossímil, pois os poetas encomiásticos tendiam à parcialidade, ou seja, sacrificavam a sua opinião à própria conveniência.

A escolha dos adjetivos pode não corresponder a situações vivenciadas pelo poeta, e sim a necessidades internas do contexto. Desse modo é possível lançar como hipótese a associação dos poetas com Pamplona na construção do enigmático e heróico homem do sertão, ao difundir essas poesias como forma de participar, ao menos de uma parte, do ganho dos benefícios com a entrada de 1769, principalmente as sesmarias. Assim passa a decorrer a noção de que se trata, de uma laudatória de promoção política e econômica. A terra era tida pelos poetas como boa e portadora de tesouros escondidos, porque esperavam a chegada de alguém que merecesse receber suas mercês<sup>150</sup>, prática recorrente durante o Antigo Regime.

De fato, para além dessa riqueza de projeções oníricas, dessa multiplicidade de imagens cristalizadas em torno de um mesmo personagem, Pamplona exerceu com honra altos cargos e grandes comandos. Detinha o controle quase que absoluto da região – sertão oeste de Minas Gerais setecentista – em função de possuir muitas terras e poderes conferidos pelas autoridades.<sup>151</sup> Além disso, a conquista do sertão era algo que procurava “dilatar o domínio americano” e que, por intermédio de Pamplona, “(...) O Império aumenta sem disputa, intrépido buscais a terra inculca a gentes solidão a mais oculta”<sup>152</sup>.

---

<sup>150</sup> Pode-se perceber que, junto à ideia de conquista, havia claramente definida a busca por algo que era identificado com o conceito de riqueza. No caso de Minas Gerais, ela era associada principalmente ao ouro e aos diamantes, às concessões de sesmarias e à escravização indígena. Para uma análise das Conquistas ou Entradas em Minas Gerais do século XVIII, remeto ao excelente estudo de RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios Brasileiros: índios Coloniais em Minas Setecentista*. 401 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2003, pp. 31-140. LANGFUR, Harold Lawrence. *The Forbidden Lands: frontier Settlers, Slaves, and Indians in Minas Gerais, Brazil. 1760-1830*. 410f. Faculty of the Graduate School, University of Texas/Austin, 1999.

<sup>151</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1970.

<sup>152</sup> POEMA de um padre anônimo. NOTÍCIA diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o senhor mestre de campo, regente e guarda-mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do capote à conquista do sertão (1769). In: *Anais da Biblioteca Nacional*, p. 87.

Os principais aliados do regente nessa atuação de governo foram os padres, desde o capelão da expedição até os vigários das paróquias percorridas. Nos seus poemas laudatórios dedicados a Pamplona, os padres exortaram o representante do governador a favorecer, através da pastoral [esclarecida], a transformação da população embravecida. O vigário de Santa Ana do Bambuí compôs o seguinte soneto no momento do jantar:

Não me admiro o templo decantado  
Lá no velho Testamento deduzido  
Porque esse templo fatal foi erigido  
No centro de Israel civilizado

Admira-se houver edificado  
Num sertão de gentios combatido  
Um templo a Santa Ana agora erguido  
Por um ilustre varão famigerado

Com ampliada fadiga se apaixonou  
Este astro luzido que fecundo  
Transferiu este país da ardente zona

Lá dizem que Salomão foi em segundo  
Porém para louvá-lo de um Pamplona  
É pequeno teatro o mesmo mundo.<sup>153</sup>

As imagens construídas sobre Pamplona nos poemas eram de tamanha grandiosidade que, em um poema de autoria de um vigário, afirmava que a construção de um templo em Israel teria sido obra de simples realização, uma vez que se estava no centro da “civilização”. Entretanto, a edificação da Igreja de Santa Ana do Bambuí por Pamplona era um feito de grande nobreza por que fora levantada num sertão povoado de inimigos “gentílicos”.

As missas celebradas diariamente no alvorecer, no período da jornada [entre 18 de agosto e 27 de novembro de 1769], eram obrigação do capelão. Elas precediam os fatos notáveis e predispunham os acordos políticos e judiciais e as atividades de trabalho desenvolvidas em cada pouso [abertura de caminhos, construção de capelas e ponte, estabelecimento de roças e exploração de rios auríferos].

Inácio Correia Pamplona, em suas expedições aos sertões mineiros, tinha total poder deliberado pelos próprios governadores para resolver as mais diversas contentas, fossem elas judiciais - prender criminosos, processar outros - e exterminar os inimigos indígenas e

---

<sup>153</sup> POEMA do Reverendo vigário da Senhora de Santa Ana – nome do vigário não é mencionado no corpo do documento -. NOTÍCIA diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o senhor mestre de campo, regente e guarda-mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do capote à conquista do sertão (1769). In: *Anais da Biblioteca Nacional*, p.82.

quilombolas.<sup>154</sup> Levantava Igrejas nas áreas inóspitas, abria picadas, construía pontes e tantos outros feitos em suas diligências,

1

Senhor mestre de campo, meu senhor,  
Muito para bem vos seja a conclusão  
Da ponte que com tanta perfeição  
Quisestes acabar com tanto ardor.

Viva o enfado, também viva o rigor  
Que mostravas em alguma ocasião  
Viva o alegre semblante e a feição  
Com que em outras mostravas tanto amor.

Viva pois senhor a variedade  
De vossas ações fatais e genuínas  
Compostas de polida urbanidade.

Vivam as vossas palavras sempre finas  
Ao mandar, no saber, e na beldade,  
Vivam sempre vossas obras peregrinas.

2

Vós o altivo herói que o engenhoso  
Nessa fábrica altiva bem mostrais,  
Pois o primeiro sois que editais  
Uma ponte em rio tão caudaloso.

Sois um Xerxes sublime e poderoso  
Que chagais a erigir quanto intentais  
Nesta obra ao rei francês avantajais  
E a todos excedeis no seu colosso.

Nesta influência exemplar e peregrina  
Documentos administra em segundo  
Este febo que os mais homens ilumina.  
Quem deixará de lhe dar louvor profundo  
Se deste ápice fatal se origina  
Glória a Deus, serviço ao rei, passagem ao mundo.<sup>155</sup>

Os versos remetem a imagem de um retrato sublime em que se ressalta o heroísmo, como estampa colorida e movimentada sobre o estereótipo da bravura. Inspiração é o que não falta para falar de um homem que dominou o sertão rebelde e por isso era igualado ao rei persa, *Xerxes*, por merecimento e presteza nos serviços prestados às autoridades como um vassalo fiel. Para tanto, Inácio Correia Pamplona possuía poderes dados pelo Governador, Conde de

<sup>154</sup> SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Gerais Setecentista 1735-1808*. 203 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 1994, p. 27.

<sup>155</sup> POEMA de Manoel Bernardes de Cristo. NOTÍCIA diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o senhor mestre de campo, regente e guarda-mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do capote à conquista do sertão (1769). In: *Anais da Biblioteca Nacional*, pp. 62-63.

Valadares ao lhe patentear como Mestre de Campo e Regente dos Distritos de Pium-í, Bambuí, Campo Grande e Picada de Goiás<sup>156</sup>:

Senhor Conde de Valadares,  
Estrela muito excelente,  
Vós nos destes por regente,  
Ilustre por geração.

Escolhido entre tantos,  
Inácio Correia Pamplona,  
Por nosso mestre de campo.

Ó espada de roldão,  
Toquem-se trompas,  
Cantem os anjos,  
Entre o povo para este sertão.

Tudo feito nesta maneira  
Pólvora, chumbo e patrona,  
Espingardas à bandoleira,  
Entrando duas bandeiras.

Procurando negros e ouro  
Deus nos depare um tesouro  
Para garrochiar neste touro (...).<sup>157</sup>

Como bom líder sabia coibir, mas também soubera absorver momentos de insegurança de seus homens quando no sertão o medo da retaliação de quilombolas e “gentios” surgia. Na expedição de 1769, a 10 de outubro, Pamplona incentivava seus homens a continuarem em marcha sertão a dentro com as seguintes palavras:

[...] os vejo a todos temoratos e amedrontados de ouvirem diferir destes exploradores no sertão que este estava cheio por uma quantidade de gentio v. m. não hão de permitir que estes imagine que os tememos advirtam Sr.. que as terras em que nos hoje habitamos na consulta em que agora nos achamos não duvidam eram infestadas dos mesmos, nem por isso agora deixaremos de servir nossa casa a esse fim e donde se acha estes lhes há de suceder o mesmo [...] não lhes sirva de obstáculo as várias aldeias dos inimigos não se deixam vencer do que ainda não viram, nem dos estrepes, nem flechas, nem temam dos seus arcos, porque as nossas armas lhe hão de suprimir todos os seus impulsos sem mais vigorosos ataques de sorte que os obrigara a largar o terreno e nos

<sup>156</sup> ARQUIVO Histórico Ultramarino – Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais (1680-1832) – Documentação microfilmada e digitalizada em 53 CD's pelo “Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco”. Conselho Ultramarino/Brasil; Arquivo Histórico Ultramarino; Instituto de Investigação Científica Tropical/Lisboa. PR, AHU, 12.603, cx: 177, doc. 47, rolo 163, fl. 14 – Pela real ordem, Inácio Correia Pamplona foi provido pelo Governador e Capitão General, Conde de Valadares, no posto de Mestre de Campo e Regente do terço da infantaria auxiliar no sertão de Pium-í, Bambuí, Campo Grande, Picada de Goiás e suas anexas na Comarca do Rio das Mortes.

<sup>157</sup> POEMA de Francisco Camacho. NOTÍCIA diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o senhor mestre de campo, regente e guarda-mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do capote à conquista do sertão (1769). In: *Anais da Biblioteca Nacional*, pp. 76-77.

ficaremos Sr. Dele, esta gente foragida não comete senão do descuido e donde [...] resistência logo fogem [...].<sup>158</sup>

As imagens construídas sobre Pamplona eram tão magníficas que em um poema de autoria desconhecida, ele é associado a *Moisés*, liderando o povo em busca “da terra prometida”,

Magnânimo herói altivo coração  
Sempre impávido, forte e arrojado [...]

E nós todos que temos a ventura  
De a um segundo Moisés acompanhar  
As graças lhe rendamos com ternura.

E aquém só de nós se quis lembrar  
É certo que com fé muito firme e pura,  
Reverentes indultos devemos tributar.<sup>159</sup>

Assim, nota-se o Moisés ou o arquétipo do profeta associado a Pamplona. Anunciador dos tempos por vir, ele lê na história aquilo que os outros ainda não veem. Ele próprio, conduzido por uma espécie de impulso sagrado, guia seu povo pelos caminhos do futuro. É um olhar inspirado que atravessa a opacidade do presente, uma voz que vem de mais alto ou de mais longe, que revela o que deve ser visto e reconhecido como verdadeiro.

O homem providencial aparece sempre como um lutador, um combatente. Quer na restauração da ordem estabelecida ou em sua subversão, quer organize ou anuncie aquela que está por vir, é sempre por outro lado, sobre uma linha de ruptura dos tempos, que se situa seu personagem. É na manifestação e nos anseios da coletividade que ele se afirma e se define, com ele, graças a ele, o “depois” não seria mais como era o “antes”. Os signos sob os quais ele se coloca, as imagens que inspira para assegurar sua representação constituem um elemento determinante para a abordagem de um tempo e de uma sociedade.

Tratando-se, todavia, de pessoas humanas, muito concretamente e muito precisamente inseridas em certo espaço geográfico e em certa fase do tempo, não é muito concebível que a narrativa em questão escape totalmente à marca da história, não testemunhe, de uma maneira ou de outra, a presença da história. Aos grandes heróis imaginários, protótipos eternos propostos, como *Hércules*, *Édipo* e tantos outros,

a literatura como a pintura podem atribuir rostos os mais diversos. Eles não dependem de nenhuma cronologia, de nenhum contexto fático. Podem ser e

<sup>158</sup> CARTA de Inácio Correia Pamplona ao Conde de Valadares, Estância de São Simão, 10/10/1769. 18,2,6. Arquivo Conde de Valadares [Biblioteca Nacional, seção de manuscritos].

<sup>159</sup> POEMA de autoria desconhecida dedicado a Inácio Correia Pamplona. NOTÍCIA diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o senhor mestre de campo, regente e guarda-mor Inácio Correia Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do capote à conquista do sertão (1769). In: *Anais da Biblioteca Nacional*, p. 70.



foram incessantemente reinventados, reinterpretados; cada um de nós tem a liberdade de reconstruir à vontade seus personagens.<sup>160</sup>

Com toda propriedade, tal evidência não pode ser aplicada a Pamplona, pois era um ser de “carne e osso”, historicamente definível, e cujo processo de heroificação não poderia fazer esquecer os traços particulares que são de uma personalidade, de um destino e de um contexto.

Muito rico e dono de uma fortuna que se construiu em parte por meio da rapina chancelada pela administração da capitania, Pamplona era um homem de seu tempo. A representação, no caso específico do mestre de campo é a demonstração de uma presença, ou seja, “(...) a pessoa mesma que constitui sua própria representação”<sup>161</sup>, que encarna a força de uma identidade social. O poderoso *Hércules* do sertão não passava de um homem bruto e rústico que usava da violência para dominar a população do sertão e que se valia de poderes repassados pelas autoridades coloniais para se afirmar enquanto liderança maior nas áreas em que o poder central não tinha acesso.

Homem multifacetado, Pamplona era guardião de um mosaico de interesses que muito usou do sertão para reclamar inúmeras benesses. A construção de uma retórica exagerada em torno de sua imagem, na verdade é apenas uma forma de vangloriar seus feitos, ora mais evidente, ora mais camuflada, sendo necessário perscrutar através do sertão. O impacto desse território, contudo, provocou uma mudança radical no espírito dos homens que acompanham o sertanista: metamorfoseavam a natureza e o líder em matéria poética. A partir daí, Pamplona passaria a oscilar em frequência cada vez maior entre as imagens que dançavam na imaginação, vindas dos matos, montes, rios e dos descampados que a comitiva percorria.

No sertão apresentava ser uma figura de variação tanto ou mais fantasiosa. Para os homens de sua comitiva, Pamplona teria sido o guardião da segurança no agreste sertanejo repleto de feras, negros aquilombados e gentios bravos, contra os quais liderava encarniçadas campanhas militares. Na colônia, Minas era um imenso sertão, já pouco paradisíaco e muito rebelde que abrigava terríveis habitantes. Da lenda, volta-se a história real, a quem é difícil depois que se analisa as fontes atribuir o perfil de herói: viveu em limites fluidos entre o fato – realidade - e a ficção – o herói construído por seus companheiros. Sendo assim Pamplona nada mais era que um homem de seu tempo, ávido em usar todas as estratégias para se manter nas mais altas esferas de negociação com as autoridades para projetar-se na vida política, social e econômica colonial.

---

<sup>160</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 81.

<sup>161</sup> CHARTIER, Roger. *A Beira da Falésia*. p. 166.

Pamplona é um exemplo que traz em si o espírito do homem da conquista, atuando de forma a executar na região o que apregoava o projeto “civilizacional” das autoridades metropolitanas. Ele foi um elemento de ligação entre a realidade mineira e seu sertão e as teorias desenvolvidas pelos que nunca por ali estiveram. Essas foram as imagens sobre Pamplona que puderam ser percebidas por meio dos poemas elaborados durante a expedição de 1769. A simbólica do gesto permanece inseparável do contexto histórico. As imagens que inspira para assegurar sua representação constituem um elemento determinante para a abordagem de um tempo e de uma sociedade. É preciso concordar com Ginzburg ao afirmar que “as linhas que convergem para o nome e dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”.<sup>162</sup>

A constatação da força da representação transforma-o em um espelho em que a personagem vê e se persuade do próprio poder.

Recebido em: 24/03/2014

Aceito em: 22/05/2014

---

<sup>162</sup> GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. 1ª ed., Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

## ***Encuentro de la Cultura Cubana: exílio intelectual, identidade cubana e dissidência política***

**Thiago Henrique Oliveira Prates**

Mestrando em História pela UFMG, bolsista Capes

[thoprates@gmail.com](mailto:thoprates@gmail.com)

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é discutir a formulação de um novo espaço de sociabilidade de intelectuais cubanos no exílio através da revista *Encuentro de la Cultura Cubana*, publicada em Madrid nas décadas de 1990 e 2000. Analisaremos como este periódico congregou intelectuais dissidentes do governo cubano que constituíram uma oposição política ao regime socialista e como buscou articular novos projetos para Cuba pautados na defesa da democracia, da diversidade e justiça social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revolução Cubana, Exílio, Intelectuais.

**ABSTRACT:** This article discusses the creation of a new space of intellectual sociability for Cubans on exile based on the magazine *Encuentro de la Cultura Cubana* during the decades of 1990 and 2000. We analyze how this periodical congregated Cuban intellectual dissidents that constituted a political opposition to the socialist regime and how the magazine tried to formulate new projects to the island established on the defense of democracy, diversity and social justice.

**KEYWORDS:** Cuban Revolution, Exile, Intellectuals.

### **Introdução**

A revista *Encuentro de la Cultura Cubana* (a partir de agora *Encuentro*) foi fundada em 1996 em Madri pelo escritor cubano exilado Jesús Díaz cujo propósito era publicar uma revista na qual fossem possíveis diferentes reflexões sobre a cultura cubana. Seu primeiro volume a apresenta como um espaço de voz para todos os cubanos, dentro ou fora da ilha, lamentando a atual divisão do povo de Cuba em pelo menos dois grupos representados, a princípio, como irreconciliáveis, a saber: os exilados e os que permanecem na ilha. A revista se propôs como um espaço de união e reflexão sobre a *cultura* da ilha em toda a sua diversidade, elemento que para os editores incorpora todos cubanos em um único e indivisível grupo.

*Encuentro de la Cultura Cubana* se constituiu como um periódico de intelectuais cubanos exilados na Espanha aberto ao debate sobre o presente, o passado e o futuro de Cuba, abordando assuntos como política, economia, arte e cultura. Para tanto, a revista buscou congregar escritores e artistas de dentro e de fora da ilha com o intuito de vencer a barreira imposta pelo exílio, prática

esta que teria se tornado uma condição da cultura cubana após a vitória dos revolucionários em 1959.<sup>163</sup>

O presente trabalho pretende analisar este periódico desde seu primeiro número, no verão espanhol de 1996, até o seu vigésimo quinto exemplar em 2002, alguns meses após a morte de seu primeiro diretor Jesús Díaz. Buscamos aqui compreender como a revista congrega intelectuais dissidentes do governo e cria um novo espaço de sociabilidade intelectual distinto daquele presente na ilha, além de analisar como a condição exílica fornece elementos para a construção da crítica ao regime. Desta maneira, analisamos *Encuentro* como espaço de oposição política e de articulação de novos projetos para Cuba distintos das propostas levadas a cabo pelo regime castrista<sup>164</sup>.

Entendemos o periódico de tal maneira por considerá-lo como ator político inserido em uma vasta rede social permeada por conflitos dos quais as revista seriam narradoras, comentaristas e participantes, como propõe Héctor Borrat.<sup>165</sup> Partindo do princípio que os conflitos pautam-se na troca de informações entre os grupos em luta, os periódicos, entendidos enquanto meios de comunicação, seriam importantes vetores de troca de mensagens para os atores envolvidos no embate. *Encuentro* se configurou então como um ator social fundamental nas relações de força e de poder na ilha. A imprensa, aqui compreendida como prática constituinte da realidade social e uma força ativa, assimila não só interesses e projetos de distintos grupos sociais, mas é também um espaço privilegiado para a articulação desses projetos.<sup>166</sup>

### **Jesús Díaz e a fundação de Encuentro de la Cultura Cubana**

Para compreendermos a criação de *Encuentro* é necessário retornar ao ano de 1994, quando se iniciaram as primeiras discussões sobre a sua fundação, durante as comemorações dos cinquenta anos da revista *Orígenes*.<sup>167</sup> Nesta celebração, o escritor cubano Jesús Díaz, exilado desde 1991, organizou um seminário no mesmo ano de 1994 para reunir escritores e críticos literários cubanos residentes dentro e fora da ilha. Ao longo o evento, Jesús Díaz anunciou seu intento de publicar uma revista que colocasse em pauta distintas reflexões sobre a cultura cubana. No ano

---

<sup>163</sup> ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego: revolución, disidencia y exilio del intelectual cubano*. Barcelona: Anagrama, 2006, p. 24.

<sup>164</sup> Gostaríamos de ressaltar que *Encuentro de la cultura cubana* é um periódico pouquíssimo estudado, especialmente no Brasil. Embora a revista seja utilizada como *bibliografía* para discutir a realidade cubana, poucos historiadores utilizaram a mesma como *fonte histórica*.

<sup>165</sup> BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1989.

<sup>166</sup> CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 253-270.

<sup>167</sup> *Orígenes* foi uma revista cubana de arte e literatura criada em 1944 que teve como diretores importantes nomes da intelectualidade da ilha, como José Lezama Lima, Mariano Rodríguez, Alfredo Lozano e José Rodríguez Feo. Editada até 1956, foi uma das revistas de maior importância e impacto na sociedade cubana.

seguinte, 1995, foi criada a *Asociación Encuentro de la Cultura Cubana* que iria subvencionar a revista, publicada pela primeira vez em 1996.

Jesús Díaz manteve a direção de *Encuentro* até a sua morte em maio de 2002. De 2002 até 2006 a condução dos trabalhos da revista ficou sob a tutela do historiador cubano Rafael Rojas, exilado no México. De 2006 até o seu fim, em 2009, o escritor cubano Manuel Díaz Martínez ocupou o cargo de diretor. Do início ao fim, isto é, de 1996 a 2009, o Conselho de Redação da revista permaneceu praticamente inalterado, sofrendo ligeiras modificações: Velia Cecilia Bobes, Elizabeth Burgos, Manuel Díaz Martínez, Josefina de Diego, Carlos Espinosa, Antonio José Ponte, Rafael Rojas, Luis Manuel García, Iván de La Nuez, Marifeli Pérez-Stable, Rafael Zequeira, Eliseo Alberto, Jorge Luis Arcos. Este é composto não apenas por cubanos, mas também por intelectuais de outras nacionalidades, como a antropóloga venezuelana Elizabeth Burgos.

*Encuentro de la Cultura Cubana* possuiu periodicidade trimestral e manteve uma linha editorial e uma estrutura em sua publicação bastante estáveis. Em uma sessão chamada *Dossier*, a revista *sempre* homenageou renomados intelectuais cubanos, tratando de publicar partes de sua obra, de comentar sua produção e mesmo de divulgar entrevistas. Nesta sessão ainda se encontram artigos, ensaios e reflexões sobre temas políticos e assuntos recentes em Cuba, além de debates sobre a própria história da ilha. *Textual* é uma sessão dedicada a publicação de documentos dispersos ao redor do mundo que tratam de Cuba ou da própria revista, incluindo informes do governo cubano. Ocupa-se também de comentar assuntos específicos. *En proceso* se configura como um pequeno espaço para ensaios sobre temas políticos variados. Outras partes da revista se dedicam a tratar da literatura e arte cubana em geral. *Encuentro* possui também uma sessão chamada *Buena Letra*, que visa comentar e divulgar as novas produções de autores cubanos ou autores que tratam da ilha. *La Isla en Peso* pretende informar o leitor sobre acontecimentos culturais e políticos dentro e fora de Cuba, como prêmios, eventos e produções artísticas. Por fim, a revista dedica um espaço para a publicação de cartas dos leitores.

O periódico surge na conturbada década de 1990 durante a intensa crise do socialismo na ilha. Já a partir de finais dos anos 1980, progressivamente Cuba deixa de receber o apoio econômico de seus antigos aliados do bloco soviético, como alimentos e petróleo a preço subsidiado, além de não mais obter ajuda financeira após o fim da União Soviética. No período 1990-1993, o PIB cubano retraiu-se em mais de 30%, a importação de combustíveis decaiu aproximadamente 72% e de outros produtos 76%.<sup>168</sup> Dado o fracasso econômico, o governo

---

<sup>168</sup> GOTT, Richard. *Cuba: A new history*. New Haven: Yale University Press, 2004, p. 286-298.

cubano instaura o chamado Período Especial em Tempos de Paz, iniciando um processo de reformas estruturais da sua vida política, econômica e cultural.

Neste período a Revolução passa então por uma grande crise, enfrentando o enfraquecimento e a descrença na ideologia revolucionária, abrindo espaço para uma nova oposição e para as críticas dos antigos inimigos. Rojas afirma que a partir de 1992, após a queda do Muro de Berlim e da desintegração da União Soviética, a oposição cubana deixa de lado a escolha militar para derrotar Castro e decide adotar então novas modalidades como a pressão comercial, migratória e diplomática a favor de uma democratização do regime cubano, apoiando a constituição de uma dissidência pacífica na ilha.<sup>169</sup> Surge neste momento uma nova oposição interna<sup>170</sup> e vários intelectuais se mobilizam em crítica ao regime. Descontentes com o presente da ilha, eles demandam maior liberdade de participação e deliberação acerca dos projetos e reformas a serem implementadas, muitas vezes sofrendo com a repressão e tendo que recorrer ao exílio.<sup>171</sup>

O criador de *Encuentro* parte da ilha neste difícil momento da Revolução. Jesús Díaz trabalhou com o regime cubano desde a vitória dos rebeldes em 1959. Revolucionário convicto, dirigiu *El Caimán Barbudo*, suplemento literário de *Juventud Rebelde*, jornal da União dos Jovens Comunistas. O periódico buscou trazer debates sobre uma nova literatura que fugia ao dogmatismo e propunha a experimentação e inovação. Nestas páginas de *El Caimán Barbudo*, Heberto Padilla elogiou em 1967 a obra do exilado Guillermo Cabrera Infante e criticou a produção do comunista Lisandro Otero.

O caráter heterodoxo de Jesús Díaz esteve também presente na fundação de sua revista *Pensamiento Crítico*, alinhada às correntes da nova esquerda europeia. Díaz e seus companheiros de edição buscaram trazer temas como o Maio de 1968 francês, o *black power* estadunidense e o pensamento de autores como Gramsci, Luckacs e Marcuse. Sua revista foi fechada por ordem de

---

<sup>169</sup> ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego*, p. 13.

<sup>170</sup> Em 1988 surge o *Movimiento Cristiano de Liberación* de Oswaldo Payá, movimento ligado às democracias cristãs. Durante o processo de reestruturação da ilha, tal grupo constituiria internamente uma das principais oposições ao regime castrista, articulando-se mesmo em torno de um projeto de lei proposto por Payá em 1998 que exigia reformas políticas a favor de maiores liberdades individuais, conhecido como *Proyecto Varela*. Em 2002 Payá teria apresentado à Assembleia Nacional Cubana mais de 11.000 assinaturas a favor de seu projeto.

Ainda sobre a insatisfação e oposição crescente em Cuba, em 5 de Agosto 1994 centenas de pessoas foram às ruas de Havana em protesto contra a precária situação da ilha, no que ficou conhecido como *Maleconazo*. Fidel Castro mobilizou a polícia e grupos de apoio ao regime para tentar frear os protestos.

<sup>171</sup> GOTT, Richard. *Cuba: A new history*, p. 314-320.

Raul Castro no mesmo momento em que foi dissolvido o Departamento de Filosofia da Universidade de Havana, onde era professor.<sup>172</sup>

Figura polêmica, Jesús Díaz defendeu o processo revolucionário durante grande parte de sua vida. Até 1991 exerceu a função de secretário do núcleo do partido comunista no Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica (ICAIC). Seu rompimento com a Revolução viria em 1989, quando um tribunal militar cubano ordenou o fuzilamento de Arnaldo Ochoa e Tony de la Guardia por traição e por tráfico de cocaína. Díaz, aproveitando-se de uma bolsa de estudos, parte para a Alemanha, onde trabalhou em seu romance *Las palabras perdidas*.

Jesús Díaz declarou-se oficialmente dissidente e exilado em 1992, afirmando não estar de acordo como o lema “*socialismo o muerte*” de Castro. Díaz explica seu posicionamento ao longo de sua trajetória como intelectual sob o regime revolucionário: “Yo amaba tanto a esta gran revolución que aceptaba su silencio como si fuese inevitablemente necesario. Creo haberme equivocado. Sin embargo la decisión siempre era trágica porque al final había la prisión o Miami”.<sup>173</sup> Ainda sobre sua dissidência, em uma entrevista concedida à revista *Lateral* de Barcelona em 2002, Díaz afirmou que deixou Cuba por “Estaba muy desencantado de la experiencia de la revolución. Todo aquello había terminado en una dictadura terrible, y yo me sentía muy en contra”.<sup>174</sup>

Da mesma maneira que Jesús Díaz, outros intelectuais cubanos decidem partir da ilha, constituindo então uma nova oposição ao socialismo em Cuba. Embora reúna diversos e distintos colaboradores, *Encuentro* faz parte desta dissidência política. Ela incorpora intelectuais que se exilaram em períodos anteriores e também a nova dissidência que participou do regime castrista ou que cresceu e se formou sob o mesmo.

Posicionando-se como um espaço de debate sobre passado, presente e futuro da ilha, *Encuentro de la Cultura Cubana* buscou formar um local livre para o exame da realidade cubana, aceitando contribuições de cubanos residentes na ilha, de exilados e mesmo de intelectuais estrangeiros. A revista propõe uma abertura a pontos de vista contraditórios e mesmo opostos, buscando sempre fomentar a polêmica e o debate. *Encuentro* tem como objetivo a formação de uma sociedade plural, porém recusa-se a publicar ataques pessoais e declarações violentas no que diz respeito à realidade cubana, táticas usadas por grande parte dos periódicos destinados a criticar o socialismo na ilha.

<sup>172</sup> DA FONSECA, Vilma L. (2006). Encuentro de la cultura Cubana: Intelectuais Dissidentes e Revistas Culturais. *Revista Brasileira do Caribe*, Julio-Diciembre, 243-288.

<sup>173</sup> SIMMEN, A. Tras la muerte de Jesús Díaz. *Encuentro de la cultura cubana*. Madrid, n. 25, 2002, p. 67.

<sup>174</sup> GONZÁLEZ, S *apud* DA FONSECA, Vilma L. *Encuentro de la cultura Cubana*, p. 269.

Mesmo afirmando não estar vinculada a nenhum partido ou movimento político, a revista recebeu apoio financeiro do Partido Social Democrata da Suécia, da Fundação Olof Palme, da Fundação Pablo Iglesias, da Fundação Ford, da Junta de Andalucía, da Dirección General del Libro del Ministerio de Educación y Cultura, de Caja Madrid e do organismo National Endowment for Democracy.<sup>175</sup> *Encuentro* conglomerou diversos autores bastante moderados e, apesar dos vários espectros políticos presentes e de assuntos os mais distintos, a maioria dos escritores e intelectuais que nela publicam ou que são apresentados em suas páginas possuem trajetórias pessoais vinculadas a matrizes políticas do pensamento republicano na ilha. Isto fica bastante claro também na análise dos intelectuais homenageados e dos escritores divulgados em suas páginas.

A revista é lida de forma clandestina em Cuba e, a cada tiragem semestral, cerca de mil e quinhentos exemplares são remetidos para a ilha. Eles entram por vias não oficiais, através de turistas e diplomatas, sendo vendidas ou distribuídas onde se podem encontrar livros proibidos pela censura<sup>176</sup>, além de haver sido disponibilizada online desde seu fim em 2009.

O último número da revista publicado em 2009 comenta acerca de seu melancólico fim. A *Asociación Encuentro de la Cultura Cubana* teria sido forçada a fechar suas portas em meio a crise financeira internacional, uma vez que tanto as agências governamentais como as fundações perderam sua capacidade de financiamento e suspenderam as subvenções. Em Outubro deste mesmo ano de 2009 a *Asociación* teria sido obrigada a despedir quase todo seu pessoal e embora existisse um projeto para a continuação da revista, este se viu frustrado.<sup>177</sup>

*Encuentro* durou quase 14 anos e chegou ao número 54 em suas publicações, quantidade surpreendente para uma revista que sobreviveu sem os apoios institucionais do país de origem. Outras importantes revistas cubanas sobreviveram menos tempo na própria ilha: *Revista Avance*, de 1930, morreu aos três anos com 50 números, *Orígenes* pereceu aos doze anos, 1944-1956, atingindo 40 publicações e *Ciclón* mal chegou aos seus dois anos.<sup>178</sup>

### ***Encuentro e o exílio cubano***

Embora a revista traga temáticas variadas em suas páginas, o exílio aparece em todos os seus exemplares e serve mesmo como força condutora. Nos parece então interessante o conceito de *editorialismo programático* como motor propulsor a revista, tal qual proposto por Fernanda

---

<sup>175</sup> Depoimento da diplomata Annabelle Rodríguez, que participou da fundação da revista com Jesús Díaz, concedido a revista *Letras Libres*. Disponível em: [www.letraslibres.com](http://www.letraslibres.com). Acesso em: 29/04/2013.

<sup>176</sup> Depoimento da diplomata Annabelle Rodríguez..., [www.letraslibres.com](http://www.letraslibres.com). Acesso em: 29/04/2013.

<sup>177</sup> Introducción. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 53-54, 2009, p. 3-4.

<sup>178</sup> Introducción. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 53-54, 2009, p. 3-4.



Baigel.<sup>179</sup> Entendemos que a articulação entre literatura e política, entre os textos presentes na revista, gira em torno do exílio e da oposição ao regime castrista, que através destes assuntos os intelectuais presentes em *Encuentro* conformem um mesmo projeto, compartilhando uma similar perspectiva e posicionamento político.

É bastante notável a proposta de integração dos cubanos levada a cabo pela revista ao se observar suas sessões denominadas *Buena Letra* e *La Isla en Peso*. Como dito anteriormente, a primeira é dedicada a analisar, comentar e divulgar as novas produções de autores cubanos ou autores que tratam de Cuba. Visa colocar os cubanos de todo em contato com a própria produção da ilha e de fora dela, possibilitando o diálogo entre as partes. *La Isla en Peso* pretende informar o leitor sobre os acontecimentos culturais e políticos dentro e fora de Cuba, como prêmios, eventos, exposições, produções artísticas, notícias sobre indivíduos considerados proeminentes, listas de intelectuais que partem da ilha.

Ambas as sessões chegam a ocupar mais de 40 páginas da revista, constituindo-se como um grande esforço de seus editores para recuperar uma parte do cotidiano da ilha e de colocar os indivíduos em contato com a própria cultura. Evidencia desta forma o projeto de unir os cubanos, uma maneira de servir como instrumento de diálogo entre eles, um ponto de encontro, como será observado no próximo tópico.

Aqui nos é cara a compreensão da revista enquanto *texto coletivo*.<sup>180</sup> Não buscamos percebê-la enquanto bloco monolítico e estático ao longo de seu devir histórico, apagando os debates e lutas internas para a elaboração de um projeto, dando-lhe um caráter de cordial consenso: o periódico reúne autores e temas que conflitam entre si e divergem em suas opiniões acerca dos mais variados assuntos. A mesma revista agrupou em um mesmo momento indivíduos como o historiador Rafael Rojas, que chega a classificar o regime castrista como totalitário<sup>181</sup>, e o poeta e cineasta José Antonio Ponte, que foi membro de uma das principais instituições culturais da ilha, a União dos Escritos e Artistas de Cuba (UNEAC), até ser expulso em 2003. O que nos permite refletir acerca de um projeto coletivo em suas páginas é a congregação de autores que compartilham a condição exílica ou se debruçam sobre a mesma.

---

<sup>179</sup> BEIGEL, Fernanda. (2003). Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, enero-marzo, 108.

<sup>180</sup> SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América, Cahiers du CRICCAL*, París, Sorbonne la Nouvelle, n. 9-10 (1992).

<sup>181</sup> Cf. ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego*; \_\_\_\_\_. *Isla Sin Fin: Contribución a la crítica del nacionalismo cubano*. Miami: Ediciones Universal, 1998.

O que une estes intelectuais exilados em *Encuentro* é a conformação de uma dissidência e oposição política ao regime castrista. Em suas páginas a intelectualidade encontrou espaço para a crítica ao governo cubano e para debates proibidos na ilha. Os escritores convidados à participação pela revista são justamente aqueles perseguidos, censurados e hostilizados pelo regime que se encontram no momento no exílio ou aqueles que foram calados dentro da ilha, os chamados *insiliados*, aqueles que enfrentam uma espécie de exílio interno. Da mesma maneira, os intelectuais elogiados por *Encuentro* são em sua maioria figuras desprezadas ou marginalizadas pelo governo revolucionário. O próprio panteão erigido pela revista se constituiu enquanto um desafio ao castrismo.

Entretanto não basta fixar o projeto coletivo de *Encuentro de la Cultura Cubana* apenas ao redor de autores exilados e dissidentes políticos. A revista buscou em suas páginas afastar-se não apenas do discurso autoritário e excludente do regime castrista, mas também de um conservadorismo bastante presente nos grupos exilados hegemônicos de Miami, também segregador em seu discurso elitista e fervorosamente anticomunista, ainda que reconhecesse o caráter diverso da comunidade cubana da Flórida. Jesús Díaz ataca de forma aberta e direta a Fundação Nacional Cubano-Americana (*Cuban American National Foundation*) de Jorge Mas Canosa, principal rival do regime castrista nos anos 1990 e 2000, e uma concepção de sociedade excludente vinda deste grupo.<sup>182</sup>

De fato os intelectuais de *Encuentro* tentaram ao máximo se distanciar de discursos que propusessem separar e deslegitimar os cubanos em toda sua pluralidade. A revista buscou mobilizar um discurso de integração, não segregação. Seu objetivo é vencer a dolorosa barreira imposta pelo exílio, é unir os cubanos uma vez mais. Para tanto, *Encuentro* resgata autores cubanos de dentro e de fora da ilha, suas páginas possuem também o intuito de dar notoriedade a indivíduos marginalizados internamente em Cuba. Sua razão de existência é criar espaços de diálogos e não emudecer as muitas vozes que compõem a sociedade cubana. Ela procurou manter os cubanos em contato para que sua cultura não se fragmente e não se perca no tempo e espaço. *Encuentro* temia que um projeto nacionalista de esquerda demasiado estreito ou uma posição reacionária pautada no ódio possam minar a própria noção de Cuba por não serem mais capazes de articular discursos que congreguem os cubanos, e ao mesmo tempo que excluam a possibilidade do diálogo com um outro discurso que possua uma proposta alternativa.

A solução para o impasse sugerida pelos intelectuais de *Encuentro* é a noção da *cultura como lugar de encontro*, um elemento de união de toda a população cubana independentemente de sua

---

<sup>182</sup> DÍAZ, Jesús. Una delicada bomba de tiempo. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 3, 1996-1997, p. 132-133.

distribuição geográfica. A revista abandona a perspectiva excludente do regime e propõe que toda produção cultural exercida pela comunidade cubana deva ser levada em consideração no processo de construção identitária. Ainda que *Encuentro* tenha mobilizado um discurso contra o autoritarismo presente no governo da ilha, ela comenta e divulga os eventos e obras promulgadas por intelectuais do regime: a sessão intitulada *Miradas polémicas* visa trazer o debate entre os membros da revista e aqueles que não estão a ela ligados. Seu intuito era promover a discussão entre os indivíduos que estão dentro e fora da ilha.<sup>183</sup>

Em uma entrevista ao *Le Monde* e publicada em *Encuentro de la Cultura Cubana*, Jesús Díaz considera a revista como uma ponte de união por cima dos antagonismos e que teria revelado uma nova geração de escritores. *Encuentro* é entendida pelo seu criador como um lugar de encontro democrático e de superação dos antagonismos, um local de debate. A revista teria oferecido espaço para todo aquele que se encontra em uma vida cultural tragicamente fragmentada.<sup>184</sup>

O primeiro volume da revista delinea esta percepção. Gastón Baquero tenta superar os ditames excludentes revolucionários e afirmar uma identidade comum a todos cubanos:

À identidade cultural cubana pertencem por igual todos os que de um modo ou de outro contribuem para sua vigência atual, e por tanto para sua vigência futura. O organismo vivo que é uma cultura nacional está nutrido com as contribuições de todos: homes e mulheres, jovens e velhos, tradicionalistas e inovadores, ativistas ou indiferentes em política, na religião, e nas tarefas profissionais e artesanais.<sup>185</sup>

A cultura é um lugar de encontro em si mesma, ela supera os focos de dispersão. Para Baquero, *Encuentro* deseja superar a política ao eleger a cultura como seu tema principal, pois esta seria a expressão máxima da história e do ser cubano. Ele aponta a necessidade de promover e

---

<sup>183</sup> *Encuentro* chega mesmo a oferecer espaços para a publicação de textos de intelectuais castristas que visam criticar a revista. Nos números 16/17 e 18 Jesús Díaz publica as duras críticas de Aurelio Alonso, sociólogo da Universidade de Havana, e as responde abertamente no que tange ao seu posicionamento político e trajetória intelectual. Lisandro Otero, um dos principais intelectuais do regime, também tem sua carta publicada no décimo oitavo número atacando as posições da revista. Aberto o espaço para a polémica, Emilio Ichikawa envia uma carta a *Encuentro* em seu décimo novo número. Nela coloca as críticas dos intelectuais castristas à revista e afirma existir dentro da ilha uma mudança da opinião oficial do regime em relação à mesma. Sobre a polémica, conferir: ALONSO, Aurelio. Réplica. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 16/17, 2000, p. 120-121; DÍAZ, Jesús. Dúplica. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 16/17, 2000, p. 122-123; DÍAZ, Jesús. Carta Abierta a Aurelio Alonso. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 18, 2000, p. 166-168; OTERO, Lisandro. Carta. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 18, 2000, p. 186; DÍAZ, Jesús. Respuesta. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 18, 2000, p.187-188; OTERO, Lisandro. Réplica. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 18, 2000, p. 189-194; SANTÍ, Enrico Mario. Dúplica. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 18, 2000, p. 195-196; ICHIKAWA, Emilio. Carta a la revista Encuentro de la Cultura Cubana. *Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 19, 2000-2001, p. 134-136. Ainda que a *Encuentro* abra este espaço para criticar os intelectuais castristas, nos parece extremamente inovador em uma revista de oposição ao regime cubano publicar as opiniões e textos de seu rival político.

<sup>184</sup> MASPERÓ, François. Encuentro entre la isla y lo el exilio. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 10, 1998, p. 101.

<sup>185</sup> BAQUERO, Gastón. La cultura nacional es un lugar de encuentro. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 1, 1996, p. 4.

realizar encontros entre escritores e artistas que vivem dentro e fora da ilha de forma a expandir o diálogo. Os intelectuais e a revista oferecem o melhor caminho para o reencontro dos exilados, pois são protagonistas de uma cultura cuja identidade ultrapassa fronteiras e diversidades geográficas.<sup>186</sup>

A articulação de uma identidade que supera os limites da ilha é uma poderosa arma de *Encuentro* para exercer a crítica ao regime castrista. Previamente citado, Rafael Rojas afirma que a prática exílica se constitui como condição da cultura cubana após 1959. Nesta perspectiva a produção cultural dos exilados seria integrada àquela da ilha. A divisão da literatura cubana segundo o seu lugar geográfico de criação tal qual defendida pelo regime castrista é negada por *Encuentro* e tida como injusta.<sup>187</sup> Toda a produção exercida por cubanos, independente de seu lugar social e geográfico, deveria estar inclusa naquilo que se convencionou chamar de cultura cubana.

Neste sentido, o discurso cultural mobilizado por *Encuentro* buscou dar legitimidade à produção fora de Cuba. A *cubanidade* não seria um conceito produzido unicamente na ilha, mas também em terras estrangeiras, especialmente nos Estados Unidos.<sup>188</sup> A revista exerceu um esforço visando recuperar uma tradição de pensamento acerca do país que se constituiu no exterior. Martí, Heredia e Varela seriam alguns dos grandes nomes do panteão de heróis cubanos que discursaram sobre a identidade da ilha fora de sua terra natal. De maneira semelhante, vários intelectuais do período republicano viveram e se formaram nos Estados Unidos, posteriormente exilando-se no mesmo país. Para *Encuentro*, tal fato ilustraria a possibilidade de uma escrita cubana em terras estrangeiras.<sup>189</sup>

Ao refletir sobre a própria experiência, Lourdes Tomás se pergunta: é possível ser cubana fora de Cuba? A autora argumenta que a pátria começa a lhe perseguir a partir do momento em que tenta negá-la, deste momento em diante ela adentra em todos os aspectos de sua vida. Para ela ser cubano é um ato de percepção de si mesmo. Se as datas comemorativas remontam à memória do indivíduo, se ele consegue conceber-se como alguém que não existiria se nunca houvesse escutado a música cubana, alguém que não consegue perceber o próprio *eu* sem saber quem foi José Martí, então se pode dizer que é cubano, dentro ou fora da ilha. Cuba é algo que se sente na alma.<sup>190</sup> Cuba é uma comunidade de sentido.

---

<sup>186</sup> BAQUERO, Gastón. *La cultura nacional*, p. 4

<sup>187</sup> ARAGÓN, Uva de. Palabras por Encuentro. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 16-17, 2000, p. 130.

<sup>188</sup> LUIS, William, El lugar de la escritura. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 15, 1999/2000, p. 50-51.

<sup>189</sup> \_\_\_\_\_. *El lugar de la escritura*, p. 59-60.

<sup>190</sup> TOMÁS, Lourdes. Una incolora respuesta. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 18, 2000, p. 87

Assim, se a prática exílica foi percebida por muitos indivíduos como uma experiência dolorosa e nostálgica em *Encuentro de la Cultura Cubana*, ela também foi expressa enquanto *possibilidade*. O exílio fornece aos escritores e artistas cubanos a oportunidade de construir um discurso distinto daquele que é produzido dentro da ilha e pelos intelectuais orgânicos do regime.

O exílio, para além do sentimento de *não-lugar*, o entendemos também como um *entre-lugar*, um espaço ocupado por indivíduos e onde os mesmos se rearticulam sem perder o referencial da terra natal. Walter Mignolo aponta para a territorialidade da construção dos discursos e para a cultura como um modo de sobrevivência nos diferentes espaços. A cultura cria elos inéditos e vinculações que em outro território talvez não viesse a existir. Neste sentido Mignolo sugere examinar como neste novo território os laços de pertencimento são costurados, que enunciações podem dele partir e que horizontes ele apresenta de uma forma não discernível para quem não é dali.<sup>191</sup> Desta forma, cabe pensar como a crítica do exílio pode contribuir para a atualização dos modos pelos quais ainda hoje se organiza a sociedade cubana. Justamente por estarem fora da ilha, os exilados se reúnem ao redor de um *locus* que permite uma nova enunciação distinta daquela feita dentro de Cuba. A própria revista *Encuentro* percebe na diáspora a possibilidade de reconfigurar o discurso sobre a cubanidade.<sup>192</sup>

No exílio os intelectuais não estariam submetidos às condições de seus pares que permaneceram na terra natal, não sofreriam com a censura e a repressão que impediria o livre processo criativo e enfraqueceria a dissidência e oposição dentro da ilha. O escritor cubano exilado encontra fora de seu país um novo local de articulação para o seu discurso, um novo *locus* de produção de conhecimento e arte. Ao longo de sua trajetória *Encuentro* buscou criar e explorar espaços alternativos para o debate e a formulação de manifestações culturais, elencando elementos divergentes dos ditames revolucionários no processo de formulação de uma nova identidade cubana.

Se torna então importante para nós a noção de hegemonia formulada por Gramsci e a atuação dos intelectuais em sua construção. Segundo o marxista italiano os diversos grupos sociais visam impor a outros suas crenças, valores e percepções de mundo através da construção de uma ideologia e da apropriação da produção dos bens simbólicos no campo cultural.<sup>193</sup> Por possuir a capacidade técnica necessária, os chamados intelectuais orgânicos seriam os

---

<sup>191</sup> MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia M. (2011). Intelectuais no exílio: onde é a minha casa? *Dimensões*. Revista de História da UFES, vol. 26, 2011, p. 169 e MIGNOLO, Walter. *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

<sup>192</sup> GIL, Lourdes. El doble discurso literario de la extrainsularidad. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 14, 1999, p. 148.

<sup>193</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988

responsáveis pela elaboração destes bens e pela formulação de manifestações culturais que corroborariam para a dominação de classe ou grupo ao qual pertencem ou simpatizam.

Após 1992 a ilha passa por uma crise de identidade e de memória, levando o regime a repensar o próprio projeto e identidade revolucionária. De acordo com Rafael Rojas, o projeto cultural da ilha nos anos 1990 falha redundantemente, baseando-se em discursos contraditórios e sem padrões, recuperando de forma aleatória autores e símbolos da história cubana sem conseguir os relacionar de forma apropriada à ideologia revolucionária também em crise.<sup>194</sup>

Nesta medida, a identidade cubana tal qual articulada pelo regime castrista é colocada em xeque. Bauman nos apresenta a cultura como uma forma de autoconsciência da sociedade moderna. A força que garante o sucesso de uma construção identitária depende da cultura, de educação, treinamento e ensino. A crença moderna de que a cultura, mesmo ambivalente, fornece uma certa ordenação para a compreensão do mundo e das práticas humanas é em grande medida importante para a estruturação de identidades.<sup>195</sup>

### ***Encuentro e o intelectual cubano***

O abalo da hegemonia construída pelo regime revolucionário abre espaço para novos enunciados e para o embate pelo poder e pela legitimidade da palavra. Os intelectuais de *Encuentro* desafiaram o regime castrista ao tentar competir contra sua produção cultural institucionalizada, buscando estabelecer uma nova hegemonia através de um discurso que exerceu a crítica aos elementos autoritários presentes na atual cultura cubana e às práticas excludentes levadas a cabo pelo governo.

*Encuentro de la Cultura Cubana* dedicou grande espaço à reflexão sobre o intelectual, seu papel e atuação na sociedade cubana. A discussão torna-se importante na medida em que a própria revista se compõe como uma rede de sociabilidade de intelectuais, um local para a articulação e troca de ideias entre estes. Assim, o debate nos sugere a percepção que os intelectuais que conformam seu corpo editorial e seus contribuintes possuem de si mesmos.

O intelectual tal qual representado por *Encuentro* difere da imagem construída pelo regime castrista. Para este, o intelectual verdadeiro é aquele que se entrega de corpo e alma a consolidação da revolução, seu papel como indivíduo crítico se faz na medida em que contribui para construção de uma sociedade socialista na ilha. Suas obras, sua atuação e suas opiniões deveriam se dirigir a este propósito, sua trajetória deveria se ligar diretamente à da Revolução e a produção deveria mesmo se submeter às suas necessidades.

<sup>194</sup> ROJAS, Rafael. *Isla sin fin*, p. 41-42.

<sup>195</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Ensaíos sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 11-69.

*Encuentro de la Cultura Cubana* diverge de tal noção e se posiciona diretamente oposto a ela. Para seus membros, a entrega total à Revolução se constitui como negação do caráter crítico que fundamenta o trabalho intelectual. Nesta perspectiva, o engajamento nos moldes revolucionários é percebido não como adesão, mas como submissão. A concepção do intelectual castrista é atacada na medida em que este não estaria apto a exercer a crítica necessária ao regime. As próprias condições de produção, marcadas pela censura, seriam deploráveis.

Percebe-se então que a representação do intelectual em *Encuentro* é a de um indivíduo crítico que age na esfera pública de forma independente e livre. Aproxima-se desta forma da concepção de Edward Said, a de um indivíduo que se esquiva da cooptação do poder institucional e que está disposto a trazer ao público os assuntos polêmicos e pouco debatidos. Concordando com a proposição do *New Herald* de Miami, o papel do intelectual seria o de “assumir um papel ativo, livre honesto e comprometido com a sociedade cubana perante a delicada situação em que padece a ilha”.<sup>196</sup> O intelectual se aproximaria então da proposição feita por Adorno. Em sua percepção é um imperativo moral que o intelectual seja como um exilado, mas de maneira consciente. A condição de exilado seria o fator que lhe permitiria exercer o pensamento crítico.<sup>197</sup>

A representação do intelectual na revista pode ser percebida em sua busca para recuperar escritores e artistas cujas trajetórias se chocaram com o ideal de adesão total do regime. Os indivíduos homenageados em cada exemplar foram aqueles que sofreram com a censura e com a perseguição política, aqueles cujas obras incomodaram ao Estado revolucionário e foram mesmo proibidas.

O criador de *Encuentro* seria um possível de intelectual a ser seguido. Jesús Díaz recebe uma homenagem no volume 25 da revista, por ocasião de sua morte em 2002. Díaz é tratado neste exemplar como um intelectual redimido: tendo colaborado com o regime até o ano de 1991 e participando de importantes produções como a revista *Pensamiento Crítico* e o periódico *El Caimán Barbudo*, Díaz teria se exilado e revisto a própria trajetória, tornando-se um crítico ao regime castrista e abordando temas que se constituíam como tabus na ilha. Após sua morte, *Encuentro* o celebra como um indivíduo que propiciou o livre debate das ideias e que contribuiu para a formação de um espaço plural e democrático.<sup>198</sup> Já no volume 24, em uma nota informando da morte do diretor, a redação de *Encuentro* afirma que ele “reunia uma série de qualidades - novelista rigoroso, pensador da literatura e da política, cineasta polêmico, criador de

<sup>196</sup> MARTÍNEZ, Manuel Díaz. Carta de los Diez. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 2, 1996, p. 26.

<sup>197</sup> MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia M. *Intelectuais no exílio*, p. 153.

<sup>198</sup> Introducción. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 25, 2002, p. 4.

revistas, guia de opinião - que o converteram no *protótipo* do intelectual público na segunda metade do século XX cubano”.<sup>199</sup>

Díaz defendeu a liberdade de produção e atuação do intelectual em Cuba, condenando a censura e a perseguição aos indivíduos. O engajamento cego em qualquer projeto político é visto como perigoso pelo autor e a colaboração deve ser ponderada e crítica. Para Jesús Díaz, a verdadeira literatura deve esquivar-se de ser marionetes ideológicas daqueles que detêm o poder.<sup>200</sup>

A proposta da revista *Encuentro de la Cultura Cubana* foi então além da tentativa de ligação entre os os cubanos de fora e dentro da ilha, assim como o estabelecimento de um espaço aberto para o debate e superação dos antagonismos. Os seus intelectuais assumiram também o compromisso de lutar por uma sociedade democrática e livre. Novamente a identificação do intelectual com estes ideais são construídos em oposição ao legado autoritário criado pela revolução.

O tema dos direitos humanos se tornou em Cuba uma plataforma para a crítica ao regime castrista e à falta de democracia no país. *Encuentro* dedica espaço ao tema e mesmo à cartas abertas que exigem do governo cubano o respeito no tratamento com homens e mulheres. A grande maioria das críticas ao regime cubano a partir dos anos 1990 se aglomera ao redor dos direitos humanos, assunto que ganha relevância especialmente após o final da Guerra Fria. Entretanto, o periódico entende os conceitos de democracia e de liberdade de forma bastante distinta das parcelas conservadoras no exílio. Embora a revista defenda o estabelecimento de uma democracia liberal em Cuba, ela recusou um posicionamento radical que exclua ou desqualifique qualquer cubano. A democracia deve conformar uma sociedade plural aberta aos debates e confrontos.

Em *Una delicada bomba de tiempo*, Jesús Díaz reconhece o fracasso de uma Revolução que conseguiu resolver poucos dos problemas que teriam a inspirado. Mas o criador de *Encuentro* tampouco se aproxima de um discurso do exílio que propõe uma sociedade nos moldes daquela conformada nos Estados Unidos. Díaz ataca Jorge Mas Canosa, fundador da Cuban American National Foundation, e a sua percepção de uma sociedade neoliberal. Ele afirma que o discurso

---

<sup>199</sup> Redacción. *Encuentro de la Cultura Cubana*, Madrid, n. 24, 2002, p. 4.

<sup>200</sup> MASPERÓ, François. *Encuentro, entre la isla y el exilio*, p. 103. Trata-se da já citada entrevista dada por Jesús Díaz ao jornal *Le Monde* em 29 de maio de 1998 e publicada em *Encuentro*.



conservador de Miami pouco representa Cuba em toda a sua diversidade, um discurso que ignora a população negra, mestiça e pobre da ilha. Esta proposta não interessaria aos cubanos.<sup>201</sup>

Assim, a democracia de *Encuentro* não passou apenas pela defesa dos direitos humanos e dos direitos civis. A revista propõe uma transição em que esteja pautada pela justiça social e pela distribuição das riquezas nacionais, assim como a fundação de uma sociedade com ativa participação dos cidadãos.<sup>202</sup> Os membros de *Encuentro* criticaram a Revolução e seu legado autoritário e excludente, mas não abandonaram seus princípios motivadores.

Ao longo das páginas de seus 25 primeiros volumes analisados, *Encuentro de la Cultura Cubana* buscou se constituir como uma ponte de ligação entre os cubanos da ilha e os do exílio. A revista estabeleceu um espaço aberto para a discussão e para o debate, aceitando opiniões contraditórias e divergentes, mas recusando-se a adotar um posicionamento político radical.

Durante a direção de Jesús Díaz, a revista adotou a noção da *cultura como lugar de encontro* como maneira de superar as barreiras e o sentimento de solidão impostos pelo exílio. Através desta percepção *Encuentro* buscou reunir parte da produção cultural e intelectual de cubanos exercida fora da ilha, valorizando autores e obras que haviam sido colocadas à margem pelo regime castrista e recuperando indivíduos cuja memória o poder vigente na ilha tentou destruir.

Percebemos nesta tentativa a conformação de uma oposição à identidade política e cultural construída pelo governo revolucionário. *Encuentro de la Cultura Cubana* se posicionou contra um referencial identitário fundamentado nas diretrizes revolucionárias e em um projeto político autoritário. *Encuentro* consegue, entretanto, exercer a crítica ao governo castrista e uma revisão dos legados da Revolução Cubana sem adotar uma perspectiva conservadora ou reacionária, sem cair em argumentos e práticas tão excludentes e autoritárias quanto àquelas propostas nos discursos de parte da comunidade exilada presente nos Estados Unidos.

O exílio é recuperado como uma experiência dolorosa, a negação da identidade do indivíduo e do seu pertencimento ao corpo social da nação. Mas em meio aos relatos de sofrimento e exclusão, o exílio é também percebido como possibilidade. Em terras estrangeiras, os cubanos puderam conformar uma oposição e articular um discurso com elementos distintos daqueles eleitos pelo regime castrista para construir o sentimento de *cubanidade*.

Neste esforço, a figura do intelectual é de fundamental importância. *Encuentro* o entende como um criador e mediador de cultura que age na esfera pública, mas percebe nele um

---

<sup>201</sup> DÍAZ, Jesús. *Una delicada bomba de tiempo*, p. 132-133.

<sup>202</sup> Os temas da transição democrática e da participação social aumentam ao longo das publicações da revista, especialmente com a deterioração do estado de saúde de Fidel Castro. O volume 6-7 dedica-se à debater a transição.

compromisso com a democracia e com a liberdade. O intelectual como concebido pela revista não deveria se omitir e jamais se entregar a qualquer causa de forma acrítica, sempre disposto a problematizar questões polêmicas e estimular o debate público.

Percebemos então em *Encuentro de la Cultura Cubana* um projeto político para o presente e futuro da ilha. Antes de seu último *hasta luego*, no outono espanhol de 2009, *Encuentro* e seus intelectuais se comprometeram em contribuir para o debate do estabelecimento de uma sociedade democrática e plural em Cuba, uma sociedade que integrasse ao invés de excluir, com intensa participação popular e respeito pela diversidade humana.

Recebido em: 25/06/2013

Aceito em: 06/01/2014

## O Conflito e a História na teoria republicana: contraponto entre Guicciardini e Maquiavel

Ricardo Manoel de Oliveira Moraes

Mestrando em Filosofia pela UFMG

[ricardo\\_mom@hotmail.com](mailto:ricardo_mom@hotmail.com)

**RESUMO.** O artigo pretende articular o problema do conflito e o papel da história no âmbito da política, contrapondo o pensamento de Guicciardini e Maquiavel. Este, por um lado, defende que o conflito político é uma categoria própria à vida em sociedade, que marca a oposição dos desejos dos patrícios e da plebe, podendo, inclusive, ocasionar a liberdade, atribuindo ao conhecimento histórico um papel crucial na formação do estadista. Já Guicciardini examina o conflito político como algo negativo, a ser evitado, e a experiência política se mostra de muito maior importância que o conhecimento histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conflito, História, Liberdade.

**ABSTRACT.** The article attempts to articulate the problem of the conflict and the role of history in the politic, counterpointing the thought of Guicciardini and Maquiavelli. The second one understand that the political conflict is a category of the life in society, and marks the opposition of the desire of the noble and the people and, even, lead to freedom, and the historic knowledge has an important role in the statesman's education. But Guicciardini exam the political conflict as something that must be avoided, and the politic experience is much more important than the historic knowledge.

**KEYWORDS:** Conflict, History, Liberty.

### Introdução

O presente artigo pretende examinar o problema do conflito político no âmbito da teoria política republicana, bem como o papel que a história possui na formação do estadista, contrapondo os pensamentos de Maquiavel e Guicciardini.

Assim, será examinado, primeiramente, o pensamento de Maquiavel. O Secretário Florentino concede ao conflito um aspecto positivo, que pode ser evidenciado, principalmente, na Teoria dos Humores. Para ele, existe, na esfera pública da sociedade, uma estrutura binária, marcada pelos desejos dos grandes (que é oprimir) e da plebe (que é de não ser oprimida). Quando esses desejos se opõem em circunstâncias políticas favoráveis, podem ocasionar a liberdade. Portanto, o conflito é a categoria política com a qual se pode alcançar a liberdade, caso a conjuntura da corpo social seja adequada.

Maquiavel, para demonstrar sua tese, recorre ao exemplo romano, que, para ele, é paradigmático para que se compreenda o modo como se deve constituir uma república e

grandiosa. Assim, aqueles indivíduos que se dedicassem à vida política devem conhecer a fundo o ocorrido em Roma, detendo profundos conhecimentos históricos, tendo em vista que os fatos tendem se repetir e a habilidade para lidar com eles envolve o conhecimento do passado. Maquiavel concebe a história como um ciclo.

Já Guicciardini, em seu pensamento político, sustenta que o conflito deve ser evitado a qualquer custo, pelo fato de ser prejudicial ao corpo social. A unidade política deve ser conservada e uma estrutura de oposições e divisória da sociedade não é compatível com seu sistema de pensamento.

Além disso, Guicciardini concede à história um papel acessório. Para ele, o estadista deve ser experiente e os conhecimentos teóricos e históricos não são importantes na atuação política. O estadista deve saber analisar as circunstâncias concretas do momento político presente, muito mais que conhecer fatos passados.

Para este filósofo florentino, o estadista seria como o médico, que deve dar à cidade o que ela necessita de acordo com suas circunstâncias específicas, assim como o médico trata seu paciente levando em conta seu estado clínico, e não com teorias abstratas. Dessa forma, em vista da análise circunstancial, o conhecimento histórico possui um caráter secundário. Guicciardini concebia a história de forma linear, não cíclica, razão pela qual o agir político não deve espelhar-se em um paradigma passado.

### **A Teoria dos Humores de Maquiavel**

No âmbito do pensamento maquiaveliano, o problema do conflito político pode ser vislumbrando na Teoria dos Humores. Vale ressaltar que o exame deste capítulo será embasado na obra de Maquiavel<sup>203</sup>, e em algumas obras de comentadores, quais sejam: o artigo *Maquiavel, a República e o Desejo de Liberdade*, de Helton Adverse; a dissertação de mestrado de Marcelo de Paola Marin, intitulada *Maquiavel e Guicciardini: liberdade cívica e discórdias civis*.

Dessa forma, o pensamento de caráter republicano e conflitivo de Maquiavel será evidenciado enaltecendo o antagonismo presente na vida civil, a “‘indissociável sociabilidade’ que une e separa os homens vivendo em um regime político marcado pelas incessantes confrontações das forças sociais”<sup>204</sup>.

---

<sup>203</sup> Maquiavel, no decorrer de sua obra, não examina essa questão dos humores com um caráter sistemático, fazendo referência a esse tema, principalmente, nos seguintes momentos de sua obra, que serão utilizados neste artigo: 1) capítulo IX de *O Príncipe*; 2) capítulo 4 do Livro I dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; 3) capítulo 1, Livro III da *História de Florença*.

<sup>204</sup> ADVERSE, Helton Machado. *Maquiavel, A República e o Desejo de Liberdade*. Trans/Form/Ação, v. 30, p. 33-52, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v30n2/a04v30n2.pdf>. Acesso em 15 nov. 2013, p. 35.

Assim, partindo do pressuposto de que Maquiavel concebe a política em termos de enfrentamentos e marca sua teoria com o conflito, pode-se dizer que ele concebe a ação pública em termos de instabilidade estrutural, própria do espaço da *polis*. Foucault, em *História da Sexualidade I: A vontade de saber* expõe que:

É nesse campo das relações de força que se deve tentar analisar os mecanismos de poder. (...) E (...) é verdade que Maquiavel foi um dos poucos – e nisso estava certamente o escândalo de seu cinismo – a pensar o poder do Príncipe em termos de relações de força (...).<sup>205</sup>

A ordem política nas cidades é definida pela oposição radical entre os desejos ou humores que animam os seus habitantes. Somente a partir dessa oposição, caso ela ocorra em circunstâncias especiais, pode haver a liberdade. O termo humor designa as disposições dos homens que convivem na sociedade, sendo utilizado algumas vezes em um caráter negativista, como significado de inclinações partidárias e ódio. Mas o sentido mais usual é para explicar a oposição entre o povo e os grandes: em toda cidade existem dois humores, o dos grandes, que quer oprimir o povo, cada vez mais ampliando seu poder, e o do povo, que não quer ser oprimido.<sup>206</sup>

Na medida em que esses humores se confrontam, pode-se originar uma república, um principado ou a licença. Havendo o equilíbrio entre essas formas de governo, chega-se a um misto, no qual cada humor encontra sua parte de representação e poder, sendo instituído, concomitantemente, um principado, um Senado e uma forma representativa do povo. Segundo Maquiavel, esse equilíbrio teria sido atingido em Roma.<sup>207</sup>

Para que a formação republicana livre se concretizasse na república romana, foi essencial a desunião entre o povo e o Senado, pois desses conflitos nasceram boas leis e instituições equilibradas. Entretanto, tudo aquilo que nasceu da desunião não pode ter sua origem apagada, tendo em vista que os humores continuam a existir como polaridades e se enfrentando institucionalmente na república.<sup>208</sup> Mesmo que haja certa tendência em recriminar os conflitos ocorridos em Roma, deve-se, antes, vislumbrar o fato de que desses tumultos originaram-se boas leis e instituições.

---

<sup>205</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.92.

<sup>206</sup> ADVERSE, Helton Machado. *Maquiavel, A República e o Desejo de Liberdade*, p. 36.

<sup>207</sup> Maquiavel tem como exemplo de uma república paradigmática aquela desenvolvida pelos romanos. Dessa forma, ele dedica boa parte de sua obra fazendo considerações acerca das instituições, leis e conflitos romanos. Tendo em vista que sua concepção de história existe um certo caráter de retorno, não é contraditório pensar a política de Florença, para ele, tendo como exemplo Roma. Cumpre ressaltar que Guicciardini irá criticar esse tipo de exame, conforme será visto mais à frente.

<sup>208</sup> ADVERSE, Helton Machado. *Maquiavel, A República e o Desejo de Liberdade*, p. 37-38.

Quanto a isso, vale lembrar a descrição de Maquiavel quanto ao surgimento dos tipos de repúblicas que não nasceram submetidas a nenhuma outra cidade: “algumas receberam leis, em seu princípio ou depois de não muito tempo, de um só homem e de uma só vez – como as leis que foram editadas por Licurgo aos espartanos – e outras as receberam ao acaso e várias vezes, segundo os acontecimentos, como ocorreu com Roma”.<sup>209</sup> Assim, pode-se dizer que foram sortudas as repúblicas que foram ordenadas por um homem prudente e, em certa medida, infelizes aquelas que, não tendo encontrado esse ordenador, precisaram ordenar-se por si mesmas.

E destas é ainda mais infeliz aquela que se encontra mais afastada da ordem; e mais afastada se encontra aquela que, com suas ordenações, está de todo fora do caminho reto que a possa reconduzir ao fim perfeito e verdadeiro. Porque é quase impossível às que se encontram neste grau reordenar-se [*rassetino*] graças a algum acontecimento: as outras que, se não têm ordenação perfeita, pelo menos têm um princípio bom, passível de melhorar, podem vir a tornar-se perfeitas graças a algum acontecimento. Mas é bem verdade que nunca se ordenarão sem perigo; porque os homens, em grande número, nunca anuem a uma nova lei que tenha em vista uma nova ordem na cidade, a não ser que lhes seja mostrado, por alguma necessidade, que é preciso fazê-lo (...).<sup>210</sup>

Quanto a Roma, mesmo que ela não tenha tido um início ordenado e de boas leis, devido a uma enormidade de acontecimentos que ocorreram em razão da desunião entre a plebe e os grandes, as boas instituições nasceram.

Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e a gríta que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam; e não consideram que em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma. (...) E não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de *virtù*; porque os bons exemplos nascem da boa educação; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem a exílios ou violências em desfavor do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas à liberdade pública.<sup>211</sup>

Quando os grandes tentaram ampliar ainda mais seu poder encontraram resistência popular, o que acarretou tumultos e ocasionou boas instituições, leis e liberdade nessa república. Por essa razão, Maquiavel concede um sentido positivo à questão dos humores em conflito, pois isso teve como efeito a liberdade e toda a força da república romana.

Os problemas teóricos que surgem são de determinar a natureza desses humores e, ainda, todos os efeitos que podem vir a surgir desses enfrentamentos. Isso porque, além de efeitos

<sup>209</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 12-13.

<sup>210</sup> \_\_\_\_\_. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, p. 13.

<sup>211</sup> \_\_\_\_\_. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, p. 21-22.

republicanos, pode ser que os conflitos acarretem o rompimento do corpo social, caso as circunstâncias não sejam apropriadas para que irrompa a liberdade.

No que diz respeito à natureza dos humores, o desejo dos grandes é positivo e determinado, pois quer oprimir. Já o desejo do povo é indeterminado, por querer, apenas, não ser oprimido. Mas, daí, inferir que esse desejo seria negativo não é correto, tendo em vista que tal conclusão acarretaria o esvaziamento do desejo do povo de caráter político, já que o lado popular não objetiva o poder, mas, somente, não ser tomado por ele.

Além disso, essa concepção negativa do humor do povo coloca em dúvida as próprias convicções republicanas do autor, passando Maquiavel a ser visto como pensador da dominação. O humor popular não pode ser desprovido de qualquer conteúdo político, pois os homens se apegam ao modo de vida político, participativo, e dele não abrem mão, o que pode ser apontado como um *ethos* da liberdade, consistindo no encontro dialético entre o desejo do povo e a liberdade.<sup>212</sup>

O *ethos* político da liberdade não pode ser apreendido apenas de modo negativo, na medida em que envolve um princípio de ação. Um exemplo disso é a rebelião promovida pelo povo, que indica claramente uma perspectiva ativa, envolvendo a ação ativa do humor da plebe em caráter de resistência à dominação. Caso um príncipe tenha o desejo de dominar uma república habituada a ser livre, irá encontrar uma situação delicada, tendo ou que destruir a cidade ou ser destruído pela rebelião.

A rebelião como instituto político de conflito é uma forma de resistência ativa e positiva, na qual é possível vislumbrar claramente a ação do povo na vida pública, propiciando o *ethos* da liberdade.

Marcelo Marin explica que, quando se leva em conta que nenhuma sociedade viveu sem conflitos, uma sociedade absolutamente entregue à paz não passa de uma ficção, que ignora a real condição humana. A originalidade do pensamento do autor florentino estaria na sua afirmação de que a maldade e luta dos homens pode sim culminar em boas instituições e que a liberdade não é algo que existe por si só, mas é fruto de uma perpétua e dinâmica tensão social.<sup>213</sup>

A ordem política de uma cidade é definida a partir da oposição entre os desejos que animam os cidadãos e a possibilidade de se chegar à liberdade. Esta, por sua vez, pode ser compreendida em duas esferas: a primeira, basicamente negativa, entre as cidades, quanto ao jogo

---

<sup>212</sup> ADVERSE, Helton Machado. *Maquiavel, A República e o Desejo de Liberdade*, p. 37.

<sup>213</sup> MARIN, Marcelo de Paola. *Maquiavel e Guicciardini: liberdade cívica e discórdias cívicas*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007, p. 22.

de independência entre elas; a segunda, concerne à ordem interna da cidade e à sua vida institucional, principalmente no que tange a viver livremente sob boas leis e ordenações, elaboradas com maior ou menor participação popular. Esta liberdade é a republicana, que ocorre onde quem governa não é somente uma classe, mas todo o corpo social.<sup>214</sup> Para que se possa compreender a liberdade nessas esferas como consequência do conflito político, deve-se fazer algumas considerações acerca dos humores, o que é feito por Maquiavel mediante o exemplo da república romana.<sup>215</sup>

Primeiramente, cumpre ressaltar que tanto a vida livre quanto a servidão estabelecem hábitos no povo: as repúblicas tem apreço à liberdade e lutam para que ela seja mantida, fazendo com que também seja preservada a liberdade externa, por um princípio de simetria; já os povos habituados à servidão, mesmo que cheguem a conquistar a liberdade, não terão capacidade para sua manutenção.

Devido a isso, na medida em que Roma era composta por um povo habituado à liberdade, que prezava por sua liberdade interna, ela detinha liberdade externa. Além disso, a instabilidade interna e a liberdade externa levaram a república romana a dominar outros povos para lhes proporcionar liberdade interna, isto é, uma república inclinada a dominar os demais povos, mas que tornava a riqueza conquistada um bem comum, inclusive em relação aos dominados. Isso porque as cidades somente podem crescer em domínio e em riqueza quando são livres e proporcionam liberdade.

Em Maquiavel, a liberdade é o resultado de um processo de luta que não pode ser extinto, mas apenas entabulado pelas instituições legais. Destarte, para o Pensador Florentino a virtude e a força de uma república advém da *buona ordine*, e não pura e simplesmente da *buona fortuna*: como o exemplo histórico da República Romana atesta, as boas leis são o produto direto do desenvolvimento das discórdias entre o Senado e o povo – as sedições internas foram a condição primordial da liberdade de Roma. Desta forma, Maquiavel reconhece a importância das tensões como um forte indicativo para a manutenção e a expansão do Estado como unidade política capaz de contemplar seus cidadãos com a liberdade.<sup>216</sup>

Em uma cidade que prioriza a riqueza, a distância entre a grandeza da pátria e o interesse individual é menor, pois há uma identificação entre o bem da cidade e o bem do cidadão. Não se trata de uma mera convergência de interesses, mas de uma constituição de interesse comum, que

<sup>214</sup> ADVERSE, Helton Machado. *Maquiavel, A República e o Desejo de Liberdade*, p. 38.

<sup>215</sup> Tendo em vista que o Filósofo possui uma concepção cíclica de história, quando ele recorre ao exemplo romano ele acredita que ele deve servir de paradigma ao caso de Florença, mesmo que as circunstâncias não sejam exatamente as mesmas. Isso será um dos alvos da crítica de Guicciardini ao pensamento maquiaveliano. Maquiavel acredita que o conhecimento histórico por parte daquele que pratica a política seja essencial, ao passo que seu contemporâneo, Guicciardini, irá preconizar a experiência. Em outras palavras, enquanto um julgava ser muito útil ao político a teoria, o outro acreditava ser a experiência prática, muito mais que teórica.

<sup>216</sup> MARIN, Marcelo de Paola. *Maquiavel e Guicciardini*, p. 15-16.



se pode chamar de pátria. No entanto, esse vínculo entre o desejo dos cidadãos e a cidade não pode ser o de querer somente adquirir. Se assim o fosse, o desejo do povo seria igual o dos grandes, razão pela qual o desejo, quando somente se constitui pelo adquirir, pode acarretar no rompimento do tecido político, já que retira de campo o conflito, que é a base do espaço público. No pensamento de Maquiavel, o político não é unidade e nem pode ser. Os tumultos promovidos pelo povo e a dissensão fundamental foram essenciais para que fosse possível originar em Roma as boas leis e a liberdade. As leis que nascem dessa desunião entre os humores são necessariamente promotoras da liberdade.

Isso pode ser evidenciado no fato de que os grandes foram obrigados a reconhecer a plebe como sujeito político devido às agitações populares. A institucionalização das tribunas foi a resposta institucional vislumbrada para resolver os clamores populares.

Por isso, depois de muitas confusões, tumultos e perigos de perturbações, surgidos entre a plebe e a nobreza, chegou-se à criação dos tribunos, para a segurança da plebe; e [os romanos] ordenaram tanta preeminência e reputação que a partir de então puderam ser sempre intermediários entre a plebe e o senado, obviando à insolência dos nobres.<sup>217</sup>

Mesmo com todas as conquistas do povo romano surge a questão de quem deveria ser o guardião da liberdade: os patrícios ou a plebe. O bom senso leva a pensar que o guardião de um bem de tamanha importância deve ser aquele que tenha menos interesse em se apoderar dele. Sendo assim, cabe ao povo a guarda da liberdade, na medida em que o seu desejo é essencialmente o de não ser dominado, o que significa que os plebeus possuem maior desejo de viver livre que os grandes de dominar.<sup>218</sup>

Em nível institucional, estar incumbido do dever de guarda da liberdade significa deter a autoridade para, por meio de seus representantes, exercer importantes magistraturas e, em seu exercício, não suprimir ou usurpar a *res publica*. Para tal incumbência, a plebe romana poderia escolher um cônsul originado dela e, ainda, ter seus interesses defendidos por seus representantes nas tribunas, com a possibilidade de fazer frente aos possíveis excessos do Senado. Um exemplo disso é a possibilidade de as tribunas poderem vetar as leis propostas pelo Senado.

Assim, ser guardião da liberdade implicava no direito de exercer o poder político, tanto pela via direta, quanto representativa. A concessão desse direito por parte dos grandes satisfazia o desejo de participação dos plebeus na vida pública.

Diante do exposto, constata-se que o desejo de não ser dominado da plebe não se reduz a um aspecto negativo face ao humor dominador. O que existe é uma dinamicidade que vai além da

<sup>217</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, p. 21.

<sup>218</sup> \_\_\_\_\_. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, p. 23-26.

oposição entre positivo e negativo. Caso se considere essa oposição de humores como algo simples, o político pode se encerrar caso qualquer dos desejos se sobreponha. No entanto, o que se verifica é uma perpetuação das tensões políticas.

Cumprir frisar que não há, nesse caso, uma contrariedade absoluta, ou um desejo que remete a outro indefinidamente. Os humores constituem uma unidade na diferença. O desejo de não ser dominado se traduz em uma exigência de participação política sem se igualar ao desejo de dominar. Essa vontade do povo se presta a refrear os grandes, o que não deve levar à falsa inferência de que os humores são somente positivos, pois caso o fosse, haveria uma sobreposição e conseqüente anulação um do outro, o que também poderia levar ao encerramento do político.<sup>219</sup>

Além disso, esses enfrentamentos devem ter uma forma de resolução ordinária, isto é, por meios institucionais e conforme as leis. Nessas disputas, os adversários devem estar comprometidos com um conjunto de leis que indica um grau de consenso. Caso os mecanismos institucionais não existam ou não sejam capazes de dar conta de solucionar os conflitos, a ordem social pode se romper. Esses mecanismos institucionais asseguram que um grupo, mesmo tendo por objetivo sobrepujar o outro e se instaurar, não o faça, tendo em vista que o fim do conflito político é o fim da própria política e, com isso, impeditivo da liberdade.

Portanto, mesmo sendo o político marcado pelo conflito, essa disputa de humores em Roma deu-se por meios institucionais. Na medida em que o povo vencia as disputas, sua vitória trazia benefícios para a formação republicana, tal como a possibilidade de participar da administração, cargos, etc.

Isso demonstra a confiança depositada por Maquiavel na importância do conhecimento histórico da política, na medida em que é possível tomar fatos passados como paradigmáticos, ainda que as circunstâncias não sejam totalmente as mesmas. A questão da história, do conhecimento da teoria pelo estadista e do conflito são pontos de discórdia entre o pensamento maquiaveliano e o de Guicciardini.

### **O conflito no pensamento de Guicciardini**

Francesco Guicciardini, assim como Maquiavel, foi um dos personagens de maior importância no humanismo cívico, ainda que sua obra não tenha tomado a mesma notoriedade que a maquiaveliana. Esses pensadores foram tomados pelas mesmas inquietações pessoais e viveram o mesmo momento de mudanças dos paradigmas políticos e, inclusive, foram amigos

---

<sup>219</sup> ADVERSE, Helton Machado. *Maquiavel, A República e o Desejo de Liberdade*, p. 41.

peçoais. Guicciardini dedica parte considerável de sua obra para tecer críticas ao pensamento de Maquiavel, em suas *Considerazioni intorno ai Discorsi del Machiavelli di Francesco Guicciardini*.

Tendo em vista que o humanismo cívico preconizava a vida ativa, Guicciardini dedicou sua carreira à vida pública, tendo sido defensor da liberdade e das instituições republicanas, mas de modo diferente de Maquiavel. A sua definição de um regime livre pode ser traçada como um regime fundado em leis, mas com a participação popular mitigada. Além disso, disputas ou embates políticos, defendidos na obra maquiaveliana, devem ser evitados a todo custo no sistema de pensamento do Guicciardini.<sup>220</sup>

Esse caráter negativo que Guicciardini concede ao conflito político pode ser atribuído ao fato de que ele presencia a queda do regime republicano, razão pela qual o seu pensamento tende para a segurança política, que:

(...) passa a ser o objetivo principal da vida política. Salvar a cidade da instabilidade é a tarefa principal de um regime que ele insiste em caracterizar como livre. Se, do ponto de vista institucional, continua a defender a existência de um “Consiglio Grande”, como órgão garantidor da neutralidade dos magistrados e pacificador das disputas internas, a participação popular ampla na política passa a ser vista como a mais terrível ameaça para a sobrevivência de Florença (...). O regime republicano passa, então, a ser concebido como uma oligarquia moderada na qual, sem excluir completamente o povo, as principais funções de Estado pertencem necessariamente à aristocracia.<sup>221</sup>

Guicciardini deve ser estudado como um humanista mais realista que Maquiavel, principalmente quanto ao fato de o pensamento maquiaveliano recorrer ao exemplo romano, o que Guicciardini discorda veementemente. Seu interesse está em um esforço analítico, realista e direto de colocar o modelo maquiaveliano de amigo-inimigo em questão.<sup>222</sup>

Guicciardini, que por vezes será apresentado como um maquiaveliano “mais consequente, um realista mais coerente, no limite do cinismo”, com suas *Considerazioni* estará em frequente contraponto com o pensamento de Maquiavel – em especial, como se verá, naquilo que tange à afirmação das discórdias civis como fonte da liberdade da República Romana. Assim, comentando algumas das teses centrais do republicanismo maquiaveliano, Guicciardini parece fazer uso da forma literária (...) contra o republicanismo mais “acadêmico” do que “prático”, mais “contemplativo” do que “ativo”, característico dos *Discorsi*.<sup>223</sup>

No entanto, não é correto inferir que o pensamento de Guicciardini seja uma mera crítica ao de Maquiavel. Sua filosofia política articula um modo de associar o conhecimento histórico do

<sup>220</sup> MARIN, Marcelo de Paola. *Maquiavel e Guicciardini*, p. 64-65.

<sup>221</sup> BIGNOTTO, Newton. Nota Metodológica: Guicciardini leitor de Maquiavel. *Revista Discurso do Departamento de Filosofia da USP*, v. 29, p. 111-131, 1998, p. 120.

<sup>222</sup> BERARDI, Gian Franco. Introduzione. In *Francesco Guicciardini: Antimachiavelli*. Roma: Riuniti, 1984, p. 12.

<sup>223</sup> MARIN, Marcelo de Paola. *Maquiavel e Guicciardini*, p. 65-66.

passado, a experiência do político e a forma de ler coerentemente as circunstâncias políticas do presente, de modo a realizar a ação política do melhor e do mais virtuoso modo possível.

Antes de tratar, diretamente, as questões relativas ao conflito político, cumpre fazer algumas distinções acerca do pensamento dos referidos autores. Nesse sentido, o pensamento de Guicciardini é marcado, principalmente, pelos seguintes elementos que se contrapõem ao pensamento de Maquiavel: 1) defesa de uma república de caráter aristocrático, com a participação popular mitigada; 2) atribuição de maior importância à experiência política que ao conhecimento da história e da teoria; 3) a crença de que a história não retorna e que os fatos são singulares no tempo, razão pela qual o recurso ao passado não serve muito às ações do presente; 4) o político deve analisar as circunstâncias particulares de sua cidade para propor soluções; 5) o conflito deve ser evitado na política, não havendo possibilidade de ele assumir um caráter positivo.

Assim, o conflito no pensamento político de Guicciardini articula-se de modo distinto da proposta de Maquiavel. Sendo o primeiro contemporâneo do segundo, vale dedicar um capítulo deste artigo para contrapor o pensamento dos pensadores florentinos quanto ao papel que os enfrentamentos ocupam na teoria republicana. Para tanto, serão utilizados, principalmente, os seguintes escritos: *O Discorso de Logrogno*; *O Dialogo del Reggimento di Firenze*; *Considerazioni intorno ai Discorsi del Machiavelli di Francesco Guicciardini*.

O problema do conflito político é tratado pelos autores de modo antagônico no decorrer de suas obras. Isso porque, Maquiavel, nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, propõe uma teoria extremamente inovadora, na qual a paz, que era um tema defendido quase dogmaticamente entre os medievais, é questionada como condição de possibilidade para a vida política. Então, quando Maquiavel defende que o conflito de humores foi o motivo da grandeza romana, ele rompe com a tradição. Entretanto, Guicciardini parece integrar, quanto a este ponto, a tradição. Ele afirma, de forma incisiva, que não foram os conflitos ou a desunião entre o povo e os grandes que fizeram de Roma uma potência, porque o melhor seria que as desuniões tivessem sido evitadas.<sup>224</sup>

Além disso, Francesco Guicciardini preconiza a experiência política em relação ao conhecimento da história. O político que realmente irá fazer o bem à sua cidade não é aquele que se vale do paradigma romano, na medida em que os recursos argumentativos aos exemplos de Roma não passam de retórica, mas aquele que avalia as circunstâncias concretas, com base em sua experiência e virtude, age da melhor forma possível para aquele acontecimento singular. A

---

<sup>224</sup> BIGNOTTO, Newton. *Republicanism e realismo: Um perfil de Francesco Guicciardini*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 172-173.

história não se repete e o recurso a ela pode não pode ser a resposta aos problemas da república.<sup>225</sup>

Assim, enquanto Maquiavel busca uma “identidade real”, que se mantém na história mesma quando parece haver certas diferenças, Guicciardini se prende nas diferenças substanciais, que poderiam, inclusive, comprometer a comparação e a analogia entre o passado e o presente. Com a relação de suas *Considerazione*, Guicciardini tem ocasião de experimentar concretamente o próprio método, que consiste em apontar para a importância de cada caso particular – trata-se antes de explicar as diferenças que podem existir entre duas situações do que de explicar os pontos comuns entre elas.<sup>226</sup>

Pocock, em *The Machiavellian Moment*, elucida bem o combate de Guicciardini em relação ao exemplo de Roma e sua defesa da necessidade de se manter o corpo político uno, sem a ocorrência de conflitos. Para o humanista, não foi a presença de dois humores que fez com que houvesse participação política popular, mas o que de fato ocorreu foi que a república romana ainda era pequena e começava a se institucionalizar, assim, quando os patrícios negaram a participação da plebe nos assuntos de estado e houveram tumultos, estes poderiam ter sido evitados.<sup>227</sup>

Ligar a participação política à questão do conflito seria, para Guicciardini, um equívoco, porque a exclusão da plebe nos assuntos de estado era um problema, que foi observado e sanado a tempo. Os grandes, com as rebeliões e pressões políticas, fizeram constantes concessões, possibilitando a participação dos plebeus, mas devido ao fato de que se encontravam em menor número. O florentino defende que o conflito poderia ter sido evitado se a participação houvesse sido proporcionada desde o princípio.<sup>228</sup>

Não foi, portanto, a desunião entre a plebe e senado que fez Roma livre e poderosa, porque melhor teria sido que não tivesse havido ocasião de desunião. Nem foram úteis estas sedições, e muito mais útil à sua grandeza foi os patrícios cederem logo sua vontade à vontade da plebe, do que se eles tivessem começado a pensar um modo de não precisar da plebe. Mas louvar a desunião é louvar, em um doente, a doença, por causa da boa qualidade do remédio que lhe foi ministrado.<sup>229</sup>

Assim, partindo da tese da unidade política, sem oposição de humores, Guicciardini propõe que um dos mais importantes elementos do corpo político uno é a virtude da prudência, sendo ela o centro de todo o sistema. Com isso, cabe frisar que sua proposta é a constituição de

<sup>225</sup> BIGNOTTO, Newton. *Republicanism e realismo*, p. 174.

<sup>226</sup> MARIN, Marcelo de Paola. *Maquiavel e Guicciardini*, p. 67.

<sup>227</sup> POCOCK. Rome and Venice. B) Guicciardini's *Dialogo* and the Problem of Aristocratic Prudence. In: *The Machiavellian Moment*, 1975, p. 219-271.

<sup>228</sup> \_\_\_\_\_. *Rome and Venice*, p. 245-247.

<sup>229</sup> GUICCIARDINI, Francesco. Considerazioni intorno ai Discorsi del Machiavelli di Francesco Guicciardini. In: VIVANTI, Corrado (a cura). *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio seguiti alle Considerazioni intorno ai Discorsi del Machiavelli di Francesco Guicciardini*. Torino: Giulio Einaudi, 2000, p. 334.

uma república aristocrática, não uma oligarquia, razão pela qual o todo o Estado se constitui em torno da virtude e os cargos deverão ser exercidos conforme a pura meritocracia, mas sem o fechamento em classes políticas.

Guicciardini não desconsiderava o elemento “povo” em seu pensamento. Assim, mesmo que sua construção teórica seja de caráter aristocrático, ela ainda é republicana, motivo pelo qual toda a ação política será desempenhada sob a chancela popular. A liberdade da elite virtuosa é ter sua virtude reconhecida por aqueles que são governados, ao passo que a liberdade da plebe (maioria) é para assegurar que haja virtude nas ações e decisões políticas, fiscalizando a elite, sem nunca recorrer a tumultos ou medidas que ensejem conflitos.<sup>230</sup>

Sintetizando a proposta de Guicciardini: uma forma de governo mista, que seja constituído em torno da virtude da prudência; uma elite virtuosa, que ascendeu por meritocracia e que, somente assim, governará; um povo que fiscalize essa elite. Haveria o Conselho Grande, cuja função seria de assegurar a liberdade e fazer com que mutações malélicas ao sistema política da cidade não ocorressem. Assim, eventuais propostas de leis elaboradas pelo Senado deveriam passar pelo crivo do Conselho Grande, que poderia vetá-las caso ameaçassem a liberdade ou o sistema republicano. O Senado, cujos membros seriam vitalícios e escolhidos pelo Conselho Grande, teria atribuições legislativas. Haveria, ainda, o líder político, *gonfaloniere*, que seria eleito em um processo democrático denso e indireto, no qual prevaleceria a pura meritocracia, sem que questões de facções ou rixas políticas intervissem nesse processo.<sup>231</sup>

A virtude e a habilidade para lidar com as questões de estado seriam adquiridas por meio da experiência. Não bastaria que o indivíduo conhecesse a filosofia e a história se ele não fosse capaz de analisar as circunstâncias específicas da cidade. Assim, Francesco Guicciardini não somente não deixa espaço para o conflito, como também o expurga do cenário público. O corpo político não poderia ser dividido e, portanto, os enfrentamentos não fariam parte da vida em sociedade. Propostas como a de Maquiavel seriam meramente retóricas ou pouco realistas.

Quanto à análise dos *Discorsi* de Maquiavel e nas *Considerazioni* de Guicciardini pode-se constatar:

Assim Guicciardini, nas *Considerazioni*, extrai da história uma lição de prudência que o fará desconfiar das soluções extremas do Secretário Florentino Maquiavel, defenderá também o governo misto, mas, com ele, a acepção clássica desta forma de governo será significativamente alterada. Não se trata mais, como em Maquiavel, de afirmar divisões da cidade no registro de uma dinâmica positiva, mas sim de temperá-la dotando cada uma delas do poder de

<sup>230</sup> POCOCK. Rome and Venice, p. 149-254.

<sup>231</sup> \_\_\_\_\_. Rome and Venice, p. 254-255.

controlar as demais. Em um tal governo, o lugar predominante deve ser entregue às grandes famílias da cidade; o senado, na medida em que seja formado por homens bem nascidos e experientes politicamente, é quem deve deter realmente o poder. Ao povo, reunido em um conselho, cabe a tarefa de sancionar as decisões e de nomear os magistrados. Por fim, ainda deve haver um personagem que faça as vezes de um príncipe eleito e cuja função será a de conferir unidade e continuidade à política da cidade.<sup>232</sup>

Dessa forma, sendo a realidade política uma complexa trama de relações de poderes e institucionais, toda e qualquer ruptura neste equilíbrio político e constitucional deve ser evitada a qualquer custo.

### **Considerações Finais**

Diante do exposto, contactou-se algumas distinções entre o pensamento republicano de Maquiavel e Guicciardini. Ainda que ambos preconizem a vida ativa em detrimento da vida contemplativa, o que mostra um rompimento em relação à tradição medieval, as dissonâncias de suas propostas políticas quanto ao conflito se mostram patentes.

Foi possível examinar que Maquiavel considera o conflito político essencial à liberdade e à república. Somente com o embate entre os grandes e a plebe pode-se chegar à grandiosidade, como se constata em Roma, onde o povo, por meio de ações e pressões públicas, fez com que as classes superiores cedessem. Os tumultos ocasionados pela plebe fizeram com que os patrícios viabilizassem participação política popular e ocupação dos altos cargos e magistraturas. O recurso ao exemplo romano decorre de uma crença na repetibilidade dos fatos históricos, razão pela qual o estadista deveria conhecer os fatos passados em sua profundidade.

Já em Guicciardini, foi possível observar que o conflito assume um caráter prejudicial à vida política. Isso porque o corpo social deve se manter uno, pois os efeitos de lutas e conflitos, devido ao fato de não serem previsíveis, podem levar à cisão radical do tecido político. O elemento que pode sustentar tal unidade é a virtude da prudência, detida por uma elite experiente e capaz de lidar com os assuntos de estado sem a participação direta dos plebeus. Eventuais recursos ao exemplo romano não passam de artifícios retóricos, além de um mascaramento das circunstâncias específicas dos fatos e acontecimentos políticos.

Portanto, sua visão de um estadista ideal é a de um homem que seja experiente e que, acima de conhecer a teoria, saiba analisar a particularidade de cada fato sem se prender ao passado, tendo em vista que a história não se repete.

Recebido em: 19/11/2013

Aceito em: 13/04/2014

---

<sup>232</sup>MARIN, Marcelo de Paola. *Maquiavel e Guicciardini*, p. 81.

## Nzinga Mbandi contra a colonização portuguesa de Angola

**Mariana Bracks Fonseca**

Mestre em História Social

Universidade de São Paulo (USP)

[maribracks@gmail.com](mailto:maribracks@gmail.com)

**RESUMO:** Nzinga Mbandi é a mais famosa e controversa personagem da história de Angola no século XVII. Pretendemos neste artigo, analisar a trajetória política de Nzinga tendo em vista o conturbado contexto da expansão da colonização portuguesa na África Central e da instituição do comércio de escravos, principalmente no período em que representou maior oposição aos portugueses, nas décadas de 1620 a 1640. Buscamos compreender as estruturas de poder que havia no reino do Ndongo e como os portugueses criaram a colônia de Angola através do avassalamento dos sobas, construção de presídios, controle das feiras e composição de um exército africano que servia a seus interesses. Entendemos Nzinga como a principal líder da resistência contra a presença portuguesa em Angola no período, pois além de dar asilo a centenas de escravos fugitivos, impediu feiras e desorganizou a cobrança dos impostos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nzinga Mbandi, Angola, Jagas, Resistência negra.

**ABSTRACT:** Nzinga Mbandi is the most famous and controversial character in the history of Angola in the 17<sup>th</sup> century. We intend here to analyze the political trajectory of Nzinga in the troubled context of expanding Portuguese colonization in Central Africa, and of the slave trade, principally in the 1620's and 40's, during which Nzinga represented the major opposition to the Portuguese. We attempt to understand the power structures in place in the kingdom of Ndongo and Portugal created the colony of Angola by the subjugation of sobas, by building prisons, controlling markets and organizing an African army to serve their interests. We understand that Nzinga Mbandi was the most important leader of the resistance against the Portuguese presence in Angola in this period, because she gave asylum to many fugitives slaves, obstructed markets and disrupted tax collection.

**KEYWORDS:** Nzinga Mbandi, Angola, Jagas, Black resistance.

### Introdução

Nzinga Mbandi é uma das mais famosas personalidades da história centro-africana e a mais bem documentada rainha do reino do Ndongo.<sup>233</sup> Muito se escreveu sobre Nzinga, desde o século XVII, com diferentes matizes e abordagens.

---

<sup>233</sup> As fontes primárias que evidenciaram a vida de Nzinga Mbandi são muitas, citamos: CARDONEGA, Antônio de Oliveira. *História geral das guerras angolanas*. (1681). 3 v. Lisboa, 1972; CAVAZZI, Giovanni. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Tradução, notas e índices pelo Pe. Graciano Maria de Leguzzano. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965; GIOIA DA NAPOLI, Frei. *La meravigliosa conversione alla Santa Fede di Cristi della Regina Sina e del suo regno di Matamba*. Nápoles, 1669; HEINTZE, Beatrix. *Fontes para a história de Angola*. Vol. I. Memórias, relações e outros manuscritos da Colectânea Documental de Fernão de Sousa (1622-1635). Studien zur Kulturkunde, Bd. 75. Stuttgart: Steiner 1985; \_\_\_\_\_. *Fontes para a história de Angola*. Vol. II. Cartas e documentos



Sua longa trajetória política (1622-1663) suscitou muitos e variados olhares. A literatura europeia do século XVIII a descreveu como uma tirana selvagem, de comportamento bizarro e hábitos canibais.<sup>234</sup> Historiadores portugueses, no século XX, tentaram omitir a hostilidade de Nzinga para com os portugueses e reforçaram, pelo contrário, sua conversão ao catolicismo e as relações harmoniosas que ela mantinha com os missionários e com outros governadores em Luanda durante os últimos anos de sua vida.<sup>235</sup> Esta perspectiva, claramente associada aos projetos coloniais, enxergaram Nzinga Mbandi como co-autora do tráfico negreiro, na tentativa de legitimar a atividade e transferir a culpa da escravidão aos chefes africanos.

A partir da década de 1960, novos estudos surgiram de historiadores não portugueses, menos vinculados aos interesses coloniais, que analisaram Nzinga no âmbito da política interna do Ndongo e Matamba<sup>236</sup>. Miller e Thornton analisaram a vida política de Nzinga, o primeiro questionou sua legitimidade enquanto o segundo buscou os precedentes históricos que pudessem legitimar sua ascensão ao trono do Ndongo em 1624<sup>237</sup>.

Em Angola, Nzinga foi exaltada pelos movimentos políticos, nas décadas de 1960-1970, como uma líder da resistência “proto-nacionalista”, sendo a única heroína em comum exaltada tanto pelo MPLA como pela UNITA<sup>238</sup>.

Nzinga Mbandi foi, de fato, uma personagem ambígua e contraditória, sendo possível falar de sua história de múltiplas formas: foi batizada como cristã pelo governador português; assumiu o título Ngola e depois de destronada do Ndongo; assumiu o título *Tembanza*, o mais importante na hierarquia dos kilombos Jagas; conquistou o reino de Matamba e após 40 anos de guerra contra os portugueses, passou seus últimos anos como cristã, em comunicação direta com o Papa.

No presente trabalho adotamos a perspectiva da longa duração, pensamos a atuação política e militar de Nzinga Mbandi no contexto da colonização portuguesa de Angola buscando compreender as dinâmicas de poder já existentes no reino do Ndongo. Pretendemos entender

---

oficiais da Colectânea Documental de Fernão de Sousa (1624-1635). Studien zur Kulturkunde, Bd. 88. Stuttgart: Steiner 1988.

<sup>234</sup> CASTILHON, J.-L. *Zingha, Reine d'Angola*. Histoire Africaine. Bourges: Edition de l'Association Gaymede, 1993. Para uma análise da presença de Nzinga Mbandi na literatura e na historiografia, ver PANTONJA, Selma. Revisitando a rainha Nzinga: historiografias e identidades. In: MATA, Inocência (org.). *Rainha Nzinga Mbandi*. História, Memória e Mito. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

<sup>235</sup> DELGADO, Ralph. *História de Angola*. Vol. II, III. Lobito: Livraria Magalhães, 1961. CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1937. 1ª edição publicada entre 1792-1799.

<sup>236</sup> VANSINA, J. *Kingdoms of Savana*. Madison: Univ. of Wisconsin Press, 1966. BIRMINGHAM, D. *Trade and Conflict in Angola: the Mbundu and their neighbors under the influence of the Portuguese, 1483-1790*. Clarendon Press, 1966.

<sup>237</sup> MILLER, Joseph. Nzinga of Matamba in a new perspective. *The Journal of African History*. Cambridge, v. 6, n. 2, p. 201-216, 1975. THORNTON, John. Legitimacy and Political Power: Queen Njinga, 1624-1663. *The Journal of African History*. Cambridge, v. 32, n. 1, p. 25-40, 1991.

<sup>238</sup> ABRANCHES, H. *MPLA. História de Angola*. Porto: 1976; UNITA: *Identity of a Free Angola*. Luanda: Jamba: 1985.

como os portugueses conseguiram articular o tráfico negreiro por meio do avassalamento dos sobas (governantes locais), construção de presídios em lugares estratégicos e o controle das feiras, e como os africanos aceitaram- ou não- a presença portuguesa em seus territórios.

Pretendemos aqui evidenciar as conclusões da dissertação de mestrado, em que entendemos Nzinga Mbandi como líder da resistência Mbundo contra a colonização portuguesa. Pensamos “conquista” e “resistência” em Angola não como um simples binômio de opostos, mas como um complexo cenário, em que as diversas forças combatiam de forma ambígua e variável. Não se trata de brancos contra negros, muito menos de europeus contra africanos. O jogo de alianças era flutuante o bastante, não permitindo tais simplificações.

Por mais que se tenha discutido que a colonização africana contou com o apoio de alguns chefes africanos e que foram múltiplas as formas de combate desempenhadas pelos diversos atores, fica difícil fugir do termo “resistência” quando se tem uma empresa colonial articulada como era aquela montada pela Coroa portuguesa em Angola no século XVII. A “conquista” de Angola era claramente colocada e defendida.<sup>239</sup> E contra a implementação e consolidação desta empresa lutou Nzinga Mbandi.

Destacamos sua atuação militar e política. Militar porque queremos entender as estratégias de batalha que Nzinga usou para desorganizar a rede comercial que Portugal penava para construir, e política porque reuniu em torno de si centenas de pessoas das mais diferentes etnias e encabeçou a formação de uma grande confederação de sobas descontentes com a presença portuguesa na África Central, reunindo-os em torno de uma causa comum. Focamos, principalmente, no período entre 1624 e 1630, em que se acirraram os litígios entre Nzinga e o governo português e em que a ação contra a consolidação do tráfico negreiro foi mais evidenciada.

### **O reino do Ndongo antes da chegada dos portugueses**

O Ndongo foi se centralizando ao longo do século XVI em torno da insígnia de poder *ngola*, originalmente pedaços de ferro que serviam de mediadores entre o mundo dos vivos e dos mortos da linhagem e ajudava seu guardião a resolver disputas pela prática da adivinhação e decidir questões referentes ao bem-estar de seus parentes<sup>240</sup>.

O detentor da insígnia recebeu o título Ngola e se transformou no fundamento de um novo tipo de estrutura política, em que as diferentes linhagens formavam uma ampla rede de

---

<sup>239</sup> CARDONEGA, Antônio de Oliveira. *História geral das guerras angolanas*. (1681). 3 vols. Lisboa, 1972.

<sup>240</sup> MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola*. Trad. De Maria da Conceição Neto. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995, p. 63.

alianças e reconheciam a autoridade deste título dominante. Ngola impôs sua soberania a praticamente todas as formações sociais entre os rios Bengo, Kwango e Kuvo, principalmente sobre a etnia Mbundo. O comércio, que acompanhou a expansão militar, foi integrado numa estratégia de distribuições de títulos e posições entre as linhagens, permitindo aos ocupantes do título Ngola-Kiluanje influenciar linhagens muito distantes e se estender para muito além de suas fronteiras étnicas, o que Parreira chamou de “Diáspora A-Ngola”.<sup>241</sup> O Ngola era considerado sagrado, detentor de poderes especiais que garantiam a fertilidade, as chuvas e o bem-estar da comunidade.<sup>242</sup> A crença de que o chefe político tem o poder de chamar e controlar as chuvas aparece em várias outras partes da África, revelando a associação comum entre poder político e fenômenos naturais<sup>243</sup>.

A centralização em torno de um soberano permitiu que o Ndongo conquistasse a soberania em relação ao reino do Congo, que até as primeiras décadas do século XVI, proclamava-se “senhor dos Ambundos”.<sup>244</sup> A obrigação de homenagens àquele reino foi se extinguindo aos poucos e a independência definitiva foi marcada pela batalha do Ndande (1556), quando o *mani*Congo tentou submeter o Ngola pelas armas, mas foi derrotado pelo potente exército do vassalo rebelado.<sup>245</sup>

Os sobas compunham o poder político do Ngola e lhe pagavam tributos (chamados baculamentos) em troca de proteção contra ataques de forasteiros, o que deu segurança às comunidades e possibilitou a avanço da agricultura e o crescimento populacional.

O Ndongo contava com uma ampla rede comercial, que conectava diferentes povos e mercadorias da África Central. Cadornega registrou sobre os Mbundo “são muito inclinados a feiras, e para comprarem barato e venderem caro, tem tantas manhas que nenhuma nação lhes faz vantagem”.<sup>246</sup> Havia rotas comerciais consolidadas, a partir de vias terrestres, fluviais e marítimas, em que o rio Kwanza ganhava importância primordial, conectando o interior ao litoral. Os europeus já encontraram um sistema de trocas organizado e usaram as rotas comerciais pré-existentes para inserirem seus produtos nos mercados africanos.

---

<sup>241</sup> PARREIRA, A. *Economia e sociedade na época da Rainha Jinga*. (Século XVII). Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 176.

<sup>242</sup> CAVAZZI, Giovanni. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, p. 254.

<sup>243</sup> SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África e os africanos antes dos portugueses*. 3ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 35. HEINTE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*. Estudos sobre Fontes, Métodos e História, Luanda: Kilombelombe, 2007, p. 57.

<sup>244</sup> *Cartas do rei do Congo D. Afonso*. Introdução, notas e comentários e modernização do texto por Antonio Luiz Ferronha. Grupo de Trabalho do M. da Educação para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses. doc. 5 (1512), p. 25; doc. 6 (1514), p. 26; doc. 15 (1526), p. 53.

<sup>245</sup> HEYWOOD, Linda e THORNTON, John. *Central Africans, Atlantic Creoles and the foundation of America. 1585-1660*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 54.

<sup>246</sup> CARDONEGA, Antônio. *História geral das guerras angolanas*. Vol. I. p. 32.

### “Conquista portuguesa”

As duas primeiras expedições que buscaram tecer relações com o Ngola foram fracassadas. O escrivão da missão de 1520, Baltasar de Castro, foi aprisionado pelo Ngola e permaneceu como refém por seis anos. A missão de 1560 também não logrou êxito e o Ngola prendeu Paulo Dias de Novais, que era o capitão da caravela, e o jesuíta Francisco de Gouvéia. O primeiro foi autorizado a retornar a Portugal em 1555, supostamente para buscar ajuda militar para o Ngola, enquanto o padre morreu em cativo.

Em 1571, Paulo Dias de Novais recebeu carta de doação de D. Sebastião, nos moldes das donatárias no Brasil, determinando que a conquista do chamado reino de Angola deveria ser feita sem ajuda financeira ou de qualquer outra coisa por parte da Coroa. As relações entre o Ngola e o novo “governo de Angola” começaram pacíficas nos primeiros anos, com uma política de colaboração que foi, em poucos anos, substituída pela conquista territorial armada. Os portugueses adentraram no interior seguindo o rio Kwanza e construíram fortalezas em pontos estratégicos, que garantiam o funcionamento das feiras e marcavam militarmente a presença lusa nas regiões conquistadas. As fortalezas serviram também para armazenar alimentos e escravos que aguardavam caravanas para o litoral, assim como guarnecer a região com soldados e armamentos.

Para conseguir efetivar o projeto colonial pelo interior, o governo português desenvolveu uma política de submissão dos sobas. Os poderosos que aceitavam cooperar com os anseios coloniais portugueses passavam por um ritual de vassalagem, análogo aos rituais medievais, muito usado por Portugal em suas conquistas ultramarinas. Os elementos essenciais do contrato de vassalagem eram, por parte do vencido, a declaração de consentimento, apoio militar, pagamento de tributos, fidelidade e obediência a Portugal; e por parte do vencedor, a promessa de proteção e investidura. O vassalo continuava a ser livre, porém passava a dever lealdade e obediência à Coroa portuguesa era ainda obrigado a cooperar com os projetos colonizadores: abrigar e alimentar soldados, mercadores e traficantes em suas terras; aliar-se aos aliados e ser inimigo dos inimigos portugueses; dar passagem às tropas e pumbeiros; manter as feiras comerciais abertas em seu território.

Os sobas avassalados eram obrigados a pagar tributos em escravos e disponibilizar homens para lutarem nas guerras coloniais pelo interior, a chamada “guerra preta”. Alguns sobas se submeteram voluntariamente, esperando assim alterar a correlação de forças políticas existentes, contudo a maioria dos sobas foi submetida à força. Suas opções ficavam entre: resistência, execução, deportação para o Brasil como escravo ou o avassalamento. Alguns

optaram por oferecer a vassalagem quando pensavam que a guerra para submetê-los estava próxima ou quando o Ngola representava um mal maior.

A guerra era um meio eficiente de garantir a sujeição de um soba e, mesmo após o avassalamento, tudo era usado como justificativa para se atacar um soba: inadimplência no pagamento dos tributos exigidos, aliança com inimigos, insubordinação. Frequentemente e por qualquer razão, os portugueses atacavam sobas que já haviam se avassalado, escravizavam a população - sobretudo a masculina - e substituíam os líderes por chefes mais leais ao governo português. Criou-se um ambiente de terror constante em que a obediência era garantida pelo receio das armas.

Apesar de a Coroa recomendar governos pacíficos, as guerras estiveram sempre presentes nos orçamentos coloniais. A supremacia militar europeia na África foi questionada por John Thornton, que afirmou que os portugueses tiveram que combinar táticas, estratégias e armas africanas com as europeias, criando uma “nova arte da guerra em Angola”, que foi adotada por ambos os lados do conflito. As guerras angolanas foram lutadas por africanos contra outros africanos. Os portugueses eram poucos e inexperientes nos negócios da guerra pelo sertão angolano. Os brancos que iam lutar em Angola não resistiam às intempéries do clima, morriam rapidamente ou, se enviados para o campo de batalha, desertavam e fugiam. Os exércitos portugueses em Angola eram largamente uma força africana sob sua própria estrutura de comando, com europeus simplesmente servindo como generais. A “guerra preta” foi essencial para que Portugal conseguisse submeter os sobas e prosseguir com a conquista territorial, pois agregava pessoas que conheciam a geografia local, sabiam como se comportar nas densas matas e como manusear e se defender das principais armas usadas pelos africanos. Mas ao mesmo tempo, a dependência da “guerra preta” deixava os portugueses em situação vulnerável, pois muitos negros desertavam ou recusavam-se a cooperar bem no meio das batalhas.

Para garantir êxito nas operações militares e aumentar o fluxo de escravos, alguns governadores portugueses se aliaram a bandos Jagas, guerreiros nômades que viviam de saques e razias às comunidades Mbundo. Estes combatentes haviam se desprendido das linhagens de origem e passaram a se organizar em kilombos, acampamentos militares que se deslocavam segundo as necessidades do grupo. Por serem arduamente treinados nas artes militares, governadores portugueses perceberam que eles poderiam ser úteis para o comércio de escravos. Os mandatos de Manuel Cerveira Pereira, Bento Banha Cardoso, Manuel Pereira Forjaz e Luiz Mendes de Vaconcelos (que juntos governaram de 1603 a 1621) foram marcados pela ampla utilização dos Jagas como mercenários nas guerras de escravização dos povos Mbundo. Alguns

bandos foram estimulados pelos portugueses a atacar vilarejos e aprisionar a população em troca de armas e bebidas, o que gerou milhares de escravos para o comércio transatlântico. Miller afirmou que a conquista portuguesa só ocorreu, ainda que parcialmente, devido ao apoio dos Jagas. Em tempos pacíficos, estes guerreiros capturavam os agricultores locais para serem vendidos como escravos e, em tempos de guerra oficialmente declarada, juntavam-se às expedições portuguesas. Havia uma relação de complementaridade entre os interesses Jagas e portugueses: enquanto os primeiros preferiam guardar os rapazes mais novos ainda não submetidos à circuncisão das linhagens para serem iniciados nos rituais dos kilombos, os portugueses se interessavam por homens e mulheres adultos para serem escravizados na América. Em consequência da parceria econômico-militar entre portugueses e Jagas, um grande empório de escravos se desenvolveu nas proximidades do médio Lukala. Como os bandos guerreiros conseguiam capturar mais escravos do que era absorvido pelos canais oficiais do governo, paralelamente desenvolveu-se um sistema ilegal do tráfico em benefício dos próprios governadores, que desviaram os lucros exorbitantes para o enriquecimento pessoal. A aliança entre o governo português e Jagas gerou uma contradição no sistema colonial, pois muitos sobas invadidos ficavam incapacitados de saldarem o tributo em escravos exigidos pela Coroa.

Em 1617, Luiz Mendes de Vasconcelos foi escolhido para governar Angola, com objetivo de regulamentar o comércio de escravos e reverter para a Coroa os impostos de exportação, mas a sucessão no trono do Ndongo naquele mesmo ano lhe pareceu o momento propício para subjugar Ngola Mbandi- recém-entronado- e dominar o reino. Em seu plano inicial, Vasconcelos propunha o uso das táticas tradicionais europeias para vencer estas guerras e denunciava o uso dos Jagas, que haviam sido utilizados como “cães farejadores” para transformar injustamente os habitantes locais em escravos. Mas rapidamente percebeu que a extraordinária força militar que eles conseguiam mobilizar poderia lhe ser útil para ameaçar o Ngola. A construção do forte de Ambaca, muito próximo à capital Cabaça, levou a guerra contra o Ndongo em 1617. Para atacar o Ngola, Luiz Mendes de Vasconcelos contou com o expressivo apoio dos bandos dos Jagas Caza Cangola, Donga e Cassanje, mas as alianças com os Jagas eram flutuantes e guiadas mais por seus interesses momentâneos do que por laços de fidelidade. Em diversos momentos, os mesmos líderes que serviam aos portugueses os atacavam em batalhas posteriores. O poderoso Jaga Cassanje, após invadir o Ndongo, recusou-se a abandonar as terras por ele ocupadas e passou a ser considerado um dos principais inimigos dos portugueses.

Ngola Mbandi foi derrotado e se refugiou na ilha de Kindonga, no Kwanza. Quando João Correia de Souza assumiu o governo de Angola em 1621, encontrou a conquista em situação deplorável, com as feiras paralisadas e os sobas insubmissos. Procurou Ngola Mbandi para

acertar a paz e retirar o Jaga Cassanje do território ocupado, pois este estava impedindo a reorganização do comércio, recusava-se a vender “peças” e constantemente atacava as caravanas que por ali passavam. Ngola Mbandi, por sua vez, também sofria com a presença de Jaga Cassanje, pois perdera grande parte de seu território.

### **Nzinga Mbandi contra a os portugueses**

Para negociar a paz com os portugueses, Ngola Mbandi mandou em 1622 uma embaixada a Luanda, comandada por sua irmã mais velha, Nzinga Mbandi. Na ocasião, Nzinga firmou um tratado que estabelecia a expulsão do Jaga Cassanje e a saída dos portugueses de Ambaca. Nzinga foi batizada pelo governador e recebeu o nome de Anna de Sousa. Entretanto, o acordo não foi cumprido e Ngola Mbandi morreu desgostoso na ilha de Kindonga em 1624.

Nzinga Mbandi se apoderou das insígnias de poder e após assassinar seu sobrinho - o herdeiro legítimo - assumiu o reino do Ndongo, em um cenário político conturbado, dilacerado pelas sucessivas guerras.

Era grande o fluxo de pessoas que fugiam de seus territórios de origem e buscavam proteção em outras partes e neste contexto de intensa mobilidade, levas de escravos fugiam de seus senhores e buscavam proteção junto a Nzinga. A grande fuga de escravos para o junto de Nzinga passou a preocupar o governador, sobretudo porque a maioria eram kimbares- escravos ou forros entregues pelos sobas para servirem como soldados a favor dos portugueses de acordo com os tratados de vassalagem e atuavam principalmente na defesa dos presídios. Uma vez que os kimbares eram militarmente treinados, a fuga para as fileiras de Nzinga significou grande fortalecimento de seu exército e, ao mesmo tempo, representou a perda do contingente militar português e seu conseqüente enfraquecimento. Heintze pensa a fuga de escravos como a forma mais significativa e eficaz de resistência, que levaria à liberdade real dos indivíduos aprisionados .

Muitos sobas já avassalados passaram a apoiar Nzinga e romperam os laços com os portugueses. Ela soube se aproveitar de outros conflitos na África Central e atraiu os sobas descontentes com a colonização portuguesa para sua frente de resistência, por exemplo o poderoso soba Ambuíla (Mbwila), que se negava a pagar tributos aos portugueses. Como Nzinga se recusava a devolver os fugitivos sem que antes se cumprisse o acordo de 1622, o governador Fernão de Souza, em 1626, arquitetou um golpe político, destituindo-a do trono do Ndongo e proclamando um novo rei, Are a Kiluanje.

Nzinga tentou, através da via diplomática, impedir o apoio a Are a Kiluanje, que era formalmente um súdito seu. Enviou comitivas a Ambaca e a Luanda a fim de anular o acordo de

vassalagem de Are a Kiluanje e propôs seu exílio, prometeu obediência ao rei de Espanha, se dizendo cristã, e reafirmou seu desejo de paz e sua disposição para negociações. Ao mesmo tempo, Nzinga se fortificou na ilha de Kindonga e intensificou a propaganda anti-lusitana, agregando em torno de si muitos sobas da região do Kwanza, como os sobas do Musseque e da Quissama, que já estavam levantados contra os portugueses. Em uma demonstração de forças, Nzinga atacou uma comitiva de Are a Kiluanje quando esta saía da fortaleza de Ambaca, matando três portugueses e prendendo outros seis. Este ataque foi a justificativa que faltava ao governo português para declarar guerra justa contra ela, que passou a ser considerada a principal inimiga dos portugueses em Angola. Fernão de Souza deu ordens ao capitão-mor Bento Banha Cardoso para travar combate contra Nzinga nas ilhas do Kwanza. O ano de 1626 foi marcado por intensa perseguição, da qual conseguiu escapar movendo-se sorrateiramente de uma ilha a outra, enganando os inimigos. Nzinga fugiu para a Tunda (Libolo) onde consagrou a união com o bando do Jaga Caza e assumiu o título feminino mais importante na hierarquia do kilombo, o de tembanza, responsável pelos rituais de invencibilidade dos Jagas, que remetia à lendária rainha guerreira Temba Ndumba.

Destacamos que, ao se unir aos Jagas, Nzinga passou a contar com grande número de guerreiros bem treinados e altamente organizados, como prescrevia a hierarquia do kilombo, e assim aumentou significativamente seu poder bélico e garantiu sua segurança para se movimentar. Acreditamos que lutar ao lado de Nzinga imprimiu consciência política a estes bandos guerreiros que, em momentos anteriores, viviam vagando sem se prenderem a linhagens, roubando comidas e pessoas. Ao colocarem seus kilombos- “máquinas de guerra” - à disposição de Nzinga, passaram a compor a frente de resistência contra a ameaça estrangeira, encontrando uma razão de ser e guerrear muito maior do que o aprisionamento de Mbundos.

Na liderança do bando do Jaga Caza, Nzinga percorreu grande parte do território do Ndongo agregando milhares de pessoas em sua luta contra a presença portuguesa. Nzinga e os bandos Jagas por ela liderados atacavam sistematicamente as feiras de Pungo Ndongo (a nova capital do reino) e de Ndala Kisua, na região do Mbondo. Em 1628, Nzinga e o Jaga Caza retornaram às ilhas do Kwanza onde reuniram enorme batalhão. Mas ao mesmo tempo, tentavam atuar diplomaticamente a fim de anular o apoio português a seu rival Ngola Are, que assumiu o trono do Ndongo depois da morte de Are a Kiluanje e era declarado como filho de uma escrava.

Após a separação do Jaga Caza, Nzinga continuou exercendo papel de liderança nos bandos Jagas. Em maio de 1629, o kilombo de Nzinga foi invadido e ela fugiu de forma impressionante pela Quina Quineni, descendo um desfiladeiro amarrada em cipós. Depois desta



admirável fuga, declarada como sua segunda expulsão do Ndongo, Nzinga foi para o Songo e buscou proteção junto ao Jaga Cassanje, seu antigo rival e grande inimigo dos portugueses.

A aliança com o poderoso Jaga Cassanje lhe deu forças para conseguir, por volta de 1630, conquistar o reino de Matamba, tradicionalmente governado por mulheres. Em Matamba, Nzinga assumiu o título central e formatou um estado inteiramente novo, calcado nas instituições Jagas. Dali, montou um forte comando contra a colonização portuguesa na região e agregou vários sobas descontentes em uma grande confederação, cujo principal objetivo era minar a presença lusa em Angola.

A chegada dos holandeses em Luanda, em 1641, foi vista por Nzinga como uma oportunidade de conseguir aliados estrangeiros para sua luta anti-lusitana. Formou-se uma rota ligando Matamba a Luanda, pela qual Nzinga recebeu muitas armas de fogo e pólvora. Uma tríplice aliança contra os portugueses foi formada neste período, congregando os reinos de Matamba, Congo e Cassanje, que atuou até a expulsão dos holandeses em 1648.

### **Conclusões**

Talvez seja “romântico” afirmar que Nzinga travou uma luta contra a comercialização de pessoas. Em um contexto em que a moeda corrente em Angola era o escravo e que a escravidão já era, há muito, instituída, parece falta de realismo afirmar que Nzinga tentou impedir o comércio negreiro. Mas sem querer idealizar esta personagem, defendemos a ideia de que Nzinga Mbandi contribuiu para a diminuição do tráfico negreiro, pelo menos no período em que se acirrou a rivalidade contra os portugueses, entre 1624-1641. Talvez não fosse uma luta ideológica contra a escravidão, provavelmente não era e é difícil supor que isto fosse possível em pleno século XVII, mas suas ações acabaram por ter esta consequência.

Primeiramente, ao conceder asilo aos escravos fugidos, Nzinga contribuiu para aumentar a esperança de liberdade. Sob sua proteção, esses indivíduos conseguiram se libertar do jugo da escravidão imposta pelos portugueses. Nota-se que não foram poucos, “mas senzalas inteiras” que fugiam para junto de Nzinga. Entendemos isto como uma movimentação anti-escravatura que ocorreu de forma maciça em Angola no século XVII.

Outra forma de atuar contra a expansão do comércio de escravos foi o impedimento das feiras, que Nzinga atacava de forma sistemática, principalmente nas décadas de 1620-1640. A feira de Ndala Kisua foi a principal aposta portuguesa de retomar o comércio- principalmente de escravos- no interior, mas Nzinga em diversas investidas conseguiu paralisar as atividades ali. Nesta articulação, o Jaga Kalunga Kakwanza bloqueava a rota do Mbondo, provocando a

imediate diminuição dos escravos que eram outrora encaminhados para Luanda . O isolamento do Mbondo aos comerciantes de Luanda, provocado pelas ofensivas de Nzinga, afetou drasticamente o tráfico transatlântico. Em 1627, depois de sofrer vários ataques dos guerreiros de Nzinga, determinou-se o fechamento da feira de Ndala Kisua. A feira de Pungo-a-Ndongo, onde residia o novo rei Ngola Are, também foi diversas vezes atacada por Nzinga e pelos Jagas sob seu comando, principalmente enquanto travava a ferrenha luta contra o soberano instituído, entre os anos de 1624 a 1631 .

Não apenas Nzinga combatia a organização do comércio de escravos: ainda em 1611, os sobas do Lumbo atacaram as feiras realizadas em Ango , obrigando os portugueses, sob o comando de Bento Banha Cardoso, a criarem o presídio do mesmo nome para se protegerem e garantirem o funcionamento da feira. Os habitantes da Quissama, desde o início da presença portuguesa na região, impediam a navegação no rio Kwanza - a principal via de acesso dos escravos à Luanda- desarticulando assim a malha que sustentava o comércio negreiro. O Ndembo Ambuila, com o apoio de importantes chefes do norte do Ndongo, como Kakulo Kakabonda e Kiluanje Kakango, também conseguiu interditar a feira que era realizada em Ambuila após o ataque português em 1626 que visava tomar posse das minas de cobre da Mbamba .

Pensamos que o grande êxito de Nzinga tenha sido justamente unir todos estes chefes descontentes com a presença portuguesa em uma grande confederação. Ela conseguiu agregar o mani Congo, os sobas da Quissama, do Lumbo, do Libolo, dos Songo e alguns sobas do Kwanza em torno de sua campanha contra os portugueses. Assim, ela se tornou uma referência política para além das fronteiras de seu antigo reino, tornou-se uma liderança que atuava em diversos territórios da África centro-ocidental, levantando a bandeira de luta contra a presença portuguesa.

Se sua luta não era diretamente contra o tráfico de escravos, indiretamente ela atingiu este objetivo, atacando a principal motivação da presença portuguesa em Angola, que era justamente o comércio de escravos. Tanto que Fernão de Sousa, no término de seu mandato, justificou-se pelo fracasso econômico da colônia, alegando que não havia feiras porque Nzinga sempre as desfazia e as constantes guerras que se fazia contra ela dificultavam a organização do comércio .

Nzinga também conseguiu desarticular a cobrança dos baculamentos e prejudicar assim a colonização portuguesa. Em 1625, organizou diversos ataques militares impedindo que os sobas saldassem os pagamentos. Fernão de Sousa registrou que muitos sobas se negavam a pagar os tributos e passaram para o lado de Nzinga, prejudicando consideravelmente a receita portuguesa. Temendo perder todos os sobas aliados para as fileiras de Nzinga, o governador recomendava suavidade nas cobranças. Lembrando que os baculamentos eram pagos, na maioria das vezes, em

“peças da Índia”, podemos afirmar que a atuação militar de Nzinga impediu que centenas de pessoas fossem dadas como escravas aos portugueses.

O sucessor de Fernão de Sousa, Manuel Pereira Coutinho, noticiou ao rei que a guerra entre Nzinga e Ngola Are pelo reino do Ndongo levava a insubmissão de muitos sobas e a fuga de outros tantos deixava as terras desertas, sem “haver trato e comércio por estarem os caminhos tapados e impedidos”. O governador lamentava que os partidários de Nzinga faziam o que queriam, assaltando até os presídios portugueses.

Alguns historiadores destacaram as atividades de Nzinga enquanto colaboradora do tráfico negreiro, principalmente durante a invasão holandesa (1641-1648), em que Matamba, sob seu domínio, passou a ser o maior exportador de escravos da região. De fato, não se pode negar o envolvimento de Nzinga com esta atividade, a mais lucrativa na época, que lhe garantiu o acesso a mercadorias disputadas, como armas de fogo e munições. Mas discordo do posicionamento de Miller, que parece querer acusá-la de ser uma das principais agentes deste tráfico, anulando sua ação contrária ao comércio de escravos. Se por um lado, não devemos romantizar a personagem, também não podemos responsabilizá-la pelas maiores atrocidades que ocorreram em sua época. Culpar os africanos pela existência do tráfico parece ser uma opção que tende a eximir os europeus do papel que tiveram na articulação da escravidão atlântica.

Nzinga Mbandi, ao longo de sua trajetória política, desempenhou múltiplos papéis, que poderiam ser considerados contraditórios, mas que, se analisados no contexto político no Ndongo do século XVII, revelam a sua luta pelo poder e para manter os povos que a ela iam se agregando livres do jugo colonial.

Nzinga Mbandi é um exemplo de como as autoridades africanas não aceitaram a nova realidade imposta pela colonização europeia, ao contrário, sua atuação política e militar mostra como os chefes centro-africanos lutaram contra a presença estrangeira e como buscaram desarticular a principal atividade econômica: o comércio transatlântico de escravos.

Recebido em: 20/11/2013

Aceito em: 26/03/2014

## A Igreja Católica e o golpe civil militar de 1964: novas abordagens

**Renato Torres Anacleto Rosa**

Mestrando em História Comparada

Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ

[renato.torres13@gmail.com](mailto:renato.torres13@gmail.com)

**RESUMO:** O presente artigo tem por escopo examinar os posicionamentos da Igreja Católica frente ao golpe civil militar instaurado no Brasil a partir de 1964. Tendo como parâmetro a premissa de Antonio Gramsci, de que toda instituição religiosa é multicelular e que traz dentro de si inúmeras tendências culturais e políticas, examinaremos, em particular, as posições da hierarquia da Igreja, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB e de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e principal líder da ala “progressista”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Golpe civil militar, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, Dom Helder Câmara.

**ABSTRACT:** This article intends to reflect about the positions of the Catholic Church to the Civil-military coup d'état ocured in Brazil in 1964. The premises of Antonio Gramsci about the differences in each religion will support our deal in this work. Thus, we will examine the positions of National Conference of Bisphos of Brazil- CNBB and Bishop Helder Câmara, archbishop of Olinda e Recife and lider of brasilian progressist church.

**KEYWORDS:** Civil military coup, National Conference of bishops of Brazil-CNBB, Bishop Helder Câmara.

No limiar da década de 1960, o Brasil viveu um momento de grande ebulição política e cultural. Num clima mundial de guerra fria, onde os sistemas capitalista e comunista se antagonizavam, a América Latina não ficou imune a essa efervescência. A partir de 1959 essa região vive um novo período em sua história. A Revolução Cubana pôs fim à ditadura de Fulgêncio Batista instaurando, em 1961, um governo socialista.

No Brasil, as tensões durante o governo de Jânio Quadros (1961) e principalmente com de João Goulart (1961-1964) marcaram a emergência de novos movimentos sociais que iam de encontro às aspirações de Jango, cujos discursos pautavam-se em temas como reforma agrária e distribuição de renda. A oposição a Jango começou desde a sua posse, sendo o mesmo empossado a partir de um arranjo político do “Parlamentarismo”, que limitava os poderes do então presidente gaúcho. Com efeito, os adversários de Jango, o empresariado, a hierarquia da Igreja e jornais como o “Correio Brasiliense”, viam no presidente um sinônimo de comunismo.

Assim, a partir desse momento, a história brasileira viveu um momento forte de anti-comunismo.<sup>247</sup>

O Clímax desse novo momento político ocorreu num comício realizado a 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro, onde Jango prometeu aos trabalhadores o aprofundamento das reformas iniciadas em seu governo. Calcula-se que 100 mil pessoas estiveram presentes nesse comício. Em resposta ao presidente, os grupos conservadores liderados pela “Campanha da mulher pela democracia”- CAMDE organizaram, no dia 19 do mesmo mês, dia do padroeiro da família, São José, uma passeata nas ruas de São Paulo, a chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, a qual contou com a presença de setores da Igreja como padres e leigos, e parte do empresariado. Assim, o conservadorismo paulista respondia a Jango: “Tá na hora de Jango ir embora”, “vermelho bom só batom”.<sup>248</sup> Ademais, inúmeros grupos exibiam faixas pedindo a intervenção militar no sentido de afastar o país da desordem e do comunismo.<sup>249</sup> Nesse sentido, conforme Dias <sup>250</sup>, “o golpe foi um ato de força e de consenso. Os acontecimentos que o precederam tornaram-se símbolos da participação civil e da politização de uma sociedade dividida”.

Nesse mister, além de darmos realce à participação civil no Golpe, concordamos com a interpretação de Delgado<sup>251</sup>, na qual ressalta que o Golpe civil-militar surgiu como uma prevenção contra possíveis avanços do socialismo no Brasil, a partir do receio da Igreja Católica frente ao desenvolvimento dos movimentos sociais e grupos de esquerdas surgidos na década de 1950 e 1960.

Com efeito, em 15 de abril de 1964, após um curto período onde a junta militar governou o Brasil, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco estava empossado como presidente da República. Pertenceu ao grupo da Sorbonne, cujos oficiais eram ligados à Escola Superior de Guerra (ESG).

---

<sup>247</sup> PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 64. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A Construção Social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 71.

<sup>248</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 49.

<sup>249</sup> PRESOT, Aline. *Celebrando a “Revolução”*, p. 72.

<sup>250</sup> DIAS, Luiz Antônio. Em defesa da ordem. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. “Golpe de 1964: militares e civis na trama de 1964?”. Rio de Janeiro. Ano 7, n. 83. Agosto de 2012.

<sup>251</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: MOTTA, Rodrigo, REIS, Daniel Aarão e RIDENTI, Marcelo. *O Golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP. Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2004.

Com o apoio de instituições como o IPES<sup>252</sup> - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, dos jornais “Correio da Manhã”, e “O jornal do Brasil”<sup>253</sup>, e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, os militares instauraram o Regime Militar. Com relação ao IPES, “oculto sob a forma de caráter educativo, na verdade exerceu um papel político-militar e ideológico no sentido de legitimar o Golpe recém-instaurado”<sup>254</sup>. No caso da CNBB, mostrou-se favorável do Golpe, vendo nele o sepultamento de seu maior inimigo: o comunismo. Em uma reunião da Comissão Central, realizada entre 27 e 29 de maio de 1964, vinte seis bispos cardeais e arcebispos trazem à tona seu apoio à “Revolução”. Vejamos a declaração citada por Rollemberg<sup>255</sup>:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder, as Forças armadas acudiram em tempo e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Providência divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável.

A declaração prossegue:

De uma à outra extremidade da pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente.

Cabe sublinhar que esta reunião da CNBB foi marcada pela divisão entre os bispos, havendo inclusive, dois textos diferentes para a constituição da declaração, um elaborado pelo ultraconservador Dom Geraldo Sigaud, bispo de Diamantina-MG e outro de Dom Hélder Câmara, Arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife. Como não houve acordo, as duas propostas foram englobadas numa só declaração, a primeira parte transcrita acima, que louva a Deus e aos militares por terem dado cabo ao perigoso governo de Goulart, evidentemente é de Dom Sigaud, a outra parte que já apontava os excessos dos militares é de D. Hélder: “Não nos curvamos, porém, às injunções de política partidária, nem às pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendam por acaso, silenciar a nossa voz em favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça [...] na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e

<sup>252</sup> O IPES foi criado em 1962, reunindo a elite empresarial brasileira. Atuava como um centro educacional, onde ministrava cursos sobre Estudos Sociais. O IPES cedeu inúmeros dossiês de civis para Golbery Couto e Silva, diretor do Serviço Nacional de Informações, SNI.

<sup>253</sup> Os referidos jornais, às vésperas do Golpe, lançaram notas pedindo a deposição de João Goulart. FERREIRA, Jorge. Não à guerra civil. In: Revista de História da Biblioteca Nacional: Golpe de 1964: militares e civis na trama de 1964. Rio de Janeiro. Ano 7, n. 83. Agosto de 2012, p. 25.

<sup>254</sup> FERRARINE, Sebastião Antônio. *A imprensa e o arcebispo vermelho*. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 69.

<sup>255</sup> ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. *A Construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 53.

democráticas”<sup>256</sup>, apesar do constante na parte escrita por Dom Hélder ser discordante do conteúdo da parte de D. Sigaud, no seu essencial, a declaração apoia o golpe.

O padre também interpreta que a declaração apoia a “revolução” e ainda agradece aos militares por seu feito, onde a liderança da Igreja mostrava-se aliviada por ter sido espantado o eminente perigo de um governo de tendências esquerdistas, cujos agradecimentos a todos os setores, nacionais e internacionais, que apoiaram o golpe: “e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente”<sup>257</sup>.

Com efeito, é preciso reiterar como o tema do afastamento do comunismo permeia toda a declaração sobre esse novo momento da História nacional, indo de encontro aos princípios da “Doutrina de Segurança Nacional”, que também via no comunismo o seu principal inimigo. Essa doutrina teve como inspiração o modelo estadunidense, sendo criada em tempos de Guerra Fria, cujo objetivo, no Brasil, era de criar uma nação forte repudiando, com efeito, os críticos do regime. Segundo observou Nilson Borges<sup>258</sup>: “a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais”. Ademais, a posição da hierarquia da Igreja nessa conjuntura reiterou as repostas contrárias ao comunismo em grande parte da história, principalmente na Era Vargas (1930-1945), em virtude de associá-lo não somente à “desordem”, mas também ao ateísmo.

Versar sobre a relação da Igreja Católica com o Golpe implica em conceber a Igreja como um corpo de variadas tendências ideológicas. Em outros termos, pensar essa instituição como um corpo contraditório em si, à luz dos diversos discursos que possui entre si. Nessa linha de raciocínio, Antonio Gramsci<sup>259</sup> escreveu:

Cada religião, mesmo a católica (ou melhor, especialmente a católica, primeiramente pelos seus esforços em permanecer unitária “superficialmente” para não se despedaçar em igrejas nacionais e em estratificações sociais) é na realidade uma multiplicidade de religiões distintas e muitas vezes contraditórias: há um catolicismo dos camponeses, um catolicismo dos pequenos burgueses e operários da cidade, um catolicismo de mulheres e um catolicismo de intelectuais, também ele variado e desconexo.

Por conseguinte, ancorados nessa fala de Gramsci, não houve unanimidade dentro da Igreja no pós-Golpe, sendo o clero dividido entre tendências mais conservadoras lideradas por

<sup>256</sup> CASTRO, Marcos de. *64: Igreja x Estado*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984, p. 88 e 89.

<sup>257</sup> \_\_\_\_\_. *64: Igreja x Estado*, p. 88 e 89.

<sup>258</sup> BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.) *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 24.

<sup>259</sup> GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 48.

Dom Agnelo Rossi, Arcebispo de São Paulo, apoiando a intervenção das Forças Armadas, e de outro lado, a figura de Dom Helder Câmara, que, de início, se manteve numa posição de neutralidade, não dando apoio, nem se comprometendo com vencedores e vencidos. Com relação ao arcebispo de São Paulo estava ligado à linha tradicional procurando “manter um equilíbrio e, dessa maneira, era avesso a inovações e a controvérsias. O cardeal, como era de costume, muitas vezes, em ocasiões públicas, encontrava-se com militares e líderes civis do governo”.<sup>260</sup>

Com efeito, ainda conforme Bruneau, essas ações do cardeal Rossi mostram que o arcebispo de São Paulo estava muito preocupado com a ordem e a boa imagem da instituição do que com a justiça social.<sup>261</sup>

No tocante a Dom Helder Câmara,<sup>262</sup> foi um dos personagens de maior realce da História eclesiástica contemporânea. Câmara ganhou projeção internacional quando era bispo auxiliar no Rio de Janeiro, a partir de sua articulação com o cardeal Giovanni Montini (futuro Sumo Pontífice Paulo VI) para a Organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, e da organização do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional de 1955, realizado em solo carioca. Esse reconhecimento internacional ganhou relevo a partir de 1964, em Recife, a partir de seus projetos de desenvolvimento humano. Com efeito, em 12 de abril Dom Helder estava empossado como arcebispo de Olinda e Recife.

Que conjuntura enfrentaria Dom Helder Câmara em seus primeiros momentos em Recife? Conforme observou Serbin<sup>263</sup>, Recife foi o cenário de maior violência pós-Golpe em 1964. As explicações para tal constatação centram-se na premissa de que essa região abrigou líderes vistos como perigosos, como Paulo Freire, educador e especialista em alfabetização, o governador de Pernambuco Miguel Arraes, o Superintendente da SUDENE, Celso Furtado e um ativista muito importante do Partido Comunista, Gregório Bezerra. Ademais, Pernambuco foi palco das ações das Ligas Camponesas, lideradas pelo advogado Francisco Julião.

Como fora visto, Dom Helder estava inserido numa região “problemática”, onde repressão, mortes e sequestros faziam parte do seu cotidiano.

---

<sup>260</sup> BRUNEAU, Thomas. *O Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974, p. 257.

<sup>261</sup> \_\_\_\_\_. *O Catolicismo brasileiro em época de transição*, p. 247.

<sup>262</sup> Nas linhas a seguir, alguns traços biográficos do arcebispo: Helder Pessoa Câmara nasceu em 1909, em Fortaleza, Ceará. Após a saída no seminário, na década de 1930, Câmara sentiu-se atraído pelo Integralismo, doutrina que tinha como inspiração o modelo do Fascismo italiano. Em 1936, o sacerdote é transferido para o Rio de Janeiro, onde foi convidado para ser Assistente Técnico de Educação do município. Em solo carioca, criou a “Cruzada São Sebastião”, com o objetivo de oferecer moradia aos favelados cariocas, um impulso inicial para a sua conversão aos pobres.

<sup>263</sup> SERBIN, P. Kenneth. *Diálogos na Sombra*: Bispos e militares, Tortura e Justiça social na Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 246.



Antes, porém, de adentrarmos nos primeiro discurso de Dom Helder em Recife, é mister analisarmos a influência do Concílio Vaticano II sobre a práxis do Arcebispo.

O Vaticano II, ocorrido entre 1962 e 1965, no pontificado de João XXIII, foi uma das mais proeminentes reformas da História da Igreja Católica nos seus dois mil anos de História. A principal questão que norteou as muitas transformações colocadas pelo conclave foi o tema do diálogo da Igreja com o mundo moderno<sup>264</sup>:

O Concílio Vaticano II reuniu em Roma mais de dois mil bispos e centenas de teólogos de todas as partes do mundo. Eles reformaram a doutrina e as estruturas, numa tentativa de tirar o catolicismo do mal-estar em que se encontrava desde o final da Segunda Guerra Mundial, e torna-lo relevante em um mundo moderno em rápida transformação. Por sua vez, a ênfase do Concílio na justiça social e nos direitos humanos impeliu os teólogos o clero e as freiras da América Latina a se aprofundarem no trabalho com a maioria empobrecida. Significativamente, o Vaticano II enfatizou o diálogo dentro da instituição e com outras fés e filosofias.

Além das reformas doutrinárias frente ao mundo moderno, a questão dos pobres foi outra temática de suma importância desenvolvida oficialmente pelo concílio. A esse respeito escreveu Maria Conceição Pinto de Góes<sup>265</sup>:

O Concílio Vaticano II, para muitos cristãos, levou a Igreja Católica a uma reafirmação da fé e da vida. Cristo habitado em cada pobre, em cada oprimido, em cada humilhado. Habitava na História. O Cristo no interior da História chamava aos homens de boa vontade por uma nova ressurreição. A ressurreição dar-se-ia com a libertação de todos os oprimidos da Terra.

Nesse contexto, vejamos a tônica do discurso de posse do arcebispo:

Quem sou eu e a quem estou falando ou desejando falar – um nordestino falando a nordestinos, com os olhos postos no Brasil, na América Latina e no mundo. Uma criatura humana que se considera irmão de fraqueza e de pecado dos homens de todas as raças e de todos os cantos do mundo. Um cristão se dirigindo a cristãos, mas de coração aberto, ecumenicamente, para os homens, de todos os credos e de todas as ideologias.<sup>266</sup>

Dom Helder Câmara continua:

Ninguém se escandalize quando me vir frequentando criaturas como indignas e pecadoras. Quem não é pecador? Nosso Senhor, acusado de andar com publicanos e almoçar com pecadores, respondeu que justamente os doentes é que precisam de médico. Ninguém se espante me vendo com criaturas tidas como envolventes ou perigosas, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, anti-revolucionárias ou revolucionárias [...] Minha porta e meu coração estão abertos a todos. Cristo morreu por todos os homens, a ninguém devo excluir do diálogo fraterno.

<sup>264</sup> \_\_\_\_\_. *Diálogos na Sombra*, p. 93.

<sup>265</sup> GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A Aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro: Revan, 1999, p. 263.

<sup>266</sup> COMBLIN, José; PINHEIRO, José e PUTRICK, Maria Bernarda. *Dom Helder: pastor e profeta*. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 118.

Como percebemos, a tônica do discurso de posse do arcebispo é voltada para duas questões principais: o seu envolvimento com os setores marginalizados, temática que veio de encontro com as diretrizes do Vaticano II; e da questão ecumênica, ou seja, de seu envolvimento com homens de todas as ideologias: religiosas e políticas. Paradoxalmente, Dom Helder Câmara não tece críticas nem louvores ao governo militar instaurado, a partir do Golpe de 1º de Abril. Por conseguinte, não houve uma contextualização de sua nomeação para a Arquidiocese de Olinda e Recife com a nova situação política do Brasil.

Ademais, Dom Helder Câmara e Castelo Branco tinham um laço afetivo, não havendo, com efeito, desentendimentos entre os dois: “Após ser empossado como presidente da República, o marechal Castelo Branco encontrou-se com Dom Helder Câmara em cujo rosto rolou uma lágrima quando lhe contou que sua mulher tinha o hábito de ouvir suas pregações”<sup>267</sup>. No dia 11 de abril de 1964, diante da Sé do Recife, onde acabara de ser sagrado arcebispo, Dom Helder advertiu: “Não confundamos a bela e indispensável noção de ordem, fim de todo o progresso humano, com contrafações suas, responsáveis pela manutenção de estruturas que todos reconhecem não podem ser mantidas”<sup>268</sup>.

Segundo ressaltaram Piletti e Praxedes<sup>269</sup>, havia um clima de diálogo entre a Arquidiocese de Recife e o IV Exército, cuja relação incentivou uma atuação conjunta:

O IV Exército chegou a autorizar Dom Helder a trabalhar pela reabertura das associações de bairros e dar continuidade ao trabalho social nas dioceses. A Aeronáutica às vezes também colaborava, com passagens aéreas. A Secretaria de Segurança Pública do Estado também ajudava “com enorme boa vontade” no esclarecimento dos casos de pessoas presas “injustamente”. Dom Helder retribuía o bom tratamento recebido pregando para os militares em suas datas comemorativas. Com o comandante da 7ª Região Militar, sediada em Recife, general Antônio Carlos Muricy, a relação era quase de “Lua de mel” e Dom Helder chegou a escrever em maio de 1964 que “o general Muricy está agindo como quem tem, regionalmente, a autoridade máxima e atuando como amigo de verdade. Graças a sua interferência decisiva, contornamos graves dificuldades”.

Todavia, no primeiro ano de aniversário do Golpe, as relações de Dom Helder com o regime começa a sofrer alterações. Em 1965, Dom Helder recusou-se a celebrar a missa concernente a essa comemoração. Esse ato foi visto como uma crítica simbólica do Arcebispo frente ao regime, pois em um ano de governo, Dom Helder presenciara atos de tortura e repressão como no caso do suplício do militante comunista Gregório Bezerra, e de Paulo Freire, ambos em Recife. Numa linha antagônica, bispos como Dom Agnello Rossi e Dom Eugênio de

<sup>267</sup> GASPARI, Elío. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 246.

<sup>268</sup> \_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. p. 246.

<sup>269</sup> PILETTI, Nelson e PRAXEDES, Walter. *Dom Helder Câmara: entre o poder e a profecia*. São Paulo: Ática, 1997, p. 404.

Araújo Sales, este último arcebispo do Rio de Janeiro, participaram dessa celebração mostrando que as relações entre Igreja e Estado eram harmoniosas.

No caso de Dom Helder, a partir de 1965 e principalmente 1966, começa a alterar seus discursos sobre os militares, discordando das detenções que estavam ocorrendo em nome da ordem e do desenvolvimento do país. Segundo observou Ivanir Rampon<sup>270</sup>: “O militares insistiam para ele que não visitasse os prisioneiros políticos, mas o pastor queria ouvir a todos os homens, independente de credo”.

A partir de 1966, Dom Helder formaliza o seu rompimento com o movimento político iniciado com o Golpe de 64. Nesse ano, o Arcebispo assinou o “Manifesto dos Bispos do Nordeste”<sup>271</sup>, documento da Ação Católica Operária -ACO que trazia à tona a situação socioeconômica dos trabalhadores rurais do nordeste e que mostrava a negligência do Estado frente às questões reivindicatórias dos trabalhadores. Assim o documento sublinha:

Ao ensejo de nossa reunião, queremos reafirmar nossa inteira solidariedade aos trabalhadores, especialmente àqueles que passam fome, sofrem pressões ou são vítimas de injustiças. Proclamamos com o Concílio que o trabalho supera em valor e em dignidade aos demais elementos da vida econômica e reconhecemos que não pode haver desenvolvimento ou promoção onde não se coloca o homem em primeiro lugar.<sup>272</sup>

Por fim, essa resistência da Igreja frente ao regime se consolidou quando, em 1968, o governo instaurou o “golpe dentro do golpe”, ou o Ato Institucional n.5, onde, como desdobramento do mesmo, o arcebispo de Olinda e Recife fora “silenciado” pelo governo, tendo seus discursos, juntamente com os da CNBB, se radicalizados e voltados para denúncia dos atos de tortura do governo militar brasileiro.

### **À guisa de conclusão.**

À luz do exposto, algumas palavras finais são necessárias. *A priori*, merece ressaltar que a premissa de Antonio Gramsci auxilia-nos a compreender as relações da Igreja Católica com o Golpe civil militar de 1964.

Essa premissa da heterogeneidade ideológica presente na religião católica, à luz dos inúmeros discursos que a Igreja apresenta, mostram-nos as complexidades na compreensão dos diálogos e confrontos supracitados. Com efeito, a própria divisão, mesmo dentro da hierarquia e nas tendências progressistas, lideradas por Dom Helder Câmara, e conservadoras, por Dom

<sup>270</sup> RAMPON, Ivanir Antonio. *O Caminho espiritual de Dom Helder Câmara*. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 97.

<sup>271</sup> Para consultar a lista dos bispos que assinaram o referido documento, consultar: CIRANO, Marcos. *Os Caminhos de Dom Helder Câmara: censura e perseguições: 1964-1980*. Recife-PE: Editora Guararapes, 1983, p. 19.

<sup>272</sup> \_\_\_\_\_. *Os Caminhos de Dom Helder Câmara*, p. 19.

Agnello Rossi, faz-nos repensar interpretações simplistas e binárias que negligenciam os paradoxos que norteiam as relações entre Estado e Igreja no pós-Golpe.

Outro ponto de destaque diz respeito às representações de Dom Helder Câmara frente ao Golpe. No ato do Golpe, o arcebispo de Olinda e Recife já possui em sua agenda o teor da justiça social e do trabalho com os setores marginalizados, à luz da influência do Concílio Vaticano II em sua prática político-pastoral. Paradoxalmente, as críticas do arcebispo ao Golpe não são imediatas: vão sofrendo contorno ao longo da década de 1960 e sendo legitimadas a partir da edição do Ato Institucional n.5, em dezembro de 1968. Com efeito, faz-se mister assinalarmos que novas pesquisas precisam ser realizadas no sentido de compreender as relações desse personagem emblemático com o Golpe de 1964 e o Regime militar instaurado em solo brasileiro.

Recebido em: 06/12/2013

Aceito em: 14/02/2014

## A mazorca comunista no banco dos réus: os processos de Eloar Guazzelli na Justiça Militar nos primeiros anos da ditadura civil-militar (1964-1968)

Dante Guimaraens Guazzelli

Doutorando em História pela UFRGS

[dante.guimaraens@gmail.com](mailto:dante.guimaraens@gmail.com)

**RESUMO:** Este artigo busca analisar a atuação do advogado Eloar Guazzelli em processos com conotação política que tramitaram na Justiça Militar entre 1964 e 1968. Estes processos são indícios da onda repressiva iniciada após o golpe e relacionam-se a fatos ocorridos nos primeiros anos da ditadura civil-militar. Após um levantamento teórico a respeito da atuação dos advogados na Justiça Militar durante a ditadura civil-militar se esboçará o perfil dos defendidos para, posteriormente, analisar alguns processos. Os processos analisados compõem o Acervo Eloar Guazzelli (AEG), no qual estão os processos em que ele trabalhou, e, atualmente, encontra-se sob a guarda da família.

**PALAVRAS-CHAVE:** Golpe de 1964, Ditadura Civil-Militar, Advogados.

**ABSTRACT:** This paper analyzes the performance of the lawyer Eloar Guazzelli in cases with political connotation that were processed in the Military Court between 1964 and 1968. These processes are evidence of the wave of repression started after the civil-military coup and relate to events that occurred in the early years of the civil-military dictatorship. After a theoretical survey about the role of lawyers the military courts during the civil-military dictatorship Brazil, will draft the profile of the defended to then analyze some processes. The analyzed processes compose the acquis Eloar Guazzelli (AEG), which are the processes in which he worked, and currently is in the custody of family

**KEYWORDS:** 1964 coup, Civil-Military Dictatorship, Lawyers.

Neste artigo analisarei a atuação do advogado Eloar Guazzelli em processos com conotação política que tramitaram na Justiça Militar entre 1964 e 1968, e que se relacionam a fatos ocorridos nos primeiros anos da ditadura civil-militar<sup>273</sup>. Esta periodização relaciona-se a mudanças ocorridas a partir de 1968, tanto no perfil dos defendidos quanto na estrutura da repressão judicial. Após um breve levantamento teórico sobre o assunto, esboçarei o perfil destes defendidos para, posteriormente, analisar alguns processos. Eloar Guazzelli foi um advogado gaúcho que, durante a ditadura civil-militar, especializou-se na defesa de presos políticos<sup>274</sup>. Esta

<sup>273</sup> Opto pela denominação “ditadura civil-militar” pois parto do ponto de vista de que este regime contou com a participação de civis que possibilitaram sua implantação e desenvolvimento. Denominar de “ditadura militar” é silenciar sobre esta participação civil. A atuação da Justiça Militar durante este período é representativa disto, já que nela sempre estavam presentes civis.

<sup>274</sup> Verbete Eloar Guazzelli. In: ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, pós 1930*. Vol. III, p. 2662.

atuação rendeu-lhe prestígio entre os opositores do regime, o que lhe proporcionou um mandato como deputado federal em 1978. Os processos analisados compõem o Acervo Eloar Guazzelli (AEG), que é composto por processos datados entre 1963, ano em que ele se transferiu para Porto Alegre, e 1994, ano de sua morte, e dá conta de trabalhos em diferentes áreas do Direito, havendo uma preponderância de defesas de Direito Criminal, no qual ele era tido como especialista<sup>275</sup>. Neste artigo me foco especificamente nos processos políticos que correram na Justiça Militar durante a ditadura civil-militar. Atualmente, o AEG encontra-se sob guarda da família do advogado, não estando em uma instituição arquivística; existe interesse por parte da família para que esta situação se modifique, ficando a disposição do público.

### **Os advogados e a Justiça Militar durante a ditadura civil-militar**

O grupo que tomou o poder em 1964 logo organizou um aparato repressivo para perseguir seus opositores. Dentro dele encontrava-se a Justiça Militar, estreitamente vinculada aos interesses do Estado. Isso merece reflexão, pois uma das funções do Direito é “estabelecer limites para o poder do Estado, criando distinção entre os três poderes” fiscalizando a aplicação da lei, o que implica autonomia frente aos outros poderes<sup>276</sup>. Esta autonomia é profundamente afetada no caso da Justiça Militar, já que ela estava atrelada aos interesses do Executivo.

Uma característica da ditadura civil-militar brasileira foi sua frequente preocupação com a legalidade, em um intuito de legitimar suas ações e de institucionalizar-se. Dentro desta lógica, o Judiciário é alvo de preocupação: Anthony Pereira afirma que a proporção de processados em crimes políticos nos tribunais para a de mortos pelo Estado pela mesma razão na ditadura brasileira é de 23/1, enquanto no Chile é de 1,5/1 e na Argentina é de 1/71<sup>277</sup>. Isto mostra que uma característica importante do caso brasileiro é sua relação com o Judiciário, em especial com a Justiça Militar. Assim, a repressão na ditadura brasileira utilizou-se muito do Judiciário e de um tipo especial de repressão, a repressão judicial.

A Justiça Militar no Brasil foi criada em 1808, com a vinda da família real, passando posteriormente por transformações<sup>278</sup>. Após diversas mudanças, em 1920, as primeiras instâncias

---

<sup>275</sup> Para mais informação sobre Eloar Guazzelli e o AEG ver GUAZZELLI, Dante Guimaraens. *A lei era a espada: a atuação do advogado Eloar Guazzelli na Justiça Militar (1964-1979)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre.

<sup>276</sup> MACIEL, Wilma Antunes. *O capitão Lamarca e a VPR: Repressão judicial no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 46-7.

<sup>277</sup> PEREIRA, Anthony W. Sistemas judiciais e repressão política na Brasil, Chile e Argentina. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida.(orgs.) *Desarquivando a Ditadura – memória e justiça no Brasil*. Vol. I. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2008, p. 206.

<sup>278</sup> Dados referentes à história da Justiça Militar extraídos de SILVA, Angela Moreira Domingues da. *Ditadura militar e justiça castrense no Brasil: espaço de legitimação política e contradições (1964-1985)*. Captado em <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abcd/Integra/Angela%20Moreira%2013-08-07.pdf> Acesso em: 10 set. 2008.

eram formadas pelas Auditorias Militares, e, em 1934, sua instância máxima passa a se chamar Superior Tribunal Militar (STM), integrando o Judiciário.

Segundo Angela Moreira Domingues da Silva, foi dada maior importância a esta corte a partir da República, sendo que notamos uma forte presença das questões políticas contemporâneas: “o tribunal castrense sempre foi palco de processos e decisões que refletiram a conjuntura político-social da época, seja através das suas instâncias regulares ou através dos tribunais especiais”.<sup>279</sup> Porém, o período em que ela terá maior importância será durante o regime militar.

O Ato Institucional de 9 de abril de 1964 é considerado como marco inicial da atuação da Justiça Militar neste período, e representou “a necessidade de institucionalizar um novo aparato que apoiasse a ‘revolução’”.<sup>280</sup> Através dele o Executivo foi investido “de um poder soberano e incontestável, rompendo o princípio da igualdade entre os três poderes”.<sup>281</sup> Este aparato, que permitiu a Operação Limpeza, dizia respeito a medidas punitivas que visavam os apoiadores do regime anterior.<sup>282</sup>

Dentro deste contexto, o Judiciário tinha uma posição paradoxal: ao mesmo tempo em que houve medidas de controle deste poder, tais como a suspensão de direitos de alguns de seus membros, ele preservava certa autonomia. Da mesma forma, o Ato impedia o Judiciário de “controlar o mérito de atos punitivos como a suspensão de direitos políticos e a cassação de mandatos legislativos pelos autoproclamados comandantes-em-chefe que assinavam o ato”.<sup>283</sup> é o caso dos Inquéritos Policiais-Militares (IPM), forma utilizada pelo novo regime para investigar e prender pessoas ligadas ao governo anterior, e que estava fora da alçada do Justiça.

Após a instauração do IPM, dava-se o início do processo judicial: isto ocorria, em geral, através da atuação dos advogados, que buscavam libertar os perseguidos via *habeas corpus*. Neste primeiro momento do regime, “o Judiciário exerceu um papel ativo no sistema político e interagiu complementar e contraditoriamente com as demais instituições – tanto as preservadas quanto

---

<sup>279</sup> SILVA, Angela Moreira Domingues da. *Ditadura militar e justiça castrense no Brasil*, p. 1

<sup>280</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 65.

<sup>281</sup> MATTOS, Marco Aurélio V. L. de. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN) 1969-1979*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2002, p. 14.

<sup>282</sup> PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 117.

<sup>283</sup> LEMOS, Renato. Poder Judiciário e poder militar, In: CASTRO, Celso; IZEECKSOHN, Vitor & KRAAY, Hendrik (org). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora Bom Texto, 2004, p. 427.

aquelas criadas pela ditadura –, contribuindo decisivamente para a determinação da conjuntura política”.<sup>284</sup> Tal característica do Judiciário, segundo Renato Lemos,

(...) tem a ver com a sua identificação ao problema da legitimidade e pode ser explicado pela tentativa, feita pelas correntes que exerciam a direção política, de combinar a formalidade de certas estruturas democráticas com práticas e inovações institucionais consideradas necessárias à implantação de um novo modo de dominação, escorado no fortalecimento do Executivo.<sup>285</sup>

Nesse momento, os crimes políticos eram da alçada da Justiça comum, tendo como primeira instância a Justiça comum estadual e, como segunda, o Supremo Tribunal Federal (STF), enquanto que cabiam à Justiça Militar crimes militares, de militares ou que diziam respeito à segurança externa do país, o que era previsto pela Constituição de 1946.

Pesquisas recentes, porém, mostram que isto não era seguido à risca: devido a ambiguidades dentro da legislação, havia a possibilidade destes crimes serem da apreciação da Justiça Militar<sup>286</sup>. Como aponta Angela Moreira Domingues da Silva, a justiça castrense passou a atuar em três frentes, como justiça da corporação – processando crimes militares –, como justiça do regime – julgando civis que foram alvo de IPM – e como justiça político-corporativa<sup>287</sup>. Esta última frente se refere a casos em que os réus são militares que eram punidos em razão de suas posições políticas.

Havia, desta forma, um quiproquó processual neste período, o que trazia transtornos para as pretensões repressoras do novo regime, uma vez que os advogados podiam recorrer tanto na Justiça Comum quanto na Militar. Não obstante, surgiram atritos entre o Judiciário e o Executivo, uma vez que ele ainda preservava certa independência, alternando decisões mais liberais com outras conservadoras. O objetivo principal de manter o Judiciário, além de dar uma fachada legítima, era de que se pudesse criar uma identificação entre o novo regime e o Judiciário. O fato de não ter havido tal identificação neste momento vai fazer com que tendências radicais governistas, a chamada “linha-dura”, tomem a frente e modifiquem a situação.

Estes atritos – unidos a outros, como as eleições estaduais de 1965 nas quais a situação obteve derrotas em estados como Minas Gerais e Guanabara – levaram a um novo Ato

<sup>284</sup> LEMOS, Renato. *Poder Judiciário e poder militar*, p. 419.

<sup>285</sup> LEMOS, Renato. *Poder Judiciário e poder militar*, p. 422-3.

<sup>286</sup> Isto pode ser verificado nos seguintes trabalhos: ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis aos tribunais: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009; SILVA, Ângela Moreira Domingues da. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2011.

<sup>287</sup> SILVA, Ângela Moreira Domingues da. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil*, p. 35.



Institucional, o número 2. Este almejava fortalecer novamente o Executivo e pode ser dividido em três tipos de medidas: “aquelas destinadas a controlar o Congresso Nacional, com o consequente fortalecimento do Executivo; as que visavam especialmente ao Judiciário; e as que deveriam controlar a representação política”.<sup>288</sup> Para as finalidades deste trabalho, irei me debruçar somente nas de segundo tipo.

Para limitar o Judiciário, o AI-2 previa modificações no STF, que teve seu número de Ministros alterado de 11 para 16, sendo os cinco novos escolhidos pelo Presidente, o que objetivava para o Executivo “garantir maioria em questões de interesse do Executivo”.<sup>289</sup> Além disso, o AI-2 afirmava que os crimes políticos só estariam sob jurisdição do STF se não fossem da alçada de Tribunais Militares.

O AI-2 também aumentou o número de Ministros do STM, sendo que houve uma importante modificação na composição desta corte. O STM era composto por civis e militares, havendo uma divisão de cadeiras para cada Arma. Este decreto aumentou o número de Ministros de 11 – 7 militares e 4 civis –, para 15 - 10 militares e 5 civis.

Com este Ato, foram transferidos para a Justiça Militar os crimes políticos, inclusive aqueles que já estivessem em tramitação na justiça comum. Este “era o começo de um aumento do raio de ação da Justiça Militar que só fará crescer com as constantes modificações nas leis de segurança nacional e nas constituições editadas nos anos de 1967 a 1969”.<sup>290</sup> Estas medidas representavam o interesse de setores mais radicais dos militares, a chamada “linha dura”, que estavam descontentes com a possibilidade de recursos e *habeas corpus* que haviam sido concedidos pelo STF.

Com estas mudanças nas atribuições da Justiça Militar, houve a necessidade de uma reformulação na legislação e na organização desta corte. A Justiça Militar estruturava-se “através das Circunscrições Judiciárias Militares (CJMs), cujos limites coincidem com a base territorial das Forças Armadas na área (Região Militar, Distrito Naval e Comando Aéreo Regional)”.<sup>291</sup> Dentro de cada Circunscrição funcionava uma Auditoria, com exceção das CJM de Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul que tinham mais de uma.

---

<sup>288</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil*, p. 111.

<sup>289</sup> \_\_\_\_\_. *Estado e Oposição no Brasil*, p. 112.

<sup>290</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. Justiça Militar, segurança nacional e tribunais de exceção. Trabalho apresentado NO 30º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS- GT08 – Forças Armadas, Estado e sociedade. De 24 a 28 de outubro de 2006, Caxambu, MG. Captado em: <http://cpdoc.fgv.br/projetos/cfa21/arqs/anpocs2006/103.pdf>. Acesso em: 10 set. 2008.

<sup>291</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 170.

Nas Auditorias Militares ocorriam os julgamentos militares e de crimes políticos em primeira instância. Com o fim do IPM, era apresentada a denúncia pelo Ministério Público Militar, representado pelo promotor, à Auditoria, representada pelo juiz auditor, ambos civis. Cada Auditoria era composta “por um auditor, um auditor substituto, um procurador, um advogado de ofício e os respectivos substitutos, um escrivão, dois escreventes, um oficial de justiça e demais auxiliares”.<sup>292</sup>

Depois de apresentada a denúncia ao juiz auditor, o réu era interrogado frente ao Conselho de Justiça. Havia três tipos de Conselhos de Justiça: os *Conselhos Especiais de Justiça* (CEJ), que processavam e julgavam oficiais – com a exceção de generais que eram da alçada do STM – e civis – após 1969 e em casos em que envolvessem a pena de morte –, e eram formados por quatro juízes militares, sendo que era presidido pelo de maior patente, e um juiz auditor civil; os *Conselhos Permanentes de Justiça* (CPJ) que tinham jurisdição sobre não oficiais e civis e eram constituídos por um auditor, um oficial de patente superior, como presidente, e três oficiais de patentes inferiores; e, por último, os *Conselhos de Justiça* (CJ), que eram formados em casos de insubordinação e deserção e eram estritamente militares, sendo formados por um capitão, que preside, e dois oficiais inferiores.

A segunda instância da Justiça Militar era o Superior Tribunal Militar, com a composição já descrita acima (15 ministros, sendo três vindos da Marinha, três da Aeronáutica, quatro do Exército e cinco civis). Até fevereiro de 1969 era permitido, nos crimes contra a Segurança Nacional, recorrer a uma terceira instância, o Supremo Tribunal Federal. Nesta data foi retirada esta possibilidade de recurso, que voltou em outubro do mesmo ano<sup>293</sup>. A permanência do STF como instância máxima desses casos demonstra que, de fato, a Justiça Militar era parte do Judiciário, fazendo da participação de civis nos processos algo intrínseco.

A institucionalização da repressão judicial foi expandida em 1967, com a promulgação de uma nova Constituição que “mantinha a supremacia do Executivo sobre o Judiciário e o Legislativo e dava-lhe o direito de intervir em estados e municípios e de planejar e executar ações para garantir a segurança nacional”<sup>294</sup>, e a da Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 314/67), que ampliava o conceito de crime político partindo de concepções vindas da Doutrina de

<sup>292</sup> ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis aos tribunais*, p. 46.

<sup>293</sup> Foi retirada a possibilidade de recurso ao STF no Ato Institucional nº 6, em 1º de fevereiro de 1969. Com a emenda constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, é restaurada esta possibilidade. SWENSSON Jr., Walter Cruz. *Os Limites da Liberdade: a atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento de crimes políticos durante o regime militar de 1964 (1964-1979)*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2006, p. 123-4.

<sup>294</sup> MATTOS, Marco Aurélio V. L. de. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN) 1969-1979*, p. 16.

Segurança Nacional (DSN)<sup>295</sup>. Até este momento os crimes políticos eram julgados com base na Lei 1.802/53, que não os definia como “crimes de segurança nacional” e sim como “crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social”.

Nos anos seguintes este aparato legal foi adaptado pelo Ato Institucional nº 5 – que, em 1968, acabou com a possibilidade de habeas corpus para crimes contra a Segurança Nacional –, pela Emenda Constitucional de 1969 – que, na prática, constituiria uma nova Carta – e pela Lei de Segurança Nacional de 1969 – mais rigorosa que a anterior. Em 1969 ainda foi editado pelo governo o Código Penal Militar (CPM), o Código de Processo Penal Militar (CPPM) e a Lei de Organização Judiciária Militar (LOJM), que previa os crimes cabíveis a Justiça Militar, regulava o andamento do processo e estruturava a Justiça Militar, respectivamente<sup>296</sup>.

Ao mesmo tempo, se comparada às ditaduras ocorridas na Argentina e no Chile, notamos que a Justiça Militar, no caso brasileiro, apresentava certa flexibilidade: havia a “existência de um ‘espaço judicial’, ainda que bastante limitado, no interior do regime”, o que permitia à defesa dos presos políticos alguma margem de manobra<sup>297</sup>. Este espaço de atuação era extremamente dificultado por “uma espécie de consenso civil-militar quanto aos processos e às suas sentenças” que “colocava obstáculos formidáveis à atuação dos advogados de defesa nos tribunais brasileiros”.<sup>298</sup> Além disso, a legislação brasileira era ampla e vaga, possibilitando o que Pereira denominou de “legalismo mágico”, isto é, havia uma profusão de leis que permitia que a qualquer momento um réu pudesse ser enquadrado em uma lei diferente.

Comparada às ditaduras nos países supracitados, a Justiça brasileira era a mais lenta e a mais pública, além de serem utilizados tribunais e leis já existentes<sup>299</sup>. Houve uma preocupação pelos golpistas em não substituir a ordem democrática, mesmo que só formalmente. Para Anthony Pereira, a ditadura brasileira utilizou-se tanto da repressão judicial porque podia fazer isso: aqui havia tribunais dispostos e confiáveis, o que não ocorreu na Argentina ou no Chile<sup>300</sup>.

---

<sup>295</sup> A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi desenvolvida dentro da Escola Superior de Guerra (ESG), e dizia que, dentro da ótica da Guerra Fria, a questão da segurança nacional referia-se mais ao inimigo interno do que ao externo. Desta forma, o Brasil, como um país alinhado aos interesses do bloco liderado pelos EUA, deveria focar na repressão de parcelas da população que iriam contra estes interesses.

<sup>296</sup> ALVES, Taíara Souto. *Dos quartéis aos tribunais*, p. 45.

<sup>297</sup> PEREIRA, Anthony W. O papel dos advogados de defesa na Justiça Militar Brasileira, 1964-1979: redefinindo o crime político. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: EduFSCar, 2006, p. 125.

<sup>298</sup> \_\_\_\_\_. *O papel dos advogados de defesa na Justiça Militar Brasileira*, p. 120.

<sup>299</sup> \_\_\_\_\_. *Sistemas judiciais e repressão política na Brasil, Chile e Argentina*, p. 204.

<sup>300</sup> \_\_\_\_\_. *Ditadura e Repressão*, p. 284.

Neste contexto insere-se o advogado, que exerce, como definiu Bourdieu, uma função de *mediação*<sup>301</sup>. O que se nota no caso dos advogados de presos políticos brasileiros é uma ampliação desta característica a outras esferas, como a afetiva e a política. Por exemplo, por terem acesso aos presos, após a fase de interrogatório e tortura, os advogados era uma ligação entre os presos e seus familiares<sup>302</sup>. Além disso, os defensores de presos políticos “serviram como interlocutores entre as autoridades do regime e seus opositores (a maioria jovens, às vezes armados), atuando como uma espécie de ‘oposição leal’ ao regime, quando esse papel estava extremamente cerceado aos representantes eleitos no Congresso Nacional”<sup>303</sup>. Percebe-se o cunho político que acaba assumindo a atuação do advogado, já que a defesa de presos políticos era vista como uma forma de opor-se à ditadura<sup>304</sup>.

O advogado dentro da Justiça Militar acabava tendo diversos obstáculos no seu ofício. Um desses obstáculos era o fato de ter uma doutrina e prática que concediam aos juízes a possibilidade de julgar não se baseando em provas judiciais, e podendo se utilizar de argumentação extrajudicial, tais como as ideias e valores dos réus<sup>305</sup>. Outro óbice para o trabalho da defesa era o fato do tribunal não se comportar de um modo triádico, com duas partes – defesa e acusação – e um juiz imparcial e neutro. O que acabava ocorrendo era que ela se comportava de forma diádica e inquisitorial, com os juízes e os promotores do mesmo lado<sup>306</sup>. Havia ainda a iminência de ataques por parte da repressão aos defensores. Muitas ameaças foram feitas aos advogados e suas famílias, além de sequestros e prisões que tiveram como alvo figuras de grande destaque, como o decano dos defensores de crimes políticos, Heráclito Sobral Pinto, e o grande jurista Heleno Fragoso, entre outros<sup>307</sup>.

Neste contexto, os advogados procediam através de uma argumentação que visava “tirar lascas do consenso sobre a lei de segurança nacional, conquistando o reconhecimento de alguns direitos para seus clientes e deslocando os limites das interpretações legais nos tribunais”, para

---

<sup>301</sup> “O campo judicial é o espaço social organizado no qual e pelo qual se opera a transmutação de um conflito directo entre partes directamente interessadas no debate juridicamente regulado entre profissionais que actuam pro procuração e que têm de comum o conhecer e o reconhecer da regra do jogo jurídico, quer dizer as leis escritas e não escritas do campo(...). Na definição que frequentemente tem sido dada, de Aristóteles a Kojève, do jurista como ‘terceiro mediador’, o essencial está na idéia de *mediação* (e não arbitragem)(...)”. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 229.

<sup>302</sup> ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de & WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARZ, Lília Moritz (org). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 4: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 340.

<sup>303</sup> \_\_\_\_\_. *O papel dos advogados de defesa na Justiça Militar Brasileira*, p. 124.

<sup>304</sup> ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de & WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau-de-arara*, p. 341.

<sup>305</sup> PEREIRA, Anthony W. *Sistemas judiciais e repressão política na Brasil, Chile e Argentina*, p. 215.

<sup>306</sup> \_\_\_\_\_. *Sistemas judiciais e repressão política na Brasil, Chile e Argentina*, p. 216.

<sup>307</sup> MARTINS, Paulo Emílio; MUNTEAL, Oswaldo; SÁ, Fernando (orgs). *Os advogados e a ditadura de 1964: A defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2010, p. 32-3, 51-2, 93-5.

assim empurrar a “justiça militar para um maior liberalismo”.<sup>308</sup> Ao mesmo tempo, eles não podiam nem proceder com muita agressividade nem com muita passividade, correndo o risco de alienar os juízes ou criar uma justificativa para uma pena mais rígida<sup>309</sup>.

Ao analisar as memórias de alguns advogados de presos políticos, nota-se que eles frisam que as argumentações da defesa em geral não eram políticas, e sim técnicas<sup>310</sup>, muitas vezes sendo feitas somente “intervenções discretas e sempre no proveito imediato do cliente”.<sup>311</sup> Pereira aponta para dois tipos de defesa nestes casos: a jurídica – que se baseava em elementos mais técnicos – e a mista – que inseria alguns elementos políticos. Apesar de procurar adequar suas estratégias ao tribunal em questão, na maioria dos casos optava-se pelo primeiro tipo. Esta linha de defesa derivava de duas questões: por um lado, uma defesa baseada na crítica da legitimidade do regime não traria bons resultados para seus clientes, e por outro, como afirma o advogado Marcello Alencar, havia uma percepção de que “os militares eram sensíveis à hierarquia das leis”.<sup>312</sup> Uma vez que muitas das denúncias eram mal formuladas, havia um espaço para a crítica da defesa.

Os advogados também se valiam de estratégias extrajurídicas. Um recurso era utilizar-se das contradições existentes dentro do sistema, que, por um lado, queria reprimir em nome da segurança nacional, e, por outro, tinha a preocupação de manter as aparências de legalidade. Assim, muitas vezes os advogados valiam-se de atritos existentes entre a Justiça Militar e o aparato repressivo<sup>313</sup>. Outro procedimento extrajurídico era buscar uma identificação com o juiz togado, que era civil e concursado, visto que muitas vezes os juízes militares acabavam seguindo a decisão dele<sup>314</sup>.

Os advogados também faziam uso de argumentos ligado ao imaginário anticomunista: eles tentavam desvincular o acusado não de ideias comunistas “mas principalmente das representações comuns que povoavam o imaginário anticomunista no Brasil desde princípios do século XX”. O defensor procurava “retratar o comunismo e os comunistas conforme o que se esperava ser a imagem que os Juízes faziam dessas ideias”.<sup>315</sup> Assim, a defesa buscava mostrar no cliente características que pensava serem tidas como corretas pelos Juízes, lançando mão de um

<sup>308</sup> PEREIRA, Anthony W. *O papel dos advogados de defesa na Justiça Militar Brasileira*, p. 120.

<sup>309</sup> \_\_\_\_\_. *Sistemas judiciais e repressão política na Brasil, Chile e Argentina*, p. 216.

<sup>310</sup> MARTINS, Paulo Emílio; MUNTEAL, Oswaldo; SÁ, Fernando (orgs). *Os advogados e a ditadura de 1964*, p. 138.

<sup>311</sup> BARANDIER, Antônio Carlos. *Relatos – um advogado na ditadura*. Rio de Janeiro: J. Di Giorgio, 1994, p. 19.

<sup>312</sup> MARTINS, Paulo Emílio; MUNTEAL, Oswaldo; SÁ, Fernando (orgs). *Os advogados e a ditadura de 1964*, p. 115.

<sup>313</sup> \_\_\_\_\_. *Os advogados e a ditadura de 1964*, p. 78-81.

<sup>314</sup> \_\_\_\_\_. *Os advogados e a ditadura de 1964*, p. 54.

<sup>315</sup> TORRES, Mateus Gamba. “*A Justiça nem ao Diabo se há de negar*”: A repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975-1978). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2009, p. 148.

discurso conservador como estratégia de defesa. Eles também utilizavam-se das imagens que os juízes e os tribunais tinham de si mesmos e do país<sup>316</sup>.

Partindo destes expedientes, os advogados “foram capazes de alterar os limites da interpretação jurídica com o passar do tempo, fazendo voltar atrás algumas das interpretações mais repressivas das leis de segurança nacional”.<sup>317</sup> Não houve na Argentina e no Chile a jurisprudência que houve no Brasil, na qual os advogados eram, em geral, bem sucedidos. Eloar Guazzelli comprova isso quando afirmava que só não havia conseguido a absolvição de 20 clientes<sup>318</sup>. Eles conseguiram obter diversas vitórias, obtendo direitos tais como o de ter opiniões contrárias ao regime e expressá-las em determinadas grupos, liberdade de expressão e possibilidade de criticar governantes, além de conseguirem provar que a mera posse de material tido como subversivo não consistia crime, sendo necessário comprovar a divulgação<sup>319</sup>.

Os advogados conseguiram

resultados concretos no sentido de ter poupado os presos de um tratamento que poderia ter sido pior. Além disso, criaram precedentes que permitiram aos advogados e aos que os apoiavam condenar de forma precisa e minuciosa a legalidade do regime autoritário. Eles, no entanto, não contribuíram muito para a revisão do sistema judicial na transição para a democracia.<sup>320</sup>

Por outro lado, esta “flexibilidade” por parte da Justiça Militar possibilitou a sua manutenção. Como afirma Pereira,

as próprias características do sistema de justiça militar que o tornavam flexível e sujeito à mudança de interpretação – oferecendo, assim, algum alívio aos prisioneiros políticos –, eram benéficas ao regime. Elas lhe permitiam coletar informações sobre opiniões existentes na sociedade, facilitavam a cooperação do sistema legal e abriam espaço para que o regime adaptasse suas leis de forma gradual (o Congresso controlado cumpria mais ou menos a mesma função). Embora flexíveis e maleáveis nas margens, as instituições da ordem legal brasileira eram também “rígidas” em relação a suas características essenciais.<sup>321</sup>

Tendo em mente estas características de flexibilidade nas bordas e rigidez no “núcleo”, pode-se esclarecer um pouco mais a transição brasileira.

Dos três casos [Chile, Argentina e Brasil, o último] (...) foi o que o que menos viveu justiça de transição após a transição democrática, em parte porque a legalidade autoritária – gradualista e conservadora – de seu regime militar envolveu a participação de boa parte do establishment jurídico e continuou a ser legitimada sob a democracia.<sup>322</sup>

<sup>316</sup> PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão*, p. 219.

<sup>317</sup> \_\_\_\_\_. *Sistemas judiciais e repressão política na Brasil, Chile e Argentina*, p. 217.

<sup>318</sup> Eloar Guazzelli: A defesa como uma razão de vida. *Jornal da OAB/RS*, Porto Alegre, Outubro de 1991, p. 14.

<sup>319</sup> PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão*, p. 217-29.

<sup>320</sup> \_\_\_\_\_. *Ditadura e Repressão*, p. 232.

<sup>321</sup> \_\_\_\_\_. *O papel dos advogados de defesa na Justiça Militar Brasileira*, p. 126-7.

<sup>322</sup> \_\_\_\_\_. *Sistemas judiciais e repressão política na Brasil, Chile e Argentina*, p. 219.

Vemos assim a característica paradoxal da Justiça Militar e dos advogados que nela atuavam, que ao mesmo tempo em que buscavam mais flexibilidade e faziam oposição ao regime, de certa forma, contribuíam para sua manutenção<sup>323</sup>.

### O perfil dos clientes de Eloar Guazzelli: 1964-1968

Já é tradicional na historiografia sobre a ditadura civil-militar uma divisão entre duas fases nas quais a repressão foi mais forte: a primeira, entre 1964 e 1966, e a segunda, entre 1969 e 1974. Os dados vindos do PBNM são fundamentais para esta diferenciação, constando nestas fontes 2127 nomes de pessoas que foram processadas para a primeira fase e 4460 para a segunda<sup>324</sup>. Outras pesquisas defendem outro tipo de periodização, no qual os aparatos legais são a referência: é o caso da tese de Angela Moreira Domingues da Silva<sup>325</sup>. Acabei optando pela periodização mais tradicional, uma vez que minha análise está mais ligada a modificações no perfil dos defendidos por Eloar Guazzelli. Assim, irei apresentar aqui os dados vindos da primeira fase da repressão. Trabalharei questões relativas ao perfil dos “defendidos”, sendo feitas comparações com outras pesquisas, em especial a de Taíara Souto Alves, que pesquisou as Auditorias de Porto Alegre e Santa Maria, nas quais Guazzelli atuava<sup>326</sup>.

Em sua dissertação *Dos Quartéis aos Tribunais: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978)*, a historiadora apresenta os dados destas Auditorias relativos à distribuição e à abrangência espacial desses processos, o perfil dos denunciados – sendo trabalhadas questões referentes a idade, gênero e ocupação –, as leis que foram utilizadas para enquadrá-los e os locais de formação dos inquiridos. Ela aponta para uma diferença entre os dois casos: em Santa Maria houve maior repressão nos anos iniciais do novo regime (1964 a 66), sendo que o perfil dos atingidos é diverso do apresentado pelo PBNM, já que a maioria dos nomes presentes era de homens com mais de 60 anos. Já no caso de Porto Alegre, foi maior a presença de nomes de jovens e a repressão foi mais intensa a partir de 1969. Partindo destes dados e utilizando outras pesquisas e fontes, Taíara

---

<sup>323</sup> Para mais informações sobre os advogados de presos políticos ver GUAZZELLI, Dante Guimaraens. Em defesa dos direitos humanos: os advogados de presos políticos na ditadura civil-militar brasileira (1964-1978). In: PADRÓS, Enrique Serra et all. *Anais da I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos*. Porto Alegre: APERS, 2011, p. 49-58; DORA, Denise D. *Advocacia em tempos sombrios: de como um grupo de advogados enfrentou o regime militar de 1964*. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2011; SPIELER, Patrícia B.; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *Advocacia em Tempos Difíceis: ditadura militar 1964-1985*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

<sup>324</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*, p. 85.

<sup>325</sup> SILVA, Angela Moreira Domingues da. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar*.

<sup>326</sup> ALVES, Taíara Souto. *Dos quartéis aos tribunais*.

Alves elabora um quadro da resistência à ditadura no Rio Grande do Sul, acompanhando a trajetória de alguns processos.

Guazzelli declarou em uma entrevista que havia defendido 378 presos políticos<sup>327</sup>. Nos processos analisados em minha pesquisa, cheguei ao total de 437 nomes de réus, sendo que encontrei documentos que atestavam que 150 deles haviam sido defendidos por Eloar<sup>328</sup>. Os demais podem ter sido defendidos por colegas do escritório de advocacia ou, então, ter sido pontualmente atendidos por Eloar, a pedido de seus próprios advogados. Isso acontecia, por exemplo, quando era necessário deslocar-se para outra cidade, como São Paulo. O advogado podia incumbir um colega de representá-lo.

Além disso, havia uma troca de informações entre estes advogados: alguns processos que estão no AEG podem ter sido resultado desta troca, sendo usados como jurisprudência. Na tabela abaixo, consta a distribuição dos réus defendidos por Eloar entre 1964 e 1979. Estas são as datas de início dos processos.

**Tabela 1**  
**Divisão dos defendidos por Eloar Guazzelli em cada ano(1964-1979)**

Ano	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	Total
<b>Cientes</b>	18	1	3	6	2	2	41	33	19	4	8	10	1	1	0	1	150

Fonte: AEG

Partindo da Tabela 1, pode-se ver que a maior parte dos réus defendidos está concentrada nos anos de 1970, 71 e 72, com 27, 22 e 12,5% do total dos nomes respectivamente, sendo que no ano de 1964 temos outro momento de grande presença de nomes, com 12%. Comparando estes resultados com a pesquisa de Taíara Alves, vemos uma relação bem próxima com os dados referentes à Auditoria de Porto Alegre, que tem como auge de concentração de processos por crimes contra a segurança nacional o ano de 1970 (com 40% do total dos nomes), sendo seguido pelos anos de 1965 e 66, que juntos somam 36,3%<sup>329</sup>. Esta tendência de maior crescimento no ano de 1970 não se repete no caso de Santa Maria, onde 85% dos processados concentram-se no período entre 1964 e 67. Como aponta a autora, estas concentrações diferenciadas podem ser explicadas “pela própria dinâmica da relação entre oposição e repressão”,<sup>330</sup> o que será apontado a partir de agora.

<sup>327</sup> Eloar Guazzelli: A defesa como uma razão de vida. *Jornal da OAB/RS*, Porto Alegre, Outubro de 1991, p. 14.

<sup>328</sup> GUAZZELLI, Dante Guimaraens. *A lei era a espada*.

<sup>329</sup> ALVES, Taíara Souto. *Dos quartéis aos tribunais*, p. 66-7.

<sup>330</sup> \_\_\_\_\_. *Dos quartéis aos tribunais*, p. 67.



Logo após o Golpe de 1964, os novos donos do Estado brasileiro empreenderam uma onda inicial de perseguições, expurgos e cassações a pessoas relacionadas ao governo deposto, a chamada “operação limpeza”. Como afirma Rodeghero, “um número significativo de pessoas foi atingido no Rio Grande do Sul por cassações, demissões, aposentadorias compulsórias, perda dos direitos políticos, enfim, por ações que as afastaram do mundo do trabalho e do cenário político”.<sup>331</sup>

É neste contexto que começa a inserir-se a Justiça Militar. A concentração de nomes nos anos de 1965 e 66, apontada na pesquisa de Alves, representa isso: uma vez iniciadas as cassações e expurgos por comissões criadas com este intuito, era dever da Justiça Militar terminar este procedimento, enquadrando na lei seus alvos. A autora observa que, no interior do Rio Grande do Sul, “a repressão (...) se concentrou principalmente nessa primeira fase”.<sup>332</sup>

Já no caso do arquivo de Eloar Guazzelli, tem-se uma maior presença de nomes no ano de 1964, sendo que nos outros anos deste período há uma diminuição. Isto indica que sua atuação foi mais intensa imediatamente após o golpe, defendendo aquelas pessoas que haviam feito resistência ou tinham muita identificação com o governo deposto. Passado este ponto mais crítico, percebe-se que há uma distribuição mais equilibrada entre os anos, sendo que em 1967 há um maior crescimento, com 4% do total, e em 1965 uma diminuição, com somente um cliente. Estes dados podem ser um indicativo do início da fixação do nome dele como um defensor de presos políticos. A predominância de processos iniciados em 1964, por outro lado, pode ser resultado do envolvimento que eles acarretaram: eles tiveram uma média de cinco anos de duração.

No que se refere à idade, o PBNM aponta que dos atingidos pela repressão na ditadura militar 34,4% tinham até 25 anos, 16,54% 26 a 30 anos, 36,56% mais de 30 anos e 12,5% não registram idade<sup>333</sup>. Infelizmente não tenho a divisão destes dados pelos anos de repressão; desta forma minha comparação será feita com os dados que são apresentados na dissertação de Alves.

Esta autora aponta que na Auditoria de Porto Alegre existia uma maior concentração de pessoas com até 30 anos no ano de 1970, sendo que no ano de 1965 “os denunciados se concentram nos grupos entre '26-30 anos' (com 10 pessoas) e com 'mais de 30 anos' (com 50

---

<sup>331</sup> RODEGHERO, Carla Simone. Regime Militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René (Org). *História Geral do Rio Grande do Sul – República (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 85.

<sup>332</sup> ALVES, Taíara Souto. *Dos quartéis aos tribunais*, p. 105.

<sup>333</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Tomo II. Vol. 1. A Pesquisa (Os instrumentos de pesquisa e a fonte). 1985. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Biblioteca Borges de Medeiros – Solar dos Câmara, p. 340.

peças)”; além disso, nos outros anos abarcados por esta fase inicial, os dados colhidos por esta autora apontam que a maioria era formada por indivíduos com mais de 30 anos<sup>334</sup>.

Temos, nos anos iniciais da ditadura, uma tendência de pessoas mais velhas sendo processadas na Justiça Militar. Isto é verificado quando são apresentados os dados referentes à idade dos denunciados na Auditoria de Santa Maria: assim como a grande maioria era do ano de 1965, mais da metade dos denunciados (algo em torno de 65%) tinha mais de 30 anos de idade<sup>335</sup>.

Na Tabela 2 pode-se ver a relação das idades dos defendidos e dos anos em que se iniciou sua defesa, ao longo deste primeiro período. Inicialmente o que chama a atenção é o grande número de pessoas para as quais não constam informações sobre idade, mais de 50% do total. O que se pode perceber é a maior presença de pessoas com idade entre 31 e 39 anos, correspondendo a um quinto do total dos réus para os quais se tem informação sobre a idade. Este dado converge com os vindos da pesquisa de Alves, demonstrando que nesta fase a repressão tinha como foco pessoas relativamente mais velhas. Apesar dos números do AEG e da pesquisa de Alves terem apontado a predominância de pessoas mais velhas como réus na Justiça Militar, nos anos que se seguiram ao golpe, encontramos entre 1964 e 1967, quatro pessoas com idades entre 21 e 30 anos. Isso mostra que os mais jovens já começavam a ser atingidos pela repressão.

**Tabela 2**  
**Divisão dos defendidos por Eloar Guazzelli por idade em cada ano (1964-1968)**

Idade/ Ano	1964	1965	1966	1967	1968	Total
Entre 21 e 25 anos	1					1
Entre 26 e 30 anos	1			2		3
Entre 31 e 39 anos	4	1	1			6
Entre 40 e 49 anos	2					2
Entre 50 e 59 anos	1					1
Não consta	9		2	4	2	17
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>30</b>

Fonte: AEG

Em relação ao sexo dos atingidos, os dados do *BNM* apontam para 88% de homens e 12% de mulheres, não sendo discriminada a concentração em cada ano ou período<sup>336</sup>. Na Auditoria de Porto Alegre foram processadas 43 mulheres entre 1965 e 1974, sendo a maior

<sup>334</sup> ALVES, Taíara Souto. *Dos quartéis aos tribunais*, p. 71.

<sup>335</sup> \_\_\_\_\_. *Dos quartéis aos tribunais*, p. 74.

<sup>336</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*, p. 85.

concentração no ano de 1970, enquanto que em Santa Maria 10 mulheres foram processadas<sup>337</sup>. Taiara Souto Alves afirma que antes de 1970 a participação feminina não era tão forte.

Os dados extraídos do AEG vão no mesmo sentido, já que de 1964 a 68 entre os 30 clientes defendidos por Eloar, consta apenas uma mulher, com processo iniciado em 1967. Assim, pode-se inferir que neste momento a repressão objetivava homens. A presença de uma mulher pode ser vista como uma prévia de uma mudança que ocorreria a partir de 1969.

Na Tabela 3 pode-se ver o estado civil dos denunciados. Infelizmente não possuo dados equivalentes vindos de outras pesquisas e desta forma não farei uma comparação. Não há um número tão grande de pessoas para as quais não consta o estado civil. O que salta aos olhos é o grande número de casados: somente no ano de 1964 está presente um solteiro e em 67 um desquitado. Neste momento, os defendidos por Eloar eram homens que já estavam com família estabelecida, o que indica a relativa maior idade.

**Tabela 3**  
**Divisão dos defendidos por Eloar Guazzelli por estado civil em cada ano (1964-1968)**

Estado civil/ Ano	1964	1965	1966	1967	1968	Total
<b>Casado</b>	16	1	3	1		<b>21</b>
<b>Desquitado</b>				1		<b>1</b>
<b>Solteiro</b>	1					<b>1</b>
<b>Nada consta</b>	1			4	2	<b>7</b>
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>30</b>

Fonte: AEG

Em relação à naturalidade, o PBNM aponta que, dos réus cuja naturalidade constava nos documentos, 3.572 deles haviam nascido no interior, equivalendo a aproximadamente 66,1%, e 1.833 nas capitais, 33,9% do total<sup>338</sup>. Na Auditoria de Porto Alegre, Alves mostrou que os denunciados eram “originários, na sua maioria, de cidades do interior do estado, sendo uma parcela menor proveniente da capital e da região metropolitana”, enquanto que em Santa Maria, 301 eram oriundos do interior e 8 da capital<sup>339</sup>. O mesmo verifica-se com os dados dos defendidos por Eloar: do total de naturais do Rio Grande do Sul – sete –, a grande maioria nasceu no interior – seis. Porém na maior parte dos clientes, 16, não consta a cidade natal.

No que se refere à residência dos processados, o livro *Brasil: Nunca Mais* aponta para uma inversão em relação aos dados de naturalidade: segundo este livro, “4077 residiam nas capitais e

337 ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis aos tribunais*, p. 76-9.

338 ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*, p. 86.

339 ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis aos tribunais*, p. 82-3.

apenas 1894 no interior”<sup>340</sup>, o que corresponde a 68,8 e 31,2%, respectivamente. Na Auditoria de Porto Alegre, a maioria morava na capital, porém, segundo Taiara Alves, “a diferença entre este número e o de pessoas que residiam no interior é muito pequena”. Isto pode indicar uma participação maior de pessoas que residiam no interior do que apontado pelo PBNM<sup>341</sup>.

Nos dados obtidos no AEG nesta fase, todos aqueles para os quais constava a informação sobre residência moravam no Brasil. Somente um dos nomes deste período não morava no Rio Grande do Sul – residia no Rio de Janeiro e tinha o processo iniciado em 1967. No que se refere à relação entre residentes em capitais e no interior, entre os clientes, neste momento, a grande maioria (22, que equivale a quase 90%) morava em Porto Alegre. Vale ressaltar o pequeno número de pessoas para as quais não consta a residência, o que é uma característica das fontes abordadas que geralmente apresentam o domicílio.

Em relação à ocupação, Alves propõe uma divisão baseada no tipo de trabalho e na formação requerida para este trabalho. Ela apresenta três grandes categorias: trabalhadores com formação superior, trabalhadores com formação em nível médio e trabalhadores com formação no ensino primário/trabalhadores manuais. Ocupações que não se enquadram plenamente nestas categorias são explicitadas, como religiosos, políticos, militares ou estudantes. Partindo desta tipologia, a autora constata certo equilíbrio entre as categorias: 63 trabalhadores com formação superior, 70 com formação em nível médio e 58 com formação no ensino primário/trabalhadores manuais. Além disso, a autora constata a presença de um número grande de estudantes (51) e um menor, mas expressivo de militares (33)<sup>342</sup>. Utilizando a categorização acima mencionada, cheguei a um resultado um pouco diverso, como pode ser visto na Tabela 4.

**Tabela 4**  
**Divisão dos defendidos por Eloar Guazzelli por ocupação em cada ano (1964-1968)**

Ocupação / Ano	1964	1965	1966	1967	1968	Total
Trabalhadores com formação superior	2		1	3		6
Trabalhadores com formação em nível médio		1	1	1		3
Trabalhadores com formação no ensino primário ou trabalhadores manuais						
Militares	16		1			17
Nada Consta				2	2	4
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>30</b>

Fonte: AEG

<sup>340</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*, p. 86.

<sup>341</sup> ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis aos tribunais*, p. 83.

<sup>342</sup> \_\_\_\_\_. *Dos quartéis aos tribunais*, p. 79-81. A autora considerou os militares processados pelas Leis de Segurança Nacional.

Na relação entre as três categorias nota-se que, neste período, não existem entre os defendidos pelo advogado, trabalhadores com formação no ensino primário ou trabalhadores manuais. Há um número relativamente pequeno (três) de trabalhadores com formação em nível médio e o dobro (seis) de trabalhadores com formação superior. Entre os trabalhadores com formação superior destaca-se a presença de advogados: são cinco, distribuídos nos anos de 1964, 66 e 67. Isto apontaria para um reconhecimento na sua atuação na defesa de presos políticos, uma vez que ele é procurado por colegas. Entre os trabalhadores com formação em nível médio encontramos dois funcionários públicos das esferas municipal e federal nos anos de 1966 e 67. Neste momento, não há estudantes.

Mas a principal característica deste período é a vultosa presença de militares, todos vindos do Exército. Isto se deve ao fato de que muitos militares estiveram diretamente envolvidos com o governo deposto ou com organizações de esquerda no período pré-1964. Ao mesmo tempo, Guazzelli afirmou em entrevista que sua atuação na Justiça Militar iniciou-se com a defesa de militares que resistiram, o que pode explicar o número mais elevado no ano de 1964<sup>343</sup>. Entre os militares destacam-se oficiais – no ano de 1964 são cinco majores, três capitães, dois coronéis e um tenente-coronel e, em 67, outro tenente-coronel. Em menor número estão os sargentos – cinco com processos iniciados em 1964.

Este grande número de militares processados logo após o golpe tem a ver com a função que a Justiça Militar tomou para si neste momento: ela buscava “dar fim ao movimento político de contestação no seio das Forças”.<sup>344</sup> Analisando os *habeas corpus* que impetrados no STM neste primeiro ano, Angela Moreira Domingues da Silva aponta que os ministros eram mais rigorosos com os militares do que com civis. Nestas atitudes o STM buscava, assim, condenar “desvios” políticos, restaurando a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas.

No que se refere ao tipo de organização às quais os processados pela Justiça Militar pertenceram, quadro de organizações apresentado pelo *Brasil: Nunca Mais* aponta que, nos anos do primeiro período, há grande presença de grupos de esquerda mais “ortodoxos”, seja o PCB ou vinculados ao nacionalismo ou trabalhismo, como os Grupos dos Onze ou o MNR. E também, em menor grau, grupos de tendência maoísta, como o PCdoB ou a AP.

No caso dos nomes encontrados no AEG, como pode ser visto na Tabela 5, no primeiro período há pessoas vinculadas a grupos nacionalistas – FARP, Grupo dos Onze, MNR, MR26 e

<sup>343</sup> Eloar Guazzelli: A defesa como uma razão de vida. *Jornal da OAB/RS*, Porto Alegre, Outubro de 1991, p. 14.

<sup>344</sup> SILVA, Ângela Moreira Domingues da. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil*, p. 46.

PTB –, ao PCB e ao PSB<sup>345</sup>. Isto demonstra quem era o alvo da repressão neste primeiro momento: os grupos políticos vinculados ao governo deposto e os comunistas. Dentro destes grupos ressaltam-se os primeiros, em especial aqueles que já começam a ter a luta armada como perspectiva de enfrentamento da ditadura. Nesse sentido é ilustrativa a trajetória do Movimento Revolucionário 26 de Março (MR26), que é derivado do chamado nacionalismo revolucionário, tem membros relacionados com o PCB e vai ter uma presença mais forte no período estudado a seguir. Ao mesmo tempo, já está presente entre os defendidos, uma organização que fará parte da constelação que marcará o próximo momento, a COLINA. Isto é mais uma marca das relações entre os períodos, mostrando que a divisão cronológica não deve ser vista de forma estanque.

**Tabela 5**  
**Divisão dos defendidos por Eloar Guazzelli por organizações em cada ano (1964-68)**

<b>Organização / Ano</b>	<b>1964</b>	<b>1965</b>	<b>1966</b>	<b>1967</b>	<b>1968</b>	<b>Total</b>
<b>COLINA</b>				1		<b>1</b>
<b>FARP</b>			1			<b>1</b>
<b>Grupo dos Onze</b>	1	1				<b>2</b>
<b>MNR</b>	9	1		1	1	<b>12</b>
<b>MR26</b>			1			<b>1</b>
<b>PCB</b>	2			1		<b>3</b>
<b>PTB</b>	6	1				<b>7</b>
<b>PSB</b>	1					<b>1</b>
<b>Não Consta</b>			2	3	1	<b>6</b>
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>34</b>

Fonte: AEG

Os dados apresentados permitem apontar para um perfil das pessoas defendidas por Guazzelli neste primeiro período da repressão: eram homens com mais de 30 anos – na faixa entre 31 e 40 anos – casados, já estabelecidos profissionalmente e nascidos no interior. Ridenti, ao analisar o conjunto dos dados do BNM, afirma que esta tendência pode sugerir uma diferença na arregimentação dos grupos de esquerda. Antes de 1964, estes grupos incorporavam uma percentagem maior de pessoas mais velhas do que irão fazer outros grupos em momentos posteriores<sup>346</sup>.

Ao mesmo tempo, os dados que se tem até agora permitem apontar para uma forte concentração na defesa dos que foram alvo da repressão em Porto Alegre. Analisando os dados

<sup>345</sup> Foi considerada a vinculação presente em documentos. Em alguns casos uma mesma pessoa era vinculada a mais de uma organização; nesses casos estas pessoas foram contadas para todas as organizações mencionadas. Por essa razão o número total deste quadro é 34 e não 30.

<sup>346</sup> RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993, p. 119.

referentes à ocupação, vê-se, entre os defendidos, a forte presença de militares – em geral de oficiais, mas também de subalternos – e de advogados. Já no que se refere às organizações, vê-se a presença de organizações vinculadas ao governo deposto, sejam aquelas relacionadas ao nacionalismo ou ao PCB.

Partindo dos dados referentes às idades dos clientes, nota-se que eles vivenciaram na juventude alguns acontecimentos que podem ter sido definidores de sua geração: o Estado Novo, a Segunda Guerra Mundial, a redemocratização de 1946, a eleição de 1950 e o suicídio de Vargas. Estes acontecimentos podem ter impactado tanto estes homens que foram um elemento central na criação de laços geracionais<sup>347</sup>. Deve-se somar a estes eventos a campanha pela Legalidade de 1961. Provavelmente estes homens tomaram a frente neste momento, em defesa da posse de João Goulart, uma vez que, como veremos a seguir, muitos deles foram processados por defender o governo deposto em 1964.

### **Em defesa da *mazorca comunista*: Eloar e os primeiros processos**

Nesta parte final trabalharei com dois processos deste período presentes no AEG. Analisando estes processos, percebe-se que estes não são só feitos de leis, “mas principalmente” de “discursos”: o processo judicial é “uma polifonia de vozes que ricamente pode demonstrar como vivia a sociedade neste período com seus conceitos e preconceitos”, sendo que “a voz primordial que fala no processo é a do tipo de regime instaurado”.<sup>348</sup> Isto fica claro no caso da ditadura que passou os crimes políticos para a Justiça castrense. Notamos em uma sentença as vozes dos representantes do Ministério Público Militar, dos advogados e dos juízes, que, no caso da Justiça Militar, eram militares e “possuíam internalizada a Doutrina de Segurança e a necessidade de aplicação desta contra os inimigos da ordem”.<sup>349</sup>

Concentrarei minha atenção na voz do advogado dentro deste contexto, analisando quais foram suas argumentações e estratégias em favor dos clientes defendidos. É claro que esta voz está em constante diálogo com aquela dos promotores e juízes. Mesmo um documento produzido pelo advogado é uma resposta ao que foi dito pela acusação e direcionada aos juízes.

Na entrevista concedida ao *Jornal da OAB/RS* em outubro de 1991, Guazzelli afirmou que sua atuação em casos políticos iniciou logo após o golpe de 1º de abril, defendendo os militares que fizeram oposição. Por esta razão, optei por analisar dois destes processos iniciados em 1964. Os

<sup>347</sup> Como afirma Sirinelli, o acontecimento tem papel fundamental na formação de uma geração, já que mesmo que “as repercussões do acontecimento fundador não são eternas (...) uma geração dada extrai dessa gestão uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida.” SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 255.

<sup>348</sup> TORRES, Mateus Gamba. *A Justiça nem ao Diabo se há de negar*, p. 11.

<sup>349</sup> \_\_\_\_\_. *A Justiça nem ao Diabo se há de negar*, p. 12.

documentos analisados foram dois *habeas corpus*, documento que constitui uma resposta à peça inicial do processo, a denúncia. O *habeas corpus*, como o nome já diz, tem por objetivo dar a liberdade ao denunciado que teve prisão preventiva. O que percebi nos documentos analisados é que o defensor extrapolou esta função, já deixando clara sua linha argumentativa.

Escolhi estes documentos porque são representativos do tipo de argumentação característica do primeiro período. Deve-se lembrar que o AI-5 suspendeu o direito a *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional: assim, ao analisar estas fontes, pode-se ver a “periculosidade” deste dispositivo tão temido pelos líderes do regime<sup>350</sup>. Apesar de iniciados em 1964, os *habeas corpus* datam de 1967 e 68.

Os dois processos são relativos a acontecimentos ocorridos durante o golpe: os envolvidos tinham feito resistência e se posicionado ao lado do governo deposto. Devido à grande presença de correligionários do presidente João Goulart, houve, na capital gaúcha, uma articulação de resistência ao golpe, liderada pelo prefeito Sereno Chaise, pelo deputado federal Leonel Brizola e pelo recém nomeado comandante do III Exército, General Ladário Pereira Telles<sup>351</sup>. O objetivo da resistência era a reedição da Campanha da Legalidade, que, em 1961, impediu um golpe militar, possibilitando a posse de Goulart. Em 1964, porém, este movimento foi derrotado pelos golpistas. Dentro da resistência, destacam-se as mobilizações dos militares, que tomaram quartéis no estado com o sentido de impedir a derrubada do presidente<sup>352</sup>. Como já foi mencionado, logo após o golpe, a Justiça Militar buscou punir de forma exemplar os militares que se envolveram nestes eventos, o que é o caso dos processos que serão analisados abaixo. Assim, eles fazem parte da “Operação Limpeza”, que buscou afastar dos quadros do serviço público pessoas vinculadas ao governo deposto.

A primeira colocação do advogado diz respeito à denúncia: nos dois casos, segundo o defensor, eram peças malfeitas. Sobre uma delas, Guazzelli afirma que era uma

denúncia cerebrina, pois fantasiou os fatos, desligados que estão da prova; é arbitrária e abusiva, pois empresta caráter criminoso a fatos invocados por ela e que, mesmo em tese, não tipificam os delitos arrolados ou qualquer outros; é confusa e contraditória, porque, atribuindo a alguns dos pacientes, no máximo,

---

<sup>350</sup> Apesar da suspensão, os advogados ainda faziam uso do instituto, sob outros nomes ou com outras finalidades. Sobre este assunto ver SILVA, Ângela Moreira Domingues da. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil*, p. 114-8; MARTINS, Paulo Emílio; MUNTEAL, Oswaldo; SÁ, Fernando (orgs). *Os advogados e a ditadura de 1964*, p. 53-4, 80, 115, 166, 216.

<sup>351</sup> PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Introdução – 1964: O Rio Grande do Sul no furacão. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. Vol. 1: Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964. Porto Alegre, Corag, 2009, p. 46-50.

<sup>352</sup> SILVA, José Wilson da. *O Tenente Vermelho*. Porto Alegre: Tchêl, 1987, p. 94-5.



atos preparatórios, quando diz: “alguns até efetivando atos preparatórios”, a todos denuncia como autores do crime consumado.<sup>353</sup>

Neste trecho, vê-se a busca do defensor em atacar a acusação através de uma questão técnica. Isto também ocorre no outro processo analisado: neste caso, a denúncia inicial não teve valor visto sua “completa ausência de justa causa para o processo”.<sup>354</sup> Por esta razão foi feita uma nova denúncia. Mesmo nesta, segundo ele,

não estão “satisfeitos os requisitos legais” e, ao contrário, havendo na espécie, ilegalidade, abuso de poder e falta de justa causa, não somente em face da defeituosa postulação denunciatória, como da lei e dos fatos do processo.<sup>355</sup>

Estas argumentações são rastros dos momentos turbulentos que se sucederam ao 1º de abril de 1964: devido a uma necessidade de enquadrar todos aqueles envolvidos no governo anterior, os promotores não o faziam de forma correta e legal. Havia um furor condenatório que levou a denúncias apressadas e mal formuladas.

Guazzelli valeu-se disso em proveito de seus clientes, uma vez que frisou a ilegalidade das denúncias e dos processos como um todo. Aqui, ele tenta preservar aquilo que é base para o estado de direito, um julgamento justo e dentro das normas da lei. Ao apontar os erros da promotoria ele está, indiretamente, ressaltando o absurdo daquela “revolução”, na qual qualquer procedimento era válido para eliminar a oposição.

Ainda tocando em uma dimensão técnica da denúncia, o advogado questiona a tipificação feita pelo representante do Ministério Público Militar. Nos dois processos, os pressupostos desejos dos denunciados são tomados como atos. Em um dos casos, o advogado afirma que a acusação atribuiu aos réus “o desejo que teriam de comunizar o país, sem contudo referir um único fato, uma única manifestação exterior, positiva, em tal sentido”. Os réus são acusados sem provas de ter aliciado outros militares para uma “mazorca comunista”. Frente a isso, conclui que “é puro subjetivismo, o que devia ser fato”.<sup>356</sup>

Estas argumentações também estão presentes no outro processo analisado e demonstram que além de não construir de forma adequada seus instrumentos, a acusação convenientemente confundia querer um ato e realizá-lo. Isto também pode ser explicado pela pressa e grande vontade em condenar estes militares que se opuseram, mais em desejo do que na prática, ao golpe.

---

<sup>353</sup> BRASIL. Superior Tribunal Militar. *Habeas Corpus nº 29 167*. De Porto Alegre para Rio de Janeiro, 24/11/1967, p.4.

<sup>354</sup> \_\_\_\_\_. *Habeas Corpus nº 29 559*. De Porto Alegre para Rio de Janeiro, 22/6/1968, p. 2.

<sup>355</sup> \_\_\_\_\_. *Habeas Corpus nº 29 559*, p. 2.

<sup>356</sup> \_\_\_\_\_. *Habeas Corpus nº 29 559*, p. 3.

Nestes processos, os “atos” pelos quais respondiam os clientes de Eloar visavam defender o governo deposto – “eis que não discordavam de sua orientação, entendendo que àquele competia equacionar e propor soluções para os problemas brasileiros”.<sup>357</sup> Em relação a isto, o defensor argumentou que seria resultado de “erro de apreciação, uma falta de visão política, uma inabilidade para a escolha, por antecipação ou na hora da decisão, do lado vitorioso, o que aconteceu com a maioria de seus colegas”.<sup>358</sup> O que a defesa mostrou foi que no momento em que “cometiam” o crime descrito pela denúncia, este não existia, estando os militares apenas cumprindo suas obrigações. Aliás, esta é a linha principal adotada pela defesa.

Ao descrever a postura de um Coronel julgado, o defensor afirma que este agia “para garantir o governo constituído, fiel ao então comandante do IIIº Exército”, e, desta forma, não estaria promovendo a desordem<sup>359</sup>. No mesmo processo, Guazzelli ressalta uma passagem da denúncia, que caracteriza como ridícula, na qual parece que se exige “de um jovem tenente do exército que chorasse, deblaterasse, ou protestasse ao receber ordem de superior, desde que grave!”.<sup>360</sup> No outro processo, o advogado afirma: “é evidente (...) a desproporção entre a falta de visão que os levou a uma fidelidade suicida a seus juramentos e a punição draconiana que sofreram”.<sup>361</sup>

A escolha desta linha argumentativa pode ter sido feita pensando nos juízes deste apelo: era endereçado ao Superior Tribunal Militar, composto majoritariamente por militares. O que buscava a defesa era apresentar os clientes como militares obedientes e seguidores de ordens e não como revoltosos e insurgentes; para a defesa, todos eram soldados fiéis a Nação e ao Exército. Por outro lado, Guazzelli tentou não inocentar somente os subalternos: ele procurou mostrar que mesmo os oficiais mais graduados não estavam se rebelando. Eles só seguiam as orientações de seus superiores, sejam o comandante do III Exército, ou o chefe supremo das Forças Armadas, o então Presidente da República.

Nesta linha insere-se a descrição feita dos réus pela defesa em um dos processos:

os pacientes, entre os quais um herói da FEB, com várias menções, no campo de guerra, (inclusive do comando americano) todos com larga e honrosa folha de serviços prestados ao exército e ao Brasil, teriam cometido apenas a falta de apoiar um govêrno, então legalmente constituído e isto, é pacífico, nesse colendo pretório, não constitui crime de qualquer espécie.<sup>362</sup>

<sup>357</sup> BRASIL. Superior Tribunal Militar. *Habeas Corpus nº 29 559*, p. 4.

<sup>358</sup> \_\_\_\_\_. *Habeas Corpus nº 29 559*, p. 4.

<sup>359</sup> \_\_\_\_\_. *Habeas Corpus nº 29 167*, p. 7.

<sup>360</sup> \_\_\_\_\_. *Habeas Corpus nº 29 167*, p. 5.

<sup>361</sup> \_\_\_\_\_. *Habeas Corpus nº 29 559*, p. 4.

<sup>362</sup> \_\_\_\_\_. *Habeas Corpus nº 29 559*, p. 9.

No outro processo, o advogado afirma que o Coronel que estava sendo defendido teve sua vida profissional “marcada sempre pelo zelo e o estremo empenho no cumprimento do dever”, e que os outros oficiais são “de alta capacidade funcional, de excepcionais qualidades e virtudes incomuns”.<sup>363</sup>

O que se vê nestes excertos são tentativas de mostrar o valor destes militares, e a perda que o Exército tinha ao reformá-los. Além disso, Eloar apresentou estes militares como sendo obedientes e eficientes, e não subversivos inconsequentes. É muito significativa a menção ao herói de guerra, reconhecido pelo exército americano. Este argumento deve ter sido usado para se contrapor ao que buscava a promotoria: definir aqueles militares como “comunistas”, como inimigos do estado.

Assim, o advogado não tentava ir diretamente contra esta imagem, mas sim utilizava-se dela. Ao mostrar seus clientes como fiéis à Nação e ao Exército e como heróis de guerra, ele tentava desvinculá-los desta representação presente no imaginário anticomunista. Isto fica muito claro uma vez que é frisado que os maiores anticomunistas, os norte-americanos, reconheceram seu cliente como valoroso soldado.

Guazzelli ainda fala do impacto que o processo teve na vida do já mencionado Coronel. Segundo o defensor, o Coronel “que completa sua *via crucis*, enfrentando estóica e galhardamente o processo, com a serenidade dos justos, foi em seguida à vitória da revolução de 64, preso, juntamente com os outros pacientes, e todos deportados para o navio-presídio”.<sup>364</sup> Aqui são dados contornos dramáticos ao impacto do golpe nas vidas dos réus, mostrando as agruras por que passavam estes militares.

Partindo destas argumentações, posso tecer algumas conclusões a respeito deste período. Vê-se nos documentos analisados uma forte presença de março/abril de 1964, mostrando os embates ocorridos antes do golpe. Devido ao perfil dos clientes, todos militares, estes processos podem ter relação com o contexto de disputas internas dos militares pré-golpe.

No que se refere às técnicas argumentativas, noto tanto a utilização de estratégias jurídicas como as extrajurídicas. Chamando a atenção para os erros da denúncia, o advogado usa argumentos jurídicos, enquanto que ressaltando as qualidades e feitos dos clientes, ele lança mão de elementos extrajurídicos.

Busquei, neste artigo, analisar a repressão judicial no início da ditadura civil-militar, focando em casos oriundos do Rio Grande do Sul. Para isto utilizei os processos presentes no

---

363 BRASIL. Superior Tribunal Militar. *Habeas Corpus* nº 29 167, p. 14.

364 \_\_\_\_\_. *Habeas Corpus* nº 29 167, p. 14.

AEG: os dados aqui presentes são marcados pelas particularidades da atuação do advogado Eloar Guazzelli. Assim percebe-se a presença marcante de pessoas que residiam na cidade em que ele atuava, Porto Alegre. Outros alvos da repressão nos primeiros anos, como os chamados “Grupo dos onze”, são mais presentes no interior gaúcho<sup>365</sup>. Como mostramos, os principais clientes de Eloar nesta primeira fase eram homens de mais de trinta anos, casados, profissionais liberais ou militares e que tinham vínculos com governo deposto. Isto fica claro nos documentos analisados, já que se referem a fatos relacionados à resistência ao golpe de 1964.

Recebido em: 15/12/2013

Aceito em: 10/03/2014

---

<sup>365</sup> Sobre processos relacionados aos “Grupo dos onze” ver ALVES, Taíara Souto. Os Grupos dos Onze e a luta armada: os principais alvos da Justiça Militar no Rio Grande do Sul durante a Ditadura militar. In: PADRÓS, Enrique Serra et all. *Anais da I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos*, p. 179-187.

## O inimigo interno e a ordem política da nação: representações da ditadura civil militar na Revista Veja (1968-1969)

**Tamiris Carvalho**

Mestre em História pela UFSM  
[tamiris\\_preta@yahoo.com.br](mailto:tamiris_preta@yahoo.com.br)

**Fernanda de Santos Nascimento**

Doutoranda em História pela PUC-RS  
[fernandaisrael@gmail.com](mailto:fernandaisrael@gmail.com)

**RESUMO:** Este artigo pretende demonstrar como a revista semanal *Veja* construiu a ideia de inimigo nacional aos seus leitores durante os anos de 1968 e 1969. Neste período, a revista veicula uma série de reportagens procurando identificar quem seriam os inimigos da nação e quais seriam os seus objetivos. A publicação acaba por construir uma dualidade entre o amigo e o inimigo, definindo um forte caráter nacional ao seu discurso. Pretende, ainda, formalizar o discurso da ditadura civil militar em suas páginas, reafirmando a todo o tempo a existência de um clima subversivo que ameaçava a integridade da nação, como justificativa ao discurso da ordem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representação, Revista *Veja*, Discurso Nacional.

**ABSTRACT:** This article intends to demonstrate how the weekly magazine *Veja* built the idea of national enemy to their readers during the years 1968 and 1969. In this period, the magazine publishes a series of reports trying to identify who are the enemies of the nation and what are your intentions. The publication seeks to build a duality between friend and foe, setting a strong national character to his speech. It also seeks to formalize the discourse of civil military dictatorship in its pages, all the while reaffirming the existence of a subversive climate that threatened the integrity of the nation as a justification to the discourse of order.

**KEYWORDS:** Representation, *Veja* Magazine, National Discourse.

### Introdução

Este estudo tem por objetivo analisar as representações de amigo e de inimigo nacional difundidos na Revista *Veja* durante os anos de 1968 a 1969. Durante este período, é perceptível a difusão, por parte da Revista, de imagens e conceitos acerca do inimigo nacional, bem como um esforço na demarcação de símbolos característicos a este inimigo. Ao difundir imagens e conceitos acerca da nação, a Revista *Veja* construiu um conjunto de representações sobre as supostas ameaças que pairavam no Brasil naquele momento. Tais ameaças derivavam, segundo a Revista, daquilo que não se definia como propriamente nacional, sobretudo, a partir de uma demarcação política da identidade que percebia a nação de forma oposta em relação ao mundo comunista.

A *Revista Veja* foi lançada em 11 de setembro de 1968, com a proposta de ser uma grande revista semanal de informações para todos os brasileiros. Esta proposta figurava já em seu primeiro editorial. No texto era exposto o grande objetivo da publicação: ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros e em todo o território nacional.<sup>366</sup> No Brasil, o período era de crise política, motivada pelo golpe civil militar de 31 de março de 1964. Três meses mais tarde ao surgimento da revista, o AI-5 impunha severo controle à imprensa. A censura passou a ser uma constante e todos os órgãos de imprensa estavam sujeitos ao ato institucional. A violência política era um componente importante naquele período: a polícia repressiva agia de forma intensa contra aqueles que queriam o fim do regime.

Entendemos o conceito de ditadura civil militar como apreendido por René Dreifuss e Gilvan Dockhorn. O trabalho vanguardista de Dreifuss demonstrou como o complexo formado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi crucial para a tomada de poder pelos militares, visto que articulou alianças poderosas com a Escola Superior de Guerra e com o Serviço Nacional de Informações. A produção de relatórios, de informações e de propaganda anticomunista pelo complexo IPES-IBAD o tornou uma fonte independente para o Serviço Nacional de Informações (SNI).<sup>367</sup> Para Dockhorn, a ditadura civil militar foi um processo de reordenação do estado e rearticulação de forças, incluindo setores das forças armadas, da Igreja Católica e do empresariado – nacional e internacional – como força de coalização.<sup>368</sup> Embora Fico tenha acentuado o caráter militar da ditadura imposta no Brasil a partir de 1964 – concluindo pela correta utilização conceitual de *ditadura militar* - entendemos a necessidade do consenso entre as elites civis e militares para o golpe e sua posterior implantação.<sup>369</sup>

No princípio, *Veja* passou a investigar quem seriam os inimigos do Brasil, que muitas vezes eram chamados de terroristas, e quais as suas intenções. Para a revista, os atos espetaculares feitos pelos terroristas tinham como objetivo a derrubada do regime via subversão. Percebemos que a revista criou um clima de insegurança social, favorecendo a percepção, aos leitores, de que a

---

<sup>366</sup> Carta do Editor. *Revista Veja*, Edição n. 1, 11/9/1968, p. 20.

<sup>367</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. Destaque, sobretudo, ao capítulo IX que trata do complexo IPES-IBAD, pgs. 417 a 455. Ainda sobre o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) consultar: MORAES, Thiago Aguiar de. *“Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”*: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). 228 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em História, Porto Alegre, 2012.

<sup>368</sup> DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

<sup>369</sup> FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

situação estava fora de controle. De fato, os textos da revista contribuíram na construção de um ambiente de medo em relação à ameaça comunista maximizando, assim, a busca pela ordem política e social.

Nesse sentido, a ameaça ao Brasil era o subversivo, o terrorista e o guerrilheiro, expressões comumente utilizadas pela Revista *Veja* para identificar os inimigos da nação. Embora tais imagens pudessem estar associadas a grupos políticos que simplesmente radicalizavam, por meio da violência, sua política – o que incluía grupos de esquerda e de direita – era, sobretudo, ao temido comunismo que estes inimigos eram associados. O presente era um momento de decisão para o futuro da nação. Entre os grupos que atuaram durante o período deste artigo podemos citar a Aliança Libertadora Nacional (ALN), formada por Carlos Marighela e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Juntos, estes grupos sequestraram em setembro de 1969 o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. A maior parte das ações ocorridas neste período partiram de núcleos ligados a ALN e a liderança de Carlos Marighela.

### **A Revista *Veja* e a Construção do Inimigo**

O ano de lançamento da *Revista Veja* foi emblemático para o mundo: foi em maio de 1968 que a juventude francesa estremeceu Paris com suas reivindicações e pressões. O movimento em pouco tempo ganhou corpo recebendo, inclusive, apoio do Partido Comunista francês, desencadeando uma série de greves gerais que enfraqueceram politicamente o governo de Charles de Gaulle. No Brasil, 1968 foi também um ano simbólico: o discurso de Marcio Moreira Alves na Câmara dos Deputados foi o estopim para uma crise política e o pretexto para o fechamento do regime. Para os militares, a situação política do país estava fora de controle.

O caótico estado de coisas foi a justificativa para o governo baixar novo ato adicional. Para o general Lyra Tavares, os militares estavam perdendo as condições de manter a ordem no país.<sup>370</sup> É neste contexto que é lançada a revista semanal *Veja*. No editorial, Victor Civita apresentou o nascimento da Revista *Veja* e seus objetivos. A revista propunha ter um alcance nacional, rompendo com os regionalismos e o preconceito. A distância não seria um empecilho para que a revista circulasse por todo o Brasil. A própria revista, desde a sua primeira edição, trazia uma série de reportagens que contribuíam para a sensação de insegurança do seu público leitor: contribuía, nesse sentido, para a construção da imagem de um inimigo nacional. Quem era

---

<sup>370</sup> O jornal *A Folha de São Paulo* organizou um dossiê sobre o Ato Institucional No. 5 com diversas informações interessantes. Pode ser consultado em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/lyraTavares.html>. Acesso em 2 de dezembro de 2013.

o inimigo do Brasil e como *Veja* construiu essa imagem? Nas palavras do editor Victor Civita “*Veja* quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros”<sup>371</sup>.

A revista acaba por se enquadrar no que Gilbert Durand definiu como difusora de imagens. Conforme o autor, a mídia encontra-se onipresente “em todos os níveis de representação e de psique do homem ocidental ou ocidentalizado. A imagem midiática está presente desde o berço até o tumulo, ditando as intenções de produtores anônimos ou ocultos”.<sup>372</sup> Como difusora de imagens, a mídia – impressa ou imagética – tem papel determinante nos usos e costumes públicos e privados, bem como na difusão de ideologias. Assim, as imagens e o imaginário são sinônimos do simbólico.

Para Durand, o imaginário acaba por se constituir como um conector obrigatório para as representações humanas, cujas explicações possuem ligação com as estruturas psíquicas e sociais do homem enquanto ser humano. Nesse sentido, a imagem acaba por se converter entre intermediária de um inconsciente não manifesto e uma consciência ativa.<sup>373</sup>

Percebemos que a Revista *Veja*, no período analisado por este artigo, trouxe em seus editoriais e em suas reportagens uma série de ideias que ajudavam na construção do inimigo da nação brasileira. O discurso da revista também definiu a necessidade de eliminação deste inimigo, a fim de estabelecer uma ordem política e social ao país. Carl Schmitt chamou a atenção, em sua obra *O conceito do político*<sup>374</sup>, para a caracterização de *amigo* e de *inimigo* como fundamentais para pensar a política. Nesse sentido, suas ideias podem servir como perspectiva teórica para pensar tais categorias de representação da nação elaboradas pela revista. Para Schmitt, a definição do político passava pela possibilidade real de uma guerra. Ainda que o Brasil não estivesse em uma guerra do ponto de vista fático, o clima de opinião instaurado pela Revista *Veja* e por outras instituições de comunicação no Brasil colocava a possibilidade presente de uma guerra – mesmo que certas representações e ideias acerca da guerra carregassem alguma ambiguidade em termos de significado.

A definição de amigo e inimigo em Carl Schmitt, passa pelo conceito de política, que está relacionado à ideia de Estado. De acordo com o autor, quando os grupos sociais ascendem ao poder e exercem o monopólio político, o Estado não consegue exercer mais o seu papel de protetor. E com a pluralidade política renascem os conflitos internos. Dessa forma, para que o

<sup>371</sup> Carta do Editor. *Revista Veja*, Edição n. 1, 11/9/1968, p. 20.

<sup>372</sup> DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1999, p. 33.

<sup>373</sup> \_\_\_\_\_. *O imaginário: ensaio acerca das ciências*, p. 36.

<sup>374</sup> SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Petrópolis: Vozes, 1992.



Estado possa realizar a sua função de estabilização da ordem e mantenedor da paz é necessário que exista a eliminação da pluralidade.<sup>375</sup>

Dentro dessa pluralidade é que surge o amigo e inimigo, pois um é antítese do outro. Para Schmitt, a diferenciação entre amigo e inimigo tem o propósito de caracterizar o extremo grau de intensidade de uma união ou separação, de uma associação ou dissociação, podendo existir na teoria e na prática, sem que, simultaneamente, tenham que ser empregadas todas aquelas diferenciações morais, estéticas e econômicas.

Na definição de Schmitt, o inimigo é

Precisamente o outro, o desconhecido e, para sua essência, basta que ele seja, em um sentido especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido, de modo que, em caso extremo sejam possíveis conflitos com ele, os quais não podem ser decididos nem através de uma normalização geral empreendida antecipadamente, nem através da sentença de um terceiro “não envolvido” e, destarte, “imparcial”.<sup>376</sup>

Em nossa análise, o inimigo foi aquele que era contra a ordem segundo a compreensão dos militares que estavam no poder desde o golpe de abril de 1964. E, como veremos, o inimigo é facilmente tratado como mal e feio. As definições baseiam-se nos valores a eles denominados, nas características a eles empreendidas.

Baseado nessas definições até mesmo uma escolha inconsciente do ser humano agrupa-se segundo os critérios de amigo e inimigo. Dessa forma, o inimigo não é o concorrente ou o adversário em geral. Tampouco é inimigo o adversário privado a quem se odeia por sentimentos de antipatia. Inimigo é apenas um conjunto de pessoas em combate, ao menos eventualmente, segundo a possibilidade real e que se defronta com um conjunto idêntico. Inimigo é somente o inimigo público, pois tudo o que se refere a um conjunto semelhante de pessoas, especialmente a todo um povo, se torna, por isso, público. Na Revista *Veja*, encontramos esse inimigo público, pois havia grupos unidos que lutavam contra a ordem institucionalizada pelos militares. Dessa forma, houve o confronto entre os militares e aqueles que eram considerados como inimigo do novo regime instaurado.

Schmitt diz que o Estado é quem pode determinar o inimigo e, por decisão própria, combatê-lo. O Estado, enquanto unidade política, concentrou em si mesmo uma imensa competência: a possibilidade de fazer guerra e, assim, o poder de interferir na vida das pessoas. O autor complementa que o desempenho do Estado normal consiste, sobretudo, em obter dentro do Estado e de seu território uma pacificação completa, produzindo segurança, ordem e

<sup>375</sup> \_\_\_\_\_. *O conceito do político.*, p. 19.

<sup>376</sup> \_\_\_\_\_. *O conceito do político.*, p. 28.

tranquilidade. Esse era o objetivo dos militares, através do combate ao inimigo de todas as formas, desde prisões até mesmo a eliminação (morte). E este combate não se restringiu somente ao inimigo interno: o Brasil agiu junto com outros países no combate ao inimigo. Assim, estabeleceu com os países do Cone Sul uma rede de conexões conhecida como Operação Condor.<sup>377</sup>

No editorial do dia vinte e três de outubro de 1968, foi noticiada a morte do capitão americano Charles Chandler, em São Paulo. A revista não identifica a autoria do ato, mas supõe que os terroristas seriam os assassinos do militar americano quando afirma “quem são os terroristas no Brasil? Que pretendem obter com suas explosões e com seus assassinios, com as chamadas bombas de plástico e com as rajadas de metralhadora?”<sup>378</sup>. O editorial ainda faz críticas as formas de atuação desses grupos “se sua intenção é derrubar o Governo, será que acham que poderão conseguir mudar o regime através de paredes que se despedaçam sob o impacto da dinamite ou pelo sangue que corre de mortos politicamente desconhecidos?”<sup>379</sup>. O texto transforma o inimigo em algo muito perigoso, capaz de eliminar pessoas ‘politicamente desconhecidas’, ou seja, pessoas comuns. Sugere ainda que o terrorismo é o passo inicial de um plano muito maior e questiona se estes terroristas teriam ligações diretas com os agentes subversivos e com os assaltos aos bancos.

Percebemos inicialmente que nesse período o inimigo no Brasil ficou conhecido como terrorista ou subversivo no discurso da revista. E a principal questão está relacionada a determinar quem é este inimigo que usa da violência na tentativa de derrubar o governo. Até esse momento não se sabe quem exatamente eles são. Logo, a pergunta é: quem é o inimigo do governo?

As inúmeras indagações induzem o leitor a pensar que o Brasil tem fortes inimigos que realizavam atos perigosos contra a Nação. A seguir, a reportagem afirma que “de qualquer modo, todas essas bombas, todas essas mortes, todo esse terror vão levar a alguma coisa só, há uma situação nova no Brasil”<sup>380</sup>. Ou seja, a presença do inimigo interno requer uma mudança, era preciso eliminá-lo. Para o editor, os confrontos entre as reações do governo e do povo, de um

---

<sup>377</sup> A Operação Condor foi uma aliança político-militar entre alguns países da América Latina (Chile, Uruguai, Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia) com o apoio norte-americano, levado a cabo nas décadas de 1970 e 1980, com o objetivo de coordenar a repressão a opositores dos regimes ditatoriais. Para mais informações ver: CUNHA, Luís Cláudio. *Operação Condor: o Sequestro dos Uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2009. DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no ConeSul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>378</sup> Editorial. *Revista Veja*, Edição n. 7, 23/10/1968, p. 14.

<sup>379</sup> Editorial. *Revista Veja*, Edição n. 7, 23/10/1968, p. 14.

<sup>380</sup> Editorial. *Revista Veja*, Edição n. 7, 23/10/1968, p. 14.

lado, e dos grupos subversivos, de outro, levariam a uma nova situação no Brasil: uma situação de combate com lados opostos entre os amigos da nação e os inimigos da nação.

Logo a seguir a revista já supõe respostas para as ondas de terrorismo, sempre usando discurso de uma das partes, nesse caso da oposição. A Revista *Veja* utiliza “vozes autorizadas” para demonstrar seu posicionamento, para justificar a ação da repressão.

Para o deputado federal Jamil Amidem, do Movimento Democrático Brasileiro, da Guanabara, a grande resposta ao terrorismo, será o endurecimento do Governo. [...] o terrorismo acabará por gerar uma reação igualmente violenta para reprimi-lo. Não haverá outro caminho para o Governo.<sup>381</sup>

A seguir, a revista apresenta ainda a opinião do arenista Cantídio Sampaio: para o deputado “sem uma repressão enérgica e eficaz, a insegurança e a desordem continuarão”. A revista mostra a opinião de um governista e de um oposicionista, quando os dois concordam que somente uma medida repressiva seria capaz de paralisar os grupos terroristas. É uma forma de justificar, por parte do governo, os Atos Institucionais. Assim, somente com medidas de repressão era possível atingir o inimigo.

A imagem que se construiu dos terroristas (inimigo) era que “um terrorista é sempre um fanático; por mais que a polícia procure impedir novos atos, por mais que guarde todas as ruas, o terror pode continuar. Se um terrorista sair à rua com uma bomba na maleta, disposto a morrer na explosão, nada se pode fazer”<sup>382</sup>. A ideia que se passava era que nenhum órgão de segurança seria capaz de parar os terroristas. Logo, a questão proposta pela revista era: “quem pode?”. Na opinião de *Veja*, era tempo do presidente Costa e Silva trazer tranquilidade a família brasileira. Para o deputado Último de Carvalho, o processo da mudança está nas mãos de Costa e Silva. O senador Oscar Passos acrescentou “quem poderia acabar com o terrorismo está se omitindo”<sup>383</sup>. Logo, de acordo com a revista, a solução para o fim dos atos estava nas mãos do presidente, pois a “revolução” havia escolhido seus inimigos, então era hora de eliminá-los. Ao se mencionar a família, seria possível mapear quem seriam, além do Estado, os beneficiários da nova ordem pacificada: a família. Além da pátria e da nação, a família era um daqueles conceitos que, no jogo das teses, antíteses e justaposições, aparecia como parte constituinte do “dentro”, daqueles que mereciam ser protegidos pelo Estado-nação.

Na própria capa da revista já havia informações que chamavam a atenção para o discurso de um imaginário de perigo. No dia 20 de novembro de 1968, a capa da revista traz a imagem de Carlos Marighela e logo abaixo “**PROCURA-SE MARIGHELA**” [grifo no original]. A cor

<sup>381</sup> Editorial. *Revista Veja*, Edição n. 7, 23/10/1968, p. 15.

<sup>382</sup> Editorial. *Revista Veja*, Edição n. 7, 23/10/1968, p. 17.

<sup>383</sup> Editorial. *Revista Veja*, Edição n. 7, 23/10/1968, p. 17.

vermelha parece ter dois objetivos: chamar a atenção do leitor e, em seguida, remeter-se a cor normalmente identificada com o comunismo. Assim, o grifo em vermelho é simbólico e representativo. Abaixo, a capa apresenta características ligadas à Marighela: “Chefe comunista - Crítico de futebol em Copacabana - Fã de cantadores de feira - Assaltante de bancos – Guerrilheiro - Grande apreciador de batidas de limão”<sup>384</sup>. É possível perceber que, entre características positivas e negativas, Marighela é reconhecido como uma pessoa comum. Desta forma, o inimigo não precisa ser, necessariamente, negativo. Conforme a definição de Schmitt, ele é apenas o outro. Por outro lado, se o inimigo partilha de certos traços da nacionalidade brasileira, qualquer indivíduo que partilhe desses traços pode ser um inimigo potencial. O estado de segurança nacional, desse modo, fica legitimado pela propaganda, que sugere a possibilidade de que o inimigo está em todos os lados e pode assumir contornos aparentemente inocentes.

Na reportagem a revista mostra que algumas forças estão unidas para prender aquele considerado o inimigo número um da Nação.

(...) o general Luís França da Guanabara – comanda uma investigação nacional, com carta branca do Marechal Costa e Silva para usar agentes do SNI e da Polícia Federal, além de polícias de todos os Estados, todos à caça dos ladrões subversivos.<sup>385</sup>

Há um superdimensionamento da revista em relação aos atos realizados pelos guerrilheiros, que são sempre chamados de terroristas ou subversivos. A reportagem faz uma comparação com uma ficção “na novela desta caçada não falta nada do que compõe um bom programa de televisão. Há assaltos espetaculares de homens com metralhadoras em bancos de todo país (...)”<sup>386</sup>.

Em relação a esses atos, a revista procura encontrar culpados: os inimigos da Nação. O imperativo categórico é identificar um culpado. “Há finalmente certos documentos atribuídos a Carlos Marighela que tornam bastante possível, se não a participação direta em assaltos a bancos e atos de terror, pelos menos sua inspiração e direção”<sup>387</sup>. O documento descreve como seria a atuação do grupo formado por Marighela: em primeiro lugar, formavam-se as bases, isto é, pequenos grupos de comunistas não filiados a partidos; em seguida, se passaria a arrecadação de fundos, de forma lícita ou ilícita. Por último, os inimigos recorreriam a atos espetaculares para chamar a atenção, abrindo caminho direto para a guerrilha.<sup>388</sup>

<sup>384</sup> Capa. *Revista Veja*, Edição n. 11, 20/11/1968, p. 1.

<sup>385</sup> A Caçada. *Revista Veja*, Edição n. 11, 20/11/1968, p. 15.

<sup>386</sup> A Caçada. *Revista Veja*, Edição n. 11, 20/11/1968, p. 15.

<sup>387</sup> A Caçada. *Revista Veja*, Edição n. 11, 20/11/1968, p. 15.

<sup>388</sup> A Caçada. *Revista Veja*, Edição n. 11, 20/11/1968, p. 17.

A seguir, a revista traz uma comparação entre a figura política de Marighela e a de Luís Carlos Prestes. Com o título “Um líder rápido” a publicação faz referência ao reconhecimento nacional destes dois líderes. Para a reportagem, Marighela obteve reconhecimento em todo o país rapidamente como um líder da esquerda, enquanto Luís Carlos Prestes não chegou a alcançar reconhecimento similar, embora se destacasse há muitos anos como uma referência política. A Revista *Veja* procura mostrar que Prestes também almejou o reconhecimento nacional quando atuou politicamente. É possível inferir, através da leitura da reportagem, que o reconhecimento político de Marighela derivava muito mais do imaginário criado em torno do seu nome como inimigo da nação do que de uma efetiva participação política.

Conforme compreende Roger Chartier, as representações do mundo social são construídas e, como tal, são determinadas pelos interesses de um grupo específico. Tais representações, baseadas na construção de imagens, procuram dar um tom de universalidade ao discurso, embora dependam justamente do grupo que os produz, bem como da posição em que se encontra este grupo. Neste sentido, o discurso da Revista *Veja* sobre o inimigo adquire importância fundamental: suas representações tendem “a impor uma autoridade à custa de outros, (...) a legitimar um projeto reformador ou a justificar as suas escolhas e condutas”<sup>389</sup>. Para o autor, as representações são lutas encabeçadas por um grupo específico que intenciona impor a sua concepção de mundo aos outros. Logo, tais lutas adquirem importância fundamental no estudo da estruturação dos discursos e da construção do imaginário.

Buscando a segurança e a ordem, os atos institucionais foram criados. Em 13 de dezembro de 1968 é baixado o Ato Institucional No. 5. O editorial do dia 18 de dezembro de 1968, o primeiro após o AI-5 ser institucionalizado, traz a sua própria justificativa: os atos institucionais seriam “meios necessários e instrumentos legais para, assegurando a ordem e tranquilidade, realizar os propósitos e os fins da Revolução de Março de 1964”<sup>390</sup>.

No dia cinco de fevereiro de 1969, passado um mês da instalação do ato institucional nº5, a revista traz uma reportagem com o título “Quem tem medo do ato?”<sup>391</sup>. O próprio texto responde a questão, com uma fala do Presidente Costa e Silva: “ninguém, de consciência ou de mãos limpas, tema o poder que, nas suas mãos, a Revolução o concentrou”<sup>392</sup>. Era a revolução responsável por trazer a paz ao país. Nesse sentido, tomava como sua responsabilidade também a eliminação dos inimigos internos da nação, que ameaçavam a ordem e a tranquilidade. A

---

<sup>389</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

<sup>390</sup> Revolução Ano Zero. *Revista Veja*, Edição n. 15, 18/12/1968, p. 16.

<sup>391</sup> Quem tem medo do ato? *Revista Veja*, Edição n. 22, 5/02/1969.

<sup>392</sup> Quem tem medo do ato? *Revista Veja*, Edição n. 22, 5/02/1969.

reportagem cita ainda a fala do General Lyra Tavares: “somente quem tem consciência de ser criminoso pode temer a ameaça da punição do crime, sobretudo se é corrupto ou subversivo”<sup>393</sup>. É possível depreender dois sentidos para essa afirmação: o primeiro, de que mesmo aquele que demonstrasse um temor diante de uma ameaça poderia ser considerado um corrupto ou subversivo, o que indicava uma culpabilidade prévia à ação; o segundo, de lançar para o medo a possibilidade de atribuir ao sujeito sua possibilidade de ser enquadrado em um ou outro delito num estado de exceção.

No dia 10 de setembro de 1969, *Veja* publicou um artigo sugestivo para interpretação. O próprio título já nos leva à reflexão: “Onde está o inimigo da Pátria?”<sup>394</sup>. A pergunta induz o leitor a pensar que tínhamos um inimigo e não sabíamos onde ele estava. Na sequência, o texto explica que seria mais fácil distinguir e combater o inimigo se ele estivesse do outro lado da fronteira, como um inimigo tradicionalmente construído. E indaga:

O que acontece, porém, se o inimigo mais perigoso estiver dentro do País, como o subversivo, que quer destruir as Forças Armadas e o regime político por meio da guerrilha no campo e na cidade, do roubo de bancos e quartéis e da propaganda política?<sup>395</sup>

Aqui há a utilização do inimigo como a figura má, perigosa, capaz de atos perigosos para atingir o seu objetivo. É importante salientar que, juntamente com o conceito de inimigo na revista, outros adjetivos aparecem a ele atrelados, tais como terrorista, subversivo ou até mesmo guerrilheiro. Essa citação ainda faz menção às Forças Armadas brasileiras que contavam, naquele momento, com o Exército, Marinha e Aeronáutica. Se o inimigo fosse externo não faltariam forças para impedir que adentrasse o país. Porém, o caso parecia ser diferente para os militares e para alguns órgãos da imprensa. O inimigo não era externo e isso o tornava ainda mais perigoso, porque ele agia dentro da própria Pátria, como uma negação da mesma. Ele atuava de forma organizada, atacando pontos-chaves no Brasil. O texto sugere o fechamento das fronteiras nacionais como forma de dificultar a fuga dos inimigos internos aos países vizinhos. No entanto, admite logo em seguida a impossibilidade de controlar de forma sistemática todas as fronteiras brasileiras. Conclui que uma ação totalmente sistemática seria impossível, pois os inimigos eram astutos e possuíam uma série de mecanismos de defesa, bem como esconderijos secretos. Logo, o texto sugere, de forma sutil que medidas tradicionais de segurança não podem e não devem ser utilizadas. Se o inimigo é astuto e é um inimigo interno, o texto permite ao leitor inferir a necessidade de medidas excepcionais para o combate desta ameaça.

<sup>393</sup> Quem tem medo do ato? *Revista Veja*, Edição n. 22, 5/02/1969.

<sup>394</sup> Onde está o inimigo da pátria? *Revista Veja*, Edição n. 53, 10/09/1969, p. 34-37.

<sup>395</sup> Onde está o inimigo da pátria? *Revista Veja*, Edição n. 53, 10/09/1969, p. 34.

Mas quem é o inimigo da pátria? A mesma reportagem responde: “Elencando os três adversários da Pátria – miséria, ameaça de fronteira e subversão - restam apenas os amigos de Guevara, Lênin e Mao contra a segurança nacional e as Forças Armadas”<sup>396</sup>. O inimigo aqui é caracterizado: todos aqueles que se agrupavam em torno das ideias de líderes relacionados ao comunismo. A própria Doutrina de Segurança Nacional passou por uma reelaboração na Escola Superior de Guerra para combater o inimigo. Lembrando Schmitt, as pessoas se agrupam em referência à possibilidade real amigo-inimigo. E ainda mais que quem detém a força de defesa do Estado é quem determina o inimigo. As próprias Forças Armadas se organizavam de forma a combater o inimigo interno tanto na terra, como no ar e no mar.

Relembrando Schmitt, o outro é o desconhecido e a diferenciação entre amigo e inimigo é necessária para balizar os graus de interação e de poder dentro da pluralidade política do Estado. Assim, toma corpo a necessidade da construção da imagem do inimigo e a atuação do regime nessa construção. Desta forma, a repressão não esteve aliada somente a tortura física: teve também ligação com a violência simbólica, difundida pelos órgãos de informação do regime e replicada pela imprensa como um todo. Em outras palavras, Caroline Bauer refere-se a um *terror ideológico* perpetrado pelos agentes do regime, cujo objetivo era definir os opositores e inimigos do regime. Para a autora, “primeiramente, as definições são mais restritivas e a repressão acaba atingindo um círculo mais limitado de opositores; posteriormente, esses conceitos tornam-se mais permeáveis e o aparato repressivo passa a combater um número maior de dissidentes”<sup>397</sup>.

### **A questão nacional em *Veja***

Além da Revista *Veja* fazer a representação de amigo-inimigo, podemos ainda perceber a questão nacional que também aparece nas reportagens, como a seguir veremos. Na coluna Bilhete do Rio, de autoria de Odylo Costa Filho do dia 10 de setembro de 1969 o autor apresenta uma breve reflexão sobre a imagem de Nação. Para o autor o instinto nacional está presente em cinco pontos. Primeiro: “na ligação do ontem ao hoje”, ou seja, a continuidade das origens daquilo que representa a Nação, segundo ponto, “no sentido geral e sem exclusões da solidariedade nacional entre o conjunto de famílias e indivíduos, entre as pessoas de qualquer raça, cor, riqueza, ofício ou roupa”. A segunda questão responde a definição de Nação. O terceiro aspecto “na necessidade de fazê-la cada vez mais integrado e mais unido esse conjunto”. O dever de fazer com que todos sintam-se brasileiros. Quarto, “na consciência do desenvolvimento, isto é, daquilo

<sup>396</sup> Onde está o inimigo da pátria? *Revista Veja*, Edição n. 53, 10/09/1969, p. 34.

<sup>397</sup> BAUER, Caroline Silveira. *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países*. 446 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação de História, Porto Alegre, 2011, p. 66.

que se conceituou como o vir a ser histórico a “nação” instintiva profunda do País foi, e virá a ser, o desenvolvimento”. O desenvolvimento como ferramenta para o crescimento da Nação. E por último e talvez mais importante do que tudo, “na confiança nas instituições permanentes”. Ou seja, elas serão as responsáveis por alavancar o progresso, a confiança nas instituições permanentes. Ao referir-se a instituições permanentes, o autor refere-se, certamente, às Forças Armadas e ao Comando Maior da Revolução.

Nesse momento, o inimigo torna-se nacional. E, a partir desta associação, é necessário combatê-lo. Conceitualmente, a nação é o objeto dos esforços do nacionalismo, portanto, é tida como uma invenção historicamente construída.<sup>398</sup> O surgimento da Nação tem como pano de fundo a constituição de um Estado. Tanto a nação quanto o nacionalismo possuem um caráter moderno, isto é, são produtos de processos modernos relacionados à burocracia, a secularização, a revolução e ao capitalismo.<sup>399</sup> Surge, portanto, a partir da efervescência da formação dos Estados-Nacionais na Europa em fins do século XVIII.

Para Anderson, a explicação do nacionalismo segue sendo motivo de prolongadas disputas. Todos os termos ligados ao fenômeno – nacionalismo, nação e nacionalidade – são difíceis de definir e mesmo de analisar. Por isso mesmo, o autor propõe uma definição: a nação seria uma comunidade política imaginada inerentemente limitada e soberana. A nação é imaginada porque os membros da nação jamais conhecerão todos os seus conterrâneos, embora mantenham viva a imagem de comunhão.<sup>400</sup> O autor demonstra ainda como a imprensa teve papel fundamental na vulgarização e na difusão da língua falada e na consolidação de uma língua nacional na Europa moderna. Para o autor, os leitores criaram um campo através do qual a imprensa formou o embrião da comunidade nacionalmente imaginada.<sup>401</sup> Assim, a imprensa ajudou a criar uma imagem de “antiguidade” fundamental para a ideia subjetiva de nação, difundindo ideias e conceitos fundamentais para a consolidação de um caráter nacional.

É nesse sentido que a *Revista Veja* acaba por se colocar: como difusora de um discurso essencialmente nacional que ambicionava a construção de imagens, reforçando a ideia de uma comunidade *imaginada*. Assim, esta comunidade deveria se mobilizar contra os inimigos da nação e tomar uma posição a favor da integridade nacional.

<sup>398</sup> Bilhete do Rio. *Revista Veja*, Edição n. 53, 10/09/1969.

<sup>399</sup> SMITH, Anthony D. O Nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org). *Um mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 187.

<sup>400</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusion del nacionalismo. Fondo de Cultura Económica, México. 1993, p. 23.

<sup>401</sup> \_\_\_\_\_. *Comunidades Imaginadas*, p. 73.



O movimento militar já no princípio definiu os amigos e dessa forma também os inimigos, uma simetria. Mesmo que eles fossem políticos seriam punidos da mesma forma, porque lembrando: o inimigo é todo aquele que é contrário e nesse caso os parlamentares que eram oposição ao regime seriam também punidos, alguns foram exilados, outros tiveram seus direitos políticos cassados de acordo com a vontade do presidente como por exemplo, Leonel Brizola e João Goulart.

Assim como a revista criou uma representação de inimigo nacional para Carlos Marighela, também o fez para Carlos Lamarca. Na edição do dia 21 de maio de 1969 a revista traz, na capa, a imagem de todos os astronautas da missão Apollo 10. Mas apresenta ainda uma lombada sugerindo outro assunto a tratar: “Revela-se o terror”, ou seja, vamos lhe apresentar o inimigo. Na reportagem, a revista traça as principais características de Lamarca, “ele é capaz de acertar uma laranja a 30 metros, com um tiro de revólver. Dirige automóvel com perícia, com o pé sempre no fundo. Fuma muito [...]”<sup>402</sup> Constatamos que Lamarca é descrito com características positivas, um homem dotado de habilidades. A reportagem ainda salienta que “Carlos Lamarca trocou a farda pela subversão”. Aqui novamente ressaltando Schmitt que definiu o inimigo, onde nem sempre são atribuídas características negativas, pelo contrário, são elencados pontos positivos, assim como quando a Revista *Veja* citou Marighela.

Através do discurso oficial, *Veja* incita continuamente a importância da população nas operações de combate aos guerrilheiros: “Torna-se, porém imprescindível a participação de todos no árduo combate a esse inimigo, que age no anonimato e traiçoeiramente”<sup>403</sup>. Retomava-se, nesse caso, o velho jargão do cidadão-soldado, que apareceu na retórica nacionalista já nos anos 20, por meio da Liga de Defesa Nacional<sup>404</sup> e de outros órgãos de difusão do nacionalismo brasileiro. E continua: “É preciso que o povo sinta a alta periculosidade dos elementos que estão tentando quebrar a ordem no País, e nos ajude dando informações e evitando que esses elementos se ocultem de nós”<sup>405</sup>.

<sup>402</sup> Ele Assalta em nome do Terror. *Revista Veja*, Edição n. 37, 21/05/1969, p. 18.

<sup>403</sup> Entrevista de técnicos militares, estudiosos e especialistas no combate à subversão e ao terrorismo. *Revista Veja*, Edição n. 48, 30/07/1969, p. 16.

<sup>404</sup> A Liga de Defesa Nacional foi criada em 1916, que tinha por objetivo "robustecer na opinião pública nacional um elevado sentimento de patriotismo" e que continua em vigor nos dias atuais. De acordo com Bilac, a defesa nacional ao qual alude o nome da Liga não se restringe ao aspecto puramente militar: passa pela necessidade do ensino público, pela melhor qualidade de vida da população e pela melhoria das condições sociais. Existem três pontos essenciais para a Liga: a necessidade da instrução pública generalizada à população, a organização do trabalho e a instrução cívica através das instituições militares. ver NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A Revista A Defesa Nacional e o Projeto de Modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)*. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em História, Porto Alegre, 2010, p. 90.

<sup>405</sup> Carta ao Leitor. *Revista Veja*, Edição n. 49, 13/07/1969, p. 15.

Na seção entrevista do dia primeiro de outubro de 1969, o General Meira Mattos, explicou as fases que segundo ele estaria passando o Brasil na chamada guerra revolucionária.<sup>406</sup>

Para Mattos,

Os exércitos ocidentais costumam dividir a guerra revolucionária em cinco fases, que são caracterizadas pelo tipo de ação subversiva desenvolvida nelas: 1) propaganda, controle e infiltração nos meios de comunicação- imprensa, agências do Governo – e administração pública; 2) além da propaganda, ações de resistência às autoridades – greves, ausência ao serviço, comícios e passeatas pacíficas; 3) todas as atividades anteriores mais terrorismo, praticado pelos elementos mais ousados através de bombas, explosões, sabotagens, roubo, sequestro; 4) guerrilhas buscando a criação dos “territórios livres” ou “zonas liberadas”; 5) formação do que chama de “Exército de Libertação Nacional”, quando a guerrilha já evoluiu e atua em grandes formações, quase como um exército regular em condições de ocupar o território conquistado e mantê-lo.<sup>407</sup>

A preocupação era que as guerrilhas tornassem mais violentas e agressivas, seguindo a sequência descrita pelo General, caso conseguissem o apoio da população. Por isso *Veja*, estava continuamente salientando a importância da população em não apoiar os movimentos revolucionários. Sempre mostrando o quão perigoso eram os terroristas, denegrindo a imagem do outro.

Nesse momento a “guerra revolucionária” representava um perigo ainda maior porque estava em fase de desenvolvimento. Para o General, a guerra revolucionária no Brasil encontrava-se na terceira fase. Ela tinha por objetivo dominar o adversário e impor-lhe a sua vontade. O general informa como o teórico da guerra revolucionária atuava: infiltrando seus elementos e convencendo a população de lutar ao seu lado. Essa era a maior preocupação da Revolução: o apoio da população. Logo, fica evidente que era preciso que as massas soubessem como agiam os terroristas, para que a mesma negasse apoio aos guerrilheiros.

A Revista *Veja* trouxe na edição do dia vinte e quatro de setembro de 1969 uma reportagem especial “As duas histórias da Revolução ou de como a guerra é a continuação da política, por outros meios”. Em subtítulo denominado “Leis e Revolução”, consta que

a Revolução tinha por inimigo – além dos subversivos de Jango, dos comandos sindicais e das organizações estudantis - um sistema político e jurídico estabelecido a dezenas de anos. E vacilava timidamente diante dele, sem saber

---

<sup>406</sup> Conforme Raquel Silva da Fonseca, podemos compreender que “A “guerra revolucionária” refere-se à tomada de poder pelo uso da força armada. Nem todo mundo aceita definição tão simples, e a expressão, de fato, tem outras conotações: que a tomada do poder se dá por um movimento político do povo ou um de base ampla; que tal tomada abarca um período de tempo razoavelmente longo de conflito armado; e que o poder é assumido para que seja levado a efeito um programa social e político bastante difundido. A expressão também implica alto grau de conscientização e que uma guerra revolucionária “está sendo travada.” Em FONSECA, Raquel Silva. *Guerré Revolutionnaire: fundamentos da doutrina e sua presença no Brasil (1958-1963)*. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2011. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 1-15.

<sup>407</sup> Entrevista General Mira Mattos. Revista *Veja*, Edição n. 56, 1/10/1969, p. 3.

se o destruía ou se encontrava uma fórmula de coexistência pacífica com o velho regime <sup>408</sup>.

Interessante perceber que neste trecho a Revista *Veja* deixa claro quem eram os inimigos: os ‘subversivos’ de Jango, os comandos sindicais e as organizações estudantis. Estes eram os inimigos contra quem se deveria lutar. Quando ela cita o “sistema político” que sistema seria esse? Seria o sistema republicano? Em nenhum momento ela especifica, não faz referência a um marco temporal, e nos remete a um tempo que não é mensurável.

A timidez foi desaparecendo no decorrer do tempo com a promulgação dos atos institucionais que de certa forma anulavam o antigo regime. O próprio AI-2 foi uma resposta para resolver os problemas jurídicos, pois o poder judiciário sofria intervenção direta do poder executivo. Além do mais o Conselho de Segurança Nacional (CSN), passou a ter papel fundamental na Revolução, incluindo como inimigos da pátria os inimigos da revolução, de acordo com a reportagem.

A edição 62, do dia doze de novembro de 1969, traz em sua capa a foto de Marighella morto, ao fundo da imagem os homens que o mataram. Olhando a imagem o que se vê em primeiro plano são os profissionais que o executaram só depois é possível visualizar a imagem do corpo e a pergunta “O terrorismo morreu com Marighella?”. A carta ao leitor mostra que *Veja* baseada em elementos concretos já sabia que Marighella seria preso ou morto. A mesma descreve as edições em que mostra que a mesma também esteve no rastro do “terrorista”. “Faz uma ano aliás que *VEJA* está na pista de Carlos Marighella: no número 11 de 20 de novembro de 1968 antecipávamos a escalada da subversão por ele comandada”<sup>409</sup>. A mesma descreve os passos do terror como se ela soubesse como seria a atuação dos mesmos.

A morte de Marighella, segundo a revista, demonstrou que os organismos responsáveis tinham atingido seus objetivos “(...) o fim do terrorismo, põe por terra pelo menos a impressão de uma estrutura sólida e imbatível da subversão”<sup>410</sup>. A tática para combater Marighella foi a mesma utilizada no combate aos “marginais comuns”, de acordo com a revista. Segundo um delegado do DOPS “quando a gente prende um malandro, ladrão ou assassino, enfim um bandido e a gente sabe que ele tem um companheiro, obrigamos o preso a nos levar até o barraco onde o outro mora”<sup>411</sup>.

<sup>408</sup> As duas histórias da Revolução. *Revista Veja*, Edição n. 55, 24/09/1969, p. 30.

<sup>409</sup> Carta ao Leitor. *Revista Veja*, Edição n. 62, 12/11/1969, p. 21.

<sup>410</sup> Estratégia para Matar o Terror, *Revista Veja*, Edição n. 62, 12/11/1969, p. 25.

<sup>411</sup> Estratégia para Matar o Terror, *Revista Veja*, Edição n. 62, 12/11/1969, p. 25. O DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) foi criado em 1924, utilizado principalmente durante o Estado Novo e mais tarde na Ditadura Militar, onde o objetivo era controlar movimentos contrários ao regime no poder.

Como fica claro na reportagem “o combate ao terror”. O que se compreende é que o esquema da repressão foi se articulando de forma a derrubar o inimigo. No decorrer da reportagem a revista retoma a construção do inimigo a partir de suas qualidades “ele era o líder mais importante, o único que reunia qualidades indispensáveis para comandar a subversão violenta. Tinha longa experiência de luta clandestina, possuía habilidade política” e ainda complementa “e era um homem de ação, que inspirava ação em seus comandos”<sup>412</sup>. Com sua morte a pergunta era quem iria substituir Carlos Marighella. O primeiro nome que se levantava era o de Carlos Lamarca, apesar de ser considerado pela revista como inexperiente e despreparado para a luta clandestina. A reportagem sugeria ainda Leonel Brizola e Onofre Pinto. Segundo a Revista, Brizola seria um apontado como substituto porque seus discursos defendiam decisões violentas para os problemas nacionais. Brizola, desde 1964, teria seu nome ligado a movimentos revolucionários, sobretudo àqueles ligados as tentativas de tomar o poder pela via da revolução.

Quando Jânio Quadros, então presidente do Brasil, renunciou a seu cargo quem deveria assumir o poder seria o vice-presidente João Goulart, porém algumas forças oposicionistas não queriam que ele assumisse. Então Brizola destacou-se como um líder na defesa da Constituição, Jango assumiu o poder sob a forma presidencialista só em janeiro de 1963 realizou-se um plebiscito onde a população escolheu pela volta do presidencialismo. Em março de 1964 com o golpe, Jango e Brizola exilaram-se, mas por parte da oposição havia um certo temor que essas lideranças tivessem envolvimento com os “terroristas” que estavam no Brasil.

A Revista *Veja* até cogitou a possibilidade Brizola ser o substituto de Marighella, mas mais tarde afirma “a Brizola são debitados os fracassos de duas tentativas de guerrilha rural: uma no Sul [...] e outra em Minas na Serra do Caparaó. Tais fatos o tornam desacreditado entre as esquerdas no Brasil”<sup>413</sup>

### **Conclusão**

A Revista *Veja* claramente criou um discurso de oposição, durante o período aqui analisado, entre o amigo e o inimigo da nação. Através de recursos discursivos, a revista elaborou a imagem do inimigo da nação e, com isso, atribuiu uma série de características a este inimigo: subversivo e terrorista, por um lado, e brasileiro e comum do outro. Assim, era possível ao leitor compreender que qualquer cidadão poderia ser um inimigo em potencial, ou seja, mesmo

---

<sup>412</sup> Estratégia para Matar o Terror, *Revista Veja*, Edição n. 62, 12/11/1969, p. 30.

<sup>413</sup> Estratégia para Matar o Terror, *Revista Veja*, Edição n. 62, 12/11/1969, p. 30.

caracteres definidores da nacionalidade brasileira – como gostar de futebol ou de caipirinha – poderiam caracterizar o inimigo.

Por outro lado, o discurso da revista atribui o símbolo maior ao inimigo: seu caráter comunista e a possibilidade real deste inimigo tomar o poder, ou ao menos, desestabilizar o país, com o objetivo de tomar o poder e instaurar o comunismo no Brasil. Para tanto, a revista se esforça na caracterização desta imagem, buscando em segundas reportagens responder a pergunta: quem eram os inimigos da nação brasileira?

O discurso nacional é imprescindível neste momento: discursos de caráter nacionalista tendem a surgir justamente em momentos de crise na história com a reafirmação de certos caracteres nacionais. Buscam, com isso, a renovação ou a atualização de discursos, cujo objetivo final é instituir determinado ponto de vista. Amparados em Chartier e o uso das representações por determinadas elites, é possível compreender de forma mais clara o esforço empreendido pelos editores e jornalistas da Revista *Veja* durante o período aqui analisado na construção do inimigo nacional e sua representação.

Recebido em: 25/06/2013

Aceito em: 13/04/2014

## A invenção dos trópicos: clima e dominação à luz do Orientalismo de Edward Said

**Luis Fernando Tosta Barbato**

Doutorando em História

Universidade Estadual de Campinas, Bolsista da FAPESP

[lfbarbato@gmail.com](mailto:lfbarbato@gmail.com)

**RESUMO:** Edward Said, em seu livro *Orientalismo*, traz o Oriente como uma invenção do Ocidente, um território criado pela Europa para ser seu concorrente cultural, marcado pelo exotismo, pela homogeneização e pela inferioridade, o que justificaria as práticas imperialistas que as potências europeias impuseram sobre aquela região. O que buscamos neste artigo é trazer a teoria de Said para os Trópicos, mostrando que, assim como o chamado Oriente, as regiões tropicais foram também forjadas pela Europa como seu concorrente geográfico, marcado por uma natureza e por populações distintas e inferiorizadas, o que justificava, tal como ocorreu com o Oriente, juízos de valor e práticas imperialistas. Para corroborar essa ideia, traremos a América de clima tropical e a América de clima temperado analisadas de maneira comparativa, ressaltando que a primeira, de clima distinto do clima europeu era vista como lugar de atraso e dominação, enquanto a segunda era vista como lugar de progresso e de civilização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Clima, Natureza, História Cultural.

**ABSTRACT:** Edward Said in his book *Orientalism*, brings the Orient as an invention of the West, a territory created by Europe to be its cultural contestant, marked by exoticism, the homogenization and the inferiority, which would justify imperialist practices that European powers imposed on that region. What we seek in this article is to bring the theory of Said for the Tropics, showing that, like the Orient, the tropical regions were also forged by Europe as its geographic contestant, marked by a nature and distinct and inferior people, which justified, as happened with the East, judgments and imperialist practices. To support this idea, we will bring a America of tropical climate and a America of temperate climate, analyzed in a comparative way, emphasizing that the first, distinct of the European climate, was seen as a place of backwardness and domination, while the second was seen as a place of progress and civilization.

**KEYWORDS:** Climate, Nature, Cultural History.

Desde a primeira página de seu *Orientalismo*<sup>414</sup>, Said já deixa clara a ideia de que “o Oriente era quase uma invenção europeia, e fora desde a Antiguidade um lugar de romance, seres

---

<sup>414</sup> Said nos apresenta três definições do Orientalismo, sendo a primeira delas acadêmica, na qual engloba todos aqueles, sejam historiadores, antropólogos, linguistas, sociólogos, e etc., que trabalham com temas relativos ao Oriente. A segunda definição apresenta-se em uma distinção ontológica e epistemológica entre Ocidente e Oriente, definição abraçada por uma série de romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e etc... que aceitaram a distinção básica entre Ocidente e Oriente. Já o terceiro sentido se apresenta como a instituição negociada para organizar com o Oriente, fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o, ou seja, nesse terceiro viés, o orientalismo assume-se como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente. Cf. SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 14-15.

exóticos, de memórias e paisagens obsessivas, de expressões notáveis<sup>415</sup>. Desta maneira, Said enxerga o Oriente, tal como o percebemos, como o fruto de uma empresa essencialmente franco-britânica – não que portugueses, russos, espanhóis, italianos, alemães e suíços não tenham dela participado<sup>416</sup> - na qual se forjou uma longa tradição a respeito de tudo aquilo que deveria ser chamado genericamente de “Oriente”, baseado num lugar especial que todo aquele amplo espaço geográfico deveria ocupar dentro do imaginário europeu<sup>417</sup>.

O Ocidente – leia-se Europa ocidental – enxerga e concebe então tudo aquilo existente nas terras do leste como “Oriental”, e a partir das diferenças, forja esse Oriente como um concorrente cultural, ajudando a definir a Europa (ou, o Ocidente), como sua imagem, ideia, experiência e personalidade contrastantes, como nos diz Said, tanto que um dos objetivos do livro é mostrar que a cultura europeia ganhou força e identidade comparando-se com o esse Oriente, colocando-se perante a ele como uma identidade substituta, na qual ele fazia o papel do distinto, do subterrâneo, do clandestino<sup>418</sup>.

Tal ideia de Said é bastante interessante àqueles que se dedicam aos estudos culturais, principalmente se o ponto de análise se calcar nas relações Europa e o que convencionou-se chamar de Terceiro Mundo, pois nos permite observar que essa relação desigual entre Ocidente e Oriente, entre um força que classifica, demonstra e domina algo menos potente, se estende muito além dessa relação Oeste-Leste, e pode ser estendida a outros elementos, que seguem uma ótica bastante semelhante à essa “orientalista”.

Da mesma maneira que sobre o dito Oriente voltaram-se escritos que o descrevem e o classificam, a fim de firmar discursos marcados por ideias retóricas e estereótipos, que reafirmam, de maneira “ensurdecidamente repetitiva” a necessidade de se levar a civilização europeia a esses povos, deixando assim ainda mais pesado o fardo do homem branco<sup>419</sup>, sobre os trópicos também se forjaram concepções semelhantes, que o colocavam como o exato oposto do ideal clima temperado da Europa (que na teoria de Said, se confunde com o chamado Ocidente).

Desta maneira, os trópicos surgem no imaginário europeu como aquilo que a Europa das altas latitudes não é, ou não tem: a exuberância, o perigo, a inspiração, a preguiça, a fartura, a

---

<sup>415</sup> SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, p. 13.

<sup>416</sup> \_\_\_\_\_. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, p. 13-16.

<sup>417</sup> Vale ressaltar desde já que Said não crê no Oriente como uma mera invenção do Ocidente, mas sim que sobre esse espaço geográfico foi forjado um discurso - inserido dentro da ótica de investimentos coloniais – a fim de garantir uma hegemonia europeia capaz de justificar sistemas de poder e dominação, como veremos mais a frente. No entanto, vale ressaltar que Said não nega a existência do Oriente, apenas analisa sua “versão” criada a partir dos discursos europeus, dentro da experiência ocidental europeia.

<sup>418</sup> Não que essa distinção fosse fruto de uma mera percepção da diferença, sem que interesses de dominação estivessem envolvidos, como veremos mais a frente.

<sup>419</sup> SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 11-18.

doença. E como nos salientou Wilma Peres Costa, a persistência da necessidade de olhar para a realidade interna através do olhar europeu talvez seja mais uma das peculiaridades das nações do Novo Mundo, o que impele que dentro de um jogo de espelhos deformantes, nos quais os brasileiros viam seu próprio país pelo olhar do outro – europeu como um todo, mas e em especial francês -, um mal-estar se fazia crescente.

Afinal, apresentava-se uma relação assimétrica<sup>420</sup> entre o Brasil, marcado pelo seu clima tropical, antagônico ao clima temperado, e a Europa, com a marca do desequilíbrio de uma cultura percebida como central e prestigiosa, em expansão e que se pensava universal, frente a uma cultura em gestão e dependente<sup>421</sup>, o que ressalta mais uma vez o caráter “orientalista” da relação Europa temperada-tropicais, que está imersa no mesmo sistema de injustiças que pauta as relações Oriente-Occidente<sup>422</sup>.

Para mostrar essa ótica de descrição, que remete a uma inferioridade, e que justifica a dominação, vamos começar pela distinção entre os discursos europeus a respeito da América, e como eles foram apropriados de maneira a alicerçar uma identidade nacional, tomando como exemplo as diferenças de tratamento entre a zona temperada e a zona tropical do continente, de modo a justificar essas nossas aproximações entre os trópicos e o Oriente, uma vez que ambos assumem papéis identitários inferiores e opostos, e logo justificam projetos de dominação por parte de uma cultura hegemônica<sup>423</sup>. Isso porque, os tratamentos e representações acerca de uma América do Norte, de inclemente clima temperado, próximo ao padrão europeu, e por isso, forte e próximo à civilização, se distinguem das visões e imagens da América tropical, em tudo distinta do modelo europeu, e por isso inferior por sua própria tropicalidade.

Desta maneira, podemos dizer que nos Estados Unidos o processo de valorização de sua natureza havia começado desde o pós-independência, quando defensores do mundo natural norte-americano se opunham a Buffon e De Pauw<sup>424</sup> e empenhavam-se na tarefa de provar que a

---

<sup>420</sup> Essa relação assimétrica, marcada pela visão de uma cultura presumidamente superior em relação a uma ainda em gestação, calcada ainda na natureza, e não na história, fica evidente no trecho a seguir, de autoria Abel Bonnard: “[os brasileiros] mostram-nos os tesouros de seu solo e pedem-nos os da nossa cultura. Isso lembra a fraqueza e a ingenuidade das antigas trocas: eles nos oferecem borboletas e nos pedem ideias”. Cf. BONNARD, Abel. *Ocean et Brésil*. Apud. CARELLI, Mario. *Culturas Cruzadas: Intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas, SP: Papyrus, 1994. p. 17.

<sup>421</sup> CARELLI, Mario. *Culturas Cruzadas*, p. 59-60.

<sup>422</sup> SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*, p. 23.

<sup>423</sup> \_\_\_\_\_. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. p.19.

<sup>424</sup> Conhecidos por valerem-se de teorias que detratavam a natureza do Novo Mundo, trazendo-a como pouco pouca ativa, em comparação à natureza Europeia (como é o caso de Buffon), ou mesmo que elas conduziam seus viventes (o que incluía os seres-humanos) a um processo de degeneração (como é o caso de De Pauw). Cf. GERBI, Antonello. *O Novo Mundo – História de uma polêmica 1750 -1900*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.



natureza de seu país era, em muitos aspectos, superior à do Velho Mundo<sup>425</sup>. Processo muito distinto daquele que se deu no Brasil, por exemplo, no qual provar que nossa natureza, apesar de bela e próspera, era superior às paragens europeias era algo bastante complicado, pois há séculos se propagava sua ideia de inferioridade.

Maria Lígia Prado nos traz a noção da existência entre os norte-americanos de uma suposta missão civilizadora, que teriam eles recebido da Divina Providência, o que incluía uma vocação inata para a conquista territorial, como que um Destino Manifesto. Segundo a autora, “desenhava-se a ideia de um povo eleito por Deus, uma espécie de Israel moderna, que alcançaria as alturas predestinadas graças aos esforços e habilidades de seus extraordinários habitantes”<sup>426</sup>.

Com a natureza, não era diferente, afinal, ela também havia sido escolhida por Deus, as *wilderness*<sup>427</sup> norte-americanas, jovens e puras, se apresentavam como um contraponto ao velho e desgastado continente europeu. Seria essa natureza o palco do nascimento de uma nova história, pronta para romper com o passado e se conectar com o futuro<sup>428</sup>. Era a mesma natureza das altas latitudes, que guardadas as distâncias e diferenças continentais, continuava, na sua dureza, a forjar homens fortes e rijos, capazes de conduzir um processo civilizatório.

Esse movimento de valorização da natureza norte-americana, que foi incentivado por uma gama de poetas, pintores e escritores, como mostra Maria Stella Bresciani, foi acompanhado de uma clara distinção entre a América do Norte, de clima temperado, e o restante do território americano, situado nos limites tropicais<sup>429</sup>, o que reforça a nossa teoria de distinção entre um aclamado clima do progresso (o clima temperado, da Europa), que deveria dominar, e um clima do atraso (o clima tropical, de uma vasta área colonial), que deveria ser dominado e civilizado.

Nesse ponto, a obra de Tocqueville nos comprova isso, e também nos mostra que as ideias hipocráticas, que pregavam uma suposta superioridade daqueles que habitavam as zonas

---

<sup>425</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 186.

<sup>426</sup> \_\_\_\_\_. *América Latina no Século XIX*, p. 186.

<sup>427</sup> Não há uma tradução exata do termo *wilderness* para o português, segundo Maria Lígia Prado, sertão, floresta primitiva, selva, seriam traduções compatíveis. Mary Anne Junqueira nos revela que “na sua forma mais antiga (...) *wilderness* estava relacionado com florestas, lugares habitados por bestas selvagens ou homens selvagens: *wildman*. Ao mesmo tempo, significava que o homem era tomado pelo estranhamento, sentindo-se desorientado nessas florestas. Cf. JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970)*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de História, 1998. p. 54.

<sup>428</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Vianna entre Intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 64.

<sup>429</sup> \_\_\_\_\_. *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade*, p. 66.

temperadas, tidas como mais desafiadoras à empresa humana que as tropicais, e por isso benéficas para seu desenvolvimento físico e mental, ainda continuavam vivas no século XIX<sup>430</sup>:

Quando os europeus desembarcaram nas praias das Antilhas e mais tarde, nas costas da América do Sul, julgaram-se transportados para regiões fabulosas que os poetas haviam celebrado. O mar brilhava com os fogos do trópico; a extraordinária transparência das suas águas descobria pela primeira vez os olhos do navegador a profundidade dos abismos. Aqui e ali surgiam pequenas ilhas perfumadas, que pareciam flutuar como corbelhas de flores na superfície tranqüila do oceano. Tudo o que se oferecia à vista, naqueles lugares encantados, parecia preparado para as necessidades do homem, ou calculado para os seus prazeres(...)<sup>431</sup>.

À primeira vista, o relato de Tocqueville nos mostra mais um europeu que ficou estarrecido com as belezas naturais das zonas tropicais, no entanto, a continuação do trecho nos mostra que a opinião de Tocqueville sobre os trópicos não eram nada positivas:

Sob aquele manto esplendente, achava-se escondida a morte; ninguém a percebia, então, todavia, e reinava no ar daqueles climas não sei que influencia debilitante, que ligava o homem ao presente e lhe tirava as preocupações com o futuro (...). A América do Norte apareceu sob outro aspecto: ali, tudo era grave, sério, solene; dissera-se que fora criada para se tornar uma província de inteligência, enquanto a outra [a tropical] era a morada dos sentidos. Um oceano turbulento e brumoso banhava as suas praias; rochedos graníticos ou bancos de areia serviam-lhe de cinta; as matas que cobriam as suas margens exibiam uma folhagem sombria e melancólica; via-se crescer ali quase que só o pinheiro, a conífera, o carvalho verde, a oliveira selvagem e o loureiro (...). Nesse ambiente também a “morte golpeava”, mas de certa maneira, a “morte vinha em socorro da vida”. Uma e outra faziam-se presentes e pareciam desejar confundir e misturar suas obras<sup>432</sup>.

Segundo Bresciani, ancorado em pressupostos mesológicos, mas também recorrendo às concepções do *belo*, do *sublime* e do *pitoresco*, Tocqueville estabeleceu um confronto entre a difícil natureza da América do Norte, apropriada para formar homens fortes, e a natureza paradisíaca dos mares do Sul, cuja beleza idílica poderia guardar a morte, em uma relação dissimulada pelos próprios benesses tropicais<sup>433</sup>.

Continua Bresciani, afirmando que nas palavras de Tocqueville, a natureza obriga os homens a um destino quase inescapável, e fugir a ele exigia astúcia e persistência, sabendo intervir no momento mais propício. Desta maneira, a morte também se fazia mais presente nas terras

---

<sup>430</sup> Vale frisar que nos anos de 1850, Thomas Buckle editava sua *History of Civilization in England*, no qual mantinha a ideia de uma supremacia europeia e debilidade asiática, causadas pelas condições ambientais - principalmente climáticas - de ambos os continentes. Era um claro exemplo de que as teorias hipocráticas ainda estavam em voga no pensamento europeu. Cf. ARNOLD, David. *La Naturaleza como Problema Histórico: El medio, la cultura y la expansión de Europa*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2000, p. 30.

<sup>431</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo: EDUSP, 1987, p. 25.

<sup>432</sup> \_\_\_\_\_. *A Democracia na América*, p. 25-26.

<sup>433</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade*, p. 66.

setentrionais “e ali golpeava sem descanso”, não se tratava, porém de presença velada e traiçoeira, como ocorria no caso dos trópicos, mas sim de um desafio aberto<sup>434</sup>.

Assim, podemos notar que havia no século XIX uma rede de tensões que trazia os trópicos ora vistos como motivo de orgulho – afinal, era lugar de beleza e prazer, mesmo que isso pudesse acarretar em consequências nefastas para a civilização<sup>435</sup> -, ora vistos como motivo de preocupação, em um movimento que dividia claramente o globo em uma zona temperada, lugar do trabalho e do progresso, e outra negativa, lugar do deleite e do atraso, o que presumia de estratégias que fossem capazes de contornar tais sentenças nada alentadoras.

Isso porque, as regiões tropicais, das quais o Brasil era importante representante, eram sempre descritas como terras marcadas por uma beleza incomensurável, onde a vida fluía fácil, uma vez que sua fartura proporcionava uma vida sem sofrimentos aos seus habitantes, se comparados aos que viviam nas regiões temperadas, que sofriam com as bruscas mudanças de temperatura, e com os invernos inclementes. O trecho a seguir, de Sebastião da Rocha Pita, ressalta esse caráter edênico da natureza tropical brasileira:

Em nenhuma outra Região se mostra o Ceu mais sereno, nem madrugada mais bella a Aurora: o Sol em nenhum outro Hemisferio tem os rayos tão dourados, nem os reflexos nocturnos tão brilhantes: as Estrellas são as mais benignas, e se mostrarão sempre alegres: os horisontes, ou nasça o Sol, ou se sepulte, estão sempre claros: as aguas ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoações no aqueductos, são as mais puras: é enfim o Brasil Terreal Paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os mayores rios: domina salutarifero clima; influem benignos Astros e respirão auras suavissimas, que o fazem fértil, e povoado de innumeráveis habitadores, posto que por ficar debaixo da Torrida Zona, o desacreditassem, e dessem por inabitavel Aristoteles, Plinio e Cicero(...)<sup>436</sup>.

Nesse mesmo sentido, outro que deixa claro em seus relatos que o Brasil tropical era um lugar de belezas e deleites, que enchiam os olhos daqueles que o visitavam é o viajante francês Jean de Léry, que visitou o Brasil ainda nos primórdios de seu tempo colonial:

Por isso, quando a imagem desse novo mundo, que Deus me permitiu ver, se apresenta aos meus olhos, quando revejo assim a bondade do ar, a abundância de animais, a variedade de aves, a formosura das árvores e das plantas, a excelência das frutas e em geral, as riquezas que embelezam essa terra o Brasil, logo me acode a exaltação do profeta no salmo 104:

*Ó seigneur Dieu, que tes oeuvres divers  
Sont merveillex par Le monde univrs:  
Ó que tu as tout fait par grande sagesse!*

<sup>434</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade*, p. 67.

<sup>435</sup> Para maiores esclarecimentos sobre esse ponto Cf. BARBATO, Luis Fernando Tosta. *Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira*. Campinas, SP: [s. n.], 2011.

<sup>436</sup> PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1950, p. 23.

*Bref, La terre est pleine de ta largesse*<sup>437</sup>.

Os exemplos que trazem essa vertente edênica da natureza tropical brasileira são inúmeros, e ressaltam que essa visão positiva – pelo menos em uma primeira análise – dos trópicos era constante. No entanto, toda essa natureza generosa e bela se projetava nos seus habitantes, gerando povos fracos por sua indolência, imprevidência e lascívia exacerbadas, o que gerava esse descompasso civilizacional entre a Europa e os Trópicos. Havia claramente duas zonas climáticas distintas, uma temperada, europeia, feia e dura, mas que produzia a civilização, e outra, tropical, linda e generosa, mas que gerava o atraso e a barbárie, portanto, inferior ao seu concorrente. O trecho a seguir, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – o IHGB –, ressalta essa relação entre as amenidades dos trópicos, e a fraqueza de suas gentes, sendo o clima tropical responsável por mazelas civilizacionais como a indolência e a imprevidência:

O índio era indolente e preguiçoso, porque a natureza, como mãe pouco providente que á força de extremos e caricias mal educa os seus filhos, tinha sido excessivamente prodiga para com elles. Carecia de pouco para viver, e esse pouco, a benignidade do clima, a fertilidade do terreno, lhes asseguravam em todos os tempos e em todos os lugares: tinham abundancia de caça, de pesca, de diferentes fructos segundo as quadras do anno, de modo que, fazendo plantações, não carecia reservar colheita para alguma occurrencia imprevista. Que lhes importava o futuro? Viveriam seus filhos como elles<sup>438</sup>.

Ou ainda:

O sertanejo não precisa trabalhar mais que uma semana no seu mandiocal para ter seguro o pão de um anno inteiro, seus campos e rios lhe ofertam o conducto, isto só lhe basta, de nada mais necessita; e eis aqui toda a agricultura d’este paiz foi reduzida a uma pequena plantação de mandioca para cada morador<sup>439</sup>.

Assim, o clima tropical criava uma situação que permitia à Europa, no seu posto de modelo e padrão civilizacional, homogeneizar, classificar e intervir nessas terras de baixas

---

<sup>437</sup> “Senhor Deus, como tuas obras diversas são maravilhosas em todo o universo! Como tudo fizeste com grande sabedoria! Em suma, a terra está cheia de tua magnificência.” Cf. LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 181.

<sup>438</sup> DIAS, A. Gonçalves. Brasil e Oceania. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXX. Rio de Janeiro: B.L.Garnier-Livreiro-editor, 1867. p. 140. É importante que ressaltemos aqui que Gonçalves Dias não negava uma suposta indolência do indígena motivada pelo meio em que vivia, como observamos, no entanto, segundo esse romântico indigenista, tal preguiça não era absoluta, mas podia ser relativizada, sendo que ela era ativo em outros meios que lhe convinham, como a guerra e a caça.

<sup>439</sup> CONSIDERAÇÕES sobre as duas classes mais importantes de povoadores da capitania de Minas Geraes, como são as de mineiros e agricultores, e a maneira de as animar. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXV. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos, 1862. p. 433; Podemos ainda, nesse sentido, citar o seguinte trecho: “É habitada [a vila de Moira, no norte do Brasil] de muitos moradores brancos e Indios; porém assim aquelles como estes se entregam á ociosidade de tal maneira, que se não póde verdadeiramente reconhecer qual é o genero de commercio ou de agricultura que exportam”. Cf. DIÁRIO da viagem que fez á colonia hollandeza de Surinan o Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da cidade do (ilegível), pelos sertões e rios d’este Estado em diligência do Real serviço. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1846. p. 13.

latitudes, uma vez que eram inferiores, tal como ocorreu, guardadas certas diferenças, em relação ao Oriente. Isso porque, como podemos observar, gerava povos carentes de impulso civilizacional, e dependentes, portanto, da civilização que desembarcava junto com os navios europeus.

É importante ainda citar que principalmente a partir da segunda metade do século XIX, ou se mescla ou se confunde um outro elemento que também participou do processo de distinção e detração dos trópicos por potências europeias: a raça.

Segundo Arnold, os motivos para a ascensão dessa nova maneira de classificação dos homens seriam: 1) O problema da escravidão e da abolição promoveu intensos debates sobre a questão racial em ambos os lados do Atlântico, no que concernia sobre a questão de os africanos pertencerem ou não a uma subespécie humana distinta, presumidamente inferior. 2) A crescente ascensão militar e econômica da Europa se tornava como um sinal de que os europeus eram uma raça superior, principalmente quando sua chegada a muitas partes do mundo foi seguida pelo decréscimo populacional, ou mesmo extinção dos povos nativos conquistados. 3) Os séculos XVIII e XIX assistiram a um rápido crescimento dos estudos das ciências biológicas, o que fomentou o debate acerca das diferenças entre os seres-humanos.<sup>440</sup>

Além da combinação desses fatores, não podemos nos esquecer da publicação de *A Origem das Espécies*, em 1859, por Charles Darwin. Com sua luta entre as espécies e a “sobrevivência do mais apto”, parecia que Darwin havia quebrado a ideia de natureza como algo fixo e harmonioso concebido por Deus. Logo essas ideias evolutivas passaram a ser usadas também na análise das sociedades humanas, e serviram de apoio para concepções de que as diferentes raças representavam estados diferentes do processo evolutivo, e que as diferentes condições ambientais haviam sido fator significativo de diversificação<sup>441</sup>.

Nesse contexto, os discursos pregavam que as civilizações não eram espécies imutáveis, mas sim evoluíam e caíam em resposta a certas condições ambientais, batalhavam com seus concorrentes pela supremacia no ambiente e sobrevivência. E as civilizações que nunca enfrentaram reveses, porque nunca precisaram se preocupar e se programar para o futuro, uma vez que os generosos trópicos tudo lhes ofereciam sem esforço, e que por isso eram fracos, se viam distante de povos fortes, oriundos dos impiedosos climas temperados. Nesse contexto, aos fracos, cabia a sujeição, uma vez que séculos de diferenças climáticas haviam levado a esse desfecho.

---

<sup>440</sup> ARNOLD, David. *La Naturaleza como Problema Histórico: El medio, la cultura y la expansión de Europa*, p. 30.

<sup>441</sup> \_\_\_\_\_. *La Naturaleza como Problema Histórico*, p. 31.

Podemos encontrar um exemplo do uso dessa teoria nos dizeres do naturalista Alfred Russel Wallace, que em 1864, acreditava que na luta pela vida, as populações menos desenvolvidas mentalmente seriam extintas ao entrar em contato com os europeus:

¿No es un hecho que en todas las épocas y en cada rincón del globo, los habitantes de las regiones templadas han sido superiores a los de las regiones tropicales? Todas las grandes invasiones y todos los grandes desplazamientos han sido de norte a sur, pero no al revés; y no tenemos registro de que alguna vez haya existido, como tampoco hoy existe, un solo caso de civilización intertropical.<sup>442</sup>

Ou ainda no trecho a seguir, do diplomata francês Jules Harmand, escritas no início do século XX, que mostra que a Europa estava fadada a conquistar e a levar sua civilização a povos inferiores:

É necessário, pois, aceitar como princípio e ponto de partida o fato de que existe uma hierarquia de raças e civilizações, e que nós pertencemos à raça e civilização superior, reconhecendo ainda que a superioridade confere direitos, mas, em contrapartida, impõe obrigações estritas. A legitimação básica da conquista de povos nativos é a convicção de nossa superioridade, não simplesmente nossa superioridade mecânica, econômica e militar, mas nossa superioridade moral. Nossa dignidade se baseia nessa qualidade, e ela funda nosso direito de dirigir o resto da humanidade<sup>443</sup>.

Desta maneira, vemos um quadro no qual o Brasil, com toda a carga de inferioridade que seu clima tropical lhe acarretou, encontrava-se no lado mais fraco da civilização, e portanto, apto a ser dominado pelos fortes vindos do norte. Assim, ainda no século XIX, naturalistas, antropólogos, historiadores e geógrafos, reformularam as ideias da influência do meio ambiente sobre o homem, como vimos, de maneira a satisfazer os imperativos de uma nova era imperial.

Esse novo imperialismo, combinado às ideias de darwinismo racial, evolucionismo, positivismo, naturalismo, entre outras teorias, que segundo Schwarcz<sup>444</sup>, foram popularizadas nessa época justamente para fomentar as práticas imperialistas, empurraram as ideias do papel do meio na conformação do homem em proeminências excepcionais, como diz Arnold, entre os anos 90 do século XIX e o início do século XX<sup>445</sup>.

Tudo isso também pulula e perturba nossos homens de letras e ciências preocupados com os futuros da nação que estavam envoltos nessa rede de saber que condenavam o próprio lugar em que viviam, afinal, estaria o Brasil sentenciado ao fracasso devido ao seu clima tropical e sua população, formada por parcela expressiva de negros, índios e mestiços, povos que, respeitados

<sup>442</sup> WALLACE, Alfred Russel. *The Origin of Human Races and the Antiquity of Man Deduced from the Theory of 'Natural Selection'* Apud ARNOLD, David. *La Naturaleza como Problema Histórico*, p. 32

<sup>443</sup> SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*, p. 48.

<sup>444</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993. p. 28.

<sup>445</sup> ARNOLD, David. *La Naturaleza como Problema Histórico*, p. 34.

os cânones vigentes da ciência oitocentista, estariam fadados a desaparecer perante raças superiores, notadamente europeias? A ver pelo avanço europeu no Brasil, parecia certo dentro desse Brasil oitocentista, embalado pelas teorias que citamos, que os fracos povos nativos tropicais sucumbiriam nessa desmedida luta entre bárbaros e civilizados, como podemos constatar ao analisar o trecho a seguir, publicado na Revista do IHGB:

O nome de Goytacazes, dado a estes campos, lhe advem da tribo principal dos índios que primitivamente os habitavam e que a civilização exterminou pelo mais certo ou obrigou a procurar outro assento. Assento é um modo de dizer, porque, errabundos como eram por natureza os nossos autoctones, misturaram-se seguramente estes com os das demais tribus que encontraram, ao recuarem diante do europeu, e se absorveram nellas, a menos que não se quera accéitar como a da verdade histórica a causa do extermínio da raça aborígine referida pelo chronista da Companhia de Jesus que adeante citarei [trata-se de Joam d'Almeida]<sup>446</sup>.

Essas ambiguidades entre um clima benigno e belo, mas ao mesmo tempo nocivo, mostram as dificuldades sofridas no processo de valorização de uma natureza tropical, aumentadas em relação ao processo pelo qual passou os intelectuais norte-americanos, afinal, essa tensão entre o pertencimento a um clima visto como inapto à civilização, e a vontade de torna-lo evidente e objeto de orgulho nacional não existia para aqueles outros americanos. Os americanos já partilhavam do clima do progresso europeu, não passavam pelos mesmos julgamentos que os tropicais brasileiros passavam, afinal, já faziam parte do grupo do progresso formado pelos povos das altas latitudes.

E nesse ponto, clima e raça convergem para um mesmo ponto, afinal, eram as raças inferiores, menos capazes, justamente aquelas oriundas dos trópicos, que, segundo a tradição europeia, foram forjadas sob o signo da preguiça, do sensualismo e da debilidade moral que os trópicos proporcionavam. Mesmo quando o centro da análise estava calcado na raça, e não no clima, esse último elemento não deixava de atuar, pois, se as consideradas raças inferiores poderiam ser culpadas como responsáveis pelas mazelas do Brasil, os trópicos podiam ser culpados pelas mazelas dessas raças, o que abria espaço para que os fortes europeus interviessem nos fracos brasileiros, respaldados por toda uma gama de estudos que comprovavam essa dissonância de força civilizacional entre os dois povos.

Desta maneira, podemos afirmar que assim como Said havia concebido a distinção entre o Oriente e o Ocidente, o mesmo poderia se aplicar em relação ao Tropical e ao Temperado. Em um paradigma que norteou o pensamento de nossos pensadores oitocentistas, no qual o bem e o mal andariam lado a lado, no qual o progresso era um sonho possível, e o fracasso era uma

---

<sup>446</sup> MELLO, José Alexandre Teixeira de. Campos dos Goytacazes. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*. Tomo XLIX. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1886, p. 9.

realidade palpável, no qual os trópicos reais poderiam ser muitos mais feios e tenebrosos que aqueles difundidos pelos primeiros viajantes e colonizadores que aqui estiveram, mas que também poderiam ser muito mais promissores que aqueles trópicos pregados pelos teóricos setecentistas da Ilustração, o Brasil estava fadado a ficar a meio caminho entre o desejo de progresso e a sua inculca realidade tropical.

Se o processo de valorização da natureza por parte dos norte-americanos foi baseado na pureza de suas *willderness*, uma vegetação rica, mas na medida para ser propícia à civilização, no caso brasileiro, tal processo não foi tão simples, justamente por haver aqui um clima tropical, distinto do clima do progresso, ou seja, do clima europeu, o que dificultou em muito a formação de uma suposta identidade tropical para o Brasil, sendo forjada em meio às ambivalências impostas por visões detratórias, vindas de fora, que em meio a um turbilhão de informações, traziam que ora a vida nos trópicos poderia vir para o bem, ora para o mal, como vimos.

Para o bem, porque viver nos trópicos poderia ser algo próximo à vida em um paraíso terreal, de águas mornas, de terras férteis, de pouca roupa, enfim, de vida fácil. Para o mal, porque viver nos trópicos também poderia ser próximo à vida no inferno, com seus mosquitos e serpentes, seus nativos ferozes, suas doenças, e aquela preguiça que fadava o Brasil a não se desenvolver plenamente em suas capacidades civilizatórias.

Assim, podemos observar que mesmo o clima tropical brasileiro desempenhando um papel importante no contexto da construção de uma identidade nacional para o país, isso não ocorreu isento de tensões. Erigir uma nação sob o calor dos trópicos poderia acarretar muitos problemas, afinal, havia toda uma literatura, muito lida e bem avalizada dentro do Brasil, que trazia os trópicos sob um viés negativo. Lugar de preguiça e luxúria exacerbadas, de pestilências e de morte, ou então, de gozo e vida fácil, mas avesso à civilização.

E foi essa tensão entre dois polos antagônicos que se construiu essa identidade tropical brasileira. A ambivalência tropical estava por toda parte, entre aqueles que defendiam e se vangloriavam dessa condição climática característica para um país que buscava um lugar no rol das grandes nações havia temores, e entre aqueles que difamavam essas paragens, também havia admiração.

Conclui-se dessa forma que a identidade tropical brasileira foi construída sob o signo da ambivalência, sob a noção de que poderia sim ser o Brasil um paraíso terreal, mas um paraíso terreal ambíguo, lotado de perigos e carregado de visões nada alentadoras. Enfim, percebemos que as visões sobre os trópicos no XIX, escapam às idealizações, pois eram calcadas em experiências que ora aproximavam-no do paraíso, ora do inferno, ora do bem, ora do mal, ora do



orgulho, ora da vergonha. O Brasil, portanto, comparara a ideia de inferioridade, se colocava como diferente da Europa, temendo que as suas debilidades acarretassem em atrasos que o colocassem em situações subalternas entre as nações. O orientalismo de Said, traduzido agora em calor, preguiça e exuberância natural, se projetava sobre o Brasil, e a Europa abria caminho mais uma vez para ensinar esses povos bárbaros os prazeres e vantagens da civilização, e cobrava seu preço por isso.

Portanto, ser tropical, para aqueles preocupados em construir uma identidade nacional para o Brasil no século XIX, era algo que escapava a tudo de bom, ou ao tudo de ruim, era viver em um lugar aprazível, sujeito a intempéries, ou em um lugar ruim, sujeito a esperanças. Ruim mais pelos ideais que pregavam sua inferioridade, e que causavam temores, e bom tanto pelas suas reais belezas, quanto por serem o clima de sua pátria, e disso não havia como fugir.

Mesmo nos momentos de maior defesa dos trópicos, das maiores demonstrações de apreço a essa condição genuinamente brasileira, os temores dos trópicos apareciam, nas entrelinhas, nos momentos em que se vangloriavam essas terras quentes, mas que se notava um desejo de partilhar das características climáticas europeias, que se mostravam como opções menos arriscadas na marcha civilizacional.

Portanto, a construção de uma identidade nacional calcada no clima tropical, a vontade de mostrar a diferença desse clima e de cantar suas virtudes perante a gélida e pouco vistosa Europa, o desejo de ter trópicos mais próximos das paragens europeias, e os temores das dificuldades de se projetar uma civilização aos moldes europeus nos trópicos, presentes nas entrelinhas dos relatos de grande parte daqueles que escreveram no Brasil dos Oitocentos ressaltam a ideia da distinção entre a zona temperada, fria, de vegetação prosaica, dura, e que testa a todo momento aquele que nela vive e os trópicos, lindos, exuberantes e que bem trata seus filhos, mostrando serem dois mundos antagônicos.

Um europeu, que deve ser o espelho, e outro tropical, que de se espelhar. Said bem que poderia escrever um livro chamado *O Tropicalismo: os Trópicos como invenção da Zona Temperada*, não haveria tanto trabalho, uma vez que se altera somente o lugar geográfico, mas mantêm-se as mesmas estruturas de poder e dominação, do centro para a periferia que dominaram as relações entre o Oriente e a Europa no século XIX. Afinal, já estava criada uma outra entidade distinta, inferior e concorrente, também carente de civilização e necessitada de Europa, ela só mudara de nome, e partilhava de uma vegetação mais exuberante.

Recebido em: 17/12/2013

Aceito em: 11/02/2014

## História comparada e alforrias em Minas Gerais

Resenha do livro: GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: Estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

Douglas Lima de Jesus  
Mestrando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[douglaslima@gmail.com](mailto:douglaslima@gmail.com)

Reconstituir as trajetórias de mulheres e homens africanos, crioulos e mestiços que experimentaram a transição da condição de escravo para liberto: esta é a pretensão de Andrea Lisly Gonçalves no livro *As margens da liberdade*. Apresentado como tese de doutorado em 2000 na USP, o volume se insere na produção historiográfica que desde a década de 80 do século XX busca compreender as variadas dinâmicas envolvidas no passado escravista colonial e imperial brasileiro. As ideias de Gonçalves foram concebidas ao longo dos anos de 1990 contemporaneamente e em diálogo com algumas obras que se tornaram referência para o estudo da escravidão.

O ponto central do trabalho é a análise da prática de alforria em Minas Gerais, com ênfase na Comarca de Ouro Preto. O estudo empreendido para o século XVIII usa uma base de documentação por amostragem correspondente aos anos de 1735 a 1740 para o Termo da Vila do Ribeirão do Carmo e 1770 a 1775 para o Termo de Mariana. Já para o século XIX há um aprofundamento maior com o uso de fontes em série produzidas nos âmbitos dos Termos de Mariana e de Ouro Preto.

A autora se dedicou a entender as dinâmicas envolvidas na obtenção da liberdade a partir de documentos como testamentos, inventários, ações de liberdade e, principalmente, cartas de alforria registradas em Livros de Notas. Na sua concepção, as cartas de alforria, também chamadas de papéis de liberdade em alguns momentos, possibilitam tanto o estabelecimento de variáveis quantitativas quanto oferecem informações para subsidiar reflexões qualitativas que dificilmente poderiam ser realizadas a partir de outros documentos.

A associação de métodos quantitativos com qualitativos, apesar de não ser uma prática historiográfica incomum no contexto em que a tese foi produzida, revela-se como uma das grandes qualidades de *As margens da liberdade*. Essa opção metodológica possibilita uma investigação mais aprofundada das esferas sociais, culturais, políticas e jurídicas envolvidas nos mecanismos de libertação. O diálogo que a obra constitui com trabalhos sobre a prática da

alforria dedicados a outros contextos da capitania e, posteriormente, província de Minas Gerais oferece oportunidade de perceber padrões e regularidades similares e de definir especificidades regionais. A abordagem qualitativa realizada pela autora privilegia temas como o espaço social ocupado pelo liberto e os discursos contidos nos documentos, além de reconstruir trajetórias de vida com ênfase nos momentos de negociação e conquista das alforrias.

Andréa Lisly Gonçalves não restringiu sua análise somente ao recorte temporal e espacial dos documentos que pesquisou nos arquivos de Ouro Preto e Mariana. Os dois primeiros capítulos do livro indicam sua preocupação em lançar olhares em outras realidades históricas e em estabelecer pontos de convergência e distanciamento com Minas Gerais. Tal perspectiva atualmente se tornou um dos grandes propósitos dos estudos que tratam de escravidão, tráfico de escravos, mestiçagens, migrações, ocupações territoriais, contatos entre sociedades próximas ou afastadas entre outros campos. Fortalecida pela ideia de que a história não é compartimentada em ilhas desconectadas, o método comparativo ganha cada vez mais terreno e abre horizontes historiográficos extremamente instigantes.

O primeiro contexto escravista que a autora explora é Portugal durante a modernidade. Parte do princípio que por mais que a “tradição ibérica” seja marcante na conformação da sociedade que se desenvolveu no além-mar nem todos os aspectos presentes na escravidão lusa e, conseqüentemente, na prática da alforria foram transpostos sem modificações para a América. A primeira grande diferença apontada se refere à abrangência da mão de obra escrava. Enquanto em Portugal o trabalho escravo foi uma modalidade minoritária, no Brasil se tornou a principal base produtiva nas áreas de maior vitalidade econômica.

Em Portugal a escravidão de negros africanos foi precedida pela de mouros durante o processo de Reconquista. Sob o argumento da guerra justa a escravização de muçulmanos atravessou todo período medieval e chegou até a Idade Moderna. Uma das principais referências que Gonçalves utiliza para tratar desse assunto é o livro *História social dos escravos e libertos negros em Portugal* de Saunders. Segundo este autor, a chegada dos escravos negros a Portugal ao longo do século XV coincide com o momento em que a legislação portuguesa aprofundou sua preocupação com a escravidão. No entanto, Saunders destaca que mesmo antes da massiva presença negra em Portugal, a sociedade portuguesa já havia definido o lugar social do escravo por conta da experiência com os mouros. Tal realidade se refletiu nas *Ordenações Afonsinas*<sup>447</sup> que empregavam o termo *mouro* como sinônimo de escravo<sup>448</sup>.

---

<sup>447</sup> Sílvia Hunold Lara destaca que as *Ordenações Afonsinas* foram baixadas no ano de 1446 ou 1447. No entanto, foram impressas apenas no século XVIII. LARA, Sílvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América

Embora com particularidades e em menor potencial, alguns dos principais elementos das práticas de alforria que chegaram até territórios brasileiros são observados no contexto escravista português antes mesmo da escravidão se instalar em profundidade nas Américas. Alforrias registradas em cartas e testamentos, libertação condicionada à prestação de serviços ou pagamento em dinheiro, possibilidade do liberto ser reescravizado por conta de “ingratidão” para com seu antigo senhor e proeminência das mulheres entre a população alforriada são instâncias tributárias de uma realidade cultural ibérica e do direito romano e consuetudinário que conectaram as duas realidades escravistas. Ao constar que na América portuguesa o alcance das alforrias foi muito maior do que em Portugal, Andréa Lisly Gonçalves ressalta a necessidade de questionar a ênfase atribuída ao papel exercido pela “tradição ibérica” no processo observado na colônia. Mais do que reproduzir o modelo português, a realidade escravista no Brasil favoreceu a ocorrência de alforrias de negros, crioulos, mestiços e indígenas.

No segundo capítulo de *As margens da liberdade* a autora prossegue e aprofunda o esforço de comparação com outros espaços. No entanto, não se limita a apenas comparar sistematicamente, percebe-se a busca para entender as dinâmicas das alforrias em alguns ambientes colonizados e outros independentes. A comparação realizada serve de suporte para o argumento recorrente ao longo da obra de que ainda que a prática de alforria nas Américas mantivesse relações com as “nações metropolitanas”, seu funcionamento refletia mais os fatores internos e conjunturais do que a “suposta herança cultural européia”. Mesmo áreas como Lima e Cuba, ocupadas por espanhóis, e Demerara e Estados Unidos, colonizadas por anglo-saxões, apresentam características distintas entre si.

Um dos eixos que conectam as alforrias das áreas de colonização espanhola, no caso Cuba, com Minas Gerais é existência da *coartación*. Essa modalidade de alforria foi a mais comum na Ilha e consistia no pagamento parcelado da liberdade. Apesar de ser um território marcadamente de produção agrícola, grande parte dos escravos cubanos não trabalhavam em *plantations* açucareiras. Mais da metade do contingente escravizado se encontrava em fazendas de gado, áreas urbanas e pequenos sítios. A dinâmica de Cuba favoreceu que escravos cultivassem para sua própria subsistência o que, muitas vezes, era realizado em família e possibilitou o ajuntamento de recursos que foram usados para pagar a alforria.

---

portuguesa. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundacion Historica Tavera, 2000. (CD-ROM), p. 23.

<sup>448</sup> SAUNDERS, A. C. de C. M. *História social dos escravos e libertos negros em Portugal (1441-1555)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994. p. 157-158.

A coartação foi uma possibilidade de conquista da alforria muito comum em Minas Gerais. Eduardo França Paiva tratou do tema tendo como recorte temporal o século XVIII e demonstrou que a libertação onerosa e parcelada se dava a partir de negociações entre senhores e escravos que tinham entre quatro e seis anos para pagar o valor combinado<sup>449</sup>. Gonçalves destaca que as coartações continuaram a ser relevantes ao longo do século XIX na Comarca de Ouro Preto e, inclusive, alguns Livros de Notas que pesquisou foram destinados a registrar exclusivamente documentos dessa natureza. Tanto Paiva quanto Gonçalves apresentam casos de coartações que chegaram às barras da justiça, embora esse desfecho não fosse sempre regra.

Apesar de ser grande o número de alforrias envolvendo pagamento, as justificativas e motivações utilizadas para fundamentá-las nem sempre seguiam critérios exclusivamente monetários que beneficiavam unicamente o proprietário. Outras tessituras como as relações de proximidade ou afastamento entre senhor/escravo, possibilidade ou não de manter o liberto na órbita de influência paternalista, circunstâncias econômicas regionais, reconhecimento de paternidade por parte do dono entre outros aspectos também são importantes na análise do fenômeno das alforrias.

Para Andréa Lisly Gonçalves, é necessário não fazer associações automáticas e evitar buscar causas restritas para explicar o objeto alvo de estudo. Ao finalizar *As margens da liberdade* a autora ressalta que apesar de grande parte dos escravos não ter alcançado a liberdade, a possibilidade da alforria foi uma variável que influenciou de forma decisiva o desenrolar da escravidão durante a maior parte do período colonial e imperial brasileiro.

Recebido em: 12/12/2013

Aceito em: 19/04/2014

---

<sup>449</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistências através dos testamentos*. 3ª ed. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009. p. 77-100.

## A excepcionalidade do tráfico: uma perspectiva da circulação de cativos no Império português

Resenha do livro: VENÂNCIO, Renato Pinto. *Cativos do Reino: A circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19*. São Paulo: Alameda, 2012.

Nicole de Oliveira Alves Damasceno

Doutoranda em História Social

Universidade de São Paulo

[nicole\\_damasceno@yahoo.com.br](mailto:nicole_damasceno@yahoo.com.br)

Renato Pinto Venâncio é doutor pela Universidade de Paris IV – Sorbonne, onde defendeu, em 1993, a tese intitulada “*Casa da Roda: institution d’assistance infantile au Brésil, XVIII – XIX siècles*”. Atualmente é professor da Escola de Ciência da Informação na Universidade Federal de Minas Gerais.

Em seu livro *Cativos do Reino*, o autor analisa casos em que escravos circulavam de uma região a outra, sendo responsáveis por transmitir valores e tradições nas diversas partes do reino português e suas colônias. Embora reconheça que esses casos não eram comuns, o autor consegue nos mostrar como essa circulação de cativos é importante para compreendermos a complexidade da escravidão da Idade Moderna, muitas vezes analisada de forma simplificada pela historiografia sobre o tema.

O primeiro capítulo deste livro tem como objetivo analisar uma dessas circulações, no seio das quais cativos são transferidos de Portugal para o Brasil e/ou do Brasil para Portugal. A região escolhida para a análise foi Minas Gerais no século XVIII, época em que a descoberta do ouro foi responsável por uma grande mobilidade humana na região. Venâncio concluiu, portanto, que os cativos do reino eram minoria entre os escravos, raramente chegando a representar 1% dos cativos da região. Esses escravos do reino nem sempre eram provenientes de Portugal, havendo aqueles que eram da Inglaterra, Holanda, Espanha, ou até mesmo cativos *canarins* e indianos. Havia ainda indígenas que foram para Portugal e outras partes da Europa, porém esse tipo de circulação não ocorreu durante muito tempo, pois os indígenas da América raramente sobreviviam naquelas regiões.

No capítulo seguinte, o autor analisa o caso de Angela da Cruz, nascida em 1716 em uma província do Alentejo. Sendo filha de uma escrava com o senhor, ela foi vendida depois da morte de seu pai/proprietário para o Rio de Janeiro, onde permaneceu até ser vendida novamente para outro senhor em São Caetano, freguesia de Mariana. Em 1737, depois de conseguir comprar sua

alforria, casa-se com Domingos Fernandes de Carvalho, um português de origem humilde, mas que conseguiu ascender socialmente na América. Angela da Cruz morre jovem, sem nunca ter voltado para sua terra de origem, mas de acordo com seu testamento percebe-se que ela também ascende socialmente, pois demonstra práticas de uma elite senhorial e já não há nos documentos referência a sua “cor”.

O capítulo três é uma análise sobre a escravidão em Portugal. O autor relativiza as altas cifras do número de escravos do reino que a historiografia tem destacado. Segundo ele, a escravidão em Portugal era residual, embora em Lisboa o número de escravos fosse superior se comparada com outras regiões. Outro aspecto analisado neste capítulo é sobre as diversas tentativas em restringir o número de escravos africanos na Europa a partir do século XVIII.

Apesar dessas restrições, no capítulo quatro o autor procura demonstrar que, seja através do envio de presentes ou devido a aspectos físicos peculiares, a aristocracia do reino português não parecia querer abandonar o costume de ter em suas residências serviçais negros. O tráfico de pigmeus é reforçado ainda mais no século XVIII, quando surge o interesse pela história natural.

No capítulo cinco, o autor analisa detalhadamente as medidas tomadas por Portugal que tinham como objetivo diminuir o número de escravos no reino. A estratégia era criar medidas que permitissem que a escravidão terminasse de forma gradual, tanto que, de acordo com Venâncio, em nenhum momento foi decretada a abolição definitiva. No entanto, mesmo que essas restrições fossem válidas apenas para o reino, cativos do Brasil ficaram cientes desses alvarás, o que mostra que a circulação dos escravos do reino para a colônia e da colônia para o reino foram importantes para a divulgação de acontecimentos do outro lado do Atlântico. Como o autor procura destacar em sua obra, a circulação de escravos não era uma mera circulação de pessoas, mas também de valores e ideias.

Os capítulos seis e sete reforçam a ideia da importância da transmissão oral ao destacar que eram raros os escravos que sabiam ler e como os provérbios eram difundidos tanto para sublinhar os valores senhoriais como os valores dos cativos. Através dos provérbios, expectativas de vida e saberes eram transmitidos não somente pelo texto escrito, mas também pela oralidade.

No último capítulo o autor fala sobre os últimos senhores de escravos no reino. Apesar do fim da escravidão em Portugal ao longo do século XIX, ainda havia no reino donos de escravos que residiam no Brasil. Aos poucos esses senhores foram se desfazendo desses cativos, principalmente após a independência da colônia.

Como podemos perceber e como o próprio autor afirma, o livro não trata do tráfico de escravos tradicional, no qual o escravo após ser arrancado da África e enviado para a América tende a permanecer no Novo Mundo. As análises feitas pelo autor nos permitem pensar sobre outras formas de tráfico e a complexidade deste.

Venâncio destaca principalmente a presença de escravos que não eram provenientes da África. Havia escravos em toda Península Ibérica antes mesmo da expansão marítima, e não apenas nessa localidade, mas em várias regiões da Europa. A escravidão que foi recriada na América é proveniente dessa escravidão da Idade Moderna, que surge não no Atlântico, mas no Mediterrâneo. Esse fato, muitas vezes ignorado nas pesquisas acerca da escravidão na América, aparece de forma sutil no trabalho de Venâncio. Porém não é ignorado, mostrando inclusive como seria de extrema importância pesquisas sobre esses escravos ingleses, franceses, holandeses, *canarins* e indianos encontrados na documentação colonial brasileira.

O livro também nos permite pensar em como o tráfico permitiu a circulação não apenas de pessoas, mas de ideias, valores, notícias sobre diversos acontecimentos. Essas circulações aproximaram dois continentes separados pelo Atlântico, permitindo recriações e ressignificações de modelos culturais que se influenciaram, completaram-se e se diferenciaram. Cria-se um novo mundo não apenas na América colonizada pelos europeus, mas na própria Europa onde surgem novos senhores de escravos, novos viajantes, aventureiros, homens bem sucedidos, cativos que passam de domésticos a trabalhadores rurais e indispensáveis à economia. Por que não dizer também que surge um novo mundo em África, parte integrante desse mundo conectado e essencial para o tráfico atlântico?

Cabe a nós pensar inclusive, que não foram apenas os escravos que permitiram a circulação de valores e tradições. Durante o século XVIII e início do XIX, as fronteiras entre países são fluidas, facilitando a circulação de diversas pessoas, distintas em suas origens, posições sociais, crenças, valores. Essas pessoas também contribuíram para a recriação desse novo mundo.

*Cativos do Reino* também nos mostra a importância de analisarmos exceções na história, que são de suma importância para evitar simplificações. Ao abordar um tema pouco analisado na historiografia sobre a escravidão na América, Venâncio nos mostra como, apesar de ser um dos temas mais pesquisados da história brasileira, ainda há tantos caminhos a percorrer.

Recebido em: 16/01/2014

Aceito em: 26/02/2014



**Resenha: VALENTIN, Andreas. A fotografia amazônica de George Huebner. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2012; 312 pp.**

**Íris Morais Araújo**

Doutoranda em Antropologia Social

Universidade de São Paulo

[irisaraujo80@yahoo.com.br](mailto:irisaraujo80@yahoo.com.br)

O livro que temos em mãos, resultado de tese de doutorado defendida na UFRJ, é uma bem-vinda contribuição que interessará especialmente aos estudiosos da história da Amazônia e da fotografia brasileira. Seu autor, Andreas Valentin, persegue, desde uma abordagem da história social, os feitos de George Huebner. Tal era um exímio fotógrafo alemão que, nos últimos anos do século XIX, estabeleceu-se em Manaus, legando importante conjunto de imagens da Amazônia da era da borracha.

Antes de falar mais do fotógrafo, Valentin prepara o terreno, fornecendo elementos que contribuem para uma avaliação minuciosa da atuação de Huebner. O autor demonstra como na cidade natal desse personagem, Dresden, estabeleceu-se uma sólida indústria da fotografia. Tais empresas desenvolveram desde muito cedo atividades de ensino e pesquisa, estimulando assim a formação de profissionais e o aperfeiçoamento dos artefatos. De modo concomitante à popularização da imagem fotossensível, um grande número de fotógrafos partiu para todos os cantos do mundo, propagando assim retratos e vistas de povos e locais os mais longínquos da Europa. Desde a consolidação do Estado alemão os profissionais daquele país se lançaram à captura dessas imagens. As técnicas fotométricas – relacionadas intimamente à mentalidade racista, ao domínio colonial, e à formação de uma ciência nascente, a etnologia – foram a linguagem corrente na constituição dos retratos desses outros. Os de Huebner cujo foco é a população ameríndia que encontrou na Amazônia não escapariam, na maior parte das vezes, desse tipo de enquadramento.

O começo do estudo contempla ainda um panorama da região do norte brasileiro do meio do século XIX em diante. Em 1850, o Amazonas foi elevado à categoria de província e, nas décadas seguintes, viu abrir seus rios a embarcações de qualquer nacionalidade. As inovações tecnológicas da época marcariam logo a paisagem: o transporte a vapor estreava trazendo cientistas e artistas europeus – subvencionados pelo mecenato de D. Pedro II – cuja missão era construir uma nova imagem dos rincões do Brasil. Mas, se isso tudo é fato e teve lá seu impacto,

foi a formação da teia extrativista da borracha que garantiu a entrada da Amazônia na modernidade. A goma ganhou espaço na Europa depois que esse material tornou-se matéria-prima para um sem número de produtos industriais.

Na Amazônia, os resultados do sucesso da borracha no mercado internacional são inúmeros. Podemos destacar a formação de uma nova elite – donos de seringais, comerciantes exportadores de produtos extrativistas e importadores de produtos industriais – ávida por um modo de vida que denotasse civilização. Nesse bojo que, no final da década, Manaus sofreu intenso processo de reforma urbana: a nova cidade foi cantada em verso e prosa pelos intelectuais da época, que destacavam seu novo traçado urbano e serviços como os de bonde, telefone e eletricidade. Foi essa a capital amazonense que Huebner conheceu e, posteriormente, se estabeleceu como profissional do Photographia Allemã.

Feitas essas considerações, Andreas Valentin centra o foco na atuação de Huebner na Amazônia. Os poucos rastros da vida desse personagem antes de sua primeira empreitada na região demonstram a sua relação com sociedades científicas, que o muniram do propósito de formar uma coleção de imagens como um instrumento preciso para o avanço do conhecimento. A primeira incursão do fotógrafo na América do Sul ocorreu entre 1885 e 1891. Percorreu a calha do Amazonas até Iquitos, e de lá até o alto Ucayali, local em que se associou, por um ano e meio, a um seringalista alemão. Em seguida, participou de uma expedição de três anos pelo território daquele país. O resultado das andanças foi um acúmulo de conhecimento sobre a região e os povos nativos que a habitavam, corporificado em centenas de fotografias.

Em seu retorno à terra natal, Huebner proferiu conferências e publicou artigos sobre sua experiência na América do Sul. Sua inserção numa rede de geógrafos, etnógrafos e outros cientistas o levou, em 1894, a uma segunda incursão pela Amazônia. Dessa vez, sua missão era coletar orquídeas raras no Alto Orinoco, região alcançada através dos rios Negro e Branco. Após oito meses de viagem pela região, Huebner permaneceu um tempo em Manaus, onde tomou contato com a colônia alemã e a elite econômica da cidade. Em 1896, o fotógrafo retornou a Dresden com uma série de imagens dos locais que passou e dos indígenas que neles habitavam. Não se sabe bem o porquê, mas o viajante não se demorou muito na Alemanha. No ano seguinte, voltou à Amazônia, e dessa vez definitivamente: fixou-se em Manaus e nessa cidade passou a trabalhar como fotógrafo.

A vida de Huebner como empreendedor na Amazônia foi movimentada. Os negócios foram certamente beneficiados pelo fato de o fotógrafo compor a colônia alemã em Manaus, que agrupava diversos profissionais liberais e, especialmente, os mais destacados exportadores de

borracha para a Europa. Huebner estabeleceu-se primeiramente no hotel Cassina. Em 1899, mudou-se para estúdio próprio, já denominado Photographia Allemã. Três anos depois, associou-se a Libânio do Amaral – professor na Academia de Belas Artes de Manaus – e mudou-se para a Avenida Eduardo Ribeiro, o ponto comercial mais nobre da cidade. Pelas salas do ateliê passou toda a elite manauara de então, buscando ser retratada pelo fotógrafo.

O fotógrafo destacou-se, porém, pela versatilidade. Huebner vendia produtos para outros profissionais do ramo e produziu muitas imagens externas – especialidade destacada na divulgação de seus serviços – para importante clientela. O Estado do Amazonas o contratou diversas vezes para a produção de álbuns oficiais, bem como as companhias de serviços urbanos, de navegação, de importação e exportação. O fotógrafo produziu por conta própria álbuns como o *Vistas do Pará* e *O Valle do Rio Branco*, bem como séries de cartões-postais com paisagens de Manaus, de igarapés do entorno e de interiores, como seringais dos rios Juruá e Javari. Huebner fez questão, ainda, de documentar indígenas de grupos diversos – legando importante conjunto a respeito – que se deparava em suas viagens ou que, por motivos vários, encontravam-se em Manaus. O reconhecimento pela qualidade de suas fotografias foi amplo: em 1908, Huebner recebeu medalha de ouro na Exposição Nacional do Rio de Janeiro e, dois anos depois, a mesma distinção foi concedida no Congresso Comercial, Industrial e Agrícola reunido em Manaus.

Os negócios iam muito bem, de tal modo que Huebner e Amaral chegaram a manter filial do estúdio em Belém, entre 1906 e 1910. A segunda década do século XX, contudo, chegou com o fim da riqueza da borracha no Brasil. Nesse período as plantações de seringueiras no sudeste asiático, levadas a cabo pelos ingleses, permitiram um produto de maior qualidade e mais barato que o amazônico. Mesmo com o mercado visivelmente em crise, os sócios persistiram no ramo até 1919, quando passaram a empresa para frente.

Sem o estúdio, Huebner passou a dedicar-se exclusivamente à pesquisa, coleta e plantio de espécies da flora amazônica. Em 1918, o fotógrafo adquiriu um sítio localizado em frente a Manaus, onde pôde cultivar as espécies coletadas em pontos mais distantes dali, em Coari, Tefé, São Gabriel da Cachoeira ou Tarauacá. As plantas eram endereçadas particularmente ao Jardim e Museu Botânico de Berlim.

O fato é que, mesmo que a fotografia tenha sido durante um bom tempo seu principal sustento, Huebner nunca deixou de colaborar com as instituições científicas europeias. Apresentava-se sempre como “membro correspondente da Sociedade de Geografia de Dresden”; foi importante colaborador, por anos a fio, do grande etnólogo Theodor Koch-Grünberg; e passou seu período amazônico inteiro encaminhando para os museus botânicos europeus plantas

nativas da Amazônia. A dedicação de Huebner à flora da região que escolheu viver rendeu importante homenagem por parte de seus pares: um gênero de orquídeas é batizado com o nome do fotógrafo, *Huebneria*.

Cartas, diários, escritos comerciais, fotografias e periódicos, coligidos de arquivos brasileiros, suíços e alemães, conformam a ampla documentação utilizada por Andreas Valentin para traçar o perfil desse fotógrafo, aqui esboçado em grandes linhas. Com esse esforço, o autor conduz a uma espécie de panteão dos pioneiros desse ofício no país. Isso não é de pouca monta. Marcar Huebner nesse grupo em que figuram, dentre outros, Marc Ferrez, Militão Augusto de Azevedo ou Augusto Stahl é menos um exercício de consagração que remonta a uma história em busca de heróis, e sim um reconhecimento de que os fotógrafos compõem um grupo que imagina nações de modo muito específico: por meio de representações visuais. Huebner produziu retratos e vistas de grande eficácia – com poder de atribuir valor a coisas e pessoas – através do manejo excepcional de seus apetrechos, desenvolvidos segundo os preceitos das ciências modernas. Assim, pôde recriar simbolicamente uma região rica por sua natureza, seus naturais e seu desenvolvimento econômico pujante.

Recebido em: 15/12/2013

Aceito em: 10/05/2014

## **Resenha: EUGÊNIO, Alisson. *Arautos do progresso: o ideário médico sobre a saúde pública no Brasil na época do Império*. Bauru: Edusc, 2012.**

**Lucas Samuel Quadros**  
Mestrando em História  
Universidade Federal de Ouro Preto  
[lucassquadros@yahoo.com.br](mailto:lucassquadros@yahoo.com.br)

O século XIX no Brasil é marcado, dentre outros fatores, por ser o período em que finalmente a saúde é colocada na agenda dos interesses públicos. Nesse contexto, começa a se consolidar uma literatura médica progressivamente distanciada da visão hipocrática da doença como fenômeno individual, estabelecendo-se a ideia de que as doenças são fatos sociais e dando, por sua vez, um tom cada vez mais normativo à medicina. Trata-se de uma ambiência de ampla utilização do conhecimento científico por parte do Estado em que se destaca no presente trabalho a ciência médica. Desta forma, a resenha que se segue tem como objetivo apresentar as principais discussões e temáticas da História da Medicina no Brasil Imperial, tomando como base a obra *Arautos do Progresso: o ideário médico sobre a saúde pública no Brasil na época do Império*, de Alisson Eugênio.

Em *Arautos do Progresso*, Alisson Eugênio realiza um cuidadoso exame dos principais fatores que permeavam o cotidiano do Brasil oitocentista no que diz respeito à saúde da população. O autor expõe um completo estudo dos esforços da elite médica do período em tentar orientar as legislações e fiscalizações do governo, bem como instruir os povos sobre as principais doenças e insalubridades que se manifestavam nas vastidões territoriais do país.

O livro é uma junção revisada da tese de doutorado e do relatório de pós-doutorado do autor, concluídos em 2008 e 2010 respectivamente. Assim, primeiramente, é preciso ressaltar que o estudo da História da Medicina está em franco crescimento. Logo, muitas das discussões abordadas por Eugênio avançaram vertiginosamente nos anos que se levaram para a publicação editorial definitiva do trabalho. Dessa forma, sob certos aspectos, torna-se um estudo datado, mas, de maneira nenhuma isso anula a importância e o caráter inovador das principais proposições do autor em *Arautos do Progresso*, sobretudo no que diz respeito ao ineditismo de maior parte do corpus documental e da forma de interpelação das fontes.

O autor faz uma densa análise das obras medicinais e filosóficas do século XVII ao século XIX, sendo maioria delas da autoria de médicos e editados e publicados no Brasil oitocentista.

Seu intuito é levantar as principais ambições da elite médica do Brasil do século XIX e, conseqüentemente, demonstrar como o pensamento medicinal brasileiro se organizou desde os fins do período colonial até a república proclamada. Nesse sentido, os recortes geográficos e temporais da pesquisa foram dimensionados a partir dos anseios, propostas e medidas que se encontravam nas fontes.

À vista disso, estão presentes na obra mais do que o discurso acadêmico medicinal acerca da saúde da população. Atenta-se, sobretudo, ao posicionamento da elite médica quanto aos assuntos do contexto do Brasil Imperial que estiveram na agenda de discussão de vários outros seguimentos sociais. Cabe destacar como exemplo a reorientação administrativa do Brasil independente, a escravidão antes, durante e posterior ao período de proibição do tráfico transatlântico e os problemas acarretados com o crescimento da população urbana no século XIX.

O autor destaca que a motriz principal da pesquisa é justamente a escassez de estudos sobre a História da Medicina no período imperial, principalmente no que tange os trabalhos que não vão pela senda de discussão da suposta ambivalência entre o saber erudito e o saber popular. Realça-se que uma das principais percepções que se tem durante a leitura de *Arautos do Progresso* é que se faz necessário redimensionar as fronteiras das percepções sobre o que era costumeiro e o que era científico nos idos dos oitocentos no que diz respeito às práticas de cura e às concepções de saúde e doença.

Para tanto, Eugênio realça a maneira como a tendência historiográfica do início dos anos 2000 – cujo seu trabalho é tributário – se organizou. Autores imbuídos em desvelar acerca das diversas artes de curar no Brasil oitocentista, muito revelaram sobre a pluralidade dos saberes, ofícios e técnicas de cura populares que conflitavam e interagiam com a medicina oficializada<sup>450</sup>. Assim, mesmo existindo um esforço da elite médica para que se desautorizassem os terapeutas que não compartilhavam dos mesmos ideais científicistas e sanitaristas da medicina erudita no período, não é tão simples de se afirmar que os saberes eram completamente opostos e que não se homogeneizavam entre si. A revelia, nas vastidões do Brasil, onde a assistência oficial e a fiscalização eram escassas, conformavam-se diversas hibridações culturais entre os conhecimentos europeus, africanos e indígenas no que diz respeito às práticas de cura, e, muitas dessas mestiçagens medicinais<sup>451</sup> estão bem demarcadas em alguns dos escritos explorados por Eugênio.

---

<sup>450</sup> FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar e seus agentes no século XIX na Província de Minas Gerais*. 205f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Sociologia, São Paulo, 1998.

<sup>451</sup> ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

Contudo, cabe destacar nesse sentido, que o processo de racionalização da salubridade nos espaços e interesses públicos se deu em par da hegemonização dos médicos nas práticas oficializadas de cura<sup>452</sup>. Dessa maneira, se faz importante entender que os livros medicinais analisados por Eugênio são registros factuais das condições de saúde da época, porém, as proposições dos autores para solucionar os problemas da saúde pública devem ser examinadas com o devido cuidado no que diz respeito à imparcialidade do discurso. Nestes projetos podem estar manifestados não apenas problemas e suas propostas de superação, como também interesses de classes em obtenção de privilégios sociais.

Os primeiros esforços de Eugênio são de dar um panorama de como a história da historiografia da medicina no Brasil Imperial se organizou até o início dos anos 2000, destacando desde estudos consagrados sobre o tema, até os trabalhos de autores contemporâneos ao próprio Eugênio. Para além da apresentação dos debates e dos autores, o autor faz um dedicado diagnóstico acerca das quatro principais matrizes teóricas que basearam os estudos desde a segunda metade do século XX.

Primeiramente, realça-se a linhagem foucaultiana, constituída de estudos que defendem que o saber médico foi se impondo através de instituições de regulação das práticas ao mesmo passo que ia sendo amplamente “utilizado pelo Estado como meio de controle social, por meio através de políticas sanitárias.”<sup>453</sup>. A segunda matriz destacada é a marxista, a qual aponta que as sobreditas instituições médicas eram aparelhos ideológicos da classe dominante que se consolidaram no advento da construção da ordem burguesa no Brasil. A terceira trilha é formada por autores debruçados em discutir a História da Medicina no Brasil Imperial sob a ótica da tentativa da consolidação do cientificismo no XIX, alegando que as ações dos médicos se calcavam na tentativa de emparelhamento científico com a Europa. E, em tempo, salienta-se o crescente interesse de pesquisadores que tendem a se concentrar “no estudo de variadas moléstias, cujas análises têm sido, em sua maioria, apoiadas no conceito de representação ou no de imaginário social retirados do quadro teórico da História Cultural”<sup>454</sup>.

A partir do elucidativo balanço historiográfico, Eugênio dá prosseguimento em sua explanação dividindo o trabalho em sete capítulos. O primeiro concentra-se em discutir os reflexos do Iluminismo no pensamento médico do Brasil no fim do século XVIII e início do

---

<sup>452</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar*: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-Mor no Brasil do começo do século XIX. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós Graduação em História, Campinas, 1997, p. 13-6.

<sup>453</sup> EUGÊNIO, Alisson. *Arautos do progresso*: o ideário médico sobre a saúde pública no Brasil na época do Império. Bauru: Edusc, 2012, p. 20.

<sup>454</sup> \_\_\_\_\_. *Arautos do progresso*, p. 27.

século XIX. No segundo e no terceiro capítulos, o autor expõe as principais ideias e ações da elite médica quanto às medidas de higiene dos espaços públicos e à instrução da população quanto ao asseio pessoal de suas habitações e corpos. No quarto e quinto capítulos são discutidas as questões das más condições de saúde dos escravos sob os prismas dos impactos da Ilustração e do fim do tráfico transatlântico. Na sexta divisão, explana-se sobre a preocupação do Estado quanto ao charlatanismo e a má qualidade da prestação de serviços médicos. E, por último, no sétimo capítulo, é feito um apanhado das principais dificuldades que a sobredita elite médica sofreu nas tentativas de difusão de seu discurso.

Ressaltando-se que são vários os autores, subtemáticas das ciências médicas, localidades e momentos do século XIX, um ponto primordial a ser destacado é a forma como Eugênio faz o exercício de integração dos textos médicos. Apesar das diversidades individuais, locais e temporais – o que dificulta um estudo coeso da medicina no Brasil Imperial –, o autor possibilitou a compreensão de que havia um ponto principal de interesse em comum por parte desses inúmeros indivíduos: a ideia de progresso.

Apesar da dita multiplicidade de sujeitos e propostas, a elite médica se identificava homogeneamente a partir de interesses corporativos de aproximação da medicina ao Estado, tentando fazer com que os governos e a população assimilassem a ideia de progresso cujo eles eram os principais *arautos*. Se no século XIX o progresso era concebido como motor da trajetória dos povos, Eugênio elucida que tal fato muito corroborou a consolidação dos ideais científicos que passaram por intensas mutações nos dois séculos antecedentes. Passou-se a entender civilização como a transição do estado de barbárie para uma forma superior de organização social.

E, sob o argumento de que a saúde era a base principal da caminhada dos povos ao futuro melhor, os médicos inseriram suas propostas na agenda dos interesses públicos, e assim, ampliaram a sua legitimidade e rede de atuação profissional expandindo, conseqüentemente, o campo de saber medicinal no Brasil. Na transição do Império para a República, o sanitarismo como conceito manifestou-se, sobretudo, no amadurecimento da percepção social de que as doenças eram problemas mais coletivos do que individuais, e que as formas de controle da saúde pública necessitavam de máxima sintonia entre o saber médico e a ação governamental.

Recebido em: 28/01/2014

Aceito em: 07/03/2014



## Brevíssima biografia do governador José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque

**Breno Gontijo Andrade**  
Mestre em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[brenohistoria@gmail.com](mailto:brenohistoria@gmail.com)

**PALAVRAS-CHAVE:** Governadores, Odes, Suassuna.

**KEYWORDS:** Governors, Odes, Suassuna.

O documento transcrito a seguir encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal, no Fundo Geral, cota L. 3681//1 P, com o título de ODES AO ILLMO SENHOR JOSÉ FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE ACABANDO DE GOVERNAR A ILHA DE S. MIGUEL NO ANNO DE 1815. A documentação pode ser consultada na própria biblioteca ou pode ser adquirida por meio de cópia virtual, serviço oferecido pela Biblioteca Nacional de Portugal às expensas do pesquisador.

A ode é documento importante porque revela um pouco da trajetória de vida de um dos membros da família tradicional dos Cavalcanti de Albuquerque, que atuou em Pernambuco no final do século XVIII e durante o século XIX. A história da administração de muitos governadores das capitanias do Império português ainda é desconhecida, entretanto a ode transcrita lança luz a uma parte ainda ignorada da carreira administrativa do governante José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

Como foi identificado por Laura de Mello e Souza, na dinastia dos Bragança, para o cargo de governador havia a preferência por aqueles homens que compusessem a tradicional nobreza, portanto, nascidos em Portugal. Além disso, havia a preferência por governantes gerais do que por letrados<sup>455</sup>. José Francisco não cumpria nenhum dos requisitos. Primeiramente, era nascido em Pernambuco, mais moço dos irmãos, filho de pai brasileiro. O seu pai, cadete no regimento de linha do Recife, não fazia parte da corte portuguesa, embora fosse bem relacionado, pois tinha bastante amizade com o governador de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, cujo governo cobriu o tempo entre 1787 e 1798. A fortuna da família Cavalcanti de Albuquerque foi feita por meio do plantio da cana-de-açúcar em Pernambuco. Soma-se o fato de José Francisco ter sido um militar de segunda ordem, capitão do corpo de artilharia do Recife, longe das guerras europeias e

---

<sup>455</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 163–166.

dos altos postos militares necessários para o governo de uma capitania. Talvez essa falta de pureza de sangue e de feitos militares tenha levado José Francisco a governar capitanias de pouca relevância dentro do Império português.

As primeiras aparições de José Francisco nos documentos datam de 1800. Nesse período, José Francisco viajou para o reino para tratar de negócios da sua família. Enviava muitas cartas para os irmãos em Pernambuco, dando notícias do que acontecia em Portugal – na ocasião, envolvido numa guerra contra a Espanha – e das suas políticas para conquistar uma patente militar mais alta, a de tenente-coronel. Todavia, como a guerra contra a Espanha era incerta, havia a impressão de que Portugal poderia ser conquistado. Sabendo disso, José Francisco começou a alertar seus irmãos em Pernambuco, escrevendo que eles não emprestassem dinheiro para a Coroa portuguesa. Nesse período, houve uma denúncia feita por um amigo íntimo da família: os Cavalcanti de Albuquerque tratavam de ideias sediciosas em suas cartas e entre si. Por isso, os irmãos em Pernambuco foram presos, enquanto José Francisco, que estava no Reino, fugiu para a Inglaterra<sup>456</sup>. Esse episódio ficou conhecido como a Conspiração dos Suassuna<sup>457</sup>. Como não encontraram maiores evidências contra os irmãos, depois de um ano e meio os irmãos foram soltos, José Francisco voltou para Pernambuco e o assunto foi esquecido pelo príncipe. Todos voltaram à estima do soberano, tanto que José Francisco conseguiu o seu primeiro cargo na administração de uma capitania, atuando como governador do Rio Grande do Norte, entre 1806 e 1811. Governar o Rio Grande do Norte era cargo de prestígio na América portuguesa, mas, nem tanto sob a ótica da corte. Na época, a capitania tinha pouca extensão de terra, era desabitada, sofria os castigos da seca e, por fim, estava subordinada imediatamente à capitania de Pernambuco, na época governada por Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Isso é o mesmo que dizer que José Francisco governava em partes uma região inóspita, uma vez que deveria obedecer às intervenções do governador de Pernambuco. Em 1811 foi transferido para o governo da ilha de São Miguel dos Açores, reconhecido pelo viajante Henry Koster também como região de pouco prestígio para se governar: “(...) lamento dizer que ele foi transferido para o governo insignificante de São Miguel, um dos Açores, nas ilhas ocidentais”<sup>458</sup>.

À medida que José Francisco se distanciou da América portuguesa menos se conheceu sobre ele. Sobre seu governo na ilha de São Miguel de Açores (1811–1815), sabe-se ainda menos

---

<sup>456</sup> As minúcias desse episódio encontram-se no artigo: ANDRADE, Breno Gontijo. A carta de amor extraviada ou sobre a conspiração epistolar desconhecida – indagações sobre a existência da suposta conspiração dos Suassuna ocorrida no memorável ano de 1801. *Saeculum – Revista de História* (no prelo).

<sup>457</sup> Os irmãos Cavalcanti de Albuquerque eram proprietários de um engenho chamado Suassuna. O nome do engenho acabou por designar a suposta conspiração em que eles eram os principais agentes.

<sup>458</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Tradução e notas de Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 112.

do que o seu governo no Rio Grande do Norte. Um dos poucos documentos que apontam para esse momento é a ode transcrita neste texto, feita em louvor ao seu governo, na ocasião em que terminou o seu governo e foi escolhido para governar Moçambique. Todavia, nada se conhece sobre o seu governo na África entre 1815 e 1817. De qualquer forma, das três capitânicas por onde passou, em três continentes distintos, diga-se de passagem, Moçambique foi a capitania mais promissora no que se diz respeito à extensão territorial e às riquezas naturais.

Antes de ir para Moçambique, José Francisco recebeu uma ode em sua homenagem, escrita pelo eclesiástico F. Borges, que dizia ser amigo do governador e habitante da ilha de São Miguel dos Açores, na vila de Ponta Delgada. A escrita de odes não era incomum para a época. Geralmente, os escritores dedicavam seus poemas laudatórios às pessoas que pudessem ajudá-los em algum desígnio, ou mesmo dedicavam obras em gratidão a alguma mercê recebida. Laura de Mello e SOUZA diz que a homenagem se tornava pretexto para o poeta escudar-se no homenageado e mesclar habilmente lisonja e reivindicação<sup>459</sup>.

Na primeira parte da ode, o autor segue a habitual fórmula de buscar na Antiguidade Clássica comparações que dourassem o nome de seus homenageados. Por isso, cita os nomes de Epaminondas – conhecido por transformar Tebas em uma cidade-estado de maior importância que Esparta – e Aristides – conhecido por governar com justiça. Assim, o autor quer dizer que José Francisco melhorou as condições da ilha, além de governar com justiça. Para o autor, José Francisco é um homem honrado e preocupado com o bem da humanidade. Também comum a esse tipo de texto, o autor aponta para a importância de quem escreve as odes: imortalizar o homenageado. Ninguém saberia nada de Gama não fosse Camões; ninguém saberia sequer o nome de Ílion não fosse Homero. Por isso, o escritor daquela obra era importante, para que os feitos de José Francisco chegassem à posteridade. Em seguida, faz referência por onde passou José Francisco: Olinda, Rio Grande e Açores. Sobre Olinda não se sabe qual foi a relação de José Francisco com a cidade, embora seja conhecida a sua passagem nos governos do Rio Grande do Norte e São Miguel dos Açores.

Na segunda parte da ode, como é esperado desse tipo de poema, o escritor exalta as qualidades do governador, dizendo que José Francisco foi glorioso, hábil, prudente, um governante perfeito que não sofreu oposições. Lembra o autor que, embora José Francisco não tenha fundado impérios, não se tenha envolvido em guerras que expandissem as terras lusitanas, ou tenha expulsado invasores estrangeiros, José Francisco foi muito amado pelo povo. Para o escritor os feitos conquistados nos campos de batalha são menores do que reger um povo sem

---

<sup>459</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*, p. 419.

nenhum distúrbio. O governo de José Francisco promoveu tanto bem aos insulanos, que ficou marcado na memória da população, de maneira que o busto dedicado ao governante ficaria no coração de cada súdito, sendo passadas as memórias do seu governo de pai para filho, para toda a posteridade. Por fim, lastima a partida do governador, dizendo que sua passagem em outras terras tornariam outros povos melhores. José Francisco, na ocasião, partia para Moçambique.

O ano de 1817 foi crucial para o Império português e para o governador de Moçambique, José Francisco. Em 1817 o Império português sofreu duas contestações, a Conspiração de Gomes Freire e a Revolução Pernambucana de 1817. Em Pernambuco, a família de José Francisco – seus irmãos e sobrinhos – envolveu-se com a Revolução Pernambucana. Eles ajudaram os revoltosos com conselhos, recursos e lideraram tropas contra as forças reais. A documentação ainda revela que seus irmãos e os revolucionários de 1817 quiseram que José Francisco, mesmo em Moçambique, se envolvesse com a Revolução. Quatro dias após o início do levante, fretaram o brigue Sally Dana com o objetivo exclusivo de enviar cartas dos revolucionários para José Francisco. Não seria ilógico dizer que esse ato significava pedir adesão de Moçambique à Revolução Pernambucana. Foi o que os revolucionários tentaram, ao enviar seus emissários por todo o norte da América portuguesa, alcançando sucesso na Paraíba e Rio Grande do Norte, mas, falhando na conquista do Ceará e Bahia. É ainda obscuro o fim da viagem do brigue Sally Dana, não se sabe se José Francisco recebeu as missivas dos revolucionários. Aquele ano, porém, foi fatal para a família dos Cavalcanti de Albuquerque. A Revolução foi vencida pelas tropas reais; os irmãos foram presos, um dos sobrinhos foi morto e José Francisco, no continente africano, acabou também perecendo de causas ainda desconhecidas pelos historiadores. Mesmo amputada, a família Cavalcanti de Albuquerque sobreviveu ao longo do século XIX, ocupando cargos promissores na política de Pernambuco e do Império.

### Documento Transcrito

Odes ao ILL.<sup>mo</sup> Senhor José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, acabando de governar a Ilha de S. Miguel no ano de 1815

[fl.1 e fl.2 em branco]

[fl.3]

Ode I.

Imaginou a Grécia, sábia em tudo,

Huma Deosa loquaz, que por cem bocas,  
De hum pólo, a outro pólo, apregoava  
As acções memorandas

Epaminondas decantava a Deosa;  
Lembrava ao Mundo Aristides o justo;  
A Fama era o seu nome; e tinha altares  
No Tempo da Memoria.

Existia outro Deos, seu nome Apollo;  
Regia a Lyra; dominava os Vates:  
Cantavão, por dever, as acções grandes,  
E a Fama as repetia

[fl. 4]

Mas não há Fama, nem existe Apollo;  
Em todas as nações há homens grandes,  
Homens honrados, que tem só em fito  
O bem da humanidade.

As Patrias suas, gratas a seus brios,  
Alção-lhes bustos, de tropheos os cobrem;  
E em verso vivedor quem tange a Lyra,  
Decanta os seus louvores.

Pomposo mausoléu conservava Nelson:  
Dessaix brioso, n'huma estatua vive:  
E de Camoes nos versos sonorosos,  
Ainda existe o Gama.

Dá-se ao heroe, huma existência nova:  
Se o canta gentil Musa, eterno vive;  
De Ilion nem talvez restasse o nome,  
Se o Homero a não cantasse.

[fl. 5]

Cantar, e inspirar acções briosas,  
Eis o dever das Lyras não vulgares;  
As outras tem por fim doirar os vícios;  
Cantar Dionísio, e Nero.

A minha Lyra, que eu votei á Patria,

A cantar sempre a Lusitania gloria,  
E do seus bravos filhos, que briosos,  
Por ella a morte encárão.

Hoje gostosa de Albuquerque canta  
Continúa a cantar acções briosas:  
Olinda, Açores, Rio Grande attestão  
Sua prudência, e brio.

Porém a minha Lyra ainda mais canta:  
Louvou; vai inspirar acções briosas:  
Quanto he fácil soprar altas façanhas  
N'hum peito, que ama a gloria.

[fl. 6]

Vai bravo filho da virtude Olinda,  
No patrio sólo teu mostrar teus brios;  
Ganhar os loiros, que entregou,  
n'outr' hora,  
Gostoso, ao gráo Vieira.

Do Brazil nas vastíssimas Campinas,  
Ao longo desses rios caudalosos,  
Sobre as chapadas de alterosas Serras,  
Nas Cidades florentes.

Por toda a parte do Brazil se estende  
Do PRINCIPE de Lysia a mão piedosa;  
Por toda a parte, as artes, á porfia,  
Com seu bafejo avanção.

Vai viver perto do seu régio abrigo;  
Por Elle, e Patria, vai trabalhar sempre:

Ganha mais gloria, que para canta-la,  
Ganharei nova Lyra.

[fl.7]

De mim, dá terno adeos a essas plagas:  
Saudoso adeos recebe nos meus versos,  
Espontaneo tributo, que eu só págo  
A' Patria, e aos Amigos.  
Ponta-delgada 17 de Setembro de 1815.  
Teu Amigo F. Borges.

[fl.8 em branco]

[fl.9]

Ode II.  
Orna a verdade, mas não mente a Musa.  
Elp. Nonacr.

Não he facil achar na vasta historia  
Ministro tão glorioso,  
De quem conserve o povo inda a memoria,  
Sem que haja algum queixoso.  
Resto será o Chefê, hábil, prudente;  
Mas contentar não póde a toda a gente.

[fl.10]

Com mil exemplos confirmar poderá  
Verdade tão constante;  
Mas quem do povo audaz não considera  
O juízo inconstante?  
He fatal condição do humano peito,  
Que até na perfeição acha defeito.

Em tanto, raro exemplo! te exceptuas  
Desde geral contagio,  
Illustre Cavalcanti, e te graduas  
Tal no comum suffragio,  
Que em tanta voz, que a teu respeito se  
ouve  
Nenhuma sómente ha, que te não louve.  
Tu não fundaste Imperios poderosos  
D'outros devastadores,  
Quaes os de Cyro, e Romulo famosos  
Por estragos, e horrores.  
Porém povo a ti confiado, amaste,  
E, qual amante Pai, sempre o trataste.

[fl.11]

Se não foste Lycurgo, ou Solon justo,  
Que leis prestantes dérão  
A Athenas varia, e Esparta com gráo custo,  
E immortaes se fizerão:  
As de Lysia guarar sempre fizeste,  
E exemplo d'obediencia a todos deste.  
Se por guerras crueis não dilataste  
O Imperio Lusitano;  
Por modos mil o aumento procuraste  
Deste povo Insulano;  
Fizete ver ao Throno a alta valia,  
A que talvez cheguemos algum dia.  
Se a Patria não livraste, como Augusto,  
De guerras intestinas:  
Com peito forte removeste, a justo  
As intenções ferinas,

Com que perder aos fracos meditavão  
Alguns, que só de dólos se fartavão.

[fl. 12]

Eis-aqui decifrado o enigma escuro,  
Que tanto embaraçava  
A quem de glória tanta, e louvor puro  
As causas não achava.  
A todos foste tudo, e diligente,  
Só huma as vozes são de toda a gente.

Ergão embora bustos duradouros  
Os Persas, e os Romanos.  
Nelles mostrem aos séculos vindouros  
Typos de seus Sob'ranos.  
Das bellicas proezas dos guerreiros  
Grossos volumes sejam pregoeiros.

Embora em muito estimo o vulgo errado  
Façanhas sanguinosas;  
Levante a herôe por guerras afamado  
Estátuas magestosas...  
Que o ápice da gloria, a gloria summa  
Só está em reger póvos como Numa.

[fl. 13]

Então nos corações do povo amado  
Tal busto se levanta,  
Que nem todo o poder do tempo irado  
O abállá, nem quebranta.  
Em tanto viverão Numas clementes,  
Em quanto o Sol lançar rayos ardentes.

Esta a sorte propicia, que te espera,  
O' Cavalcanti afável.  
Assim se deve a hum Pai benigno, que era  
Incessante, e incançavel  
Em promover o bem dos Insulanos,  
Impedindo-lhes sábio iniquos damnos.

Alegre ao filha irá o pai contando  
As acções, que em ti vira.  
Ao neto o filho irá também lembrando  
Quanto a seu Pai ouvira.  
Terão teus Feitos celebrada historia  
Dos gratos Insulares na memoria.

[fl. 14]

Mas tua cruelíssima partida  
Já pede o tempo aváro.  
Oh, tanto a tua ausência he já sentida,  
Quanto he teu nome cáro.  
Vai tornar outros póvos venturosos,  
Que hum dia, como nós, serão chorosos.

*Cantava hum Ecclesiastico da mesma Ilha.*

FIM.

Recebido em: 10/02/2014

Aceito em: 19/05/2014

**Referência documental para imagem da Capa:**

**APM. Fundo: Câmara Municipal de Sabará.** Carta de usança expedida por José Caetano César Manitti, ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, ao capitão e guarda-mor João de Souza S. Boaventura para que este desempenhe o cargo de juiz ordinário da Vila de Sabará - 20/12/1788. Ref.: CMS - cx. 10 - doc. 01.